



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS**

Keo Silva

**AUTOETNOGRAFIAS: REFLEXÕES SOBRE A CISNORMATIVIDADE COMO  
DISPOSITIVO DE TRANSCOLONIALIDADE DE GÊNERO**

Florianópolis, 2024.

Keo Silva

**AUTOETNOGRAFIAS: REFLEXÕES SOBRE A CISNORMATIVIDADE COMO  
DISPOSITIVO DE TRANSCOLONIALIDADE DE GÊNERO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

Área de concentração: Estudos de gênero e sexualidade (EGES).

Orientação: Prof<sup>a</sup> Dra. Carmen Silvia Rial

Co-orientação: Dra. Paola Bachetta

Doutorando: Keo Silva

Silva, Keo

AUTOETNOGRAFIAS: : REFLEXÕES SOBRE A CISNORMATIVIDADE  
COMO DISPOSITIVO DE TRANSCOLONIALIDADE DE GÊNERO / Keo  
Silva ; orientadora, Carmen Silvia Rial, coorientadora,  
Paola Bachetta, 2024.

255 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa  
de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas,  
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Ciências Humanas. 2. Autoetnografia. 3. trans. 4.  
cisnormatividade. 5. transmasculinidades. I. Rial, Carmen  
Silvia. II. Bachetta, Paola. III. Universidade Federal de  
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar  
em Ciências Humanas. IV. Título.

Keo Silva

Autoetnografias: Reflexões Sobre A Cisnormatividade Como  
Dispositivo De Transcolonialidade De Gênero

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e  
aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes  
membros:

Prof.Dr. Amurabi de Oliveira (UFSC Membro Interno)

\_\_\_\_\_  
Prof.Dra. Letícia Carolina Nascimento (UFPI Membro Externo)

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra Anahi Guedes de Melo ( Instituto de bioética Membro Externo)

\_\_\_\_\_  
Profª Dra. Olga Garcia Zigelli (UFSC  
Suplente Interno)

\_\_\_\_\_  
Profª Dra. Rosa Maria Blanca Cedillo (UFSM Suplente Externo)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de  
conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutor  
pelo curso de Pós- Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Coordenador do Programa

Profª Dra. Carmen Silvia Rial

Orientadora

Florianópolis, 2024.

*Às pessoas trans das gerações futuras.*

## Agradecimentos

Agradeço primeiro a Exú - quem abre, quem cruza e descruza os caminhos.

Agradeço aos meus avós Darci Maria, artista da fome, seu João Maria o mestre noveleiro. Imorival e Teresa, agradeço por terem me ensinado a valorizar a artesanaria, sobre trabalhar com as mãos.

Aos meus pais, Nilson e Karla, pela possibilidade de estudar em um mundo cheio de adversidades. Adicionei na bagagem só o que eu posso carregar. A minha irmã Georgea, meu espelho invertido, aprendo a ser melhor com você sempre.

Aos meus padrinhos, Ernesto e Solange e minhas tias Ana, Mara, Daniele e a minha prima Aline pela contribuição significativa na minha formação intelectual. E a meu tio Fabio pelas conversas nerds contra os contra-vacinas.

Aos professores/as que cruzaram a minha trajetória, formal ou informalmente, aqueles que me ensinaram boas coisas. Não consigo pensar a minha formação como uma experiência individual. Em especial, agradeço a professora que me orientou durante o doutorado Carmen Rial, que me despertou o gosto pela fotografia, achei que nunca seria desses. A minha co-orientadora Paola Bachetta pelas conversas e dicas preciosas que foram fundamentais para a construção da tese. As duas, agradeço pela confiança, respeito e amizade.

As minhas gatinhas Chica e Moira, que seguraram as pontas comigo, aprendi muito sobre reciprocidade, sobre afeto e companhia com vocês. Agradeço também a Juma, parceira nas horas de escrita e de caminhadas. Agradeço as minhas plantas, principalmente nos momentos em que precisei colocar a mão na terra. Agradeço com muitas saudades também Flor, Alecrim, Ruth, Irene, Jandira e Bethania, meus filhos pets que pelas adversidades da vida não estavam próximos no período de escrita, mas estão sempre na minha lembrança.

Agradeço também aos amigos, aos que não são mais tão próximos, aos que ainda vão chegar. Que a chama da amizade nunca

se apague.

Também cabe um agradecimento formal a agência financiadora dessa pesquisa, sem a qual nós só ia de ré.

Agradeço imensamente também a Cristina e Luciana pela atenção e dedicação para atenderem meus anseios e demandas.

Agradeço a ANTRA e ao IBRAT pelo engajamento nas pesquisas e pela trajetória de militância e resistência.

**Laroyê!**

*Talvez já tenham dito que as metáforas não dão conta do nosso tempo. Muito provável que não deem mesmo. Mas possibilitam construir o cenário de cada época.*

*Eu diria que a metáfora dessa época é a da encruzilhada, do atravessar, das fronteiras. Como já disse no passado Paul. B. Preciado sobre a testosterona sintética, um atravessar sem destino traçado. Mas agora no presente, me apego nas palavras vívidas de Jota Mombaça para entender que "tudo é experimento no borde das coisas, lá onde estamos prestes a dissolver as ficções de poder que nos matam e aprisionam". Ainda atento a essas sabias palavras e na busca por um caminho de fuga, sigo a travessia... e busco na permanência e na beleza, rotas. E Jota me lembra outra vez " Toda beleza e todo respiro que existem vieram a ser apesar do brasil. Então é para o apesar, para o terreno da força que contradiz toda brutalidade, que estas palavras fogem. Elas fogem para a beleza, mesmo que para isso tenham de passar por campos em chamas. A meta não é tanto o outro lado, mas o aqui, esse aqui para onde estamos indo e onde já estamos. O aqui de onde viemos." E permaneço/permanecemos, apesar de tudo, procurando a melhor forma de atravessa-la. Que sejamos mais águias, serpentes e oceano. (Arquivo pessoal).*

*There is the ocean in  
my soul, where the  
waters do not curve.  
(Ocean - Against-me)*

## Resumo

A partir da crise da antropologia do norte global ou da crise do sujeito da modernidade, percebemos a necessidade de novos locus de enunciação. Ao usar a chave epistêmica do conceito de cisheteronormatividade, transcolonialidade de gênero e da minha situacionalidade em campo, proponho desde a autoantropologia ou autoetnografia, uma reflexão sobre meu período de doutoramento, observando diversos contextos que se entrelaçam. A partir do termo políticas trans, proponho um exercício reflexivo que marca uma virada epistêmica de uma análise das políticas institucionais para as políticas de representação e sua crítica. Tais questões foram elaboradas a partir de insights, sobre posicionalidades, em que almejo discutir questões como a dicotomia sujeito/objeto, tensionando a própria noção de política de identidade, assim como o contexto político em que o avanço do conservadorismo torna-se uma pauta importante de ser discutida. Do mesmo modo como outros debates que emergem de posições conflitivas dentro do campo de estudos de gênero e os temas que o atravessam como, as transmasculinidades, transfeminismo e outros.

Palavras-chaves: Autoetnografia; trans; cisheteronormatividade; transmasculinidades;

## **Abstract**

From the crisis of north anthropology or the crisis of subject of the modernity, we perhaps the necessity of new locus of enunciation. By use the epistemic key of cisnormativity, gender transcoloniality and my field situationality, I propose from the autoanthropology or autoethnography, a reflection about on my doctoral period, observing different contexts that were intertwined. Using the term of trans politics, I propose a reflection exercise that marks an epistemic turn from an analysis of institutional policies to representation policies and their critique. Such questions were elaborated based on insights, about positionalities, in which, in addition to discussing issues such as the subject/object dichotomy, tensioning the very notion of identity politics, as well as the political context in which the advancement of conservatism becomes an agenda important to be discussed. In the same way as other debates that emerge from conflicting positions within the field of gender studies and we have themes that cross them, as transmasculinities, transfeminism and others.

Keywords: autoethnography; trans; cisnormativity; transmasculinities;

## **Resumo Expandido**

A crise na antropologia do norte global traz a tona a emergência de novos lócus de enunciação. O que caracteriza uma crise do sujeito na modernidade. A partir da chave epistêmica do conceito de cisnormatividade, colonialidade de gênero e da minha situacionalidade em campo, proponho a partir da ferramenta da autoantropologia ou autoetnografia, uma reflexão sobre meu período de doutoramento, observando diversos contextos que se entrelaçam. Em um primeiro momento a pesquisa se dedicou a descrever as políticas públicas para pessoas trans em uma análise preliminar em três países Uruguai, Brasil e Argentina. Sob o conceito de ordem de gênero e precariedade observei as políticas para pessoas trans nesses três países para entender os efeitos e impactos culturais dessas políticas.

Sob a condição da pandemia do COVID-19, a pesquisa desenhou outros caminhos fundamentais para esse desfecho. A partir de entrevistas realizadas via plataforma zoom, e sob o filtro das cidades imaginadas, construí intersubjetivamente narrativas plurais sobre as identidades trans. Assim como desenvolvi uma reflexão sobre fracasso e sucesso escolar pensado-o a partir do conceito de cisnormatividade. E também uma reflexão sobre necropolítica desde uma perspectiva transmasculina.

Na segunda etapa da pesquisa observei os conflitos políticos ideológicos relacionados às cruzadas anti-gênero, onde ressalto a existência de uma agenda política conservadora explicitamente anti-trans. Sob o prisma de conceitos como conservadorismo social e cisnormatividade, observo questões relacionadas à construção da identidade nacional, a partir de uma pesquisa em documentos, como projetos de lei que se posicionam contra pessoas trans no Brasil. Com o objetivo de trazer insights sobre o imaginário social contemporâneo, observando as estratégias do conservadorismo como pânico moral e as fakenews.

Também participar de eventos acadêmicos, me possibilitou ampliar meu prisma conceitual, e me ajudou a construir estratégias que foram fundamentais para as elaborações posteriores da pesquisa, me localizando melhor dentro do debate epistemológico.

Dessa etapa em diante, me ocupei em discutir questões relacionadas a políticas da representação, a partir da chave dos debates sobre representatividade e visibilidade, e de um aporte teórico decolonial, pós-colonial, transfeminista - que me possibilitaram chegar a conceitos como abjeção - questão que utilizei para desenvolver uma crítica a universalidade tanto no campo jurídico, quanto nas representações midiáticas. Reflexão fundamental para entender a cisnormatividade como codificação cultural. Partindo dessa perspectiva também observei questões relacionadas ao avanço do conservadorismo e outros debates sobre representação como a questão do transfake, que chamei de epistemicídio da representação trans.

Também observei movimentos políticos que renunciam a vida como nos é dada a partir de outras ficções políticas imaginativas. Como a minha visita a 35ª Bienal da Arte de São Paulo e a visita ao Museu de Arte Afrobrasileira. Desde a dimensão do ciberespaço e pesquisa na internet, construí uma discussão observando os embates sobre os feminismos interseccionais, decoloniais e o transfeminismo, sob o tema de pessoas que menstruam. Debate fundamental para pensar a posicionalidade transmasculina nas discussões sobre saúde sexual e reprodutiva. Também um espaço importante para pensar territorialidade, construção das identidades, as relações sociais mediadas por artefatos sociotécnicos como

a internet, etc.

Por fim, em um exercício autoreflexivo, elaboro uma análise de um episódio em sala de aula, onde almejei separar alguns insights sobre posicionalidades. Desde a chave epistêmica da cisnormatividade, problematizando a relação sujeito e objeto. O que me levou a tencionar também a perspectiva de políticas de identidade em seu sentido liberal.

Nesse sentido, a autoetnografia me possibilita um exercício reflexivo para ampliar tanto o meu entendimento sobre esse método, quanto para produzir conhecimento sobre questões diversas que versam sobre o tema de políticas para pessoas trans. Não menos importante, defendo que a autoetnografia tem um potencial imaginativo para questionar as co-produções de poder que instituem-se nos espaços de produção de conhecimento, podemos entendê-la como um dispositivo de enunciação.

### **Lista de Imagens**

Figura 1 - Gráfico projetos de lei propostos em 2021.....	165
Figura 2 - Projetos de lei propostos por mês em 2021.....	165
Figura 3 - Amérlio Robles Àvila.....	173

## Lista de Siglas

ABLGBT. Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais, Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais

ADFP. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

ADO-26. Ação de constitucionalidade por omissão

AGU. Advocacia geral da União

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais

BA. *Estado da Bahia*

CFM. *Conselho Federal de Medicina*

CID. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde

CNE. *Conselho Nacional de Educação*

DCN. *Diretriz Nacional Curricular*

DNV. *Documento de Nascido Vivo*

DSM. manual de diagnósticos de transtornos mentais

ENEM. Exame Nacional do Ensino Médio

EUA. *Estado Unidos da América*

EZLN. *Exército Zapatista de Libertação Nacional*

FEBEM. Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor de São Paulo

FIFA. Federação Internacional de Futebol, Federação Internacional de Futebol

GEMAA. Grupos de Estudos Multidisciplinar de Ações Afirmativas

HIV/AIDS. Vírus da imunodeficiência humana

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAT. *Instituto Brasileiro de Transmasculinidades*

IBTE. *Instituto Brasileiro Trans de Educação*

LGBT. *Lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais*

LGBTIA+. Lésbicas, gays, Bissexuais, Travestis, Intersexuais, Assexuais +

OAB. *Ordem dos Advogados do Brasil*

OMS. *Organização Mundial de Saúde*

ONU. Organização das Nações Unidas

PE. *Estado de Pernambuco*

PL. *Projeto de Lei*

PL- MG. *Partido Liberal de Minas Gerais*

PPGICH. *Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas*

PSL. Partido Social Liberal

PSOL. Partido Socialismo e Liberdade

*PT. Partido dos trabalhadores*  
*RAM. Reunião de Antropologia do Mercosul*  
*RBA. Reunião Brasileira de Antropologia*  
*RS. Estado do Rio Grande do Sul*  
*SBPC. Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência*  
*SP. Estado de São Paulo*  
*STF. Supremo Tribunal Federal*  
*SUS. Sistema único de Saúde*  
*TGEU. Transgender Europe*  
*UDELAR. Universidad de La república*  
*UERJ. Universidade Estadual do Rio de Janeiro*  
*UFG. Universidade Federal de Goiás*  
*UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina*  
*Unicamp. Universidade Estadual de Campinas*



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>Autoetnografia e corpo: elementos para distinguir autoetnografia de outras autoenunciações.....</b>	<b>24</b>
A crise no antropoceno, virada epistêmica e o debate sobre posicionalidade para a construção de outras produções de conhecimento.....	33
Identidade, subjetividade e posicionalidade.....	38
Por que (quase) não tem pessoas trans na antropologia?.....	41
Dando corpo ao método.....	47
As entrevistas – uma aposta na intersubjetividade – a ficção como arma discursiva.....	50
Desatando as armadilhas.....	52
Ordem de gênero e colonialidade de gênero.....	55
<b>I...INSIGHTS E POSICIONALIDADES: CORPO COMO FERRAMENTA PARA OUTRAS FORMAS DO FAZER ANTROPOLÓGICO.....</b>	<b>64</b>
<b>Notas para uma antropologia feita (por um estranho) em casa.....</b>	<b>69</b>
A organização dos dados.....	74
Colonialidades e os debates sobre reconhecimento: representatividade e visibilidade..	80
Reconhecimento, lugar de fala e ações afirmativas.....	85
<b>II.CISNORMATIVIDADE COMO CODIFICADOR CULTURAL.....</b>	<b>90</b>
O ponto de corte: cisnormatividade e precaridade – pessoas trans nas políticas de reconhecimento.....	94
Cisnormatividade na arena política e na educação, notas (de alerta) para as políticas anti-trans.....	102
Breve comentário sobre pandemia e a cisnormatividade.....	104
Questões de gênero e a produção do conhecimento: breve abordagem.....	105
Algumas considerações.....	108
<b>III - NECROPOLÍTICA:.....UMA PERSPECTIVA A PARTIR DAS TRANSMASCULINIDADES SOBRE A PANDEMIA DO COVID-19.....</b>	<b>112</b>
Notas sobre posicionalidades transmasculinas.....	115
<b>A situacionalidade transmasculina durante o COVID-19.....</b>	<b>117</b>
Corpo-território do político - necropolítica e transmasculinidades – os regimes de inteligibilidade.....	119
Algumas considerações.....	124
<b>IV.....O BANHEIRO COMO TECNOLOGIA CISGÊNERA, A FAVOR DO CONSERVADORISMO SOCIAL.....</b>	<b>128</b>
Delírio da cisgeneridade conservadora: projetos de lei contrários aos banheiros unissex ou a favor da masculinidade cisheterobranca?.....	137
Breves considerações.....	143

<b>V.....MEDIASCAPE, REPRESENTATIVIDADE, AUTOREPRESENTAÇÃO E CRÍTICA ARQUIVÍSTICA.....</b>	<b>145</b>
“O futuro é trans”– a música como mediadora.....	153
Anderson Herzer – a autobiografia como fuga.....	155
<b>VI. REPRESENTATIVIDADE, REPRESENTAÇÕES E AS ASSIMETRIAS DOS ESPAÇOS DISCURSIVOS:NECROPOLÍTICA E O TRANSFAKE.....</b>	<b>159</b>
Transfake – o epistemicídio da representação trans.....	164
A arte como confronto – das possibilidades de não aparição.....	171
Coreografias na sombra: o assombro como possibilidade imaginativa de futuro.....	177
Ruídos das ruínas: uma experiência de collage sobre a intervenção Saquear a Cidade Fantasma.....	180
<b>VII. APROXIMAÇÕES.....E EMBATES ENTRE PERSPECTIVAS TRANSFEMINISTAS E FEMINISTAS INTERSECCIONAIS: OBSERVANDO AS ARMADILHAS COLONIAIS.....</b>	<b>185</b>
Transmasculinidades e os debates sobre direitos sexuais e reprodutivos.....	190
Nomear a cisgeneridade – como falar sobre aquilo que ninguém vê?.....	199
Direitos sexuais e reprodutivos: racismo e cisnormatividade.....	204
Codificação/mediação e recepção: como respondemos ao silêncio?.....	211
Considerações.....	215
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>218</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>228</b>

## INTRODUÇÃO

Em minha pesquisa de mestrado<sup>1</sup>, ao realizar uma análise da política de nome social na Universidade Federal de Santa Catarina em suas duas resoluções normativas e seus efeitos nas trajetórias de alunos e alunas trans\* na Universidade, pude constatar como os espaços de ensino são permeados pela cisnormatividade<sup>2</sup>. Dando continuidade, a pesquisa agora no doutorado com intuito de obter uma perspectiva mais ampliada das políticas desenvolvidas para pessoas trans no campo educacional, mas não só. Considero também uma análise sobre os avanços conservadores que permeiam o campo educacional, cultural e político que tem, colocado sob ameaça os direitos e a própria vida de pessoas trans na América Latina e mais recentemente em países como França (AMORIM, 2019), Estados Unidos e Hungria (RIAL, 2019).

Nesse sentido, parto de uma abordagem interdisciplinar (AMURABI, 2021) entre os campos da educação, estudos de gênero e antropologia e permeado por outras áreas do campo do conhecimento científico para pensar questões relacionadas à contemporaneidade, desenvolvendo uma crítica ao campo de produção de conhecimento que é cisnormativo. Em especial compreendo não só a importância da interdisciplinaridade, mas sobretudo, um determinado momento que tem marcado a produção do conhecimento, como, por exemplo o momento de virada epistêmica da antropologia do norte global, e das ciências humanas eurocentradas, o que torna possível perceber a partir delas, a possibilidade de produção de conhecimento oriunda de outros lugares de enunciação (LINS RIBEIRO, 2006; RIAL, 2019; LIMA COSTA, 2013), que perpassam corporalidades, identidades, posicionalidades e outras geopolíticas do conhecimento (MIGNOLO, 2008). Do mesmo modo que também é possível perceber e

---

<sup>1</sup> SILVA, Keo. Dos saberes e outros trânsitos: percursos de alunos e alunas trans\*, políticas de acesso e permanência, 7 anos depois da política de nome social Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2019.

<sup>2</sup> Conceito desenvolvido por Viviane Vergueiro (2015) para descrever os dispositivos de poder que normalizam os corpos generificados.

problematizar a construção dos imaginários e das codificações culturais (RIAL, 2005; HALL, 2013)

Dessa forma percebo como potência a possibilidade de inserir um debate sobre os usos políticos do lugar de fala (RIBEIRO, 2017), que inclui um debate denso e contextual, perspectiva usada por Jota Mombaça (2020) para pensar prática e teoricamente as dimensões dos espaços discursivos - pensando a ausência de pessoas trans dentro dos espaços de produção do conhecimento e debates que emergem disso, como a questão da representatividade e da visibilidade, desde uma historiografia densa (PAOLA BACHETTA, 2021) que nos exige tensionar questões como as políticas de representação. Com inspiração na descrição densa (CLIFFORD GEERTZ, 1978) aposto em uma narrativa não linear da história como forma de refutar a idéia de universalidade - incorporada na mentalidade ocidental moderna - assim como a idéia de verdade universal/ sujeito universal - para pensar desde um lugar não cisgênero questões relacionadas à nossa cultura.

Para isso, desde a autoetnografia, enquanto método, mobilizo algumas dimensões que envolvem tanto a cisnormatividade, conceito que surge de um dos trabalhos autoetnográfico que são inspirações epistemológicas dessa pesquisa, que é o trabalho de Viviane Vergueiro (2015), mas também me inspiro em duas outras reflexões interessantes sobre tal metodologia. São elas Anahí Guedes (2019) que tece uma crítica desde uma experiência de pessoas com deficiência, ao modo de produção de conhecimento na antropologia, que tem como base O olhar, ouvir e escrever - de Roberto Cardoso de Oliveira (1996) - enfatizando a dimensão da subjetividade na pesquisa:

o termo autoetnografia é criado para tentar dar conta “do reconhecimento da subjetividade como fator importante no processo de construção de conhecimento” (VERSIANI, 2005. p. 101 apud GUEDES, Anahí, 2019. p. 31).

Também para falar de questões como intersubjetividade e a reflexividade me inspiro nos debates de Marilyn Strathern (2014) sobre os limites da autoantropologia e sua crítica à antropologia euroamericana. Ao me posicionar enquanto um sujeito localizado em uma temporalidade e espacialidade específica (ALAYON, 2017), habitando os espaços periféricos

da ciência, compreendo que as reflexões sobre os impactos de produzir uma etnografia sobre a própria cultura e as crises de autoridade que surgem disso, desde um lugar outsider, implica embates científicos contemporâneos, penso essa questão pela relação sujeito/objeto.

Dicotomia que me levou a questão de como produzir autoetnografia ocupando uma posicionalidade periférica? Questões iniciais que despertam insights para pensar posteriormente como posicionalidades, corpo e outros elementos que compõe uma autoetnografia são reflexões que vão além do self, de uma reflexão hipersubjetiva, mas dizem de uma produção que considera esses elementos e o próprio feito, como recursos nessa produção.

Desse modo a antropologia como cosmopolítica ocidental (LINS RIBEIRO, 2006) me possibilita questionar diversas dicotomias que compõem o campo de produção de conhecimento como sujeito/objeto (ANZALDUA, 2016; MBEMBE, 2018), natureza/cultura (VIVEIROS DE CASTRO 2004; 2018), da mesma forma que possibilita também pensar as relações de poder que permeiam essas dicotomias e outras relações de hegemonias e colonialidades. Entender a antropologia como cosmopolítica, é entender que o fazer antropológico é também um fazer político que, epistêmico, histórico e social, que não deixa de preocupar-se com seus impactos e alcances (RIAL, 2017). Cabe a ressalva de Walter Mignolo (2008) de que não é possível decolonizar a antropologia, por se tratar de uma ciência colonial, eurocêntrica. Mas a autoetnografia tensiona isso em diversas maneiras tanto em sua perspectiva política, quanto em sua perspectiva teórica

A produção experimental de uma perspectiva autoetnográfica, que parte de outros lugares de enunciação, tem ganhado espaço nos debates mais ampliados sobre a produção antropológica. Considero que os debates sobre questões étnico- raciais e feministas, são alicerces desse debate e surgem como efeito das agendas políticas das últimas décadas. Como percebe Carmen Rial (2017), na antropologia podemos observar um aumento de mulheres (cis) na produção de antropologias mundiais. Ao passo que, podemos perceber como são poucas as produções feitas por pessoas trans. Essa análise vai em direção a uma crítica de(s)colonial dentro da produção científica, ou ao menos, fazemos emergir uma crítica ao colonialismo, elitismo, universalidade e principalmente a cisnormatividade.

Temas que pairam sobre os lugares estabelecidos de produção de conhecimento no campo científico, ainda muito referenciado pelo homem cisgênero/heterossexual/branco/do norte, ou seja, da hegemonia (CONNEL, R.; MESSERSCHMIDT, J. 2013) que se pretende “neutra”, defendendo uma posição de um discurso científico que se coloca em oposição às perspectivas de objetividades localizadas (HARAWAY, 2009; BACHETTA, 2020; OLIVEIRA, 2013). Sobretudo, retrata o tema dos embates acerca das políticas de identidade em um perspectiva crítica a noção de políticas de identidade.

Como filtro para pensar então a posicionalidade da minha experiência, penso desde o conceito de cisnormatividade (VERGUEIRO, 2015), que assim como outros sistemas de poder, como o racismo, machismo e a heteronormatividade estão fortemente presentes dentro dos campos de produção do conhecimento e suas diversas áreas. Por isso, a importância de problematizar os próprios espaços de produção de conhecimento e refletir de maneira crítica sobre as posicionalidades dos sujeitos/as/es que estão exercendo a atividade científica no campo das humanidades. Desse modo a cisnormatividade opera enquanto um codificador cultural, que atravessa de maneira completa minhas análises ao longo dessa tese.

Ao demarcar esse código cultural, sou impelido a demarcar também meu espaço de enunciação como homem trans/transmasculino (ALMEIDA, 2012), propondo apresentar, desde minha experiência como estudante de Pós-graduação pelo programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, reflexões e apontamentos que emergiram do diálogo entre alunas e alunos trans da Universidade de la República no Uruguai e outros alunes trans dos cursos de pós-graduação nas Universidades brasileiras e também de minha experiência enquanto pesquisador nessa heterotopia (SILVESTRIN, 2020) com o objetivo de aumentar a consciência crítica.

Cabe destacar que as reflexões elaboradas nessa tese, visam objetivamente traçar uma relação entre elementos como subjetividade, intersubjetividade, considerando as relações de poder que a permeiam, dentro de um contexto que se apresenta em um primeiro momento localizado dentro do campo da produção de conhecimento, ao passo que

também apresenta outros espaços de interpretação, como a elaboração de análises sobre governabilidades, que levaram também a reflexões sobre políticas de representação e seus impactos.

Nesse sentido, a autoantropologia torna-se uma ferramenta de análise muito profícua na elaboração desses insights:

A autoantropologia, ou seja, a antropologia realizada em contexto social que a produziu, tem de fato distribuição limitada. [...] mas o que ele (ela) afinal escreve diz se há continuidade cultural entre os produtos de seu trabalho e o que as pessoas da sociedade estudada produzem em seus relatos sobre elas mesmas. (STRATHERN, 2014. p.144).

Desse modo, posso dizer que o desenho dessa pesquisa, foi contornado por diversas etapas que visavam inicialmente pensar os efeitos das políticas de inclusão para pessoas trans e como tais políticas são experienciadas por pessoas trans e como temos avançado ou regredidos em relação aos direitos e a outros debates públicos que permeiam as experiências trans contemporaneamente.

A partir da elaboração de estratégia das políticas para pessoas trans em um exercício comparativo entre outros países como Uruguai e Argentina, pude compreender de maneira mais consisa o imaginário social e político que se inscreve em torno da identidade trans<sup>3</sup>. Desse ponto, elaborei a primeira entrevista - onde pude situar melhor o debate sobre a construção da Lei Integral para pessoas trans no uruguai. Compreendendo seu funcionamento, suas precariedades e as demandas locais do país. Essa relação mediada com minha interlocutora, também me proporcionaram insights mais complexos, como as dimensões dos espaços de produção de conhecimento e suas hierarquias, as relações éticas da pesquisa, colocando sob o tema discutido a noção de produzir ciência em primeira pessoa. Precupações que levei como potencia e recomendação na elaborações das reflexões posteriores.

Nessa etapa, a ideia de autoetnografia ainda estava muito embrionária. Mas conduzido por uma questão situacional em que minha experiência no doutorado foi marcada por um momento de crise sanitária mundial causada pela propagação do vírus COVID-19, o que exigiu uma transformação

---

<sup>3</sup> Utilizo o termo trans\* como forma de demonstrar que as experiências trans podem ser delimitadas por um conceito fechado como a noção clínica jurídica de transexual.

metodológica na pesquisa, daquilo que estava previsto para ser uma análise comparativa.

A pandemia do covid-19 colocou sob incerteza o momento político e social em que se instaurava. Um dos grandes abalos pode ser percebido no campo científico, tanto por uma questão situacional de uma expansão em escala global do vírus, quanto pela gestão política negacionista em relação ao investimento na ciência - fatores que permearam os debates durante a covid-19 e considero que impactaram coletivamente a área da ciência, e o campo das ciências humanas. Nesse contexto também desenha-se mais marcadamente uma disputa política ideológica no contexto brasileiro, questão que interage diretamente com as reflexões elaboradas aqui, no que concerne a observação de uma agenda política anti-trans que emerge no cenário político global, e que tem ganhado visibilidade no cenário político brasileiro.

Além dessas questões, observo também transformações culturais, em termos das relações sociais. A forte presença das mídias sociais na construção da identidade (CESARINO, 2019; PRECIADO, 2020) estabelecem novos paradigmas sociais e nos exigem repensar outros paradigmas, como a noção de corpo atravessada pela questão ciborgue e prótica, assim como as metáforas como a noção de fronteira e a máscara como uma metáfora para a noção de pessoa (MAUSS, 2003). Questões que nos levam ao debate de ordem moral. O que de certa forma corresponde a noção de autoetnografia, quando estamos falando de um determinado léxico gramatical/moral, estamos mexendo com padrões culturais e portanto, morais.

Descrever alguns episódios sobre a pandemia foram também estratégias de reagir ao horror dessa situação de crise global imposta pela pandemia do covid-19. Nesse sentido, elaborei uma narrativa que se preocupou em pensar a relação entre necropolítica (MBEMBE, 2018) e as vidas trans, como chave conceitual dessa tese. Assim como a ênfase, nas relações de mediação e de recepção das informações que emergiam naquele contexto, como a explosão dos movimentos #blacklivesmatter, os debates que correlacionavam as relações estabelecidas durante a pandemia, aos regimes de colonialidade.

Dessa reflexão, começo a pensar a noção dos espaços de enunciação, um dos principais elementos da autoetnografia, assim como outras chaves conceituais, como o conceito de precariedade. Utilizo esse conceito a partir da tradução das reflexões de Judith Butler (2018; 2015) sobre as aproximações de precariedade e performatividade de gênero. Mas também entendo que há uma discussão dentro do movimento feminista europeu italiano (FANTONE, 2007) que reivindica o conceito, como uma forma complexa de pensar as desigualdades dentro do movimento feminista, para além de uma leitura interseccional stanque, o conceito de precariedade, possibilita pensar as co-relações de poder entre gênero e geração, em termos das relações entre indivíduo e estado.

Nesse sentido, me localizo em um espaço incômodo e ambivalente, entre uma perspectiva que percebe a precariedade como um conceito possível de descrever determinadas relações que acontecem nas experiências trans, como a questão do reconhecimento da identidades de gênero, no Brasil. Ao passo que questiono também o encaixe de um conceito do norte global como uma ferramenta analítica única para pensar essas co-relações de poder que envolvem a precarização das vidas trans.

Essa ambivalência situacional, possibilita compreender o imaginário ou o modus operandi de uma sociedade que subalterniza ou induz por meio da precarização determinada população, como o caso das pessoas trans. Questão que me possibilitou perceber a construção cultural da cisnormatividade. Da mesma forma, que exigiu que eu elabora-se de maneira complexa a minha posicionalidade, reconhecendo a minha situacionalidade ao desenvolver de maneira ética - mas não *straight* - os percursos imaginativos da minha pesquisa.

Desse modo, construir sob o conceito de autoetnografia, foi uma ferramenta metodológica de ampla possibilidade reflexiva, correspondendo ao seu caráter experimental e com poucas produções a respeito, pois trata-se de um movimento contemporâneo no campo antropológico. O que almejei desenvolver, diz sobre a elaboração de um método e seus diversos movimentos discursivos, que operacionalizados por conceitos, nos ajudam a produzir mais conhecimento sobre determinado tema. Assim como, também nos ajuda a perceber seus limites.

O primeiro deles diz sobre a questão de acesso aos espaços discursivos, em que posição estão as produções científicas elaboradas por pessoas trans. Em que contexto essas hierarquias são elaboradas. assimetrias que precisam ser pensadas para a construção de outros locus de enunciação como além crítica às noções e conceitos do norte global que por questões geopolíticas, econômicas, epistêmicas parecem conduzir os debates mais hegemônicos sobre a ciência.

Na seqüência, como forma de continuar as costuras desse método, descrevo os principais elementos que identifiquei enquanto basilares para a construção de uma autoetnografia e as questões que a cerceiam.

Autoetnografia e corpo: elementos para distinguir autoetnografia de outras autoenunciações.

Contemporaneamente a autoetnografia tornou-se uma metodologia mais visível. Como uma metodologia que parte da mistura entre teoria e experiência (FONSECA, 1999) desmistificando as perspectivas ultra teóricas que tem tomado centralidade nas pesquisas científicas, agrega também diversas outras questões enquanto metodologia. Primeiro destacaria a sua intrínseca relação com o corpo, ou corporalidades, já que a experiência é um de seus pilares. Destaco esse primeiro elemento, pois ele é central e diz sobre as alteridades e diversidades; em uma experiência onde pude compartilhar o aprendizado sobre autoetnografias, assistindo trabalhos de colegas estudantes de antropologia - evento online pela Universidade Federal de Goiás - *UFG*<sup>4</sup>, tive esse *insight* sobre como o corpo está relacionado à produção da autoetnografia, e já ambientado com alguma teoria a respeito, como a ênfase que Anahí Guedes (2019) dá a corporalidade ao criticar, a partir da teoria *crip* e feministas, o modelo hegemônico do fazer antropologia, mas também sobre os estudos sobre cisnormatividade (VERGUEIRO, 2015) que apontam para como os discursos colonialistas naturalizam, ou transformam em norma, a cisgeneridade, e também a ênfase que Strathern (2017) dá ao corpo como elemento central para elaborar sua crítica a antropologia euroamericana, em textos como o

---

<sup>4</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=wuFikoSdEr8>

Efeito Etnográfico e Os Limites da autoantropologia.

Teorias como as dos estudos decoloniais e pós-coloniais, trazem a ideia de que o corpo seria o objeto do eurocentrismo e do pensamento colonial (QUIJANO, 2005), atravessadas pela raça como construção colonial. A crítica decolonial feminista (LUGONES, 2008; VERGER, 2021; Pj DI PIETRO, 2021; OYĚWÙMÍ, 2017) avança nesse debate sobre as questões da dissidência de gênero e sexualidade para pensar a colonialidade de gênero e outros conceitos que me trazem a substancialidade necessária para refletir sobre a posicionalidade das corporalidades trans, como o conceito de transcolonialidade de gênero de Pj di Pietro (2021).

Teorias como do pensamento negro radical (DENISE FERREIRA DA SILVA ,2017;2021), sob a idéia da carne, hackeando a ideia de Hortensen Spiller (2021), ou da carne feminina não- generificada, para pensar esse não-corpo como potencial crítica à universalidade do sujeito da modernidade e de forma complexa demonstra como a experiência desse não- corpo revela a ordem da branquitude e se instaura como sujeito da negridade. Perspectivas como às de Mel Chen (2017) inferem uma diferença entre corpo e carne - carne seria o corpo destituído de significado. Essas reflexões dialogam diretamente com o conceito de transcolonialidade de gênero, mesmo que não signifique a mesma coisa, mas aos aproximar essas reflexões consigo compreender nuances da posicionalidade das corporalidades transmasculinas, geopoliticamente localizadas no sul global.

Para pensar o corpo então, situado geopoliticamente desde o sul global, em inconformidade à norma cisgênera, enquanto lógica colonial. Observo a importância de uma reflexão sobre a representação desse corpo e as intersecções necessárias para uma análise geopoliticamente situada em contextos de colonialidade em que raça e gênero, são fatores determinantes da ordem colonial. Nesse sentido, a noção de representação foi um elemento fundamental para pensar essas relações. Reflexões sobre raça e representação na mídia (RIAL, 2016), mostram como o corpo negro é objetivificado e colocado como corpo - em seu sentido de ausência de sujeito - nas representações midiáticas contemporâneas. Mostrando um exemplo de como se constrói o imaginário a partir de representações

racistas (KILOMBA, 2017; NASCIMENTO, 2022).

Teorias como as da performatividade de gênero como as de Judith Butler (2018), mas também as perspectivas panafricanistas (SAAR, 2019) e dos estudos queer e transfeministas como as elaboradas por Sam Bourcieur (2021), ampliam a dimensão do que significa um corpo, desarticulando a definição moderna de corpo e possibilitando que a performatividade opere como ferramenta nas produções autoetnográficas. Nesse sentido, imbricar, corpo e autoetnografia, possibilita dimensionar a experiência sensorial e corporal à uma espécie de dimensão arquivística, inaugurando o que se pode chamar de corpo como arquivo. O trabalho da artista Renata Carvalho - corpo e sua autobiografia<sup>5</sup>, é também inspiração para questionar os debates e limites da autoantropologia.

Nesse sentido, considero o corpo e seu significado político, como elemento primordial dentre os elementos do que compõe uma autoetnografia. Sobretudo porque é através dele que realizamos a experiência:

Não deixando de lado a reflexividade sobre as vicissitudes do trabalho de campo, a experiência etnográfica e sua relação com os sentidos se revelaram uma dimensão nova para se pensar o método etnográfico. (GUEDES DE MELO, 2019. p. 24). Assim, a percepção sensorial experienciada pelo corpo, torna-se chave fundamental na elaboração da autoetnografia. As experiências sensoriais são dimensões importantes na construção da crítica à ciência moderna ocidental. Na modernidade, como desenvolve Paul Preciado (2014) a visão se sobrepõe aos outros sentidos:

O tato e a visão estão marcados por uma assimetria epistemológica radical: o tato é cego, enquanto a visão toca com o olhar sem ser contaminada nem pelo particular, nem pela matéria, isto é, a visão supõe um modo superior de experiência que não necessita nem da mão e nem da pele. Na transição do tato para a visão, que marcará a emergência da modernidade filosófica, o tato, enquanto sentido menos válido, será literalmente contido e efetivamente “impedido” por uma série de instrumentos técnicos que mediarão a relação entre a mão e os órgãos genitais, e que virão a regular as possibilidades inquietantes abertas pela mão que toca a si mesmo e que transforma o indivíduo em seu próprio objeto de conhecimento, de desejo e de prazer. (PRECIADO, 2014. Pp. 100)

---

<sup>5</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=CAoFoto7LIE&t=23s>

Além dessa observação feita por Preciado, Susan Sontag (2004) mostra como há uma ética, uma estética e uma gramática do olhar que nos educa às imagens na modernidade, o que significa que a educação dos sentidos também opera nessa lógica hierarquizante e universalizante. A crítica feita por Anahí Guedes (2019) envolve justamente esse elemento, onde ela se autodetermina enquanto corpo ciborgue - no sentido de Donna Haraway - e descreve sua experiência sensorial ao ouvir canto do bem-te-vi, ampliando as noções de intersubjetividade na pesquisa, a partir da noção de artefatos sociotécnicos, como o seu implante coclear<sup>6</sup>.

Tal questão dimensiona a perspectiva do corpo individual, dentro da cosmologia ocidental moderna, enquanto pessoa que experiencia e descreve esse momento como forma de capturar questões culturais, sociais, políticas etc. No entanto, o exercício autoetnográfico exige pensar o corpo também como uma dimensão coletiva. O individual e o coletivo são dimensões centrais dessa metodologia. Como afirma Eduardo Viveiros de Castro sobre as cosmologias ameríndias: o intervalo entre natureza, cultura e sociedade é ele próprio social (VIVEIROS DE CASTRO, 2004. p.121), é o próprio corpo.

Desse modo, o corpo opera como experiência, que arquiva uma experiência coletiva, de uma comunidade. De acordo com Anahí Guedes (2019) a autoetnografia tem como objetivo: “analisar a experiência pessoal com o objetivo de compreender a experiência cultural.” (GUEDES, 2019. p. 21). Desse modo o corpo, como elemento central tem como função o ponto de convergência entre a experiência e a teoria incorporada para expressar tal experiência.

Ainda de acordo com essa autora a autoetnografia é composta por outros critérios como: 1. Contribuição substantiva; 2. Mérito estético; 3. Reflexividade; 4. Impacto das narrativas do leitor; 5. O quanto elas expressam a verdade e o real.

Outros estudos sobre a autoetnografia enquanto método como as feitas por Silvio Mateus Alves dos Santos (2017), definem que o método

---

<sup>6</sup> O Implante Coclear (IC) é um dispositivo eletrônico, parcialmente implantado, que visa proporcionar aos seus usuários sensação auditiva próxima ao fisiológico.

autoetnográfico é composto por análise - interpretação - reflexão e envolve elementos como a subjetividade e emotividade do pesquisador sobre a investigação.

A autoetnografia vem reforçar o vigor e a reflexividade de um conhecimento que advoga o relevo dos microprocessos (individuais) para o entendimento dos processos macrosociais, como a desigualdade, a discriminação, o racismo institucional. (SANTOS, 2017. p.239)

Além disso, Santos argumenta que tal metodologia trabalha com diversas formas de materiais empíricos, como a experiência pessoal, entrevista, produções culturais, textos visuais. A internet tem se tornado um espaço potente (LINS RIBEIRO, 2006) para pensar a autoetnografia, assim como o mediascape (RIAL, 2005) abre expoente para pensar dimensões como a contribuição da antropologia audiovisual, como ferramenta autoetnográfica, não só do ponto de vista técnico, mas também do ponto de vista da recepção, da teoria e da reflexividade. Desse modo, a autoetnografia, pode ser pensada como um desdobramento da bricolagem, como artesanaria que costura essas diversas dimensões no intuito de inferir perspectivas substantivas, não só nos estudos de antropologia, mas como uma metodologia que compreende a interdisciplinaridade como elemento fundamental e valoriza o faz- fazer (LATOUR, 2016). Com base nessa perspectiva também uso fotografias minhas tiradas durante a pandemia, não apenas como forma de ilustrar minha tese, mas como ferramenta metodológica de construir discursos para além da escrita.

Penso isso a partir da minha interlocução com as reportagens de jornais usadas como ferramenta para debater os conteúdos de minhas análises sobre corpo, gênero, sexualidade e os contextos políticos sociais que os permeiam, produzindo assim uma parte de meus dados culturais de análise para o desenvolvimento da tese que aparecem no primeiro e segundo capítulo. O mediascape (RIAL, 2005) possibilita pensar questões como a representatividade, tema que vou debater no terceiro e quarto capítulo, pensando questões como os regimes discursivos, as condições de aparição, o debate sobre pessoas trans na mídia e outras questões como arquivo e historiografia transmasculina. Ainda nas reflexões

sobre mediascape, ferramenta que me possibilita pensar elementos como mediação e recepção nas próprias entrevistas que foram feitas através de alguma mediação, humana ou por rede social, e através da plataforma zoom, condição que me foi dada em decorrência da pandemia do COVID-19 e questão que pretendo desenvolver mais adiante. Assim, como a minha relação intersubjetiva com os textos, arquivos, livros, notícias na internet, interações nas redes sociais entre outros artefatos que possibilitaram o feito dessa pesquisa.

Além dessas questões que considero definidoras do método autoetnográfico, também defendo que existem outras dimensões fundamentais como compreender os debates sobre as crises de autoridade nas ciências humanas e sociais, o que exige uma compreensão sobre as hierarquias dos espaços discursivos, e a perspectiva de que a autoetnografia é uma resposta a elas. Assim como considerar o debate sobre identidades a partir de uma perspectiva das posicionalidades (MOMBAÇA, 2021; SILVA, 2009), problematizando questões como o essencialismo e seus debates sobre identidade; a intersubjetividade na pesquisa, para pensar minha relação com os meus interlocutores e construção de redes entre atores humanos e não-humanos, a situacionalidade em campo (SILVA, 2009) e a perspectiva de uma objetividade situada - ou como afirma Ana Clara Damásio (2022) na defesa de uma verdade posicionada. Elemento que está co-relacionado à historiografia densa (BACHETTA, 2022), como crítica à verdade/narrativa universal.

analisar e interpretar compreensões socioculturais do self e é isso o que distingue a autoetnografia de outras autonarrativas, como a autobiografia (O'Connell, 2017). Essa forte ênfase no eu é uma característica específica da autoetnografia e é nisso que reside a sua mais recorrente crítica, estando no centro da resistência a ela como método de pesquisa válido (Méndez, 2013). (GUEDES, 2019. p.29).

Como diferença cabe pontuar que autoetnografia, não é autobiografia e nem narrativa de vida ou estudos de trajetórias pessoais e acadêmicas (KLEBA E GONÇALVES, 2007; BUENO, 2002), por exemplo, mas essas ferramentas podem constar nos estudos autoetnográficos. No intuito de fomentar tal debate, Strathern (2017) salienta que a autoantropologia tem suas ciladas, como a pouca possibilidade de diálogo exterior ao campo de

pesquisa e um centramento nesse self que pode não ser tão relevante se não pensado a partir dos entendimentos das hierarquias dos espaços discursivos. Em outras reflexões como as de Letícia Cesarino (2022), a autora percebe como esse centramento no self corresponde a construção das identidades contemporâneas, mediadas por dispositivos como as redes sociais. No entanto, a proposta aqui é buscar uma fuga a essa determinação, que parece bastante possível de cair quando falamos de autoetnografia, e dar ênfase aos caminhos que são possíveis fazer para a elaboração dos dados e dos arquivos e posteriormente de uma reflexão significativa para o campo a qual a pesquisa faz parte.

Ao mesmo tempo, a autoreflexividade possibilita que saibamos mais sobre nós e sobre o grupo a qual pertencemos/estudamos, em outras palavras a autoantropologia gera mais (auto) conhecimento - o que é substancial para o debate dentro da antropologia enquanto campo de produção de conhecimento e também para os estudos trans. É a partir dessa reflexão que ressalto que a intersubjetividade é fator elementar da autoetnografia, por isso minha aposta nas entrevistas em um primeiro momento, e ao longo da pesquisa vou pensando as relações intersubjetivas para além da relação humana.

mesmo que a experiência do pesquisador não seja o foco principal, em uma situação de entrevista, sua reflexão pessoal e o contexto se tornam camadas que são acrescentadas à história que está sendo contada sobre os participantes. (ALVES SANTOS, 2017. p.224)

Pensar tal questão me traz diversas ambivalências do ponto vista metodológico e epistêmico, pois como pessoa transmasculina, compreendo que ao longo da construção das ciências humanas e da antropologia especificamente, os corpos trans sempre foram colocados como objeto de estudos (ANZALDUA, 1987; JACK HALBERSTAM, 2018; AMARA MOIRA RODOVALHO, 2017) foram nomeados e categorizados pela ciência colonialista.

No entanto, ao realizar a pesquisa me coloco nesse entre-lugar entre pesquisador e objeto (VERGUEIRO, 2015), deslocando esse lugar de reificação ao qual as pessoas trans são colocadas pelas ciências, e construindo outro espaço, onde pessoas trans produzem conhecimento

científico questionando as estruturas de poder que constituem esse campo.

Assim, meu diálogo com meus/minhas/minhes interlocutores diz sobre considerar os contextos históricos e sociais tanto em uma perspectiva global quanto local. Mas também com uma preocupação em contribuir significativamente no debate que envolva perspectivas transfeministas e decoloniais e ancorado no debate sobre restituição (RIAL, 2016b). Nesse sentido, considero importante posicionar outro lócus de enunciação, centrais para a análise. Meu lugar enquanto estudante de pós-graduação que atravessou junto com milhares de outros estudantes a crise sanitária e educacional instituídas pelo COVID-19.

Desse modo, ao descrever o que é a autoetnografia, considero que ela é uma espécie de tessitura que se compõe no limiar entre o fato e o feito, entre a feitura e o feitiço, entre a ciência e a cultura, no ímpeto de demonstrar a complexidade da posicionalidade do autoetnógrafo. Como ressalta Anahí Guedes:

Também assume uma posição cumulativa (Versiani, 2005, p. 182) de duplo vínculo antropóloga/nativa com todas as “ambivalências e contradições”(Mozafi-Haller, 1997, p. 215) que estão entrelaçadas nas intrincadas relações entre história pessoal e produção teórica, entre as reflexões sobre sua própria experiência e os insights analíticos que essa experiência produz [...] (VERSIANI, 2005, p.182 Apud GUEDES, 2019. p.37)

Nesses termos, utilizo a idéia de Antropologia Compartilhada (RIAL, 2016B; OLIVEIRA, 2013), elemento primordial da pesquisa e que opera como uma ética antropológica, como forma de devolver a pesquisa aqueles que a tornaram possível, mas também de trazer uma complexidade para pensarelementos que possam traçar a construção de uma crítica transfeminista, transmasculina e decolonial sobre as noções do tema “políticas trans”. De acordo com Carmen Rial (2016b) existem alguns elementos a serem considerados para que essa ação - restituição - possa acontecer, destacaria dois deles: a questão geracional – “a restituição, em alguns casos, implica diferenças geracionais, e estas podem significar questões técnicas bastante risíveis”. (RIAL, 2016b. p.142.) Esse elemento, faz uma referência maussiana - ao pensar a questão geracional, como ele elabora em as técnicas corporais - para descrever algumas questões emergentes de sua entrevista com Germaine

Tillion e as reflexões sobre restituição.

O segundo argumento diz sobre a restituição - essa ação de devolver à comunidade pesquisada - só ser possível entre aqueles que compartilham o mesmo léxico gramatical, em outras palavras, aqueles que partilham os mesmos códigos culturais. Esse argumento, que se aproxima daquilo que Strathern (2014) defende como característica da autoantropologia, um de seus limites seria de que ela só faz sentido dentro do campo cultural ao qual ela foi desenvolvida. Para ela: “Há sempre descontinuidade entre a compreensão nativa e os conceitos analíticos que organizam a própria etnografia” (STRATHERN, 2014. p.146).

Strathern argumenta que as narrativas dos nativos são sempre incorporadas como dados culturais, o que implica que elas mesmas são questionadas enquanto produção científica. E essa lógica é reafirmadora da cisão moderna: sujeito - objeto. Mostrando uma posicionalidade e hierarquia diferente entre a reflexividade do nativo e o enquadramento dado pelo autor da etnografia. Meu questionamento em relação ao debate sobre restituição implicaria talvez uma crítica à própria antropologia.

Para desenvolvê-la será necessário retomar um ponto de questionamento de uma das pessoas de minha banca de qualificação: para quem eu escrevo? Em seguida, cabe pontuar também como venho salientando desde o início, que a autoetnografia tem o propósito de pensar desde uma perspectiva auto/self questões culturais, incluindo assim problemas sociais como racismo, homotransfobia, etc., dessa forma temos uma mirada micro para uma questão que não é meramente cultural, mas estrutural. Nesses termos, quais seriam os limites de uma autoantropologia feita por *outsider*, que a partir de inferências de dados autoetnográficos tenta revelar a norma cisgênera naturalizada? Quais os limiares entre construir uma antropologia engajada e perceber as limitações colocadas pela autoantropologia? As perspectivas euroamericanas coloniais da antropologia não teriam limites? Seriam mais “completas”?

Essas são algumas questões iniciais que conduziram o desenvolvimento da pesquisa, ao menos metodologicamente. Não como forma de fechar o texto mais de deixar possibilidades reflexivas para futuros insights. Para a antropologia, a etnografia tem o significado de uma tradução cultural, na autoetnografia a própria subjetividade e intersubjetividade tornam-se dados

de análise, minha aposta é na possibilidade de uma autoantropologia/autoetnografia outsider.

A crise no antropoceno, virada epistêmica e o debate sobre posicionalidade para a construção de outras produções de conhecimento.

A crise na antropologia global vem sendo tema debatido por muitos autores.

Essa crise demanda novos locus de enunciação (LINS RIBEIRO, 2006; CARVALHO, 2000) e novos imaginários para a antropologia, o que também exige em uma virada epistemológica nesse campo de conhecimento, nesse sentido destaca-se as produções que partem de uma crítica à colonialidade (RIAL, 2019). Cabe ressaltar que a perspectiva sobre co-produção de conhecimento também tem inspiração com as teorias desenvolvidas pelos feminismos decoloniais e feminismos negros, como apresenta Paola Bachetta (2021). Como a própria autora define:

a historiografia densa seria uma forma de deslocar a Verdade, de afirmar muitas verdades contextuais simultâneas, de deixar narrativas históricas abertas para possibilidades futuras de itens de arquivo, campos de inteligibilidade e criação de sentido que podem ainda não ter sido imaginados. (BACHETTA, 2021. p.96).

A crise no antropoceno (HARAWAY, 2016), nos desenha um cenário político global constituídos de disputas ideológicas. Mais do que disputar uma narrativa sobre a Verdade universal, a proposta dessa reflexão tem como objetivo demonstrar partir de movimentos imaginativos (GLISSANT, 2021), reflexões enquadradas dentro de um período histórico, permeado por discussões políticas contemporâneas. Em exercícios não lineares procurei pensar sobre o filtro de conceitos como cisnormatividade, questões que envolvem as estratégias de governabilidade, e dizem sobre processos de exclusão ou de assimilação. (WOLFE, 2006), que caracterizam as experiências da população trans no Brasil e demonstrando as similaridades ou não com outras governabilidades. O que envolve também uma crítica ao modelo ocidental de ciência, sob a crítica de outros locus de enunciação que emerge dentro dos debates sobre produção de

conhecimento.

Ao perceber o descompasso entre antropologias que contrastam com o ocidente e se baseiam nessa separação entre sujeito e objeto e antropologias que tentam pensar a própria experiência (OLIVEIRA, 2013), considero que outras formas de conhecimento são também potência, de maneira à criticar o modelo moderno/ocidental da ciência pura, já criticada na antropologia desde Marcel Mauss (2003).

Esse trabalho consiste em um exercício reflexivo sobre meus próprios *insights* e relatos etnográficos sobre a cisnormatividade nos espaços de ensino e os impactos do conservadorismo no mundo diante a crise do COVID-19, reflexões que foram o combustível inicial para a construção dessa tese. Problematizar sobre a minha experiência intersubjetiva com meus interlocutores, assim como problematizar questões relacionadas aos espaços discursivos de visibilidade, diz muito sobre as dinâmicas de poder, que constituem as disputas políticas ideológicas que atravessam essa pesquisa, como a questão do conservadorismo e a própria ausência de um espaço de reconhecibilidade das transmasculinidades no imaginário cultural brasileiro.

Ao refletir a noção de neutralidade das recomendações metodológicas (PACHECO DE OLIVEIRA, 2013), Me ancoro em perspectivas outras da ciência, como os estudos transfeministas, em concordância com a afirmação de Leticia Nascimento (2021) de que a cisgeneridade ocupa a posição de um conceito fundamental na nossa cultura. Também sob as perspectivas sobre os estudos étnico- raciais, perspectivas interdisciplinares, interculturais, estudos pós-coloniais, e decoloniais, etc. O que configura um léxico de epistemologias insubmissas (FIGUEIREDO, 2020). Nesse sentido me fundamento também em um breve protocolo de pesquisa. De que devemos:

Escapar da história das ideias como objetivo em si mesmo, precisamos buscar o enraizamento social das teorias e métodos. [...] Adotar uma visão dinâmica, em que o erro e progresso científico fazem parte de um mesmo processo de criação e síntese, intrinsecamente tenso, contraditório e catártico. [...] Pensar o conhecimento numa perspectiva etnográfica, tomando a investigação científica não como mera atualização de um referencial teórico fixo, mas como resultante da convivência entre uma pluralidade de paradigmas, em que intervêm múltiplas tradições etnográficas<sup>6</sup>, não necessariamente convergentes,

nem complementares. (OLIVEIRA, 2013. pp. 57)

Desse modo, também acrescentaria a importância da interdisciplinaridade na maneira de construir tal reflexão, com a potencialidade de permear as fronteiras disciplinares na construção de outras formas de produção de conhecimento. Estabelecendo assim uma dinâmica de co-produção de conhecimento e reconhecendo a polissemia radical presente nesses hibridismos teóricos do pensamento pós-colonial, decolonial, feminista (LIMA COSTA, 2013), ao apresentá-lo como um fenômeno híbrido que mistura conceitos endógenos/locais e importados, como ferramenta de descentrar o debate sobre o sujeito da modernidade. (HALL, 2000).

Mesmo que não seja o foco principal dessa tese, é importante ressaltar que para além do debate sobre a antropologia em si, o objetivo é também salientar a história das ideias considerando seu sentido político.

É possível reverter o eixo de análise e, por meio da alteridade refletir não só sobre os “outros”, mas acerca da nossa própria cultura e suas tantas historicidades. Por esse caminho assumiríamos uma postura diferente diante das “sociedades complexas”, que implica, como diz Viveiros de Castro, antropologizar o centro e não apenas a periferia da nossa cultura. (SCHWARCZ, 2005. pp. 131 )

As perspectivas do pensamento pós-colonial como as de desprovincializar a Europa (CHAKRABARTHY, 2000), como um modo de inverter a forma como se organiza epistemicamente o colonialismo, até as teorias de Spivak (2010) sobre a construção do lugar de subalterno e os regimes discursivos de espaço de fala são chaves teóricas para a construção dessa tese. As centralidades do debate na perspectiva pós-colonial não se atem apenas “a voz nativa, como a do diferente, mas o reconhecimento das condições históricas e políticas de construção de alteridades submetidas a um regime colonial de Alteridades” (CARVALHO, 2001. p.22). Desse modo, cabe pensar as relações de intersubjetividade na pesquisa, para compreender que estamos inseridos em um grande debate sobre posicionalidade, o que implica uma territorialidade temporal e espacial também que decorrem das dinâmicas políticas locais, regionais e globais. Como bem destaca Camilo Braz (2019) a temporalidade do sujeito transmasculino é outra da temporalidade das instituições.

Nesse sentido, cabe também como exercício reflexivo pensar as relações das construções de conceitos, assim como sua relação com a metrópole, mais do que isso a relação que determinado conceito estabelece entre metrópole e província e seus efeitos. (LINS RIBEIRO, 2006).

Se percebermos esse debate pelas lentes decoloniais, podemos pensar a partir do conceito de identidade em política (MIGNOLO, 2008) e também pela própria ambivalência da categoria fronteira pensada por Glória Anzaldúa (1987). O que interessa no debate sobre posicionalidade (MOMBAÇA, 2020) é a forma como tal categoria possibilita ir além da ideia de identidade como algo fixo, inferindo a possibilidade de pensar que sujeitos/as/es são atravessados por diversos dispositivos constituintes de suas posições sociais e em relação (GLISSANT, 2021). Dito de outra forma, o que considero inaugural aqui, diz sobre a possibilidade de pensar as dimensões intersubjetivas no fazer científico, não ancorado apenas na ideia de uma identidade trans, mas sim de um modo de pensar que está além das propostas moderno ocidentais universalizantes, que envolve pensar a minha identidade situado e permeada por diversas co-relações de poder, entre sul e norte global, entre uma perspectiva transfeminista e feminista, entre os percursos que envolvem em se posicionar como outsider dentro de uma cultura cisgênera. Para isso me ancoro também nas perspectivas antropológicas de Lili Ryam Silva, em que:

a situação ou posição, nos diz o dicionário, é a maneira pela qual uma coisa está disposta, situada e orientada [...] a situação é, ao mesmo tempo, a circunstância na qual a condição, o ensejo e a oportunidade que o etnógrafo deve tornar favoráveis à obtenção dos dados e informações pertinentes ao seu projeto de pesquisa. [...] situação é circunstância e localização. (SILVA, H. 2009. p. 172).

Assim, mais do que uma reflexão do self da minha identidade transmasculina, objetivo uma (auto) reflexão como exercício imaginativo, sobreposicionalidade e as co- relações de poder instituídas nos recortes de pesquisa analisados nessa tese. Para isso me inspiro nas reflexões sobre que localizam que até o lado da rua em que estamos influencia na situação etnográfica (ECKERT; ROCHA, 2013; SILVA, H., 2009).

Também a questão da posicionalidade nos possibilita descrever situações que capturam nuances como a temporalidade e o ritual, a análise

de Carmen Rial sobre as diferenças entre os *fast foods* e os acarajés (RIAL, 2005b) nos possibilita compreender que trivialidades como a posicionalidade, como a escolha do local de montar o tabuleiro e a maneira como o cliente consome a iguaria, concentram o imaginário e cenário a qual a situação etnográfica ocorre. Ainda no debate sobre reconhecimento, a questão da posicionalidade é tema central nas reflexões de Benedict em *o Crisantemo e a Espada* (1972).

Nas miradas densas e complexas contemporâneas, como as reflexões de Viveiros de Castro (2019) sobre a cosmologia e perspectivismo ameríndio, percebemos que a maneira como cada coletividade significa as coisas muda completamente a compreensão do mundo, colocando em cheque conceitos basilares da cultura ocidental como a separação entre corpo e alma, e a própria dicotomia cultura e natureza.

Minhas reflexões se aproximam da proposta de Paola Bachetta sobre a historiografia densa (2020) e co-produção de conhecimento, trazendo a ênfase na intersubjetividade como apresenta Lili Ryam Silva:

o que há de particular na relação etnográfica é a circunstância da intersubjetividade, velha questão para a qual Lévi-Strauss chamou atenção ou, para colocar em outros termos, a relação na mesma escala entre sujeito e objeto, como observou Roberto Da Matta (1981) em relativizando. (SILVA, H. 2009. p.176)

O que quero dizer é que antes de pensar a dimensão exclusiva da identidade, como uma crítica ao sujeito universal da modernidade, o que é relevante é pensar sua própria dimensão relacional e situacional, para então entender as assimetrias e hierarquias que constitui seu lugar de enunciação. Portanto, a ênfase na questão da posicionalidade.

### Identidade, subjetividade e posicionalidade

Até aqui tentei concentrar questões que emergem de uma situacionalidade do sul global, como a autoetnografia e os elementos importantes para a sua construção.

Podemos partir da noção crítica a uma produção que dá ênfase apenas no self. No Brasil, podemos perceber uma maior ênfase na questão da subjetividade, em relação aos os estudos sobre reflexividade

(CARVALHO, 2001).

Podemos entender essa questão por meio do efeito do descentramento do sujeito, onde os estudos sobre subjetividade, tanto a psicanálise, quanto os estudos de gênero, tiveram seu protagonismo. Também cabe destacar a forte influência da perspectiva dos saberes localizados (HARAWAY, 2009) nos debates sobre a construção de uma ciência feminista. Destaco que esse conceito é o grande trunfo dos debates científicos feministas. No entanto, percebo também algumas questões que precisam ser criticadas diante uma perspectiva do sul global. Penso que a mais problemática delas diz sobre a crítica que Haraway faz ao conceito de fronteira, como um espaço instável para se posicionar desde uma perspectiva localizada. Porém, entendendo desde a perspectivas dos estudos decoloniais, que a posição de fronteira, caracteriza uma posição, não estática, do pensamento decolonial. A noção de Borderlands (ANZALDUA, 2016), possibilita desenhar melhor essa crítica.

O conceito de fronteira, expressa a noção de dupla condição do sujeito. Reflexão tensionada também por Spivak, nos estudos pós-coloniais em sua tese sobre sua dupla condição de subalterno e as dinâmicas de poder dos espaços discursivos. Cabe observar a ênfase a questão da subjetividade nessas análises.

Os estudos de Anzaldua, também contribuem para pensarmos além da questão da identidades e da subjetividades, mas as dimensões de performatividade, como forma de espaços enunciativos/discursivos. Penso que a autoetnografia, emerge de um contexto em que se compreende as assimetrias dos espaços de enunciação como o campo da produção de conhecimento. Assim como outras manifestações políticas, fora desse espaço nos fornecem elementos para problematizar a própria noção dos espaços discursivos.

Aos observar os movimentos políticos de Black Lives Matter nos Estados Unidos, Judith Butler (2018) desfaz o argumento de Hannah Arendt (2019) para pensar que o corpo é que ocupa o espaço do político e não a voz.

Essa constatação afirma como a subjetividade está diretamente relacionada ao campo do político. E que a performatividade é ferramenta

política importante mobilizada por aqueles que não possui o mesmo acesso aos espaços discursivos.

Na antropologia a performatividade como aliança entre corpo e política

aparece em Vitor Turner (1974), em suas reflexões sobre limiaridade e os processos rituais. De acordo com Letícia Cesarino (2022), antropóloga que se dedica a pensar a complexidade dos sistemas:

Em sua obra seminal sobre rituais, Victor Turner utilizou o termo (antiestrutura) para designar o movimento reflexivo pelo qual uma sociedade “se dobra em si mesma”, trazendo à tona elementos que contestam os modelos políticos e legais que controlam o centro da vida de uma sociedade( Turner, [1969] 2013) (CESARINO, 2022. p.49).

No Brasil, o debate sobre os acessos de fala e escuta, giram em torno do conceito de lugar de fala (DJAMILLA RIBEIRO, 2017). Conceito que ganha compreensões múltiplas e equivocadas.

No entanto, o conceito condensa um debate historicamente desenvolvido por feministas negras norte-americanas e brasileiras sobre posicionalidade e sobre o acesso aos espaços discursivos. As interpretações equivocadas do conceito dizem sobre uma demasiada essencialização, em afirmar que só quem pertence à determinada identidade pode falar sobre ela, correspondendo assim a uma agenda liberal de identidades essencializadas. Porém, a forma como entendo a proposta do conceito, ele diz muito mais sobre refletir criticamente sobre as hierarquias dos espaços discursivos, mostrando que todas as pessoas tem lugar de fala, mas nem todas tem acesso aos espaços discursivos como a mídia e os discursos científicos. Ao mesmo tempo reconheço pensando a partir de bell hooks (2017) que os subjulgados - ou aqueles não pertencem a esses espaços discursivos são sempre relegados a uma espécie de essencialismo, invisibilizando a dimensão estrutural que naturaliza a norma que organiza e mantém essas hierarquias dentro desses espaços. Desse modo, percebo o conceito de lugar de fala, como um espaço de potencializar outras posicionalidades em uma crítica cultural.

Desse modo, entendo a situação etnográfica desse conceito, posicionalidade, assumindo a minha posição enquanto etnógrafo (Lili RYAM SILVA, 2009) “o significado pleno, solar, social pode até ser prismático e múltiplo, mas será sempre constituído pelas tensões entre

autopercepção e alterpercepção.” (SILVA, H. p.181). Tal perspectiva mostra que o que é posto em debate a partir do conceito do lugar de fala é muito mais esse enredo político social da situacionalidade de quem está falando, do que necessariamente sobre a autoridade de quem pode falar por ou sobre determinado assunto. Certo que cabe reconhecer, a dimensão que a subjetividade ganha nesse debate, mas também reconhecer as relações intersubjetivas que co-produzem as relações de poder que se estabelecem em uma análise do conceito.

Nesses termos, apresenta-se aqui uma gama enorme de perspectivas teóricas que se esforçaram social e politicamente para contrapor-se a uma perspectiva homogenizadora e neutra, reivindicando o apreço e a própria “atitude” da escrita em primeira pessoa e considerando as dimensões relacionais do fazer científico. Podemos inferir então, que a autoetnografia se constrói enquanto um método que se sustenta em um triângulo, entre identidade, subjetividade e posicionalidade. E que o ato performativo de reivindicar a escrita em primeira pessoa (EVARISTO, 2021), transparece a hierarquia construídas nesses espaços discursivos. Ao mesmo tempo em que nos leva a um debate sobre autoridade - que está diretamente relacionada a crise no antropoceno.

Linda Alcoff (2020) nos apresenta questões pontuais sobre os embates identitários e a dimensão (por vezes perigosa) da representatividade em O problema de falar por outras pessoas. Jota Mombaça (2020) articula esse debate entre saberes localizados e lugar de fala, para pensar os usos políticos do lugar fala. Tal autora conduz o debate sobre tais perspectivas nos apresenta uma crítica em que o cerne do debate gira muito mais em torno de posicionalidade do que de identidade:

O que está sendo evidenciado pela maior parte dos ativismos do local de fala não são identidades, mas, mais precisamente, posições, e que o conceito de posição, talvez diferente do conceito de identidade, incorpora já um certo grau de antiessencialização estratégica pois expressa um certo estado, uma certa forma de estar situada, e não uma verdade absoluta (essencial) sobre um certo sujeito. (MOMBAÇA, 2020. p.87)

Identificar esses elementos como a crise de autoridade e as complexidades que envolvem o debate sobre lugar de fala. Tem como objetivo mostrar como tais perspectivas evidenciam a existência de uma

hierarquia corporal e simbólica, no campo da produção do conhecimento e dos espaços discursivos, que constitui uma economia política em tais espaços. Por isso, como afirma Lili Ryam Silva:

Estar atento a essa economia de trocas entre essas dimensões do trabalho é ainda estar aberto às sugestões que essas atividades podem influir. Pois, trata-se de pensar a etnografia como o relato de uma experiência conflituosa de um observador, condição para o entendimento do que foi observado. (SILVA, H. 2009.)

Por fim, tais teorias mobilizam, não só teoricamente, mas política e epistemologicamente, discussões sobre os espaços de autorização de fala e de escuta, dentro de uma hierarquização colonial/ antropocêntrica e desenvolvem críticas em seus contextos aos discursos hegemônicos no campo da produção de conhecimento. Dessa forma, o que tem relevância no “fazer” é justamente a como se tece as dinâmicas estabelecidas entre os interlocutores (humanos e não-humanos) e a própria maneira de organizar os dados da pesquisa enfatizando a subjetividade, intersubjetividade e a própria situacionalidade em campo implicando em disputas e reterritorializações que estão em constante movimento e correspondem a dinâmicas locais, regionais e globais.

Por que (quase) não tem pessoas trans na antropologia?

Pensar a partir das dimensões das posicionalidades para questionar a ordem do sujeito, como um dos desdobramentos da crítica feita ao antropoceno e à colonilidade do poder, me fizeram perceber a cisnormatividade dentro dos campos de conhecimento. Como afirma Letícia Nascimento: “O conceito de cisgeneridade é uma máquina de guerra discursiva que expõe o modo pelo qual corpos generificados se apropriam do direito de subalternizar outros corpos generificados.” (NASCIMENTO, 2021. p. 99) . Ao pensar o debate do antropoceno, compreendi também as potencialidades da interdisciplinariedade (Oliveira, 2021). Dessa forma também me penso enquanto sujeito que está inserido e posicionado dentro de um processo político e histórico particular dentro do cenário político nacional, no que tange as dimensões educacionais, por exemplo. O que me faz refletir a partir da minha posicionalidade em relação

ao campo das ciências humanas no ímpeto de construir uma narrativa não linear e contra hegemônica. Digo isso pois, para entender a entrada de pessoas trans no ensino superior, é necessário compreender um processo histórico maior de ampliação do ensino superior nas últimas décadas no Brasil.

Pensar esse processo me fez perceber que existem poucas pessoas trans produzindo antropologia, por exemplo. Essa reflexão tem o campo da antropologia como foco, mas poderíamos olhar outras áreas das ciências humanas para percebermos as ausências de produções feitas por pessoas trans. Nesse sentido, é necessário um resgate histórico do presente (LE GOFF, 1992) para pensar as dimensões socioculturais que podem ser pistas para tentar entender esse contexto histórico e político.

É importante ressaltar que desde 2009 existe a política de nome social, como garantia de reconhecimento de identidade de gênero de pessoas transexuais e travestis nas instituições de ensino (MASSA, 2018). Cabe também dizer que essa foi a única política de acesso e permanência para pessoas trans no campo educacional na última década no Brasil. Anterior ao decreto presidencial nº 8.727 de 2016<sup>7</sup>, onde o nome social tornou-se um direito que deve ser reconhecido por todas as instituições públicas federais, algumas universidades por meio do princípio de autonomia universitária, criaram políticas internas para garantir o nome social de pessoas trans. Destaco a UERJ, como primeira universidade a desenvolver tal política e a UFSC como a sexta universidade a implementar a política de nome social no ano de 2012. No entanto o grande marcador de exclusão escolar ainda é o ensino básico, com um percentual de 82% de evasão/expulsão escolar<sup>8</sup>.

Por outro lado, percebe-se o aumento de pessoas trans ingressando nas universidades brasileiras nos últimos anos. Defendo que efeito da luta por reconhecimento e da efetivação, mesmo que precária, de políticas como a de nome social são o alicerce para a efetivação desse aumento.

---

<sup>7</sup> [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm)

<sup>8</sup> A informação é do defensor público João Paulo Carvalho Dias que é presidente da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil e membro conselheiro do Conselho Municipal de LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) em Cuiabá. <https://flacso.org.br/2016/05/23/evasao-entre-travestis-e-bem-maior/>. Acesso: 07/01/2023.

Segundo a pesquisa feita pela ANDIFES<sup>9</sup> em 2019 e publicada na matéria da Folha de São Paulo<sup>10</sup>, 0,2 % dos alunos/alunas entrevistadas, dos 424 mil estudantes brasileiros, se identificam como pessoas trans e travestis.

A questão do reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans tem sido uma lacuna importante a ser debatida no cenário político atual. A ausência de políticas e pautas que estejam engajadas nessa perspectiva pode ser um fator a ser considerado. No Brasil, somente em 2022 a categoria identidade de gênero passou a fazer parte do censo demográfico. A ausência dessa categoria impede o levantamento oficial de dados para o desenvolvimento de políticas públicas. No entanto, pesquisas importantes que concentram esses e outros dados que configuram a realidade da população trans brasileira são feitas por organizações como a ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais - suas pesquisas e dossiês organizam substancialmente as estatísticas sobre a população trans no Brasil. Dados que são referenciados nesse trabalho. Em outros países como o Uruguai, no ano de 2016 foi elaborado o censo para pessoas trans, o que possibilitou embasamento para o desenvolvimento e aplicação da lei integral para pessoas trans no país vizinho. Esses são elementos que utilizo para desenvolver algumas pistas para pensar a ausência/presença de pessoas trans no ensino superior. Na aposta também de pensar como a entrada e a permanência de novos sujeitos modificam o imaginário social dentro do campo de produção de conhecimento.

Como foi colocado inicialmente, na antropologia percebe-se um aumento significativo de mulheres (cis) (RIAL, 2019) o que reconfigura o imaginário da área que anterior era composto majoritariamente por homem, cis, brancos, provavelmente heterossexuais. Essas reflexões são oriundas e se desdobram nas inferências que fiz durante a elaboração de uma oficina na Semana de Antropologia John Monteiro da Unicamp em 2021, pensando questões relacionadas à presença de pessoas trans no ensino superior com ênfase no campo da antropologia. No entanto, percebemos que não

---

<sup>9</sup> Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

<sup>10</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/ao-menos-12-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-alunos-trans.shtml> Acesso em 07/01/2023

há um número proporcional de pessoas trans (masculinos, femininas e não binárias) estudantes de antropologia e/ou antropologues, em comparação à pessoas cisgêneras. A partir dessa primeira percepção observamos duas outras hipóteses:

Pessoas trans ao longo da História da Antropologia no Brasil, sempre foram vistas como objetos de estudos. Mesmo boas pesquisas como de Don Kulick (1998), que se concentrou em observar a construção da subjetividade travesti na cidade do Rio de Janeiro e trabalhos anteriores como os elaborados por Lili Ryam Silva (1993) no bairro da Lapa, foram importantes na construção da travestilidade no imaginário brasileiro, assim como foram importantes para a construção de políticas locais para a população trans. Mas ainda agregam um tom bastante curioso sobre a identidade travesti, no sentido de tentar construir uma narrativa do que é uma travesti. Tal perspectiva refrata uma característica colonialista da antropologia. E pode ser pensado a partir do que Lins Ribeiro (2006) atribui ao caráter da antropologia que trabalha para o Estado-nação, no sentido de conhecer uma comunidade ou população, para desenvolvimento de políticas de incorporação ao estado.

Certamente que não desconsidero o recorte temporal e o contexto político cultural em que tais pesquisas foram elaboradas, assim como considero suas contribuições na aplicabilidade de políticas institucionais. Mas é necessário ressaltar a relação de colonialidade que se estabelece nessa relação.

A segunda hipótese percebida em decorrência dessa análise diz respeito à produção de pessoas trans concentradas na Área da Educação. De acordo com pesquisas que serviram de base para essa tese, é possível inferir essa afirmação. Trabalhos como o de Luma Andrade, Megg Rayara de Oliveira, são exemplos úteis para afirmar esse argumento. Destaco que as primeiras pesquisas feitas por pessoas trans no Brasil, tem bases teóricas foucaultianas, concentrando reflexões como a questão da normalidade e anormalidade e reflexões acerca dos dispositivos de controle sobre o corpo nos espaços de ensino, como os trabalhos de Luma Andrade (2012; 2015) e Megg Rayara de Oliveira (2020). Mas o que enuncio aqui é que é perceptível um movimento de pensamento “trans” que emerge no

campo educacional que representa a luta e a disputa política pelos espaços discursivos, anterior a isso, diria que se configura em uma luta corporificada que disputa não só o acesso mas a permanência dentro desses espaços.

A evasão/expulsão escolar (BENTO, 2011), é um argumento que atravessa boa parte das pesquisas feitas por pessoas trans e pesquisas que pensam a presença de pessoas trans nos espaços de ensino. Esse é um dos argumentos principais nas discussões sobre reconhecimento da identidade de gênero na educação. Desenvolvo a ideia de que os espaços de ensino não criam um espaço de reconhecibilidade (FISCHER PACHECO, 2018; BUTLER, 2018) que possibilite o reconhecimento da identidade de gênero de alunos trans, o que na maioria das vezes gera esse processo de exclusão involuntária.

São muitos os debates que atravessam o tema das transidentidades do ponto de vista social e político, destaco quatro principais temas em que se agrupam o que denomino como a emergência dos estudos trans no Brasil. No debate sobre reconhecimento e cidadania, as principais temáticas estão em torno das políticas de acesso, como o processo transexualizador, a política de nome social e mais recentemente as políticas de ações afirmativas.

No entanto, uma das principais temáticas que considero precursora no que tange o tema do reconhecimento da população trans, diz sobre o uso dos banheiros, debate que atravessa outras searas como o campo da educação, saúde, direitos humanos e constitui um espaço elementar para uma epistemologia trans. Em termos mais amplos, na última década vimos emergir de maneira mais notória pesquisas feitas por pessoas trans no campo da educação, atravessadas por temáticas como o acesso ao mercado de trabalho e empregabilidade. Também em debates epistemológicos, onde a questão da visibilidade torna-se central.

Reflexões e pesquisas feitas em primeira pessoa por pessoas trans colocam em evidência as assimetrias dos espaços discursivos como o campo da produção do conhecimento, assim como tensionam os imaginários hegemônicos provocando um deslocamento do sujeito ao tecer uma narrativa contra hegemônica que partem de outros lugares de

enunciação. Do mesmo modo que essas trajetórias e outras, também constituem um cenário político de alianças e contradições que dizem de uma determinada governabilidade, de um determinado momento histórico e político, portanto também da situacionalidade em campo de descrevê-las.

Destaco as primeiras pesquisas feitas por pessoas trans, que a partir de uma abordagem foucaultiana dimensionam as questões do controle dos corpos e de como operam os regimes biopolíticos em relação aos corpos trans nas instituições - com ênfase na escola, tanto em sua dimensão institucional quanto social. Mais recentemente vemos emergir outras críticas ancoradas em perspectivas decoloniais e que costuram a história do campo dos estudos de gênero e feminista, como o trabalho de Tiffany Odara (2020) que demonstra a importância de historicizar os processos políticos em que se constituíram os movimentos de pessoas trans/travestis/transsexuais e perceber como houve atravessamentos e alianças importantes como o empoderamento que o movimento feminista dá para o movimento LGBT no Brasil e em outros países como no Uruguai (SEMPOL, 2013), por exemplo.

Na medida em que percebemos os avanços e as alianças que possibilitaram a emergência de um pensamento trans surgindo no Brasil, também observo que as críticas mobilizadas por uma epistemologia trans, que como define PJ Di Pietro (2020), se caracteriza pelo movimento e pela travessia (RODOVALHO, 2017; MOMBANÇA, 2020) tensionam duplamente os espaços de produção de conhecimento. De um lado considero a crítica à universalidade e a neutralidade, alinhado a outros movimentos de pensamento como as teorias feministas e decoloniais.

Por outro lado, também movimentamos debates internos dentro dos estudos de gênero como percebe Amara Moira (2017), Jack Halberstam (2018), Viviane Vergueiro (2015) e reflexões como a que fiz em minha dissertação, percebendo como mesmo dentro do movimento feminista existem segmentos que se opõem a pessoas trans, revelando também uma estrutura que é cisnormativa dessas organizações, ao mesmo tempo são também transfóbicas. Esse tema por exemplo, dialoga diretamente com o debate sobre as disputas ideológicas que ocorre em proporções globais sob o espectro do conservadorismo. No capítulo em que discuto as questões que cerceiam os avanços conservadores, faço

breves apontamentos à esse tema. Nessa etapa, procurei definir de maneira explanatória, o campo ao qual está situado minhas reflexões, após ter explicado quais os elementos necessários para a elaboração de uma autoetnografia. Na sequência, me ocupo em descrever como construí essa reflexão, destacando os principais pontos.

## Dando corpo ao método

“A gente resistiu expandindo a nossa subjetividade” (Ailton Krenak, 2019. Pp. 15)

Parte das etapas da pesquisa se concentrou na realização de entrevistas, que construídas a partir de uma perspectiva autoetnográfica, teve como objetivo a proposta de pensar as relações intersubjetivas na sua elaboração e a partir do diálogo com os interlocutores a construção de uma co-produção de conhecimentos e narrativas não hegemônicas. (CARVALHO, 2001; BACHETTA, 2021; OLIVEIRA, 2013).

Na primeira etapa, a partir de uma pesquisa preliminar sobre as políticas para pessoas trans no Brasil, e através de buscas nos sites do parlamento Uruguaio, realizei uma pesquisa etnografia de documentos (PEIRANO, 2006) e encontrei as legislações que haviam sido desenvolvidas para pessoas trans\*, estabelecendo um recorte de tempo de 2007 até 2021. Também acompanhei periódicos e jornais, no ímpeto de acompanhar o debate público a respeito da temática nos dois países. Então, realizei o comparativo entre Uruguai e Brasil e paralelamente acompanhei algumas discussões sobre políticas para pessoas trans\* na Argentina. Questão que contribuiu significativamente para compreender os impactos culturais das políticas para pessoas trans.

Cabe destacar que escolher o Uruguai como país para fazer a pesquisa comparativa, corresponde a dimensão de que o Uruguai tem uma política intergral para pessoas trans, que se estende a diversos setores da cidadania, como a questão do acesso ao mercado de trabalho, acesso e permanência na educação, moradia, acesso ao sistema de saúde e também prevê uma reparação histórica à pessoas trans que viveram no período da

ditadura.

Nessa etapa, realizei a primeira entrevista com Malvina<sup>11</sup>, primeira aluna trans a se formar na Universidade de La Republica no Uruguai. E cabe destacar, pensando a construção de redes, das minhas próprias redes e produção de conhecimento, que o contato da entrevista foi conseguido/mediado por minha orientadora Carmen Rial, que por meio de suas redes que entrecruzam os campos de gênero, sexualidade e antropologia, conseguiu o contato de minha interlocutora. Cabe ressaltar também, que minha interlocutora foi uma das protagonistas das reivindicações da Lei Trans no Uruguai. Além disso, Malvina também tem envolvimento político partidário na capital uruguaia, e ocupa um cargo público no ministério do desenvolvimento social do Uruguai. Com isso, temos uma dimensão de multiposicionalidade ocupada por minha interlocutora.

Desse modo, pude compreender as aproximações e distâncias entre as legislações do Brasil, Uruguai e Argentina em termos de políticas para pessoas trans, a partir do conceito de precariedade desenvolvido por Butler (2018), de cidadania precária desenvolvido por Berenice Bento (2014) e o conceito de ordem de gênero e de misogynarchies, desenvolvido pela socióloga trans Raewyn Connell (2016) e de Paola Bachetta (2020) para pensar a governabilidade no período em que as políticas para pessoas trans foram desenvolvidas nos dois países, e também para pensar dimensões sobre colonialidade do poder e de gênero. Assim como os contextos conservadores que adentram o campo educacional no Brasil e no Uruguai e na América Latina nos últimos anos. Que me possibilitaram pensar questões como reconhecibilidade e reconhecimento.

A segunda entrevista me deu base para pensar as diferentes posicionalidades entre militância e academia, suas contribuições para o campo dos estudos de transmasculinidades sobre transmasculinidades negras, o binômio objeto/ameaça (PEÇANHA, 2021) e suas reflexões a respeito da participação de pessoas trans no esporte e as críticas ao sistema. Também possibilitou pensar o diálogo como construção de redes de conhecimento e debate sobre as transmasculinidades brasileiras.

---

<sup>11</sup> Nome fictício que dei a minha interlocutora de pesquisa

Realizar a primeira parte exploratória, sobre políticas para pessoas trans, assim como as entrevistas, junto a uma investigação sobre o método autoetnográfico foram passos centrais para a elaboração da tese. Até esse momento, eu tinha muitas anotações, 4 horas de entrevistas transcritas, um quadro com algumas considerações sobre as políticas para pessoas trans e reflexões sobre o cenário político conservador com um arsenal político anti-trans. E um relatório de aula, que funcionou como um estrategema importante para essas elaborações. Esse era o quadro que configurava a minha pesquisa até o momento.

Ainda que esses dados me trouxessem substancialidade já o suficiente para justificar a produção de uma autoetnografia, percebia que o tema a qual me dediquei a pensar, exigia complexificar mais as questões sobre reconhecimento, representatividade e visibilidade. Foi a partir de um recorte de uma pequena frase da primeira entrevista, que me surgiu o insight para a elaboração do segundo grande estrategema da minha pesquisa. *Estamos em um momento de visibilidade!* Essa foi a frase dita pela minha interlocutora e que me fizeram, problematizar as questões de como as políticas de identidade correspondem a uma agenda neoliberal, ou pelo menos captar nuances de como funcionam as políticas de representação, pensadas sobre a chave das transidentidades. Nesse sentido, o potencial criativo, do feitiço e da feitura, ganharam novamente proporções práticas na elaboração dessa reflexão. Por fim, destaco que, dar corpo a autoetnografia, exigiu um esforço teórico, político, epistêmico e uma plasticidade reflexiva que atravessaram epistemologias insubmissas (Figueiredo, 2020), que foram operacionalizadas para entender as relações de poder que emerge de um discurso de dentro dos espaços de produção desconhecimento, a partir de uma corporalidade e posicionalidade que é outsider desses espaços. Me fazendo compreender o potencial político que tal metodologia pode obter, assim como as suas possíveis falhas. Mas sobretudo por entender a suainstrumentalização como uma forma discursiva dos subjulgados, redimensionando os léxicos gramaticas dos espaços de produção de conhecimento e desestabilizando relações pré-determinadas como a relação sujeito objeto.

As entrevistas – uma aposta na intersubjetividade – a ficção como arma discursiva.

Como estratégia na elaboração das entrevistas, e como experimentação etnográfica, o acaso foi um elemento importante na produção de dados, mesmo realizando uma prévia para as entrevistas - ou elementos semiestruturados para guiar a a entrevista, foi na aposta sobre a reflexividade que tudo aconteceu. Tudo se desfez e se refez.

Foi nesse contexto que optei por utilizar as alegorias de cidades imaginadas (SARLO, 2009) dada as limitações dessa etapa da pesquisa devido ao contexto do COVID- 19. As cidades imaginadas, usadas nesse sentido, operam como alegorias, como formas imaginativas de ficção e também de resistência, como forma de criar espaços virtuais - não só no sentido do digital, mas de uma virtualidade espacial - para desenvolver minhas entrevistas e descrições, usadas como material de campo. Foi um elemento importante para as reflexões sobre posicionalidades.

O diálogo com meus interlocutores foram fundamentais para compreender as dinâmicas e aplicabilidades de determinadas legislações em seus contextos locais e regionais. Do mesmo modo que demonstram a invisibilidade de pessoas trans em diversos setores da sociedade. Revelar a invisibilidade trans é nomear a norma social vigente. Por isso, entrecruzar interdisciplinarmente as diversas perspectivas que emergem dos lugares de enunciação de meus interlocutores, percebendo os contextos locais e regionais em que vivem, a construção de suas trajetórias acadêmicas junto aos movimentos sociais ou não, me ajudaram também a pensar quais são os espaços na cidade os corpos trans ocupam, desfazendo uma narrativa determinista e remontando outros imaginários constitutivos das experiência trans, do mesmo modo que interrelacionar com a minha experiência, desde uma perspectiva interdisciplinar, e também compreender um processo histórico político do presente que se tece coletivamente. Espaço esse que me possibilitou pensar a relação entre precariedade e performatividade de gênero, dinâmica percebida tanto nas políticas institucionais, como também nas relações sociais que localizam os meus interlocutores.

Nesse sentido, utilizar alegorias aqui tem o significado de evidenciar

as questões mais materiais da pesquisa e não como um saída pela tangente sobre tais questões. Para compreender então esses processos políticos que dizem sobre as governabilidades, as políticas e suas relações com a colonialidade e as pautas dos movimentos políticos contemporâneos e buscar compreender de maneira complexa as hierarquias sexuais e de gênero que se constituem dentro das dinâmicas globais, regionais e locais. Questão que me debrucei mais ao pensar as aproximações entre os debates sobre conservadorismo e colonialidade.

Como uma possibilidade de ruptura a esse fazer antropológico que se diz universal, a internet ou o ciberespaço (SEGATA, 2016; RIFIOTIS, 2016) propiciam um intercâmbio imenso de informações, além de criar uma rede transnacional no ambiente virtual (LINS RIBEIRO, 2006). O paradoxo aqui, foi entender a potência do ciberespaço, principalmente dentro do contexto da pandemia do COVID-19 nos debates sobre produção de conhecimento, antropologia e intercâmbios intelectuais, ao passo que não se pode deixar de pensar a questão das desigualdades de acesso a rede, questão fundamental para uma mirada contra hegemônica ou decolonial. Nesse sentido, não só a internet mais o mediascape, foram instrumentos importantes para a construção das reflexões sobre as reportagens e notícias de jornal, como um exercício que reflete sobre a própria subjetividade implicada nessa produção.

Pensar sob essas alegorias me proporcionaram um exercício autoreflexivo sobre como o ciberespaço tornou-se um território da construção subjetiva das transmasculinidades. Ao mesmo tempo em que um dos meus principais recursos metodológicos na construção dos dados dessa pesquisa.

Habitando esse paradoxo ou fronteira (GLÓRIA ANZALDUA, 1987; VICENT CRAPANZANO, 2005; AMARA MOIRA, 2017), o significado de ter o entendimento de múltiplos posicionamentos, contradições e ambiguidades. Questões que me possibilitam pensar no terreno da contradição (MOMBAÇA, 2020). Me entendo enquanto sujeito transmasculino, produzindo uma autoetnografia desde o locus de enunciação da transmasculinidade geopoliticamente localizada no sul global. Ao reconhecer o ciberespaço, principalmente a internet, como um

espaço de construção das identidades transmasculinas - fenômeno observado na construção das identidades contemporâneas (CESARINO, 2019), compreendo-o enquanto uma territorialidade trans, e transmasculina. Como espaço de acesso a informação e de sociabilidade.

Dessa forma, a antropologia e o seu debate sobre crise de autoridade, oferecem caminho para trilhar com alguns objetivos importantes, como localizar pessoas trans, com ênfase nas transmasculinidades que estão produzindo antropologia na América Latina, mas sobretudo no Brasil. Assim como, estabelecer e definir o meu lugar enquanto pesquisador transmasculino/homem trans que vê florescer na antropologia um lugar (ou não lugar) (MOTEN, 2021) de enunciação dentro do campo de produção do conhecimento. Desse modo, existem dois movimentos na construção desse método que podem ser pensadas simultaneamente, a construção do lugar de enunciação no sentido reflexivo de pensar a construção cultural trans, dentro de um processo de identificação, e decodificação da cisnormatividade, mas também do ponto de vista reflexivo e intersubjetivo na elaboração de uma epistemologia trans, uma aquengrafia (Sofia FAVERO, 2020) ou possibilidade imaginativas implicadas em compreender essas subjetividades excessivas, como a transmasculinidade, suas posicionalidades e seu potencial enquanto co-produção de conhecimento.

### Desatando as armadilhas

As alegorias das cidades imaginadas foi um recurso intersubjetivo importante para pensar a minha relação com os meus interlocutores, principalmente sob a dimensão ética de não falar por eles, mas co-produzir reflexões. Assim como funcionou como recurso estético para pensar dimensões da inteligibilidade da minha própria identidade em um dos tratamentos que foram o ponto central dessa pesquisa - tanto no sentido de uma virada dentro do referencial teórico da pesquisa, como também no sentido de me experimentar enquanto etnógrafo, mesmo em uma situação adversa.

Além de produzir aporias sobre a intersubjetividade em relação com os meus interlocutores, o que atribui uma dimensão relacional a construção

da minha pesquisa. Também utilizei outros recursos metodológicos para melhor mediar os caminhos que a pesquisa foi me direcionando. Entre as questões mais pertinentes - que foram constituidoras de boa parte das reflexões desenvolvidas aqui - destaco o debate sobre representatividade e visibilidade - que surgiram de um insight em uma das entrevistas, quando problematizamos as estratégias políticas as quais a comunidade trans está inserida dentro das políticas de identidade. Optei também por explorar uma gama de teoria e conceitos mais amplos para entender o fenômeno da visibilidade em relação às políticas de identidade dentro daquilo que chamo de políticas da representação. Problematizando como o corpo trans tem sido representado nas narrativas culturais no ocidente, trabalhando o conceito de orientalismo. Também compreendendo os diferentes significados do transfeminismo pensando desde uma crítica da geopolítica do conhecimento. Localizando o transfeminismo como um movimento de pensamento recente no Brasil, enquanto movimento intelectual reconhecido.

Para a elaboração dessa etapa, que não foi desenvolvida em formato de entrevista, foram importantes outros elementos que permeiam a dimensão da experiência, como a participação em eventos científicos como o 12º seminário internacional fazendo gênero, 33ª Reunião Brasileira De Antropologia (RBA, 2022) , III seminário Carolina Maria de Jesus e XIV Reunião de Antropologia do Mercosul - RAM - 2023. Eventos que foram fundamentais para a elaboração substancial dessas reflexões, em seus aspectos situacionais, teóricos, epistêmicos e políticos. Contribuindo para me localizar em um debate mais ampliado sobre as produções antropológicas fora do norte global e na construção da minha localização enquanto transpólogo outsider. Descrever as minhas análises sobre esses eventos, mesmo que de maneira sutil, como um insight surgido em um grupo de trabalho, uma reflexão sobre visibilidade e representatividade transmasculina, sobre o dialeto pajubá, como forma de descolonizar e deslocalizar as hegemonias da antropologia, foram elementares para a construção de uma crítica sob a transcolonialidade de gênero que estrutura esses espaços. Ao passo que também pertencer a esses lugares, ou construir um espaço meu (FANNON, 2018) é uma forma de me inserir em uma linguagem, em uma codificação que acontece na fricção da dívida

colonial que a antropologia tem com as pessoas trans, e a possibilidade de construir uma crítica ao antropo(cis)ceno de dentro da antropologia.

Também outras ferramentas metodológicas foram importantes na elaboração dessa autoetnografia, como as fotografias, como as imagens do meu acervo pessoal durante o período da pandemia. Também a elaboração dos improvisões como a gravação de um vídeo, como recurso de collage - como um experimento discursivo e especulação imaginativa - construindo na impossibilidade intersubjetiva. a visita a 35ª Bienal da Arte, também retratada em fotografia. Eventos que trazem uma roupagem híbrida para as minhas reflexões, não só pelos seus formatos, principalmente os eventos online que me possibilitaram criar cadernos de campo onde utilizei parcialmente em algumas reflexões da tese, e que sobretudo se preocupam em concentrar um debate que se localiza inicialmente em uma pesquisa comparativa sobre políticas institucionais sobre pessoas trans, se expande para pensar as posicionalidades no ímpeto de entender o que significa produzir desde outros lócus de enunciação, atravessa a pandemia do COVID-19, propondo uma crítica às políticas de identidade em seu formato (neo)liberal. Concentrando uma reflexão sobre autoetnografia - que diz sobre como “tentar” produzir uma ciência desde discursos periféricos, considerando as assimetrias materiais e discursivas que estão estabelecidas nessas relações, em um terreno pouco explorado. A seguir me debruço sobre questões que envolvem o referencial teórico epistêmico que se localiza essa pesquisa.

Ordem de gênero e colonialidade de gênero.

*A obstrução faz da não-obstrução uma não-não-obstrução. O nada, a nulidade, o nó, dá ao coração zen suas direções adirecionais, suas síncope errantes, suas práticas de um pansincretismo bem-amarrado-na-abertura que nos permite, em sua força de atração, a visita e a renovação. O lugar invigiável que produzimos ao observarmos em conjunto partilhando, desobstruindo, descarregado em um nó, a não-não obstrução de nossa praia encalhada. Pega visão, distância mais curta, ji-ji muge! (Moten e Harney, 2023. pp.44)*

O conceito de colonilidade de gênero é nomeado de diferentes formas ao redor do mundo, Maria Lugones (2008) desenvolve o conceito

com inspiração nas reflexões de Oyeronke Oyeumi (2017), autora que cria tal categoria, para mostrar como nas sociedades Yorubás às configurações sociais não são organizadas pelo binarismo de gênero. Isso significa que a organização social das sociedades Yorubás não corresponde ao modelo hegemônico de organização de parentesco. Gayle Rubin em seu famoso texto *O tráfico de Mulheres* (1975) desenvolve uma crítica ao sistema de parentesco para mostrar como a objetificação das mulheres - que são mercadorias dentro dos sistemas de troca - funciona como forma de manutenção a ordem heteronormativa da sociedade. Pierre Clusters (2003) quando reflete sobre a noção de troca nas sociedades ameríndias, destaca a poligamia como um elemento que revela a norma colonial de parentesco fundamentada na troca de mulheres. Essas reflexões nos mostram como o sistema de parentesco é a estrutura fundamental das relações de gênero do ocidente.

Raewyn Connell (2016) também inspirada nas reflexões de Lugones pensa como se constroem políticas específicas de gênero em contextos pós-coloniais e de colonialidade, observando tanto políticas em termos institucionais, quanto em termos de governabilidade (MBEMBE, 2018; BENTO, 2016; ALVES, 2020), ou seja, gestão da vida e da morte em países que passaram pelo processo de colonização e que vivem sob os efeitos da colonialidade. Além de pensar a partir da chave conceitual de colonialidade de gênero, Connell desenvolve o conceito de ordem de gênero, que implica em pensar como se constituem nas dinâmicas, globais, regionais e locais, as dinâmicas de gênero. Não só em sua expressão institucional, mas social, suas implicações e seus efeitos. Para essa autora:

A “ordem de gênero” de uma dada sociedade, entendida como tendo múltiplas dimensões, incluindo poder, produção e catexia (Connell; 1987). Esta é uma forma de nomear a organização em larga escala das relações de gênero, nas quais a educação dos filhos, o discurso, a violência, as instituições, as emoções e a economia estão interligadas. Apenas a partir de conceitos como esse é que começamos a compreender o que acontece com o gênero sob a perspectiva da colonização, o que está envolvido nas transições pós-coloniais e como as relações de gênero entram em crise em situações de guerra, epidemia, ou reestruturação econômica. (CONNELL, 2014. p. 21)

De maneira crítica às estaticidades das análises de gênero do norte global e coloniais, Raewyn Connell (2016), apresenta como se construiu

políticas de gênero e sexualidade como as relacionadas ao *HIV/AIDS* e também a políticas destinadas a população gay (cis) masculina. Outros autores pesaram as expressões de gênero e sexualidade interseccionadas com raça, como os trabalhos de Petter Fry (1982), James Green (2003) e Megg Rayara de Oliveira (2020) para pensar as dimensões sociais da construção das identidades sexuais em contextos de colonialidade, como o Brasil. Esses trabalhos demonstram a complexidade constituída da intersecção entre gênero, sexualidade, raça, nação e cultura, como desenvolve Neville Hoad (2000). Também as reflexões de Paola Bachetta (2021), a partir do conceito de *Misogynarchies*:

Misogynarchy ao mesmo tempo mobilizam questões de âmbito econômico, social, epistêmico, cultural, simbólico. Ela é uma relação co-componente e co-constituente de outras relações de poder como conceito amplo. É uma categoria obrigatoriamente heterossexual organizada pela monogamia/família heterossexual. (BACHETTA, JIVRAJ E BAHKSHI 2020 p.9)

Assim, a partir da chave de colonialidade de gênero, decolonial queerness e transcolonialidade de gênero (PJ DI PIETRO, 2021), pensamos como gênero e raça são ficções de poder (COSTA, 2013; VERGER, 2020) que não podem ser pensadas separadamente e operam como lógicas de governabilidade em contextos de colonialidade como no Brasil e outros países da América Latina.

Também cabe mencionar como utilizo o conceito de gênero aqui, ao compreendê-lo de maneira complexa e escapando do binarismo que alinha sexo e gênero (RUBIN, 1984; LUGONES, 2008), penso como uma construção complexa composta por identidade de gênero, onde se percebe as assimetrias entre experiências cis e trans, e expressão de gênero como espectros que borram o determinismo biológico de que o sexo é determinante do gênero. Dessa forma, também sob a crítica feita por Maria Lugones (2008) a Anibal Quijano (2005), que ao pensarem as questões de colonialidade do poder, inferem que o controle do sexo seus recursos e produtos, seriam um dos quatro tipos de colonialidade. Para Quijano a colonialidade do poder pode ser entendida a partir do conceito de raça ou pelo processo de racialização, que envolve o controle do corpo e subjetividade. Maria Lugones (2008) crítica Quijano por utilizar a categoria “sexo” em sua elaboração sobre a colonialidade do poder, pois essa é

determinadamente uma categoria biologizada e muito limitada para pensar as assimetrias de gênero em contexto de colonilidade. Pois opera como um instrumento de colonialidade de gênero.

Lugones faz a crítica ao determinismo biológico a partir da intersexualidade, para exemplificar um dos pilares que sustentam a colonialidade gênero. Na perspectiva que desenvolvo aqui considero que há uma especificidade em termos de colonilidade que atravessa os corpos trans que vivem em contexto de colonilidade. Estudos como os de Susan Stryker (2006) pensadora norte americana precursora do que podemos chamar de estudos trans, ainda são muito embasados em uma perspectiva norteamericana sobre as experiências trans. No entanto, como estou argumentando, existem especificidades em contexto de colonialidade e do sul global. Pois o determinismo biológico em termos de gênero, é por si só um desdobramento da colonialidade e os corpos trans escapam ou não correspondem a tal dimensão e entendo que existem especificidades importantes a serem pontuadas em relação aos corpos trans que estão geopoliticamente localizados no sul global. Por isso, também utilizarei em minha reflexão o conceito de transcolonialidade de gênero de PJ Di Pietro (2020), para pensar as especificidades relacionadas às corporalidades trans em contextos de colonialidade.

Ainda dentro dos estudos decoloniais, cabe destacar o pioneirismo de Glória Anzaldúa (2016) em suas reflexões para o que depois ficou conhecido pelo conceito de colonialidade de gênero. Sua teoria sobre o pensamento fronteirizo, sob a incorporação de uma identidade meztiza, politizada enquanto crítica ao processo de formação de identidade nacional ao qual a autora estava situada, foram elementos importantes para uma produção feminista decolonial, inclusive uma crítica as produções feministas do norte global. Podemos compreender a perspectiva de Anzaldúa como uma crítica dissidente em termos de gênero e sexualidade, também uma produção que trabalha a questão da animalidade enquanto elemento de refuta a noção de Humanidade - grande separador entre mortos/vivos, corpos que importam ou não.

Ainda, dentro dos debates feministas e de gênero, uma das principais

questões que divergem entre os feminismos, teoricamente, diz sobre o conceito do patriarcado. Para algumas teóricas como Raewyn Connell (2014), o conceito é insuficiente para pensar gênero em contextos de colonialidade, essa autora fundamenta seu argumento com base nas reflexões feitas por Gayle Rubin (1975) em seu texto o tráfico de mulheres. Gayle Rubin explica a partir de perspectiva antropológica, materialista e feminista, como o parentesco é a base fundante do pensamento ocidental moderno e como ele opera através da imposição do sistema sexo/gênero. Pensar a colonialidade desde uma corporalidade trans - transmasculina - exige que uma reflexão sobre outras relações de poder que permeiam a manutenção do sistema sexo/gênero e outros dispositivos de controle do gênero e da sexualidade, por isso utilizo o conceito de misogynarchies de Paola Bachetta (2021) como ferramenta para problematizar as co-produções de poder que constituem essa relação de transcolonialidade de gênero. Considero também que existem perspectivas mais contemporâneas como as de Denise Ferreira da Silva (2021) que nomeiam o conceito de forma patriarca para desenvolver uma crítica a partir da poética feminista negra, a concepção de sujeito universal da modernidade.

Pensar essa dimensão desde o ponto de vista das transmasculinidades implica mostrar as ranhuras que existem entre alguns movimentos feministas e a comunidade transmasculina. Essa questão já foi tratada por Jack Halberstam (2008) em seu livro masculinidades femininas, questão que eu também pontuei em minha dissertação (SILVA, 2019) ao me referir como as pessoas transmasculinas são vistas como inimigas dentro de alguns espaço feministas (RODOVALHO, 2017). Compreender as masculinidades é um exercício fundamental para o pensamento feminista e decolonial (VIVEIROS VIGOYA, 2018), Raewyn Connell (2016) se dedica a pensar sobre masculinidades e colonialidades pela chave das políticas públicas institucionais sobre sexualidade e gênero. Jaime Amparo Alves (2020) reflete sobre as masculinidades negras localizando quais são espaços ocupados pelos homens negros na biópolis, problematizando conceitos como necrobiopolítica. Leonardo Peçanha (2022) mostra como se cria uma dicotomia entre objeto e ameaça em relação às masculinidades negras. Nesse sentido, cabe destacar a posicionalidade (MOMBAÇA, 2021;

SILVA, 2009) dessa crítica e as possibilidades de uma crítica transmasculina para pensar a colonialidade.

Do ponto de vista de políticas para pessoas trans, descartaria a possibilidade de pensar a política de nome social desde uma mirada decolonial.

Constituída de ambivalências por ser uma política que revela o modus operandi das elites econômicas brasileiras (BENTO, 2014), por suas precariedades e limites institucionais. Também pode ser considerada a única política de inclusão de pessoas trans no campo da saúde e da educação. O que considero relevante aqui é demonstrar como essa política ao mesmo tempo em que revela uma maneira à brasileira de ser fazer política (FERREIRA DA SILVA, 2006), pela precariedade. Também possibilitou criar um espaço institucional de reconhecimento entre a esfera jurídica e social (CORRÊA, 2017; SILVA, 2019) para pessoas trans. A política de nome social pode ser lida a partir do conceito de Colonialidade Jurídica de Alexandra Mawu de Oliveira (2021). Destaco também que tal política possibilita pensar a imbricação entre o campo educacional e os estudos de gênero, ambos em uma mirada decolonial e anti-conservadora.

Na última década as disputas ideológicas vêm ganhado destaque nos cenários políticos no Brasil e na América Latina. Questões como a disputa sobre corpo, gênero e sexualidade tornaram-se mais abalizadas e o campo educacional tem sido o principal espaço de disputa. Exemplos são: a proibição da linguagem neutra nos materiais didáticos das escolas públicas e privadas tornou-se uma pauta comum entre os conservadores. No Brasil temos um projeto de lei que tenta impedir a utilização do pronome neutro. Na Argentina, em junho de 2022, foi proibido na cidade de Buenos Aires o uso da linguagem neutra nas escolas públicas, e no Uruguai também está em discussão na câmara um projeto de lei que visa controlar o conteúdo sobre gênero e sexualidade nas escolas. Em 2018, no Brasil, foi motivo de debate o uso do pajubá - dialeto/linguagem utilizada pela população trans e travesti - em uma questão do ENEM<sup>12</sup>. Esses são exemplos de como se aproximam e se

---

<sup>12</sup> Exame Nacional do Ensino Médio.

organizam as políticas - institucionais e sociais - em contextos de colonialidade, olhadas desde uma perspectiva que visa perceber como gênero e sexualidade são constituintes das relações de poder, das políticas de estado e das disputas ideológicas. E revelam a aproximação entre os discursos de colonialidade e o conservadorismo.

No ímpeto de aprofundar a análise sobre gênero e sexualidade desde uma perspectiva decolonial, do decolonial queerness ou a transcolonialidade de gênero, para pensar como dentro de contextos de colonialidade se co-constituem e co-produzem as relações de poder frente aos corpos dissidentes de gênero e sexualidade, considero importante pensar o conceito de homonacionalismo, debate pouco pensado na América Latina, mas que é desenvolvido por pensadores como Raul Rao (2015) que mostram as relações de colonialidade relacionada à sexualidade em países da África como Uganda, onde há uma forte presença de religiões pentecostais, onde a homossexualidade é considerada crime e dentro desse contexto ele percebe um movimento de colonização dos discursos liberais sobre a homossexualidade.

Sam Bourcier (2020) reflete desde uma perspectiva queer sobre os movimentos homonacionalista na França. O homonacionalismo é um conceito utilizado para definir a existência de um estilo de vida e de incorporação de um sujeito homossexual na esfera pública, e principalmente econômica. É uma estratégia de estado, portanto uma ordem de gênero e sexualidade, extremamente higienista, elitista, cisnormativa e branca. Uma das pautas mais vigentes dessa perspectiva homonacionalista, que tem o homem, cis gay, branco e rico como sujeito, é a do casamento homoafetivo. A perspectiva homonacionalista se pauta da idéia de se assimilar ao modelo heterossexual de família.

Todas as pautas que correspondem ao que Sam Bourcier (2020) chama de homonacionalismo são assimilacionistas, ou seja, visam a incorporação de direitos à população LGBcis às pautas do estado-nação, mas não questiona a heterocisnormatividade e branquitude como estruturas de poder. Dinâmica que é apropriada pelo sistema econômico - capitalismo - e corresponde a pautas liberais, como a do casamento gay e lésbico, reproduzindo a lógica da família mononuclear como norma, constituindo

aqui que Naville Hoad (2000) chama de uma identidade homossexual incorporada na modernidade. No entanto, considero que as reivindicações feitas pela população trans ocupam outro lugar que esse do assimilacionismo.

Outro debate que também atravessado pelas políticas de estado, decolonialidade e as questões trans diz respeito à lei anti-homotransfobia. Sabe-se que em alguns países como a Índia até recentemente a homossexualidade era criminalizada. Nos países ocidentais a transexualidade deixou de ser entendida como patologia há menos de três anos, quando deixou de fazer parte da lista do manual de diagnósticos de transtornos mentais - DSM, passando a ser entendida como incongruência de gênero. No Brasil e em outros países da América Latina, a população trans é uma das populações que mais morre vítima de violência e negligência estatal. Em 2019 no Brasil foi aprovada pelo STF<sup>13</sup> a criminalização da homotransfobia, com base na lei anti-racismo, a criminalização da homotransfobia ancora-se na ideia de racismo de gênero.

Dentro dos debates dos direitos humanos é de extrema importância haver uma lei como essa no contexto cultural como o Brasil (país que mais mata pessoas trans no mundo), porém sabemos que as mudanças culturais acontecem passos lentos no Brasil. Dentro de uma perspectiva anti-colonial, Jota Mombaça (2020), questiona os ativismos LGBT que militam a favor da criminalização da homotransfobia. Preocupada muito mais com a ordem do desejo, que está diretamente ligada a ordem de gênero, ela atribui a tais ativismos, uma ordem do desejo correspondente a do estado e das polícias. Esse é um bom exemplo para pensar as correlações entre homonacionalismo e decolonialidade, para além da dimensão institucional. A criminalização corresponde à uma ordem colonial e a defesa de um “sujeito universal LGBT”. Entendo que a crítica de Jota Mombaça, se embasa sobre essa perspectiva de compreender que a identidade - enquanto elemento que é incorporado ao estado-nação, através de sanções e leis - é uma armadilha colonial.

No que tange as dimensões das políticas de gênero,

---

<sup>13</sup> Supremo Tribunal Federal

homonacionalismo e colonialidade de gênero ou decolonial queerness, e a complexificidade que exige esse debate, mais do que fazer uma afirmação objetiva e objetificada, podemos pensar a partir do exemplo da lei do casamento homoafetivo na Argentina. A lei abriu jurisprudência para a lei de identidade de gênero na Argentina e o impacto social e político da aprovação dessa lei promoveram uma mudança cultural em relação ao reconhecimento e ao próprio entendimento sobre a experiência transexual na Argentina (BRAZ, 2019). A patologização, como afirma Almeida e Murta (2013), cria um tipo de cidadania específica, o que aqui no Brasil chamamos de cidadania precária (Bento, 2014), o que pode ser entendido dentro de uma ordem de gênero, como uma forma de subhumanização (CABRAL, 2003; DI PIETRO, 2020), ou seja, dentro do debate decolonial, o controle do corpo e da subjetividade, nesse caso a patologização da transexualidade e sua regulação, operam como dispositivos colonialistas sobre corpo, gênero e sexualidade e reafirmam a cisgeneridade como norma.

A patologização implica dessa forma um modo de distribuição desigual da violência (BUTLER, 2018) que pode ser entendida como precariedade. Da mesma maneira que revela a construção de uma hierarquia sexual e de gênero, entre corpos ditos normais e corpos ditos abjetos revela a lógica colonialista. Podemos dizer então que a patologização opera não só como uma ordem cultural, mas também como política de estado, vide as diferenças culturais entre Brasil e Argentina a respeito da temática.

No que tange a dimensão de territorialização (ALAYON, 2020), que diz sobre o direito e acesso à cidade, outra temática atravessa diretamente a população trans, a questão da prostituição. Percebida como um desdobramento da colonialidade de gênero por Lugones (2008), e como desdobramento da precariedade por Butler (2018), esse tema ganha dimensões complexas. Aqui tento escapar de perspectivas moralizantes, visto que por implicações materiais da desigualdade, 90 % da população trans brasileira tem como fonte de sobrevivência o trabalho sexual, ou seja, o que é mais relevante aqui é pensar as condições de trabalho, desigualdades e precariedades (VERGER, 2020; BUTLER, 2018) que operam como determinismo de gênero às vidas trans.

No tocante a prostituição e as políticas de estado, ou seja, a governabilidade, as políticas anti-prostituição que operavam no Uruguai até 2008, antes de cair o decreto de racias, podem ser um exemplo concreto da distribuição desigual da violência e de políticas coloniais específicas relacionadas a gênero. O estado uruguaio tinha uma prática de criminalização da prostituição, e por meio da violência e punição, prendiam as mulheres cis, trans e travestis que estavam exercendo trabalho sexual. Tal dimensão pode ser entendida por aquilo que Tito Alayon (2020) chama de processos de desterritorialização anti-negras, e aqui acrescentaria anti-trans, demonstrando como a cisnormatividade, transfobia e a moralidade que envolvem as críticas ao trabalho sexual operam como políticas de estado e de apagamento.

Todas as dimensões pensadas desde uma perspectiva decolonial de gênero e sexualidade visam uma crítica radical à universalidade do sujeito, por isso é importante pensar a partir de conceitos como ordem de gênero, (trans)colonialidade de gênero e misogynarchies, para compreendermos as especificidades da co-produções de poder que cerceiam os corpos dissidentes de gênero e sexualidade.

## **I. INSIGHTS E POSICIONALIDADES: CORPO COMO FERRAMENTA PARA OUTRAS FORMAS DO FAZER ANTROPOLÓGICO.**

A partir do debate sobre a crise na antropologia do norte global, ou crise do antropoceno, percebe-se a necessidade de novos lócus de enunciação como críticas à uma ciência neutra, branca e masculinista. Além disso, percebe-se outras questões emergentes dessa crise como a

disputa de significados, o impacto dos movimentos sociais nas ciências sociais, uma demanda pelos debates sobre colonialidade e produção e controle de dados (RIAL, 2019).

Assim, argumento que a noção de posicionalidade (SILVA, 2009; MOMBAÇA, 2020) nos possibilita refutar a noção de neutralidade científica. A partir dessa perspectiva podemos construir novos léxicos gramaticais que questionam a noção hegemônica da ciência. Questão que atravessa a antropologia desde Marcel Mauss (2003), o que significaria questionar a naturalização das relações de dominação no processo de construção e elaboração antropológica, ou como afirma Paul Preciado em Saberes Vampiros (2008): o saber vampiro é uma tecnologia de tradução entre e através de uma multiplicidade de línguas que se levantam contra a sobrecodificação de todas as línguas em uma linguagem única (PRECIADO, 2013. pp.3). Nesse sentido, a partir da posicionalidade, podemos entender a etnografia como um tipo de tradução ou descrição sobre as codificações e decodificações culturais (HALL, 2013).

Para elaborar essa crítica, me ancoro em uma perspectiva que entrelaça minha experiência e teoria (FONSECA, 1999), assumindo-a enquanto uma estratégia experiencial (VERGUEIRO, 2015). Me interessa pensar a partir do que chamarei de *insight* - idéias que me foram surgindo para descrever uma análise sobre a cisnorma - relacionando-os com perspectivas outras da ciência, como os estudos (trans)feministas (VERGUEIRO, 2015; NASCIMENTO, 2021) e decoloniais sobre gênero e sexualidade, perspectivas interdisciplinares, interculturais, pós-coloniais, etc. Perspectivas essas que compartilham comigo o arcabouço teórico conceitual para problematizar as questões que serão discutidas a seguir. Ao propor uma análise sobre a cisnormatividade, proponho então um estudo de “cima” que implica problematizar questões que estão relacionadas à reflexões sobre as estruturas e as relações sociais, como os estudos sobre branquitude, heteronormatividade e a cisnormatividade - identificadas enquanto questões naturalizadas dentro dos espaços de produção de conhecimento, configuram questões de gênero complexas do contemporâneo. Viviane Vergueiro (2015) em seu trabalho auto-etnográfico elabora uma reflexão densa sobre o conceito de

cisnormatividade para pensar as corporalidades trans desde uma perspectiva decolonial e como esse conceito é operacionalizado na economia política da produção de conhecimento.

a caracterização da cisnormatividade como elemento institucionalizado e que atravessa sociedades e culturas de formas interseccionais, feita a partir da autoetnografia como metodologia, pretende atuar no sentido de abrir uma fresta epistemológica. (VERGUEIRO, 2015. Pp.28)

Essa idéia coaduna com o debate sobre tecer uma antropologia que não pense apenas os grupos subalternos (enquanto subalternos, enquanto objetos), mas também pense os grupos hegemônicos (PAOLA BACHHETTA, 2021), ou ainda, uma antropologia que consiga desenhar ou descrever como se estabelecem e operam esses tipos de sistema de poder, como a cisnormatividade, e que valorize essas narrativas enquanto resistência à idéia de ciência hegemônica.

Assim, esse trabalho consiste em um exercício reflexivo sobre meus próprios *insights* - sob um relato etnográfico sobre a cisnormatividade - durante uma aula específica - um exercício que consiste em perceber a minha experiência enquanto aluno, homem trans/transmasculino e que desdobram em debates teóricos que considero relevantes para pensar o contemporâneo. Ainda me localiza enquanto sujeito que produz nesse entre lugar entre pesquisador e objeto (VERGUEIRO, 2015).

Outras reflexões são atravessadas pelo tema da cisnormatividade, como os embates políticos ideológicos que cerceiam as temáticas de gênero no Brasil e em outros países, caracterizando uma crise nos estudos de gênero e sexualidade (RIAL, 2019), por exemplo. Sobre tudo um espaço em que por meio da situacionalidade (SILVA, 2009; MOMBAÇA, 2021) debato questões pertinentes às reflexões antropológicas e epistemológicas. Assim, elaboro essa idéia partilhando-a desde a perspectiva de que: “as autoetnografias trans, podem se configurar como parte de um processo decolonial de gênero, recusando-se as limitações epistemológicas dominantes”. (VERGUEIRO, 2015. Pp. 25)

Desse modo, também ressalto a importância da interdisciplinaridade na maneira de construir tal reflexão, com a potencialidade de permear as fronteiras disciplinares na construção de outras formas de produção de

conhecimento. Também ressalto o caráter político de perspectivas como essas ao observar como se constroem tensões a partir da entrada de novos sujeitos nos espaços de produção do conhecimento constituindo o que Angela Figueiredo (2020) chama de saberes insubmissos.

Aproximando-me da perspectiva pós-colonial (CHAKRABARTHY, 2000; SPIVAK, 2014), desenvolvo esse texto dando ênfase à idéia de que a centralidade do debate delineada não apenas pela voz nativa, como a do diferente, mas do reconhecimento das condições históricas e políticas de construção de alteridades submetidas a um regime colonial de alteridades<sup>6</sup> (CARVALHO, 2001. p.22). Desse modo, cabe pensar as relações de intersubjetividade na pesquisa, e ainda como afirma José Jorge de Carvalho:

Toda essa questão, de deparar-se com uma verdadeira fuga do lugar centrado, hegemônico (caricaturizado no olhar masculino, branco, europeu, construído nas colônias como o olhar universal), costuma ser mais complicada na periferia que na metrópole, porque construiu-se com mais energia essa ilusão de um lugar puramente acadêmico (CARVALHO, 2001. Pp.116)

Nesse sentido, construir uma crítica desde essa perspectiva exige que pensemos a dimensão da posicionalidade de quem elabora uma reflexão sobre a história das idéias na antropologia, enquanto campo de produção de conhecimento, colocando-as em relação para identificar as assimetrias de quem produz desde o sul global e do norte global, incluindo pensar os conceitos que compõem os léxicos gramaticais em determinadas territorialidades, compreendendo uma assimetria resultante dessa relação. A autoetnografia pode ser entendida enquanto um espaço possível para o exercício reflexivo da posicionalidade, como autoexperimentação para pensar determinada situação, determinadas relações.

Autoexperimentação essa que é localizada dentro de uma territorialidade geopolítica diferente dos protocolos de autoexperimentação feita por Paul Preciado (2008) em sua reflexão sobre farmacopornografia em que se inscreve o capitalismo neoliberal eurocentrado. (Podemos pensar a obra de Preciado como uma expressão pioneira das autoetnografias transmasculinas). Situado em uma epistemologia de Fronteira (ANZALDUA, 1987) que compreende o ideal colonialista impresso

na cisão entre sujeito/objeto e que compreende que as relações de poder e controle da subjetividade se estendem a próteses que operam como extensão do corpo (PRECIADO, 2020); em diálogo com a perspectiva de Mbembe (2018) de que em contextos de colonialidade o sujeito colonizado é colocado nesse terceiro espaço, entre sujeito e objeto. Relação que imprime o que Patick Wolfe (2006) chama de *settler colonialism* - uma lógica colonialista de eliminação do nativo que não significa diretamente genocídio, mas sim estratégias de exclusão ou assimilação. Proponho uma reflexão sobre posicionalidades enquanto potencial crítica à ordem cultural fortemente defendida na antropologia e a explicação estrutural das desigualdades sociais.

Podemos afirmar que o que interessa no debate sobre posicionalidade é a forma como tal categoria possibilita ir além da idéia de identidade como algo fixo (MOMBAÇA, 2020), possibilitando pensar que sujeitos/as/es são atravessados por diversos dispositivos constituintes de suas posições sociais e em relação, e que isso o localiza dentro ou fora de determinado espaço de enunciação. Dito de outra forma, o que considero inaugural aqui, diz sobre a possibilidade de pensar as dimensões intersubjetivas no fazer científico, enquanto um princípio ético, e também epistêmico e político. Em um fazer antropológico que extrapole a idéia de identidade em si.

O debate sobre posicionalidade emerge na antropologia desde muito, com as pesquisas elaboradas por Ruth Benedict (1972), em *o crisântemo e a espada*, sobre as hierarquias sociais dentro da cultura japonesa, por exemplo. Na antropologia contemporânea, tal questão ganha diversos recortes, como por exemplo, na antropologia urbana, Cornélia Eckert (2013) nos ensina que até o lado da rua em que estamos influencia na produção etnográfica e diz sobre a subjetividade do antropólogo. Também podemos observar como a posicionalidade enquanto ferramenta metodológica é peça chave para descrever a temporalidade e o ritual que constitui a escolha do local de montar o tabuleiro de acarajé até a maneira a qual os clientes consomem a iguaria, descritos por Carmen Rial (2005b) em sua interpretação sobre *fastfoods* e acarajés.

Assim, podemos perceber que diante a crise da antropologia do norte global, ou a crise do antropoceno, a demanda por outros modos de produção de conhecimento que valorizem narrativas localizadas fora do discurso hegemônico - materializadas pelo sujeito cisgênero, branco, heterossexual - e que produzam a partir de outras práticas enfatizando a potencialidade da intersubjetividade e da posicionalidade dos sujeitos na produção de conhecimento, é vetor fundamental na construção de modos de produzir ciência que não reproduzam a lógica do antropoceno, baseada em uma noção extrativista de fazer pesquisa. Assim, a crítica que a posicionalidade permite fazer em relação à identidade é pensar as questões relacionadas a precarização das relações e sobre a divisão das relações de trabalho. (BOURCIER, 2020)

Pensar posicionalidades, diz sobre pensar os limites da autoantropologia (STRATHERN, 2014) e quais os embates de tecer uma etnografia a partir dos próprios códigos culturais que o sujeito está inserido. Também nos convida a pensar o lugar de enunciação (COSTA, 2013; DJAMILLA RIBEIRO, 2017; LINDA ALCOFF, 2020; CONCEIÇÃO EVARISTO, 2021) daqueles que emergem como tradutores culturais - afinal essa é a posição do antropólogo - ou que ocupam a posição de *outsider*, como o outro da própria cultura. Ainda cabe o exercício interseccional como forma de complexificar as posicionalidades problematizadas em uma autoetnografia, como por exemplo, a questão geracional (RIAL, 2016), a questão de geopolítica e de territorialidade (MIGNOLO, 2008; ALAYLON, 2017) e a questão da linguagem (Viviane VERGUEIRO, 2015) - tanto a partir da idéia de autoctonia (MBEMBE, 2001; Marcia Muha Maciel Nunes, 2016), quanto em uma crítica a própria linguagem normativa, ainda podemos pensar uma crítica a partir da noção de aposicionalidade (Fred MOTEN, 2021).

O esforço de elaborar aqui a partir da co-produção de conhecimento (BACHETTA, 2021; CARVALHO, 2001; FRANÇOISE VERGER, 2020) chaves epistemológicas, conceituais que me possibilitem explicitar e localizar o debate sobre autoetnografia, e como essa prática - de produção de conhecimento - implica em um exercício crítico às estruturas de poder que permeiam os espaços de saber.

## Notas para uma antropologia feita (por um estranho) em casa

A partir da perspectiva de João Pacheco de Oliveira (2013) que propõe pensar os erros e progressos da pesquisa no sentido de construir uma narrativa que não esteja tão preocupada com a coerência teórica e com a neutralidade - exigidos pela ciência normativa, mas sim com a construção das idéias, teorias, reflexões em oposição a uma perspectiva universal como uma forma de expressar as tessituras discursivas que esses movimentos produzem. A proposta desenvolvida aqui surge a partir de um evento (STRATHERN, 2017) em uma aula virtual durante o período da pandemia, em que pude pensar questões como a cisnormatividade - questão já mencionada acima. No entanto, esse evento, me possibilitou pensar e produzir uma reflexão sobre a minha própria posição. Desenvolver uma observação utilizando a cisnormatividade (VERGUEIRO, 2015) como enquadramento (BUTLER, 2015; STRATHERN, 2017), me deslocou de um posicionamento enquanto autoetnógrafo - que produz a partir de sua própria cultura - para um lugar de *outsider*. Patrícia Hill Collins (2016) desenvolve o conceito de *outsiderwithin*, Anzaldúa desenvolve o conceito de *Borderlands*, Paul Preciado exalta a potencialidade dos saberes vampiros e suas posicionalidade fronteiriças. Glissant nos ensina a potencialidade da totalidade na diferença enquanto crítica a lógica universal da transparência.

Destaco que minha reflexão sobre posicionalidade surge em diálogo e reflexão com as perspectivas de Strathern:

Favret-Saada considera fantástica a construção dos relatos antropológicos em que quem fala tem a subjetividade negada (o informante não pode jamais ocupar a posição de "eu") e o sujeito autoral (o antropólogo ou a antropóloga) não é nomeado. A suposição corrente parece ser que o etnógrafo(a) pode jogar com as relações sujeito-objeto por meio de um esforço imaginativo no ato da representação de modo a retomar em seus textos as vozes que distinguem seus interlocutores. (STRATHERN, 2017. Pp. 147)

Nesse sentido, a cisnormatividade, me coloca enquanto um não-sujeito ou melhor em um não-lugar dentro de um enquadramento - esse insight me inspirou a construir uma narrativa que me possibilitou desenvolver uma reflexão/ estratagema sobre uma experiência sensorial/corporal localizada em um evento específico, uma sala de aula

virtual. Os insights sobre a cisnormatividade foram importantes para problematizar os espaços de ensino, assim como também foram úteis para pensar/ questionar o imaginário social na construção histórica de outros sujeitos sociais e políticos e as relações que as permeiam, possibilitando ou não uma experiência possível.

Desse modo, parto da perspectiva de que meu relatório/ caderno de campo, funciona como dados dessa reflexão e de outras reflexões futuras. Essa afirmação ou posição, surge inspirada na idéia de Raewyn Connell (2017) - quando ela menciona a importância de que nós pesquisadores que falamos desde de uma epistemologia do sul, forjemos nossos próprios dados de pesquisa, no intuito de romper a lógica colonial e eurocêntrica de que os países do sul global são apenas fontes de pesquisa e não produtoras de pensamentos e epistemologias. Paola Bachetta, (2021) também sugere a construção de narrativas que se posicionem contrárias à idéia de uma narrativa universal, sugerindo assim, uma historiografia densa.

Questionar a produção científica hegemônica desde esses lugares fronteiriços e insubmissos possibilita enfatizar a relação direta entre reflexões teóricas e a experiência - e a partir disso trabalhar questões relacionadas à idéia do corpo como arquivo (BOURCIER, 2021), objetivo geral dessa reflexão.

Com o objetivo de criar uma organização epistêmica que me possibilite pensar além da perspectiva normativa, alá a desaquengrafia de Sofia Favero, (2020), e que também me possibilitem ferramentas teóricas conceituais para tal exercício, misturei teorias pensando junto com alguns autores e autoras pretas/pretos, trans, LGBcis entre outros marcadores que de alguma forma representam dissidências e resistências aos discursos hegemônicos, como forma de (re)conhecer os processos históricos e sociais ao qual esses sujeitos produtores de conhecimento estão inseridos, assim como me inspiro nas perspectivas pós-colônias e decoloniais, utilizando-os enquanto filtros para tecer uma crítica autoetnográfica aos saberes hegemônicos - enfatizando a questão da posicionalidade.

Desse modo, acabei elencando algumas questões que emergiram durante a aula em que se pretendia pensar a experiência sensorial da obra

de arte a partir dos textos da Susan Sontag (1987), *Contra Interpretação*, e da Beatriz Sarlo (2008), sobre cidades imaginadas, para pensar questões como a cisnormatividade como uma estrutura social invisível.

Importante destacar que no contexto da pandemia do COVID-19 tivemos aulas remotas online, evento importante que me possibilitou criar esse tipo de escrita, a partir do ciberespaço (SEGATA, 2016), ambiente que nem sempre foi o mais hospitaleiro e que considero um elemento fundamental para pensar o conceito de precariedade (BUTLER, 2018), considerando questões práticas como problemas de conexão, exaustão mental, entre outros efeitos da sociedade do cansaço (HAN, 2017).

A partir desse evento específico elaborei idéias utilizando as reflexões de Marilyn Strathern (2017) em “os limites da autoantropologia” e em “Artefatos da história: os eventos e a interpretação de imagens”, de uma maneira muito particular e autônoma, no intuito de desenhar um caminho explicativo de como construí esse relatório autoetnográfico - dando ênfase às questões do corpo e das experiências sensoriais, ao mesmo tempo refletindo sobre a possibilidade ou não de me situar enquanto um corpo/sujeito externo a cultura acadêmica e a forma de encontrar espaços de enunciação situado nas fronteiras e fissuras desse lugar que é atravessado por estruturas de poder como a cisnormatividade e o racismo, por exemplo. Cabe também pontuar questões relacionadas ao momento histórico social em que as ferramentas digitais (CESARINO, 2022) tornaram-se salas de aula - distopia que vivemos durante no contexto de pandemia do covid-19. Nesse sentido, penso a partir da proposta de Jota Mombaça em que: “É tudo experimento na borda das coisas, lá onde estamos prestes a dissolver as ficções de poder que nos matam e aprisionam”(MOMBAÇA, 2020. p. 7). como forma de criar um ambiente/evento frutífero para construir minha crítica à cisnormatividade.

Acredito que tanto a questão da autoetnografia, quanto do lugar de enunciação (COSTA, 2013), nos exige pensar a dimensão da posicionalidade de quem está falando. No intuito de pensar que a autoreflexividade tem duas funções: “complexificar o ambiente e revelar o óbvio”(STRATHERN, 2017), a trivialidade por vezes nos leva a reflexões complexas, que dizem sobre como conduzir uma narrativa atravessada por

traumas, relações assimétricas, entre outros marcadores, localizando apenas as posições discursivas dos sujeitos. A cisnormatividade, nesse caso, mostra posição social não pensada enquanto uma crítica ao sujeito.

Beatriz Sarlo (2008) sobre as cidades imaginadas mostra que conhecer uma cidade através do olhar local é diferente de conhecer pelo olhar de um turista, assim como a posicionalidade de um turista é diferente da posicionalidade de um migrante, essa reflexão é elaborada junto às reflexões de Malvina Silba e Pablo Villa (2008) que por meio de uma etnografia multisituada apresentam a construção do migrante nas periferias argentinas e como isso está implicada em uma idéia de localização e em um processo de racialização que faz parte do processo de modernização e globalização das cidades. Exemplo parecido está também nas reflexões de Tito Alayon (2020) e de Jaime Amparo Alves (2021) sobre os regimes de assimilação da identidade nacional no México e na Colômbia e o trabalho de Marcia Ochoa sobre os saberes localizados - propondo uma perspectiva não normativa/assimilacionista para pensar as políticas trans na Venezuela.

Além da posicionalidade, que nos permite ultrapassar as fronteiras da universalidade e da objetividade neutra, contida na autoetnografia. Essa metodologia nos permite usufruir da idéia de bricolagem, elemento que está presente nos modos de produção antropológica e em outras narrativas como as perspectivas punks (MARQUES, 2017; CAIAFA, 1982) e dos saberes localizados (HARAWAY, 2009; PRECIADO, 2013) e perspectivas da teoria negra radical, como as de Denise Ferreira da Silva (2021). A idéia de hackear o sujeito, como uma maneira de tecer uma crítica ao sujeito universal da modernidade.

Considero que esse texto se constitui a partir de inferências de dados que correspondem a minha experiência na sala de aula, sobreposta a uma análise/correção/somatória dos erros e progressos de pesquisa (PACHECO DE OLIVEIRA, 2013). Assim, em movimentos rápidos apresento breve reflexão enquanto resultado dessa bricolagem. A proposta é que partir desse exercício imaginativo, seu resultado consista em uma crítica ao modelo de produção de conhecimento.

Trabalhar a partir da idéia de corpo como arquivo, evidencia como o corpo ganha um espaço fundamental na construção teórico-subjetiva e

prática da autoetnografia (GUEDES DE MELO, 2019). Perceber isso em contextos adversos como os proporcionados durante a COVID-19 como o isolamento social - me localiza em um marcador de classe específico, que não pode ser apagado para pensar a totalidade dessa análise - mas que me localiza em um ambiente, tempo e espaço que possibilita perceber o que se sobrepõe nesse contexto contemporâneo de ensino remoto. Perceber tal questão possibilitou perceber também como as experiências sensoriais foram alteradas nesse contexto, fornecendo elementos para pensar questões como o controle da subjetividade, as relações humano/máquina e como as subjetividades são mediadas e construídas a partir dessa relação, por dispositivos que operam como extensão do corpo e da subjetividade, como o celular ou *smarthphone*.

Paul Preciado (2008) em Texto Yonke - texto que pode ser pensado também enquanto uma ficção autoetnográfica ou experimento autoreflexivo sobre o farmacocapitalismo - nos mostra como no heterocapitalismo nós performamos/incorporamos os hormônios e outros dispositivos de sexualidade, enquanto uma tecnologia de gênero. Em outra reflexão sobre a pandemia e os dispositivos de controle de subjetividade Paul Preciado (2020) mostra como esses dispositivos de comunicação como *smartphones*, computadores, etc. operam como extensão do corpo, como próteses e como mediadores das relações, como no caso do ensino remoto. Além disso, podemos perceber a ênfase que o ciberespaço ganha nesse contexto, nos possibilitando inferir reflexões a respeito do poder, principalmente relacionado ao controle da subjetividade, que esses objetos ganham na vida contemporânea.

A organização dos dados

*O objeto da interpretação é a conainterpretação do objeto. (Viveiros De Castro, 2020. p.52)*

Essa etapa desse artigo consiste na organização dos dados ou ainda uma maneira de organizar elementos reflexivos que me possibilitaram desenvolver esse texto a partir da autoetnografia enquanto método. A

organização dos dados consistiu na elaboração de *insights* acerca do conceito de cisnormatividade e reflexões que pude relacionar ao tema. Um exercício para pensar o imaginário (RIAL, 2005) e como esse conceito pode ser útil para pensar a descodificação da norma social (HALL, 2013). Assim, ainda seguindo a idéia de posicionalidade - tecendo um texto que vise pensar o entrelaçamento entre teoria e experiência (FONSECA, 1999), inicio a organização dos dados assumindo a posição entre sujeito e objeto, ancorado nas idéias de Achille Mbembe (2018) em sua afirmação de que em contextos de colonialidade e de guerra contemporânea o colonizado é relegado a uma terceira zona entre sujeito e objeto - essa metáfora da posicionalidade é pensada por diversos autores, que fazem parte do corpo teórico e político desse texto. Tal insight surgiu ao perceber que estava sendo estudado pela turma e pelos professores que ali estavam - uma forma de delimitar as assimetrias de relações que estavam postas ali. Digo isso, também me posicionando enquanto o único corpo trans que estava ali naquele ambiente, reafirmando a idéia de Viviane Vergueiro (2015) de assumir a posição entre pesquisador e objeto.

Desligar a câmera foi uma atitude de tentar assegurar a minha autonomia ou pelo menos evitar de nesse dia ser estudado pela cisgeneridade. (trecho do caderno de campo/relatório)

Tal insight é originado pela reflexão de como os corpos trans foram vistos ao longo dos processos históricos coloniais como objetos de estudos e não como sujeitos produtores de conhecimento. A partir dessa constatação, é possível reafirmar a metáfora da dicotomia sujeito/objeto, reafirmada pela modernidade, inspirado nas reflexões de Glória Anzaldúa (1987) que define que a separação entre sujeito e objeto, fundamento basilar da ciência ocidental moderna, “como a raiz de toda violência”.

Questionar esse paradigma ocidental a partir da crítica à colonialidade exige que questionemos as dimensões daquilo que é considerado corpo. Podemos partir da perspectiva de Mbembe ao superar a teoria foucaultiana em relação a como os corpos são controlados pelas instituições, observando como dentro dos processos de colonialidade há uma hibridização entre corpo e território, onde o controle da subjetividade está justamente nessa fronteira, e não só relacionada ao controle do

território. Ou ainda a crítica à colonialidade feita por Quijano (2006) ao dizer que: “o corpo não tem outra função do que ser objeto”(QUIJANO, 2006. Pp.129), ou seja, a objetificação dos corpos como um desdobramento da colonialidade ou do pensamento ocidental moderno. As complexificações da teoria negra radical de Ferreira da Silva (2021) e Spillers (2021) ao desenharem as diferentes posicionalidades distinguindo carne e corpo, também operam como ferramentas que possibilitam criar um estratagema (STRATHERN, 2017) teórico e vivido para pensar a separação entre aquilo que é considerado corpo e o que não é. Então o conceito de cisnormatividade, também nos possibilita ferramentas para tal.

Como ponta pé inicial, o primeiro insight surge relacionado ao controle da

subjetividade - tal reflexão ocorreu após o comentário feito por um dos professores em aula e uma colega de turma sobre autoestima - esse comentário me ajudou a perceber que minha autoestima baixa pode ser em decorrência de estar em espaços/ambientes cisnormativos, ou onde há transfobia, o que inscreve uma das assimetrias que almejo descrever aqui. Do ponto de vista autoetnográfico - esse insight revela uma relação tanto individual - de me pensar em um contexto adverso - quanto em uma perspectiva coletiva e estrutural - que revelam os espaços de ensino e produção de conhecimento como reprodutores das desigualdades (BOURDIEU E PASSERON, 1982; LAHIRE, 2004).

Nesse sentido, pensei em duas dimensões que operam como quebra a idéia de reconhecimento em sua perspectiva moderno colonial: a primeira delas consiste na crítica feita a Axel Honneth (2003) sobre a teoria do reconhecimento. Para esse autor, a luta por reconhecimento se origina a partir de uma experiência de desrespeito, o que impulsionaria grupos e indivíduos a dinamizarem a gramática moral da sociedade, a partir da idéia de inclusão. Dando a entender de maneira dedutiva, que um espaço permeado e construído por dispositivos cisnormativos impulsionaria um corpo trans a lutar por reconhecimento. A segunda dimensão oriunda dessa reflexão, diz sobre a própria ferida colonial (MIGNOLO, 2007), como esses processos psicossomáticos como a ansiedade gerada por ambientes precários ou a própria transfobia e cisnormatividade enquanto estruturas de

poder, resultam muitas vezes em processos de silenciamento e não de reconhecimento. Dessa forma tentarei desenvolver insights a partir desses dois elementos.

Nesse caso, poderia também pensar que habitar espaços cisnormativos me empulsionariam a luta por reconhecimento - o que não parece um equívoco dentro de uma matriz colonial de pensamento, dando sequência a metáfora de senhor e escravo (FANNON, 2020), que serve de base para as relações da modernidade.

Nesse caso, penso que estar em espaços onde percebo minha autoestima baixa, e relacionar isso a cisnormatividade, e a própria transfobia estrutural, ou como conceitua Renata Carvalho<sup>14</sup>, ao etnociscentrismo, mostram que meu direito de estar ali e compartilhar o conhecimento não estava sendo respeitado de maneira integral. Perceber tal questão me possibilitou olhar a partir do conceito da precariedade<sup>15</sup> (BUTLER, 2018) - ou ao menos compreender algumas das relações e estruturas as quais induzem a esse tipo de experiência.

Desenvolver uma crítica a teoria do reconhecimento a partir da chave da precariedade me faz pensar as expressões que emanam em decorrência dessa situação socialmente induzida, que é mostrada através do conceito de cisnormatividade, mas que pode ser problematizada por outros marcadores. Podemos pensar a partir da idéia de exagero trazida na reflexão de Mauss (2003) na teoria do sujeito, como esse conceito revela a norma e os corpos que a excedem, e como os corpos (re)agem a tal movimento. A partir da minha experiência penso a questão do silêncio - em outras teorias antropológicas como as de Crapanzano (2005), o silêncio pode ser traduzido como uma expressão: Ma. Em reflexões do pensamento negro radical Fred Moten (2020) - mostra como silêncio, enquanto uma expressão obrigatória às relações de escravização, expressas em “A resistência do Objeto: O grito de Tia Hester”, que opera enquanto uma

---

<sup>14</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=nEx6s7b4a9U&t=444s>

<sup>15</sup> Cabe ressaltar a distinção feita por Butler (2018), de que a distribuição desigual da precariedade não pode ser vista como sinônimo de escravização. Digo isso por perceber como a teoria do reconhecimento, por vezes pode ser criticada por acionar a metáfora senhor/escravo, mas em nenhum momento utilizo a idéia de precariedade como sinônimo de escravização. Percebo-a como um tipo de relação específica atribuída a determinados corpos e contextos que excedem a norma social instituída.

performance da condição de subordinação - o grito que nunca pode ser dado e nunca foi ouvido.

Nas teorias e reflexões sobre as experiências trans no ensino, Dan Kaio Lemos (2020) nos mostra as experiências de silenciamento a partir de um estudo etnográfico com alunos e alunas trans em uma escola no Ceará. Mas também podemos perceber como o silêncio opera como uma arma de guerra, como nos mostra Carmen Rial (2016) ao desenvolver a idéia dos silenciamentos em relação aos estupros de mulheres em contextos de guerra - tal reflexão atenta para a idéia de uma naturalização desse tipo de violação e como o silêncio é negociado enquanto um reafirmador dessa lógica: “poderia pensar que os estupros de guerra fossem notícias recorrentes. Bem ao contrário, eles se constituem em um dos grandes silêncios da mídia.” (RIAL, 2016. pp. 10). Nesse sentido, ainda poderíamos pensar sobre a reflexão de Françoise Vergès (2023) de como “o silêncio constrói invisibilidade”. (VERGÈS, 2023. Pp.194).

Nesse sentido, fico pensando sobre os silenciamentos em relação aos casos de LGBTfobia nos espaços de ensino e produção de conhecimento - o que Debora Lee e Bruna Benevides (2018) traduziram como transepistemicídio. E como há um silenciamento coletivo em relação à isso. Perceber tal questão nos coloca diante ao *modus operandi* das relações de subordinação:

---

A condição de subalternidade é a condição do silêncio (...) O subalterno carece necessariamente de um representante por sua própria condição de silenciado (...) sua legitimidade passa a ser dada por outra pessoa, que assume o seu lugar no espaço público, essencializando-o como o lugar genérico do outro do poder. (Carvalho, 2001. pp.120).

Nesse sentido podemos observar o silenciamento a partir de três prismas: 1) como reafirmador da norma; 2) como mediador das condições de subordinação; 3) enquanto performance reveladora das condições induzidas socialmente pela precariedade.

Além do silêncio, outros elementos são recorrentes nas narrativas de pessoas trans nos espaços de ensino. Podemos pensar tal questão desde um ponto de vista da experiência do indivíduo, mas também podemos olhar

esses processos de silenciamento como um tipo de violência epistêmica (SAM BOURCIER, 2021) ou de epistemicídio (Sueli CARNEIRO, 2005; GROSFOGUEL, 2016).

Glória Anzaldúa nos mostra como o constrangimento é um elemento recorrente nessas narrativas LGBT's, assim como a desumanização. Esse é um elemento cultural importante, e podemos pensar tais questões como mecanismos de violência que reproduzem as lógicas de evasão e expulsão escolar (Berenice BENTO, 2012), o que nos joga novamente para a questão do reconhecimento. Perceber o funcionamento desses mecanismos a partir de uma lógica de não reconhecimento institucional e social das identidades dissidentes de gênero, por exemplo, nos mostram como a precariedade é colocada como condição a essas experiências. Assim podemos pensar sobre a chave conceitual desenvolvida por Luma Andrade (2015), de exclusão involuntária, como um desdobramento dessa condição socialmente induzida chamada de precariedade. Em outras reflexões sobre a questão pós-colonial, que envolve também a questão de territorialidade Patrick Wolfe (2006) desenvolve o conceito de *Settler Colonialism* - como uma estratégia colonialista que induz os nativos à processos de exclusão, em oposição à uma lógica de assimilação. Nesse sentido, podemos pensar a precariedade enquanto uma estratégia de *settler colonialismo* ou como exclusão involuntária.

Em *cultura e imperialismo*, Edward Said (2011), mostra que em boa parte das operações de colonialidade os grupos que compõe a resistência são induzidos a uma lógica de assimilação, tal argumento colide com a idéia honnethiniana de luta por reconhecimento, que nada mais é do que uma lógica assimilacionista, vista desde uma perspectiva decolonial. No entanto, me chama a atenção pensar as performances que reivindicam a idéia de assimilação - direitos, inclusão, etc.

Digo isso a partir do insight trazido nas reflexões de abigail Campos Leal (2020) em seu texto *me curo y me armo*, ao demonstrar que a biblioteca por vezes foi um espaço de resistência à cisheteronormatividade na escola, e que o silêncio pode ser uma arma. Me fazendo pensar também nas ambivalências dos silêncios. Do hackeamento que um corpo não

cisheterossexual faz às instituições de controle e poder como a escola.

Se por um lado os processos de silenciamento refletem os efeitos das estruturas sociais, por outro também indicam posicionamentos de resistência. Cabe ressaltar que uma das principais estratégias de permanência de pessoas trans nos espaços de ensino está relacionada a ter um bom desempenho escolar - questão que aparece em uma das entrevistas em minha pesquisa no trabalho de conclusão de curso - ser a melhor aluna para ela, foi uma forma de resistir a transfobia estrutural<sup>16</sup>. Destarte, compreendo essa questão como paradoxal. Até que ponto ser uma boa aluna, não corresponde a uma idéia de assimilação?

Nesse sentido, produzir e organizar os dados em forma de um relatório, que depois tornou-se uma estratégia possibilitando a construção desse trabalho, consiste também em uma organização sensorial com base na descrição dos efeitos da cisnormatividade sobre meu corpo e outras corporalidades - opera como uma forma de autoconhecimento. Assim como também seu efeito sob os discursos, objetos e estruturas. Desenvolver tais questões a partir de uma crítica a teoria do reconhecimento - possibilita objetivar como a norma social opera em relação às corporalidades que são excessivas a ela, como funcionam seus mecanismos e observar as relações de resistência e assimilação em relação a ela.

Na sessão seguinte elencarei alguns insights possíveis para fundamentar essa crítica, pensando-as principalmente sobre o prisma, visibilidade e representatividade.

Colonialidades e os debates sobre reconhecimento: representatividade e visibilidade.

A organização dos dados e suas relações com as teorias as quais utilizei para construir essa narrativa foram fundamentais para constatar como as análises de gênero precisam ser compreendidas como parte de uma economia política global do conhecimento (Raewyn CONNELL, 2016; RIAL, 2019; LINS RIBEIRO, 2006), que se constitui do efeito de

---

<sup>16</sup> SILVA, Keo. Discursos Que Importam: Um Olhar Sobre As Trajetórias Escolares De Pessoas Trans\* Na Ufsc. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Ciências Sociais. 2017.

relações de poder. Nomear a cisnormatividade, enquanto dispositivo colonial, referente ao corpo e ao gênero, demonstra ainda mais como esse conceito ainda é *outsider* dentro dos estudos de gênero, mesmo que em perspectivas do sul global. O nome é uma questão fundamental para pessoas trans (PRECIADO, 2019), uma disputa política de reconhecimento que está no front das reivindicações trans, no Brasil ao menos. Assim nomear a norma (Sara AHMED, 2018; e Jota MOMBAÇA, 2020), torna-se uma forma de resistência. Uma forma de reorganizar e situar as posicionalidade hierárquicas dentro dos espaços de produção do conhecimento.

A discussão gira em torno de como problematizar - como forma de não normatizar (BUTLER, 2018) a posicionalidade *mainstream* o corpo trans é representado, quais associações fazemos às experiências trans. Nesse ponto, foi pertinente um comentário de outra colega ao dizer que eu não tinha capacidade de cognição. Tal comentário me surge enquanto um desdobramento da colonialidade de gênero que se apresenta através da patologização das transidentidades (LUGONES, 2008) e também podem ser compreendidos como um tipo de precariedade de acordo com as teorias de Judith Butler (2018). Questão que podem ser lidas também a partir da idéia de colonialidade do poder (Quijano, 2006) ou sobre a ótica da ferida colonial (MIGNOLO, 2008). A distinção que se faz entre os corpos pensantes e os não-pensantes, entre humanos e não-humanos, essas distinções são marcas da colonialidade, remete ao um tipo de controle sobre gênero, sexualidade, trabalho e subjetividade que não está desvinculado dos discursos colonialistas, na verdade são operacionalizados como dispositivos que colocam o projeto colonial moderno em curso.

Essa questão me proporcionou o *insight* de como os corpos trans são o Outro da cisgeneridade. Remetendo a idéia problematizada por Leonardo Peçanha (2016) de como os corpos trans são sempre pensados em comparação aos corpos cis. Essa idéia remete a equação do corpo trans como um corpo incompleto, que tenta se igualar ao corpo cis. Mas essa é uma idéia equivocada e cisgênera em relação às corporalidades trans.

É importante pontuar outras questões relacionadas a idéia de

reconhecimento, decolonialidade e as identidades trans, como a questão da patologização. Sabe-se que as identidades trans vivem/viveram sob o registro da patologização de suas identidades em relação aos olhares dos saberes hegemônicos - medicina e direito (STRIKER, 2006; BENTO, 2008; LEITE JR., 2011). Podemos entender a patologização enquanto um dispositivo colonial e também um dispositivo de precariedade. Como afirma Guilherme Almeida e Daniela Murta (2013) no Brasil a patologização das identidades trans cria um tipo de cidadania específica em termos de acesso a direitos e aos serviços de saúde. É através da patologia que os corpos trans passam a ser reconhecidos perante o estado-nação - podemos observar esse imaginário a partir do contexto brasileiro. O antropólogo Camilo Braz (2019) também observa questões semelhantes ao pensar os itinerários terapêuticos de homens trans em um estudo comparativo entre Brasil e Argentina. O que me surpreende é que na Argentina contemporânea, como nos mostra Braz, é inusual o discurso sobre patologização das transidentidades - esse é um efeito de um imaginário sobre o reconhecimento de pessoas trans que se transformou após Lei de Identidade de gênero no país em 2014. No entanto no Brasil, esse discurso ainda é bastante recorrente demonstrando um imaginário conservador, colonialista e precário em relação às transidentidades, mesmo a transexualidade não ser mais considerada um transtorno mental registrado no *DSM*.

De todo modo, podemos olhar essa questão pelas lentes do que Berenice Bento (2014) chama de cidadania precária. Nesse sentido, a precariedade, ou viver sob ela, torna-se um aspecto da cultura brasileira. Nesse caso, a patologização é também um desdobramento da precariedade (BUTLER, 2018). O tipo específico de cidadania advindo dessa condição e seus efeitos demonstram um tipo de precariedade. Viver sob essa perspectiva de precariedade necessita de um espaço de reivindicação de reconhecibilidade onde esses corpos precisam fazer-se corpo político para reivindicar acesso a direitos e cidadania. Cabe ressaltar também, as mobilizações - que se expressam através de marchas na rua, ocupações de espaços públicos - o movimento *Stop trans patologization*<sup>17</sup> é um

---

<sup>17</sup> Esse movimento ocorre pelo mundo todo e tem o mês de outubro como um mês para

exemplo disso.

Nesse sentido, a autoetnografia como método, opera como uma forma de narrativa àqueles que não estão em posições simétricas com os espaços de enunciação e com os sujeitos que acessam esse espaço hegemônico. Enquanto método possibilita a construção de um espaço de reconhecibilidade, necessário as condições básicas para a luta por reconhecimento, por exemplo. Essa situação possibilita pensar a relação entre precariedade/vulnerabilidade e performatividade observada por Butler (2018) e como se constroem as hierarquias dos espaços de fala - o exercício autoetnográfico consiste também em observar as condições as quais essas relações hierarquicas se estabelecem. Também os debates que emergem sobre os limites da autoantropologia (STRATHERN, 2017), e as reflexões possíveis de se fazer sobre construir uma autoantropologia a partir de um conceito que objetiva uma norma social invisível - como a cisnorma - coloca em questão as condições (de aparição) necessárias para desenvolver uma autoantropologia de acordo com o método Stratherniano.

Outros estudos sobre a autoetnografia, como os de Anahí Guedes de Mello (2019) ao teorizar sua experiência enquanto mulher lésbica e surda, onde sua posicionalidade contrapõe o modelo hegemônico do fazer antropológico de Roberto Cardoso de Oliveira, de olhar, ouvir e escrever. Desenvolve o debate sobre como o corpo e a subjetividade são elementos fundamentais para o fazer antropológico. Tais questões atravessam diretamente os debates sobre os espaços de reconhecibilidade - como pensar a posicionalidade do sujeito que se inscreve socialmente como o sujeito da alteridade absoluta? Quais rupturas epistêmicas um corpo outsider pode criar? Quais estruturas de poder e relações são mobilizadas para manter a norma a qual esse sujeito subverte? A quais narrativas epistêmicas essas produções pertencem? Qual a melhor perspectiva para enquadrar esse tipo de produção epistêmica? Decolonial? Interseccional? Saberes localizados? Há um arcabouço teórico e político de produções engajadas na busca por essas respostas.

Sobre tudo essas produções falam sobre os espaços de

---

tratar das temáticas relacionadas a despatologização das identidades trans. [https://ajuntament.barcelona.cat/lgtbi/en/noticia/trans-october-over-a-decade-of-fighting-for-depathologisation\\_1214940](https://ajuntament.barcelona.cat/lgtbi/en/noticia/trans-october-over-a-decade-of-fighting-for-depathologisation_1214940)

reconhecibilidade, marcando também uma ruptura no *modus operandi* da produção científica, antropológica e nas ciências sociais de modo geral. Pois, implica na ruptura da relação sujeito/objeto - dicotomia que sustenta a episteme das ciências humanas no ocidente. Provocando aquilo que Strathern chama de “Descontinuidade entre a compreensão nativa e os conceitos analíticos que organizam a própria etnografia” (STRATHERN, 2017. Pp.146.).

Fernanda Cardozo (2013) mostra através de seu trabalho etnográfico como ocorre o reconhecimento de mulheres trans e travestis, no intuito de pensar as disputas políticas/sociais para o reconhecimento enquanto sujeitas políticas reconhecidas na categoria mulher, e como isso perpassa o campo jurídico. Essas disputas são atravessadas pela precariedade, pela patologização, pela exclusão social e sobretudo pela reivindicação de nomeação e reconhecimento. Uma luta por reconhecimento a qual pessoas cis se abstem. O trabalho de Mario Felipe Carvalho (2017) problematiza a dimensão do reconhecimento de mulheres trans através dos conflitos nas redes sociais. Esses são alguns instrumentos de análise que mediam a compreensão das dinâmicas de reconhecimento em relação as identidades trans no Brasil. Além da esfera jurídica, dispositivo no qual se concentra maior parte das pesquisas e disputas sobre a reconhecibilidade de pessoas trans no Brasil, podemos observar as lutas por reconhecimento em outras esferas da vida social, como a internet e o mediascape (RIAL, 2005; OLIVEIRA, 2020).

O debate sobre visibilidade e representatividade trans se amplificam nas últimas décadas e se complexificam. O trabalho de Miquel Misse (2018), sociólogo espanhol e transmasculino, problematiza os regimes de visibilidade de pessoas trans ao questionar a construção do imaginário trans na mídia e na política. Seu argumento é de que o imaginário que se constrói tem muita influência nos estudos trans norte americanos e também de personalidades trans que emergem na mídia com um discurso conservador, a exemplo de Caytlyn Jenner, elementos que acabam por reproduzir um estereótipo desfavorável à população trans, e também não correspondente a experiências trans em outros contextos. Raewyn Connell (2016) faz uma análise similar a essa e destaca a centralidade do corpo

como um elemento comum a essas narrativas.

Podemos dizer que o debate sobre reconhecimento das identidades trans contemporaneamente hoje acontecem em dois campos: a esfera jurídica - a reivindicação de reconhecimento legal perante o estado - reconhecimento das identidades trans - que emerge junto à uma crítica a universalidade. O conceito de colonialidade jurídica (MAWU DE OLIVEIRA, 2021), e o conceito de precariedade (BENTO, 2014; BUTLER, 2018) são ferramentas que nos possibilitam observar essa crítica. Também cabe observar como a idéia de luta por reconhecimento, no sentido Honnethiano está mais vinculada a experiência de mulheres trans e travestis nas pesquisas mencionadas realizadas no Brasil, ao passo que as transmasculinidades não aparecem em narrativas como essas. Esse fator representa um tipo de distribuição da precariedade de forma diferente no que diz sobre a luta por reconhecimento de mulheres e homens trans, caberia investigar quais são os fatores que levam a esse movimento além do binarismo de gênero.

A segunda questão diz sobre como o debate sobre representatividade e reconhecimento surgem na mídia. Ou como o *mediascape* influencia na construção de imaginários sobre as identidades trans. Na verdade produções audiovisuais sobre determinada identidade ajuda a produzir um espaço de reconhecibilidade, mas ainda é necessário questionar a forma como são produzidas essas narrativas.

Não é o objetivo aqui, mas cabe deixar a discussão como forma de arquivo, e questionar qual a decodificação ou descontinuidade ocorrem nesse processo de compreender a cisnormatividade? Quais são as diferenças e aproximações entre as relações de precariedade em que essas experiências estão inscritas? Processo este atravessado por uma questão de gênero entre pessoas trans do gênero masculino e do gênero feminino. Esse debate circunda questões sobre a colonialidade, principalmente porque traça uma rota da discussão entre humanidade e não-humanidade ou sub-humanidade (DIPIETRO, 2021; FERREIRA DA SILVA, 2019; VIVEIROS DE CASTRO, 2018) conceitos importantes para problematizar questões relacionadas ao reconhecimento, aos espaços de inteligibilidade.

Nesse sentido, podemos dizer que a autoantropologia é eficaz pois possibilita criar um conjunto de reflexões que proporcionam uma compreensão mais ampliada de determinada relação. No caso da questão analisada aqui foi possível entender a patologização enquanto um tipo de reconhecibilidade colonialista que está presente no imaginário brasileiro. Perceber como a cisnormatividade representa uma decodificação para o reconhecimento de pessoas trans nas instituições de ensino nos possibilita reunir elementos para questionar a construção desse imaginário. Consiste na possibilidade de produzir um espaço de inteligibilidade e reconhecibilidade.

Reconhecimento, lugar de fala e ações afirmativas.

*Ser feliz no vão, no triz, é força que me  
embala. (O que se cala. Elza Soares<sup>18</sup>)*

Os debates sobre a luta por reconhecimento, a partir da perspectiva de Honneth são bastante difundidos no Brasil e contemplam diversas temáticas. Além da luta por reconhecimento de mulheres trans e travestis. A perspectiva Honnethiana guia em certa medida o debate sobre ações afirmativas no Brasil. Análises como as de Celi Pinto (2008) antagonizam as perspectivas de Honneth e Fraser para pensar questões como distribuição e reconhecimento em relação às políticas de ações afirmativas na educação brasileira. Destarte é importante pontuar as complexidades de se aplicar uma teoria que pertence a outro lócus geopolítico a uma realidade complexa como a do Brasil, principalmente em tema que tocam a questão da desigualdade social. O Brasil tem suas particularidades.

De acordo com Nilma Lino Gomes e Rodrigo Ednilson de Jesus (2014) as ações afirmativas no Brasil, dizem sobre uma ordem de reconhecimento que visa o combate ao racismo enquanto uma estrutura social na cultura brasileira. Paola Bachetta (2020), por exemplo, vai apontar como nos EUA as políticas de ações afirmativas são de caráter assimilacionistas - perspectiva que se opõe a idéia de uma redistribuição social, como é o caso da perspectiva sobre ações afirmativas pensadas no

---

<sup>18</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=PFBzfCf2Uic>

Brasil. Para Kabenguele Munanga (2001), as políticas de cotas aplicadas em outros países como nos EUA, não acabaram com o racismo, mas demonstraram uma grande importância na dinâmica de mobilidade social que não podia ser percebida antes.

O que interessa pensar aqui é como a entrada de alunos de ações afirmativas nas universidades brasileiras necessitam também de um debate que diz sobre a construção de teorias do político (BUTLER, 2018; MOMBANÇA, 2020) como possibilidade de enunciação que se estruturam em dimensões pautadas na (re)distribuição da violência, principalmente a nível institucional, resultado de conflitos estruturais, como o racismo e a cisnormatividade, as desigualdades entre homens e mulheres. Como afirma Joana Célia dos Passos (2015) os novos sujeitos não entram na universidade sem conflitos.

Esse debate desemboca em outra discussão que tem ocorrido nessa última década no Brasil, mas é mobilizada por diversos movimentos sociais e científicos. Que diz sobre as hierarquias nos espaços de conhecimento. Cabe situar que nos espaços de ensino - universidade e escolas - a única política que foi desenvolvida até recentemente para pessoas trans foi a política de nome social. A entrada de novos sujeitos nesses espaços implica em múltiplos processos, como processos de questionamento a ordem, processos de violência e silenciamento, processos de exclusão e processos de assimilação. A crítica a neutralidade científica feita por Dona Haraway (2009), desenha um caminho de resistência a essa ordem; as críticas mobilizadas pelo pensamento negro feminista também questionam os espaços de acesso a fala e a escuta, tema que tangencia as questões sobre reconhecibilidade e o direito de aparecer. Djamilla Ribeiro (2017) com o conceito de lugar de fala tenciona a ideia de autoridade científica, Patrícia Hill Collins (2016) problematiza a fixidez do sujeito da modernidade a partir da teoria do *outsiderwithin*, Conceição Evaristo (2020) nos mostra outras possibilidades de posicionalidade do sujeito e outras formas de conduzir essa crise de autoridade - a partir de reflexões como as de Linda Alcoff (2020). Essas problematizações, possibilitam inclusive um debate interno sobre essas assimetrias, tais questões envolvem intersecções como gênero, raça e classe, por exemplo.

Podemos pensar nos processos de decodificação que essa “multidão da diferença” que compõe esse corpo político que são os sujeitos de ações afirmativas ou os sujeitos da “diversidade” estão inscritas sob a cultura acadêmica, por exemplo. Não corresponder a norma instituída, significa em alguma medida em codificar um processo de exclusão. De acordo com Thiffany Odara (2020): “os espaços de ensino são excludentes se pensarmos nos grupos que não se encaixam na lógica do dito padrão normal.”(ODARA, 2020).

Essas assimetrias que ora revelam a norma sob as quais os corpos estão inscritos, ora a naturaliza, criando a invisibilidade desses grupos - causam um ruído às condições necessárias para uma autoetnografia - que prevê uma relação simétrica entre autores e interlocutores (STRATHERN, 2017). Podemos entender esse processo a partir do conceito de epistemicídio, ou pela chave da crise de autoridade (LINS RIBEIRO, 2006), por exemplo. No entanto, é importante pontuar a subjetividade e a posicionalidade desses sujeitos, como potencial crítica a neutralidade do sujeito da modernidade, como potencial crítica a estrutura social que constitui os espaços de ensino. Dessa forma, os relatórios como possibilidade de enunciação e como potência pensados como outras formas de produção de conhecimento, funcionam como resposta à violência estrutural e relacional, se pensadas a partir da perspectiva dos usos políticos do lugar de fala, ou de outros conceitos que operacionalizem as relações assimétricas que permeiam os ambientes de ensino e produção do conhecimento, como defende Strathern, sobre a auto antropologia:

O objetivo é descobrir regras fundamentais, moldes códigos e estruturas que são dispositivos transmissores de informação. O conceito de cultura demarca pois, a distintividade do tipo de informação necessária para que alguém seja membro de um grupo, enclave ou instituição particular. (STRATHERN, 2017. Pp. 166).

Nesse sentido, penso que a autoantropologia com a sua possibilidade de ressaltar o óbvio, configura um campo possível para entender as estruturas sociais e questioná-las. Como por exemplo, a crise de representação relacionada à produção de saberes sobre a população trans, que reafirma a relação sujeito/objeto. Produzir a partir de uma corporalidade *outsider* exige uma discussão sobre reconhecimento e as

assimetrias dos espaços discursivos, como condição fundamental para os espaços de aparição/visibilidade.

Como nos lembra Claudia Fonseca (1999): “nem todo caso é um caso”, por isso também cabe situar a ordem das violências que acontecem nas relações intersubjetivas em sala aula, por exemplo. Sem esquecer da importância de tecer um debate sobre as estruturas sociais e de pensar como essas reflexões tornam-se dados culturais de análise do autoantropólogo, ao mesmo tempo que o relatório me possibilitou pensar questões mais pontuais de ordem relacional, também me levou a pensar questões estruturais como o caso da homotransfobia como um elemento presente e invisível no imaginário social. Jota Mombaça (2020), nos convida ao exercício de pensar a reivindicação de uma lei contra a homotransfobia, como algo que atravessa o imaginário e portanto, o desejo de uma sociedade, que se mostra punitivista. Ao passo que é complexo pensar em medidas mais humanizadas em relação a uma sociedade que deseja o transepistemicídio e a morte de pessoas trans - falo isso a partir dos dados que colocam o Brasil como o país que mais mata pessoas trans no mundo. Nesse sentido, as reflexões de Jota Mombaça, nos colocam em um exercício imaginativo que operam na ordem organizacional de como lidamos com esses crimes. Silvio Almeida, ao falar do racismo estrutural, mostra como a lógica punitivista é conivente a ordem do racismo estrutural:

Ainda que os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilidade jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdades raciais. (ALMEIDA, 2018. Pg.39).

Desse modo, a partir da metáfora da Fronteira (ANZALDUA, 2016; SCHWARCS, 2006; PRECIADO, 2008; CAPRANZANO; 2005; GLISSANT, 2021) mesmo entendendo a crítica de Patrick Wolfe de que as lógicas de colonização são estruturas e não metáforas, problematizei questões pertinentes aos limites da autoantropologia a partir do conceito de cisnormatividade, observando e organizando os dados relatados em um experiência em sala de aula - a fronteira aqui caracteriza muito mais a

posição entre sujeito e objeto - do que como metáfora para qualquer elucidação imaginativa. Mapear, organizar e desenvolver um exercício reflexivo sobre a cisnormatividade enquanto uma alegoria para a minha autoetnografia foi um processo sensorial que me possibilitou nomear relações naturalizadas, assim como implicou em questionar o próprio método utilizado, no sentido de que a posicionalidade que é marcada nessa relação - questiona a idéia de produzir uma antropologia da própria cultura. Além dessa questão, o que interessa também são os ruídos que as decodificações podem proporcionar. Ressalto a importância e o caráter inovador do debate sobre os espaços de enunciação, sobre as possibilidades de se produzir autoantropologia desde uma posicionalidade outsider.

Posicionalidade essa que contribui metodologicamente para uma crítica a antropologia do norte global (hegemônica) e para reafirmar a potencialidade de outras formas de produção de conhecimento, como a autoetnografia.

## **II. CISNORMATIVIDADE COMO CODIFICADOR CULTURAL**

Essa etapa da tese tem como objetivo apresentar algumas reflexões acerca das questões que envolvem os debates sobre trans-identidades<sup>19</sup> no campo educacional. De tal, serão utilizadas algumas perspectivas teóricas apresentadas e discutidas na disciplina Educação e Desigualdades<sup>20</sup> e

---

<sup>19</sup> Uso esse termo e pessoas trans para me referir a diversas identidades trans: travestis, transexuais e transgêneros.

<sup>20</sup> Disciplina Educação e Desigualdades cursada durante o primeiro semestre de 2021 em meu curso de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/ UFSC.

também algumas teorias e reflexões utilizadas e desenvolvidas em minha pesquisa de doutorado, que versa sobre o tema de políticas para pessoas trans, e outras reflexões oriundas da minha participação em alguns eventos acadêmicos. Em um primeiro momento apresentarei breve panorama dos debates brasileiros acerca das questões que estão implicadas em relação à população trans no campo educacional e seus atravessamentos no campo político brasileiro contemporâneo. Em seguida, apresentarei alguns dados e reflexões sobre o campo da produção de conhecimento nas ciências humanas e a ausência/presença de teorias e pesquisas realizadas por pessoas trans no campo científico. Para problematizar tais questões utilizo a perspectiva dos imaginários sociais (RIAL, 2005; HALL, 2013) como forma de compreender a cisnorma como uma codificação cultural. Ainda que um tema bastante pertinente, as reflexões sobre trans-identidades e educação chegam ao debate público muito recentemente. Durante as primeiras décadas dos anos 2000, o principal debate sobre a população trans e educação giraram em torno da questão da política de nome social (CARVALHO, 2015; SILVA, 2019). Como uma política que tem seus limites institucionais, apresenta-se como precária (BENTO, 2014) ou política construída à brasileira (Ferreira da Silva, 2006), ao passo que possui também potencial de desenvolver as subjetividades (CORREA, 2018; BARBIERI DE OLIVEIRA, 2017) e também pode ser compreendida como uma política de permanência para alunes trans (OLIVEIRA E SILVA, 2017). Tal política foi e é uma pauta bastante importante em termos de inclusão da população trans no campo educacional visto que a realidade de evasão/expulsão escolar (BENTO, 2011) muitas vezes é permeada pela falta de reconhecimento institucional da identidade de gênero de pessoas trans. Cabe ressaltar que 82% da população trans brasileira não consegue finalizar o ensino formal básico<sup>21</sup>. Assim como o desenvolvimento de políticas públicas que garantam o acesso ao ensino formal encontram entraves, relacionados a falta de dados oficiais feito pelo Estado para elaboração de políticas públicas Os dados que se tem em relação a

---

<sup>21</sup> Pesquisa realizada pelo defensor público João Paulo de Carvalho Dias, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Diversidade da Organização dos Advogados do Brasil, seção do estado do Mato Grosso, no ano de 2016. Disponível em: <http://especiais.correiobraziliense.com.br/violencia-e-discriminacao-roubam-de-transsexuais-o-direito-ao-estudo>.

população trans são fruto de pesquisas desenvolvidas por organizações não governamentais, a exemplo das pesquisas realizadas pela ANTRA<sup>22</sup>, importante associação que vem construindo um banco de dados significativo para pensar a realidade de pessoas trans no Brasil, e destaco também pesquisas autônomas, realizadas pelos próprios sujeitos, como o censo sobre transmasculinidades realizado em 2017 por João W. Nery (NERY E MARANHÃO, 2017).

É importante considerar também que a questão das desigualdades sociais relacionadas à população trans no Brasil faz parte de uma série de fatores que estão interligados, como por exemplo, gênero, raça e classe. Pois na maioria dos casos, a exclusão tem início dentro do campo familiar, em decorrência do que se pode chamar de transfobia familiar (SCHULMAN, 2012; SILVA, 2019). A expulsão de casa é ocasionada pela intolerância à identidade de gênero, quando não é correspondente às expectativas da norma cisheterossexual esperada pela família. Ao serem expulsas de casa, pessoas trans, não conseguem também concluir o ensino básico formal. A falta de formação constitui uma realidade de exclusão do mercado de trabalho formal, fazendo com que muitas vezes a prostituição seja a única fonte de renda desses sujeitos. Desse modo, é possível pensar em uma reação em cadeia de exclusões constituintes dessas realidades, ou efeito da condição induzida de precariedade (BUTLER, 2018).

Tal realidade é permeada por aquilo que Judith Butler (2018;2015) chama de precariedade, que pode ser definida pela ausência de políticas estatais que amparem a realidade de exclusão, mas não só. As diversas violências que são subsequentes às negligências estatais, também compõe a realidade de precarização. De acordo com a definição de Butler:

A precariedade designa a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deteriorização de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte. [...] A precariedade é a distribuição diferencial da condição precária. [...] A precariedade também caracteriza a condição politicamente induzida de vulnerabilidade e exposição maximizadas de populações expostas, à violência urbana ou doméstica, ou a outras formas de violência não representadas pelo Estado, mas contra as quais os instrumentos judiciais do Estado não proporcionam proteção e reparação suficientes. (BUTLER, 2018. Pg. 41).

---

<sup>22</sup> Associação Nacional de Travestis e Transexuais

Ao passo que essa realidade permeada pela precariedade é bastante pertinente dentre as experiências trans, podemos entender a relação que Butler faz entre precariedade e performatividade de gênero, tanto pelo efeito das relações de poder co- produzidas que atingem as pessoas trans, como o ciclo de exclusão a qual elas são submetidas - se colocarmos um filtro (HARAWAY, 2009) utilizando os recursos analíticos da crítica pós-colonial de Patrick Wolfe (2006) podemos entender esse processo como um tipo de *settler colonialism* - como uma lógica de exclusão intencional correspondente a hierarquização de gênero e sexualidade instituída pela cisheteronormatividade. Quanto se olharmos pelas lentes de como as políticas de gênero desenvolvidas para pessoas trans também correspondem a norma da precarização.

Como forma de situar a temporalidade que estou falando penso que é pertinente destacar que me refiro a políticas que estão no escopo, ou ainda são subseqüentes, ao processo de ampliação de acesso ao ensino superior, que como política governamental iniciou-se no Brasil no de 2008 (SILVA E VAZ, 2021), através da implementação de ações afirmativas para pessoas negras e oriundas de escola pública e que passou a ser implementada nos programas de pós-graduação posteriormente.

As ações afirmativas estão no escopo dos debates político há algumas décadas, debates como os desenvolvidos por Rodrigo Ednilson de Jesus e Nilma Lino Gomes (2014) traçam um conjunto de argumentos que pairam sobre as políticas de cotas e ações afirmativas no Brasil. Além de observar os posicionamentos dos expositores às ações afirmativas, os autores identificam as representações sociais que dos expositores da Audiência Pública sobre Políticas de Ações Afirmativas de Reserva de Vagas no Ensino Superior convocada pelo STF<sup>23</sup> no ano de 2009. Os autores fazem uma consideração, sobre a importância das experiências de ações afirmativas e cotas raciais nas instituições, pontuando a importância de olharmos essas políticas como questões estruturais e estruturantes da nossa constituição social e que essas políticas e seus desdobramentos

---

<sup>23</sup> Supremo Tribunal Federal

possam ser reconhecidos como componente fundamental para a construção de uma sociedade democrática, pluriracial e pluriétnica. Kabenguele

Munanga (2001) também faz uma análise que pode ser vista como uma expressão dos primeiros debates sobre ações afirmativas no Brasil, destacando e refutando os principais argumentos contrários às ações afirmativas para negros e negras no país. A partir de investigação de outros autores, evidencia como no país a condição racial constituiu um fator de desigualdade ou privilégio/exclusão entre brancos e negros. De maneira semelhante Joana Célia dos Passos (2015) apresenta os tensionamentos que aparecem após a implementação das ações afirmativas.

Cabe destacar que podemos ler as políticas de ações afirmativas pela chave da teoria do reconhecimento de Honneth (2003) como as reflexões feitas por Celi Pinto (2008), no sentido de incluir determinado sujeito que antes era excluído, a gramática moral daquela sociedade. No entanto, há um limite dentro da teoria do reconhecimento se pensarmos desde a perspectiva de precariedade pela chave da teoria da performatividade de gênero (BUTLER, 2018) ou da transcolonialidade de gênero (DIPIETRO, 2020) pois a própria normatividade que as corporalidades trans rompe impede a lógica de assimilação desses corpos à gramática moral. Assim, o *modus operandi* que condiciona esses corpos à precariedade também impede a inclusão de maneira isonômica.

O ponto de corte: cisnormatividade e precariedade – pessoas trans nas políticas de reconhecimento.

Nesse sentido, pego o recorte das ações afirmativas para pensar a pouca expressividade dos debates sobre acesso e permanência de pessoas trans nas universidades.

Em princípio podemos atribuir uma parcela da precarização da vida das pessoas trans ao fato do não reconhecimento da identidade de gênero no campo educacional. No caso brasileiro, o que se pode afirmar é que a política de nome social foi a única política institucional que esteve relacionada ao acesso e permanência de pessoas trans no ensino superior nas últimas décadas após o processo de sua ampliação (MASSA, 2017;

SILVA, 2019), e que as experiências de ações afirmativas para pessoas trans ainda são muito recentes (IAZETTI, 2021). No entanto, trazem ao debate público questões pertinentes, sobretudo, em relação à equidade no campo educacional.

Porém, as políticas de acesso e permanência em seus moldes mais tradicionais que asseguram as questões mais básicas, não parecem ser suficientes quando se percebe que os espaços de educação formal (escola e universidade) são constituídos e reafirmadores da cisheteronorma, que se manifestam em um jogo de opressões que nem sempre são perceptíveis a todos e acaba por traçar um desfecho, que infelizmente bastante comum, de exclusão e marginalização mesmo dentro dos muros dos espaços de ensino.

Desse modo, a realidade de exclusão e marginalização reforçada pela cisheteronormatividade no campo educacional nos apresenta a hipótese de que as chances de acesso e permanência não são iguais à todos, considerando que pessoas que não correspondem a tal norma, são excluídas dentro e fora dos espaços de ensino. Tal questão pode ser exemplificada pelo baixo número de pessoas trans que conseguem acessar a universidade. De acordo com a pesquisa realizada pela Andifes publicado em reportagem feita pelo jornal Folha de São Paulo<sup>24</sup>, dos 424 mil estudantes entrevistados, 0,1% se identificam como homem trans e 0,1% se identificam como mulheres trans/travestis. O que representa uma parcela muito baixa em termos de acesso às universidades. Outra pesquisa desenvolvida pelo Grupo Gema publicada em 2023 mostra que a população trans não corresponde a 0,5% dos estudantes universitários brasileiros<sup>25</sup>. Por isso a importância de políticas de acesso e permanência, assim como uma política de incentivo à população trans de concluir o ensino básico e acessar a universidade.

Perceber que boa parte da população trans brasileira não consegue finalizar os estudos e a ausência de políticas públicas que visem contabilizar a população trans (para além da contabilização de nossas

---

<sup>24</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/ao-menos-12-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-alunos-trans.shtml>.

<sup>25</sup> <https://gema.iesp.uerj.br/infografico/pessoas-trans-nas-universidades-federais-do-brasil/>

mortes), são questões que reiteram, em um primeiro momento uma lógica da precariedade ou um tipo de necrobiopolítica (MBEMBE, 2018; BENTO, 2016; ALVES, 2020) e nos fornece também elementos importantes para a elaboração do argumento de que para pensar o desempenho e as desigualdades que se imprimem no campo educacional, é fundamental também pensar as singularidades das experiências, como pensou Bernard Lahire (2004), no intuito de perceber quais fatores impactam sobre o sucesso e o fracasso escolar e suas diferentes variáveis.

Ao considerarmos que a escola é um espaço em que se reproduz as desigualdades que estão eminentes em nossa sociedade, como elaborado por Pierre Bourdieu e Passeron (1982), é inevitável perceber ou pontuar como a cisheteronormatividade é um fator relevante para se pensar o binômio fracasso e sucesso escolar, assim como, os marcadores sociais como identidade de gênero e orientação sexual. Pensar o recorte sobre o desempenho escolar sob a luz das transidentidades também necessita a ampliação desse olhar, a exemplo do que chamei de ciclo de exclusão acima, percebendo que a precariedade que acomete a população trans brasileira tem início no campo familiar e se estende aos espaços de educação formal, impactando também o acesso ao mercado de trabalho.

É também importante pontuar, como feito por Tomas Tadeu da Silva (1990), que as temáticas de gênero e sexualidade são bastante novas no campo da sociologia da educação brasileira, mas não menos relevantes para pensar a realidade educacional no Brasil. Questões relacionadas ao campo dos estudos de gênero, tiveram ênfase majoritariamente em perceber as nuances das desigualdades entre homens e mulheres, meninos e meninas, mas pouco se preocuparam com as questões das diversidades sexuais e de gênero, ainda que tenham tido uma expressividade no campo das sexualidades, a exemplo de trabalhos como os de Rogério Junqueira (2012). Talvez relegar isso à falta de preocupação seja um reducionismo o qual eu gostaria de evitar, então poderia dizer que dada a época em que tais pesquisas foram realizadas ainda não se percebiam as transidentidades e seus atravessamentos no campo educacional como relevantes frente às questões de sucesso e fracasso escolar. Certamente seria necessário pontuar o apagamento dessa questão social como

transfobia estrutural (SILVA, 2019) ou cisnormatividade (VERGUEIRO, 2015) no campo da produção de conhecimento, desdobramentos do transepostemicídio (LEE E BENEVIDEZ, 2018; CARNEIRO, 2005; GROSSFOGUEL, 2016) e de violência epistêmica (BOURCIER, 2020).

Desse modo, podemos dizer que a cisnormatividade é um fator relevante para pensarmos o fracasso e o sucesso escolar, no entanto essa temática e outras que envolvem o tema das transidentidades são temas invisibilizados, reproduzindo assim um outro tipo de violência - violência epistêmica - que pode ser incluído nesse ciclo de exclusões que constituem a condição de precariedade das pessoas trans no Brasil, por exemplo.

Dando sequência a esse argumento, destaco a pesquisa realizada por Maria Ligia Barbosa (2011), que pioneiramente pensou as questões das desigualdades e desempenho escolar a partir de uma abordagem interseccional de gênero e raça em sua análise sobre políticas públicas desenvolvidas no Estado de Minas Gerais. Tal pesquisa possibilitou observar as diferentes nuances e estruturas de poder que permeiam o desempenho dos alunos para além de suas capacidades cognitivas e dizem mais de uma ordem da estrutura escolar que novamente se apresenta como reafirmadora das estruturas sociais e por tanto das desigualdades. A pesquisa de Barbosa, complexifica as questões de gênero e raça para pensar o desempenho, demonstrando a importância de pensar as relações de gênero em relação e intersecção (VIVEIROS VIGÓIA, 2018), no entanto cabe pontuar que não considera a questão de identidade de gênero (cis/trans) como um marcador social da diferença. Ao passo que sua análise nos possibilita entender o racismo estrutural (ALMEIDA, 2019). Pode-se compreender que a ausência desse marcador reflete também a ausência de alunes trans nos espaços ensino na época em que a pesquisa foi realizada, reflexo dos processos de exclusão mencionados acima.

Nesse aspecto, minha hipótese é que a cisnormatividade, conceito desenvolvido por Viviane Vergueiro (2015) e que pode ser compreendido como:

um conjunto de dispositivos de poder colonialistas sobre as diversidades corporais e de gênero, sendo tais dispositivos atravessados por outras formas de inferiorização, marginalização e colonização interseccionais (Vergueiro, 2015, p. 72).

reflete nos processos de ensino aprendizagem de alunos que não correspondem a essa norma social, por tanto podem ser pensadas como um marcador importante para refletir sobre o desempenho escolar e é um fator decisivo nos processos de exclusão/ expulsão.

Para elucidar melhor, algumas pesquisas já realizadas no campo educacional, imprimem essa realidade de exclusão e desrespeito que muitas vezes se convertem nos fatores de exclusão escolar de pessoas trans. Nesse caso, utilizo exclusão escolar, no ímpeto de uma reflexão mais ampliada referente a todos os espaços de ensino formal, escola e universidade, considerando que a ausência de reconhecimento corresponde a uma lógica induzida pela cisnorma.

De acordo com pesquisa realizada pela ABLGBT<sup>26</sup> em 2016<sup>27</sup>, 73% dos alunos entre 13 e 21 anos que se declaram LGBT foram agredidos verbalmente na escola. Além disso, a mesma pesquisa demonstra que 60% dos estudantes entrevistados disseram se sentir inseguros no ambiente escolar. Dentro da escola 34,7% disseram que o banheiro é o lugar de maior insegurança e 36,1% disseram que se sentem inseguros nas aulas de educação física.

A pesquisa intitulada Juventude na escola, sentidos e buscas. Por que frequentam? (2015) aponta que 15% dos alunos entrevistados não gostariam de ter colegas gays e trans na escola.

A pesquisa realizada pela ANTRA (2018)<sup>28</sup> informa que 90% das pessoas trans\* no Brasil, principalmente mulheres trans e travestis, que não concluem o ensino básico e encontram na prostituição uma das possibilidades mais viáveis de sobrevivência.

Esses dados nos possibilitam constatar como a escola é um espaço de homotransfobia e nos forçam a observar e localizar como e em quais locais a cisheteronormatvidade opera. Desde a ausência de materiais didáticos e de temas presentes no currículo que não abordem as temáticas das trans-identidades, podemos ver pesquisas que observam o binômio

---

<sup>26</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/11/1834166-73-dos-juvems-lgbt-dizem-ter-sido-agredidos-na-escola-mostra-pesquisa.shtml>.

<sup>27</sup> <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2016/03/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>

<sup>28</sup> <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>

fracasso/sucesso escolar a partir da desigualdade entre homens e mulheres, interseccionado pela questão da raça e também pensados pela assimilação à norma ou não, mas ainda são poucas as pesquisas que pensam as hierarquias de gênero considerando a relação de poder cis/trans.

Também pouco se problematiza sobre as questões da dimensão social do reconhecimento, que atravessa diretamente as relações cotidianas e nos ajudam a entender as co-produções das relações de poder. Penso isso a partir do caso de um episódio de transfobia relatado por uma aluna da universidade em que estudo:

Chegou 19 de fevereiro de 2012, primeiro dia de aula (...) Como já esperava, pela falta de vontade com relação ao meu caso, que percebi na conversa com a coordenadora do curso, já no primeiro dia de aula apareceu meu nome civil. No segundo dia, no terceiro dia ele estava lá e eu não respondia à chamada. Depois da aula, eu conversava com a/o professora/or e ela/ele me dava presença. Em um dos casos em que eu já havia falado com a professora e ela me chamou novamente pelo nome civil, o problema persistiu e, na segunda vez em que me chamou pelo nome civil, levantei da cadeira, fui em direção à sua mesa, peguei a caneta da mão dela e botei um O no tamanho da folha da chamada e disse pra ela que na sala não há nenhum homem, só mulheres, inclusive eu. Sou LAURA e já tinha conversado contigo sobre isso, acho uma falta de sensibilidade e de informação por sua parte, professora. Me desculpe a minha ignorância, mas a sua é bem maior e saí da sala de aula (MARTENDAL, 2018. Pp.174).

Esse episódio nos possibilita entender o imaginário de co-produções de poder que está relacionado à precarização da vida das pessoas trans em relação à noção de reconhecimento. A narrativa nos apresenta as diversas tentativas da aluna de ter seu nome social reconhecido na universidade, e também como a cisnormatidade opera nas relações de poder implicando em uma performance da precariedade que a leva à preferir sair daquele espaço do que permanecer com a subjetividade negada.(STRATHERN, 2017). Também podemos observar a expressão de uma relação assimétrica reafirmada pela transfobia estrutural entre a aluna e a professora, que condiz a um movimento de dupla negação da identidade e da subjetividade. Podemos observar uma resistência à assimilação por parte da aluna, àquele ambiente que nega a sua identidade, que a faz querer ser “expulsa” desse lugar. Também podemos observar uma lógica de assimilação por

parte da professora em “respeitar” a normatividade a partir da manutenção dessa experiência de desrespeito em relação ao nome da aluna. Que resulta em sua expulsão.

Ainda destaco a ambivalência do constrangimento implicada nessa relação, para trazer uma questão moral, que percebo ser o cerne da questão. A narrativa de Laura nos ajuda a constatar como o constrangimento é uma estratégia da cultura cisheteronormativa em relação às pessoas LGBTIA+ (ANZALDÚA, 2016; LUMA, 2012.), ao mesmo tempo em que ele também é utilizada como uma arma pelas pessoas LGBTIA+ construindo a ideia do *baphão* enquanto estratégia de resistência. O que reafirma a tese de que os novos sujeitos não entram nesses espaços sem conflito (PASSOS, 2015). Nesses termos, a moral que é defendida nessa relação é atravessada pela cisheteronormatividade o que afeta diretamente os espaços de reconhecibilidade (BRITO, 2017; FISHER PACHECO, 2017) das pessoas trans nesses lugares.

Assim, podemos observar diferentes co-produções de poder atravessadas pela cisnormatividade e que impactam o binômio fracasso/sucesso escolar e que dizem sobre questões estruturais da sociedade como o reconhecimento institucional até dimensões das relações sociais e que caracterizam também a precarização das vidas trans brasileiras. Impactando diretamente nos processos de ensino aprendizagem de pessoas trans no ensino, assim como a permanência em tais instituições.

Cabe destacar o potencial bélico e informativo (ODARA, 2020; LEAL, 2020) que as produções de conhecimento feitas por pessoas trans representam em termos de resistências as estruturas de poder que constituem o campo educacional, tanto em sua potencialidade informacional sobre como operam as normatividades, mas também como combate ao transepistemicídio (LEE E BENEVIDEZ, 2018). A partir da construção de conceitos, termos, sistemas de pensamento que evidenciam essa norma, e constroem outras possibilidades imaginativas para essas corporalidades.

Nesse sentido, cabe também destacar que o argumento desse texto não fundamenta em uma crítica ao processo de ações afirmativas, que muito tem contribuído para uma crítica epistêmica ao imaginário intelectual

brasileiro. Mas cabe situar que é a partir desse debate que se abre possibilidade para pensar como a cisnormatividade opera estrutural e relacionalmente em diversas esferas do poder que constituem o campo educacional e científico. Constatar que a política de nome social foi a única política institucionalizada para pessoas trans nesse processo e que ela reproduz um *modus operandi* da precarização por não ser efetivada de maneira correta, revela um tipo de cisnormatividade jurídica (MAWU DE OLIVEIRA, 2020), mas também mostra como a cisnormatividade coloca o corpo trans em vulnerabilidade, que ocorre a partir da não possibilidade de reconhecibilidade. Essa não reconhecibilidade ocorre porque “*o próprio corpo trans questiona os paradigmas e verdades postos no campo científico*” (Trecho retirado do caderno de campo sobre a mesa Cientistas Trans: Inclusão E Desafios De Diversidade Na Ciência Brasileira durante a 75<sup>a</sup> Reunião Anual da SBPC<sup>30</sup>).

Podemos entender esse espaço de não reconhecibilidade a partir da categoria de abjeção (BUTLER, 2003; DENISE FERREIRA DA SILVA, 2019), ou se usarmos o filtro de Achille Mbembe (2018), de que o corpo colonizado - nesse caso pela cisnormatividade - ocupa a posição de um terceiro lugar entre sujeito e objeto, ou seja, é um corpo inteligível. Em sua tese de doutorado Luma Andrade (2012) mostra como cisnormatividade opera dentro da gramática moral ao mostrar que nos dicionários da escola em que fez sua pesquisa de campo, não havia uma definição da palavra travesti. Em uma mesa sobre epistemologias trans no encontro da SBPC, essa mesma autora afirma que “como a palavra travesti, muitas vezes, é utilizada enquanto adjetivo é muitas vezes utilizada como forma de desqualificação intelectual dentro desses espaços.” (Trecho do caderno de campo).

Dessa perspectiva podemos inferir que a abjeção, efeito da ausência de reconhecibilidade e da ação da cisnormatividade tem um potencial normatizador aos corpos trans, provocando muitas vezes a exclusão desses corpos ou induzindo-os a condições precárias, como a precariedade jurídica. Proponho apresentar essa questão mais detalhadamente a partir

---

<sup>29</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=fxRXjNnoKIc>

<sup>30</sup> Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência

do exemplo da análise dos documentos (PEIRANO, 2006) sobre as resoluções sobre nome social na Universidade de Santa Catarina, um dos temas que problematizei em minha pesquisa de mestrado em 2019:

Art. 1.º Fica assegurada a possibilidade de uso do nome social **aos travestis e transexuais** nos registros, documentos e atos da vida acadêmica, na forma disciplinada por esta Resolução Normativa. (Resolução de nº 95/ 2015.)

Art. 1º Fica assegurada a possibilidade de uso do nome social **para pessoas trans(travestis, transexuais e transgêneros)** nos registros, documentos e atos da vida acadêmica, em qualquer nível de ensino ou atividade acadêmica na forma disciplinada por esta (Resolução Normativa nº 18/2012)

No caso dos trechos observados nas duas resoluções normativas da Universidade Federal De Santa Catarina, sobre a política de nome social, percebo uma transformação no espaço de inteligibilidade, ao menos no discurso que consta no documento. A mudança do termo “aos travestis e transexuais” para “pessoas trans”, implica um tipo de inclusão e de reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans e corresponde ao imaginário social que a universidade tem em relação a população trans que faz parte da comunidade universitária. Podemos caracterizar o erro que consta no artigo do primeiro documento - Resolução nº18/2012 como um tipo de colonialidade jurídica, ou um efeito da cisnormatividade.

No entanto, é também desse lugar da abjeção, que esses corpos constroem estratégias epistêmicas de resistências - problematizando questões a partir da corporalidade que está diretamente em fricção com a norma social vigente. (FAVERO, 2020). No entanto, cabe ressaltar que a posicionalidade da abjeção é um ponto de partida da perspectiva transfeminista, trans, queer, dissidente de gênero, mas não podemos entendê-la como uma perspectiva estática. Ainda como ressalta outra conferencista da mesa Profa Megg Rayara de Oliveira, citada acima, é necessário questionar a afirmação de que: “corpos abjetos não pode ocupar os espaços de produção de conhecimento sem ser objeto”. (Trecho do caderno de campo). A noção de objeto aqui está diretamente relacionada à ausência de um espaço de reconhecibilidade desses corpos. A não reconhecibilidade reafirma a hierarquia de gênero e sexualidade nos

espaços de produção de conhecimento. Assim a reificação do corpo trans nesse lugar de objeto e abjeção, estão relacionadas a moralidade que constitui os espaços de produção de conhecimento.

Cisnormatividade na arena política e na educação, notas (de alerta) para as políticas anti-trans.

Certamente que a cisnormatividade ou a transfobia institucional não são questões novas dentro do campo educacional, apesar de só recentemente tornarem-se temas de reflexão dentro do campo da sociologia e antropologia da educação. Como tentei desenvolver até aqui. Tais questões tornaram-se pauta de um dos planos de governo como a política intitulada Brasil sem homofobia em 2004 (FERNANDES, 2011) e também foram abordadas nos materiais didáticos que seriam distribuídos nas escolas em 2014, intitulado de kit anti-homofobia, no intuito de combater o preconceito e a discriminação. Material que foi vetado pela ala conservadora da política nacional nesse mesmo ano.

Esses acontecimentos marcam o cenário político e educacional brasileiro viraram uma arena de disputas ideológicas e morais, constituídas pelo avanço do conservadorismo onde corpo, gênero e sexualidade estão no centro do debate (CÉSAR E DUARTE, 2017). O veto ao Kit anti-homofobia foi apenas o início das cruzadas anti- gênero (MARCO AURÉLIO PRADO E SONIA CORREIA, 2018) e agora na segunda década dos anos 2000 se reverbera no campo legislativo, a exemplo dos inúmeros projetos de leis que correm na câmara legislativa que tentam vetar, impedir e colocar entraves nos debates sobre gênero e sexualidade no campo educacional. Destaco o pânico moral e as fakenews como estratégias centrais desses movimentos e percebo também movimentos políticos orientados por uma ordem de gênero biologicista e abertamente anti-trans. Elemento que reforça o discurso colonial de gênero fundamentado na naturalização da cisnormatividade. Mas mostram também transformações na ordem cultural, impactando noções como a construção da identidade nacional (CESARINO, 2019; 2022) - que se constrói em oposição direta às minorias, incluindo aqui pessoas trans - caracterizando o que podemos entender como conservadorismo social

(NUNES, 2022).

Considero esse um eixo central no que diz respeito às problemáticas referentes a cisnormatividade no campo educacional. Temos evidências dos impactos que esses movimentos conservadores provocaram no âmbito social, vide o caso referente às ações afirmativas<sup>31</sup>, assim como os inúmeros projetos de lei que são abertamente contra os debates relacionados a gênero e sexualidade.

Em Santa Catarina, por exemplo, tivemos o caso em que se proibiu o uso do termo “identidade de gênero” nos documentos da base curricular do ensino infantil e fundamental no ano de 2019<sup>32</sup> por confundir a uma referência a sintagma “ideologia de gênero”(JUNQUEIRA, 2018; GUIMARÃES, 2020), colocar os dois conceitos como sinônimos diz sobre construir um pânico moral em relação a temática da identidade de gênero, mas também diz sobre um processo de inferiorização de hierarquização de gênero, implícito nesse discurso, uma forma de produzir não inteligibilidade ao tema do reconhecimento das identidades de gênero de pessoas trans, na defesa de uma ideologia de gênero construída sobre o sistema sexo/gênero. Cabe destacar que o ataque às pessoas trans pela parte do discurso conservador, não começa nesse episódio no estado de Santa Catarina - cabe ressaltar o caso do pânico moral criado em relação aos banheiros unissex ou de um terceiro banheiro para pessoas trans no ano de 2013. (LONGHINI E SILVA, 2017). Atualmente esse debate se desloca sob a proibição de pessoas trans nas competições esportivas no estado sob o projeto de lei nº 0016 que delimita o sexo biológico como critério único de definição de gênero de competidores e atletas para fins de participação em partidas oficiais e práticas desportivas no âmbito do Estado de Santa Catarina<sup>33</sup> aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça<sup>34</sup>.

---

<sup>31</sup><https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-18/prestes-a-deixar-cargo-weintraub-revoga-portaria-de-cotas-a-negros-e-indigenas-na-pos-graduacao.html>.

<sup>32</sup> <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/08/29/nao-permitiremos-a-abordagem-diz-carlos-moises-sobre-identidade-de-genero-em-curriculos-da-educacao-de-sc.ghtml>

<sup>33</sup> ALESC, Projeto de lei nº 0016 de 9 de fevereiro de 2023. Delimita o sexo biológico como critério único de definição de gênero de competidores e atletas para fins de participação em partidas oficiais e práticas desportivas no âmbito do Estado de Santa Catarina. Disponível: <https://portalegis.alesc.sc.gov.br/processos/zVDo5/reunioes>

<sup>34</sup> <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/10/10/comissao-aprova-projeto-de-lei-que-proibe-mulheres-trans-em-modalidades-esportivas-femininas-em-sc.ghtml>

Cabe destacar do ponto de vista político, que esses discursos que permeiam o campo da moralidade, disseminados pela ala conservadora, além de ser de todo um ataque à democracia, são também políticas anti-trans que colocam sob ataque o direito a vida de pessoas trans em todo território nacional.

### Breve comentário sobre pandemia e a cisheteronormatividade

Além da questão do conservadorismo como fator de impacto em relação a cisheteronormatividade no campo educacional, cabe situar a temporalidade em que esse texto foi elaborado. Ainda com idéias iniciais, foi no contexto na pandemia do Covid-19, período em que estava no início do meu processo de doutoramento, situacionalidade que me levou a elaborar algumas dessas questões e perceber as ambivalências dos efeitos das relações de precariedade durante o Covid-19. O campo educacional tornou-se um espaço desafiador, se pensarmos questões como acesso ao ensino, desempenho escolar, permanência como nos mostra a reportagem<sup>35</sup>:

Além da questão educacional, outros fatores relacionados a desigualdades se acentuaram durante o período da pandemia, uma das questões que ganhou mais destaque foram as proporções que o racismo estrutural ganhou. Podemos inferir que a pandemia foi um fenômeno social que nos possibilitou observar a branquitude, ou como afirma Oliveira (2020), ao enfatizar a disparidade das desigualdades durante a pandemia: “a quarentena é branca”. E eu reafirmo dizendo que é branca e cisheteronormativa. Essa afirmação de sustenta visto que a precariedade das vidas trans se intensificam nesse contexto, não só no campo educacional, mas também dados os altos índices de transfeminicídio e suicídio de pessoas trans como apresentado no dossiê publicado pela ANTRA<sup>36</sup> (2022).

Se os espaços da sala de aula acabavam por reverberar a cisheteronormatividade de modo compulsório no modo de socialização na escola (Junqueira, 2012; Louro, 2000), o ensino remoto que a princípio

---

<sup>35</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/inep-aponta-piora-em-todos-os-niveis-da-educacao-basica-devido-a-pandemia/>

<sup>36</sup> <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>

poderia ser um redutor de tais questões, nem sempre opera nesse sentido. Como forma de manter o debate, deixo uma questão a ser pensada, a cisheteronormatividade deixou de acontecer no contexto de pandemia nos espaços escolares? Pergunta que talvez só seja possível responder de forma contundente mais adiante.

### Questões de gênero e a produção do conhecimento: breve abordagem

Cabe destacar que em algumas análises no campo da produção de conhecimento percebe-se maior presença de mulheres cisgêneras, como é o caso da antropologia (RIAL, 2019). Marrero (2006) percebe que no Uruguai o espaço universitário é também ocupado mais por mulheres. Adriana Marrero também destaca a existência de uma norma explícita e implícita na escola, e observa que por meio dela, as meninas têm melhor desempenho escolar por se subordinarem à norma implícita. A variação no desempenho entre alunos e alunas também é atravessado por uma questão de classe, onde alunos de origem social menos favorecidas, tem um desempenho pior que as alunas de origem social mais favorecida, e que se subordinam à ordem implícita da escola. Tematizando também a questão da interseccionalidade dos marcadores sociais em relação ao desempenho escolar (FONSECA, 1999; LAHIRE, 2004). Mas ainda invisibilizando o recorte sobre cis/transgeneridades.

A questão abordada por Marrero sobre a feminilização da educação no Uruguai pode ser interpretada a partir do conceito de ordem de gênero (RAEWYN CONNELL, 2016). Longe de ser pensada isoladamente, a questão de gênero demonstra de muitas formas como se dão as organizações sociais em cada país, assim como os sistemas educacionais onde as questões de gênero não estão deslocadas desses processos. Desse modo, perceber esses jogos sociais e as relações de gênero que perpassam a educação são fundamentais para pensar as dinâmicas sociais dentro de recortes temporais e sistemas de governabilidade. Sobretudo, pensadas dentro de dinâmicas relacionais localizadas de co-produção de poder (BACHETTA, 2021).

Perceber tais questões revelam dois elementos importantes: por um

lado o desdobramento de políticas de incentivo às mulheres cis nos espaços de ensino, decorrente de políticas governamentais e de acesso. Que revela uma assimetria entre as questões de gênero que se pautam no binômio homem/mulher (cis) que correspondem a uma ordem de gênero. O segundo elemento revela a ausência ou a pouca expressividade de pesquisadores/as trans no campo das humanidades, sobretudo pesquisadores transmasculinos, que pode ser percebido como reflexo desses processos de exclusão e invisibilidade que acometem a população trans que venho tentando demonstrar até aqui.

Pois mesmo havendo uma maior expressividade de mulheres, poucas são mulheres trans/travestis. O que nos faz confirmar empiricamente a ação da transfobia estrutural e a cisnormatividade dentro dos espaços de ensino e produção do conhecimento.

A partir dessa problemática e da análise do imaginário sobre as políticas de ações afirmativas, percebendo que a política de nome social foi a única política criada para pessoas trans no campo educacional. Percebo um movimento que precisa ser pensado junto a esse processo mais amplo proporcionado pelas ações afirmativas na educação. Que corresponde ao *modus operandi* da precariedade, direcionando boa parte dos pesquisadores trans para o campo da educação. Trabalhos como os de Luma Andrade, Megg Rayara de Oliveira, Viviane Vergueiro, Tiffany Odara, demonstram esse deslocamento, ao ponto que me fazem perceber uma ausência de produções realizadas por pessoas trans no campo da antropologia que reivindique a transidentidade enquanto uma posicionalidade (SILVA, 2009; MOMBAÇA, 2020). Cabe destacar que faço esse comparativo com o campo da antropologia, pois uns dos meus pontos de partida para desenvolver essa crítica é a crise da antropologia do norte global (GUSTAVO, 2006; RIAL, 2019; PACHECO DE OLIVEIRA, 2013).

Afirmo essa questão também a partir de dois eventos de antropologia que participei durante meu doutoramento, um de forma remota, 33ª Reunião Brasileira de Antropologia em 2022 - evento que possibilitou me localizar dentro do debate antropológico brasileiro - enquanto outsider - e também me possibilitou um insight para pensar o debate sobre feminismos interseccionais e o transfeminismo tema que abordo em outra reflexão.

O outro evento foi a XIV Reunião de Antropologia do Mercosul em 2023, evento que participei presencialmente, e pude observar os principais temas abordados na antropologia contemporaneamente, como as abordagens feminista decoloniais que visam uma perspectiva crítica a idéia de interseccionalidade e comum debate extremamente relevante sobre territorialidade, debates relacionados à crise do antropoceno e a crise da antropologia do norte global, a questão das populações indígenas sendo debatida de maneira significativa, assim como também foi possível observar alguns (poucos) trabalhos feitos por pessoas trans durante o evento. Observar tais debates me fizeram perceber como a questão de gênero ainda é observada a partir de uma perspectiva cisnormativa dicotômica entre mulheres e homens e que aos poucos vem se abrindo para outras intersecções como raça, sexualidade e idade, por exemplo.

Também diria que enquanto experiência sensorial, participar desse evento me possibilitou experimentar a não inteligibilidade ao explicar como o pajubá pode ser um elemento de racialização que atravessa as experiências trans. Como afirma Bourcier: “a narrativa dominante faz da visibilidade o ponto alto da luta LGBT.” (BOURCIER, 2021. pp.111.) e a visibilidade é uma armadilha (DENISE FERREIRA DA SILVA, 2019), uma crítica a cisnormatividade epistêmica, construída a partir de uma contextualização situacional pode também ser significativa para o campo da antropologia.

### Algumas considerações

Ao longo desse trabalho problematizei como a cisheteronormatividade tem uma função necrobiopolítica de controle dos corpos no campo educacional. Assim como ela é também produtora de desigualdades nos ambientes de ensino, tornando-se fator importante para se pensar o desempenho escolar de alunes que não se encaixam nessa norma social reverberando outras exclusões sociais e a precariedade. Esses argumentos consolidam a noção de que a cisngeneridade é um código cultural naturalizado.

Com o objetivo de mostrar como a cisnormatividade se manifesta em diversas facetas nos ambientes de ensino. Destaquei os altos índices de

evasão/expulsão escolar que refletem um ciclo de exclusão, ou de co-produção de poder, de outras exclusões como a exclusão familiar e tem um efeito em outras exclusões como a impossibilidade de acessar o mercado de trabalho e o ensino superior. No campo da produção de conhecimento também tais exclusões se reverberam, tanto na invisibilidade das produções de pessoas trans que ainda estão no escopo de objetos de estudos científicos. Refletindo diversas questões como a violência epistêmica e o transepistemicídio. Assim como na própria invisibilidade dos sujeitos que como apresentado, ainda correspondem a um baixo índice de acesso e permanência nas universidades, as pesquisas observadas mostram que menos 5% dos alunos das universidades brasileiras se autodeclaram pessoas trans.

Nesse caminho argumento que esses dados nos mostram a relação que se estabelece entre precariedade e performatividade de gênero (BUTLER, 2018), relação que pode também ser compreendida por outras denominações, como as estratégias de assimilacionismo ou de exclusão involuntária. Nesse sentido, observo que a precarização é uma norma social que se co-produz em relação a cisnormatividade.

Ainda percebo que as políticas voltadas para pessoas trans, mesmo em seu molde precário, são fundamentais para garantir acesso a cidadania para a população trans. O que estabelece uma ambivalência e uma relação de dependência específica.

Para construir o argumento sob uma perspectiva relevante e consistente, observei a partir do período de ampliação do ensino superior, sobre algumas reflexões sobre as políticas de ações afirmativas, considerando essas, políticas que dizem sobre a perspectiva do reconhecimento, a ausência de uma discussão que compreendesse quais os fatores impactavam no alto índice de evasão/expulsão escolar de pessoas trans, número que conseqüentemente impactam a pouca expressividade de pessoas trans estudando nas universidades públicas brasileiras.

Assim, observei que a política de nome social, foi durante esse processo de ampliação do ensino superior a única política voltada a população trans. A partir dessa observação criei algumas hipóteses como: a

cisheteronormatividade é um fator de desigualdades social, portanto impacta no processo de ensino aprendizagem, e também no desempenho escolar dos alunes trans. No entanto, a identidade de gênero não é um marcador social relevante nas pesquisas sobre tal temática. Na revisão bibliográfica feita para esse texto, encontrei pesquisas que evidenciam os impactos do racismo estrutural no desempenho escolar de meninos negros em comparação a meninas brancas, também pesquisas que mostram que as meninas obedecem mais as normas internas das instituições e isso reflete em um melhor desempenho escolar, assim como em determinadas áreas do conhecimento científico as mulheres aparecem em maiores números, como é o caso da antropologia. No entanto, nenhum desses dados faz referência a mulheres trans e travesti, ou problematiza, as hierarquias desses espaços a partir da chave da identidade de gênero. O que mostra pela lógica da exclusão, como a cisnormatividade constitui esses espaços.

Problematizar tal questão, necessita entender que o campo de gênero e sexualidade é relativamente recente no Brasil. Compreender tal questão evidencia o epistemicídio, mas também nos coloca em uma situacionalidade que mostra como os principais conceitos dos estudos transfeministas e trans, como cisgeneridade, transfobia estrutural, cisnormatividade, transepistemicídio, violência epistêmica, já circulam nos espaços de produção de conhecimento há aproximadamente uma década.

Esses conceitos nos possibilitam entender como a cisnormatividade opera enquanto fator de impacto no desempenho e no sucesso/fracasso escolar de alunes trans. Com isso, defendemos o argumento que a escola é também um espaço de reprodução das desigualdades e da violência.

Do ponto de vista epistêmico, compreendemos a posicionalidade trans, ainda cerceada pela dicotomia sujeito e objeto, ao passo que é nessa posição de abjeto que emergem produções de conhecimento significativas para a construção de um sistema de pensamento #trans6, que acabam por desestabilizar a ordem moral dos espaços de ensino que são normativos. No entanto, essa mesma posição de abjeção, de travesti, é utilizada como desqualificação intelectual. O que pode ser entendido enquanto um sintoma da cisnormatividade, refletindo como os sistemas de pensamento como a

ciência, as instituições como as universidades nos percebem enquanto (não) sujeitos.

Além dessa questão que penso do ponto de vista estrutural e relacional, que podemos observar pelo conceito de cisnormatividade, considero ainda dois fatores importantes relacionados ao sucesso e fracasso escolar de pessoas trans.

São eles: o conservadorismo social, que ataca fortemente produções de conhecimento críticas ao binarismo de gênero e ao campo científico de modo geral. E também os impactos da pandemia, que a partir da minha experiência, considere um evento social político extremamente significativo para problematizar questões como a branquitude e a cisnormatividade enquanto fatores de desigualdade social, para problematizar o binômio sucesso e fracasso escolar.

Após considerar tais questões, por fim, destaco um movimento que considero relevante para uma crítica trans aos espaços de produção de conhecimento. Considero que os movimentos de ampliação do ensino superior, tiveram um impacto na construção de políticas de reconhecimento para pessoas trans - como a política de nome social. Da mesma forma, eles nos mostram que essas políticas correspondem a um modelo epistêmico cultural colonialista que se fundamenta na ideia de precarização da vida de determinadas populações - essa questão também torna-se uma questão moral e cultural. Ao passo que a ação dos sujeitos que estão em ação sobre esse contexto, também desenha um movimento que evidencia a precariedade, sob a reivindicação de um espaço de reconhecibilidade, que ao mesmo tempo mostra o epistemicídio, enquanto uma co- produção de poder e uma lógica do multiculturalismo que está sobre a epistême da ciência e dos espaços de ensino.

### **III - NECROPOLÍTICA: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DAS TRANSMASCULINIDADES SOBRE A PANDEMIA DO COVID-19.**

*É que é toda vez a mesma merda'Cês matam eu de carne pa' fazer eu de  
pedraMovidos pelo tesão por  
tragédia Agora morto eu tenho mais voz do que vivo,  
parece comédia!  
(Luta por mim - Jup do  
Bairro)*

Esse texto tem como objetivo articular alguns comentários pertinentes sobre os reflexos das estratégias políticas no enfrentamento ao COVID-19, dentre elas o negacionismo científico e o negacionismo político em relações a algumas vidas em detrimento de outras na gestão necrobiopolítica (MBEMBE, 2018; ALVES, 2020; BENTO, 2016) da pandemia.

Pensar a necrobiopolítica em relação à pandemia, não implica em um

exercício apenas de pensar acerca das pessoas atingidas diretamente pela propagação do vírus, mas nos convida a pensar como as relações sociais se reformularam nesse contexto, assim como as estruturas de poder como o racismo e cisnormatividade também se reafirmam. Da mesma forma, nos exige problematizar paradigmas como as dimensões de territorialidade e fronteira, que também ganharam significados outros durante a pandemia.

Para problematizar algumas idéias acerca desse tema descrevo alguns insights que tive em relação às transmasculinidades, a partir de - episódios que relacionam o tema da necropolítica durante a pandemia, pensando-os em intersecção com outros marcadores sociais como raça, classe, regionalidade e geopolíticas do conhecimento. Esse foi o percurso que encontrei para trazer à discussão desde minha posicionalidade (SILVA, 2009; MOMBAÇA, 2020) enquanto pesquisador e homem trans, localizado nesse lugar entre pesquisador e objeto (VERGUEIRO, 2015), desfazendo a dicotomia objeto/ameaça (PEÇANHA, 2021) trabalhando a dimensão do corpo como arquivo (BOURCIER, 2021). Esses insights me proporcionaram pensar alguns pontos que considere relevante durante a pandemia e que atravessam a construção das territorialidades e imaginários socioculturais sobre as transmasculinidades.

Nesse sentido, sobre o recurso dos Limites de Autoantropologia (STRATHERN, 2017), no sentido de produzir uma reflexão que: “sugere uma contribuição à crescente reflexividade imposta aos sujeitos a partir de várias direções.”(STRATHERN, 2017. Pp.145), me situo como pesquisador homem trans/transmasculino, morador do sul do país, com curso superior e acesso a internet (mesmo que por vezes precário). Essa posicionalidade me coloca em um locus de enunciação (COSTA, 2013) que diverge um pouco dos destinos mais comuns a outras experiências transmasculinas (ALMEIDA, 2013), mas me possibilita produzir reflexões pertinentes sobre transmasculinidades. Do mesmo modo, tal momento de enunciação também me posiciona em um lugar que entende as transmasculinidades como experiências plurais, como identidades que escapam de um protocolo clínico e médico, situadas em suas intersecções.

Desse modo escolhi descrever uma primeira imagem como ilustração usada para essa reflexão. A primeira morte que me impactou fortemente na pandemia, e como isso me possibilitou pensar sobre o reflexo da gestão do racismo estrutural (ALMEIDA, 2018) e da cisnormatividade (VERGUEIRO, 2015). Pois como nos

informa Butler: “já estamos no político quando pensamos sobre transitoriedade e mortalidade.” (BUTLER, 2018. Pp.55)

Assim, esses conceitos são norteadores para pensar as relações de colonialidade

constituintes da cultura brasileira, e das relações globais. O que nos faz entender que essas questões não estão desconectadas do modo de vida neoliberal e da gestão necrobiopolítica. Trazer ao debates problematizações que emergem desse episódio pontual exige a utilização de alguns conceitos como ordem de gênero (CONNELL, 2016) e as hierarquias sexuais e misóginas (BACHETTA, 2020) inscritas nesses contextos, que colocam em risco não só as mulheres cisgêneras, mas também a população LGBTIA+ e principalmente pessoas racializadas. Esses dois conceitos nos possibilitam ajustar um filtro (HARAWAY, 2009) para pensarmos os imaginários sociais (RIAL, 2005) no que concerne a inteligibilidade do conceito de gênero. Ordem de gênero remete a noção atribuída a governabilidade de um país, de uma região, de uma relação internacional e como tal gestão compreende o conceito de gênero - de modo mais simples, podemos dizer que em sistemas políticos mais conservadores temos uma ordem de gênero em que pessoas trans são menos inteligíveis ao sistema de gênero. Em sistemas políticos mais progressistas as possibilidades de políticas sociais e estatais que visem uma maior paridade entre homens e mulheres na política e em cargos públicos, políticas que visam a inclusão de pessoas trans são mais comuns.

Do mesmo modo, o conceito de misogynarchies (BACHETTA, 2020) nos ajuda a pensar as relações de poder que estão implicadas em ordens de gênero masculinistas, como o caso das políticas conservadoras dos governos de Trump e Bolsonaro. Também nos serve como ferramenta para pensar como a heteronormatividade compõe o imaginário social e político dessas relações locais e globais, nos possibilitando uma análise de gênero mais complexificada, para além do debate sobre a diferença sexual. .

Dessa forma, como ferramenta metodológica teorizando minha experiência (FONSECA, 1999) a partir de uma historiografia densa (BACHETTA, 2021), permeada por insights, que tangenciam uma reflexão mais ampla sobre as dimensões dos espaços políticos que emergiam pela situacionalidade de um momento em que vivíamos a pandemia do COVID-19, desenvolvi uma reflexão somada a temas que vimos também explodir nas ruas e nas redes sociais como as

manifestações em oposição ao homicídio de Geoge Floyd e os silêncios da mídia (RIAL, 2016) em relação à outras mortes como a de Tony Mcdade nos Estado Unidos, homem trans negro assassinado pela polícia. Esses episódios citados ocorreram todos no mesmo período de tempo, e a situacionalidade do contexto, e minha posicionalidade enquanto pesquisador, me possibilitaram criar uma reflexão correlacionando esses fatos com algumas perspectivas teóricas críticas com o propósito de criar uma maior amplitude sobre a correlação desses três episódios e minha experiência, com o objetivo de produzir uma reflexão que contribua ao debate público sobre as transmasculinidades. Nesse aspecto, trabalho em acordo com Strathern de que:

o antropólogo está se construindo como autor de um relato em que se desloca a autoria que eles têm sobre eventos e sentimentos. A autoria deles é englobada como parte dos dados antropológicos. (STRATHERN, 2017. Pp. 152).

#### Notas sobre posicionalidades transmasculinas

Foi em uma manhã de domingo, acordei um tanto atordoado depois de sonhar que tinha sido morto em praça pública, assistido por uma pequena multidão e não havia nenhuma intervenção, apenas todos se chocavam e permaneciam expectadores. Minutos depois de acordar e perceber que apenas tinha tido um sonho/pesadelo, mas que estava bem e vivo, recebi uma mensagem de um amigo. Antes de ler a mensagem, passava rapidamente os stories do Instagram<sup>37</sup> para saber como “estava o mundo” naquele dia. Havia várias imagens do Demétrio<sup>38</sup> nas postagens de amigos, principalmente os que eram de São Paulo. Não me dei conta do que poderia ser, achava que era algum tipo de homenagem ou aniversário. Assim que terminei de ler a sua mensagem, ele me perguntou como eu estava em relação ao meu amigo, e eu sem entender perguntei que amigo?! E ele respondeu o carinha de SP, Demétrio...

Senti meu corpo gelar e voltei às postagens no *Instagram*, lendo o que estava sendo dito nelas, vi que Demétrio havia morrido. Não soube o que responder ao meu amigo, fui tomado por uma angústia. Procurei entender o que havia acontecido, mas já esperava encontrar alguns indícios. Demétrio, homem trans, negro, 23 anos e

---

<sup>37</sup> Rede social online de compartilhamento de fotos e vídeos.

<sup>38</sup> Demétrio Campos - homem trans que aparece na imagem que inicia esse capítulo.

dançarino, foi mais uma vítima fatal do Cistema<sup>39</sup>. Há meses ele usava as redes sociais para tentar encontrar trabalho, sempre com um sorriso no rosto, dizia que a situação não estava fácil, que não estava conseguindo trabalho para se sustentar na cidade de São Paulo. Na manhã daquele domingo Demétrio tira sua vida, ou ainda, é suicidado pelo Cistema.

Ser uma pessoa trans no Brasil é cotidianamente se deparar com altos índices de transfobia - desde os transfeminicídios e os casos de suicídios de homens trans até violências institucionais, tais como as impossibilidades de permanência nos espaços de educação formal, a precariedade em relação ao acesso ao mercado de trabalho e as subnotificações de nossas mortes - questões permeadas pela falta de reconhecimento de nossas identidades e evidenciam como ocorre a distribuição desigual da violência em relação à pessoas trans no Brasil.

De acordo com os dados da TGEU<sup>40</sup> de 2016, o Brasil ocupa um dos primeiros lugares no *ranking* de países que mais matam pessoas trans no mundo. Esse é o reflexo de uma gestão necropolítica (MBEMBE, 2018; BOSCATTI E AMORIM, 2021) que se agrava depois de 2019. No Brasil, podemos perceber dois registros necropolíticos em relação à população trans. A primeira, e muito agravante, é a realidade do transfeminicídio (BENTO, 2016), que tem como marcadores a violência contra mulheres trans e travestis, e na maioria das vezes tem um desfecho de morte da vítima pelo agressor. O transfeminicídio pode ser entendido enquanto um crime de ódio. Primeiramente, provocado por uma aversão misógina da expressão feminina e segundo por uma aversão à trans-identidade. Se no feminicídio caracterizamos um vínculo com o agressor, no transfeminicídio uma das principais características é que não há uma vinculação entre agressor e vítima. Em 2019 segundo relatório da ANTRA<sup>41</sup> foram 124 mortes por transfeminicídio, durante a quarentena, nos primeiros dez meses de 2020, foram registrados um aumento de 22% em relação ao ano anterior, contabilizando 151 mortes.

O segundo registro necropolítico para a população trans, diz sobre o suicídio

---

<sup>39</sup> Aqui uso Cistema com C por fazer um jogo de falar entre cisgênero+sistema, informando a normacisgênera como imperante naturalizada nas estruturas sociais.

<sup>40</sup> TGEU é uma organização de criada em 2005. Desde então, TGEU tem se desenvolvido e se autodenominado como uma voz para a comunidade trans na Europa e na Ásia Central com 200 organizações em 48 países diferentes. Informação retirada do site <https://tgeu.org/> (tradução do autor). <https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol14-2016.pdf>

<sup>41</sup> <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>

de homens trans, como a principal 7epidemia7 que assola nossa população. Segundo o cineasta Ariel Nobre, produtor do filme *Preciso Dizer que te amo*<sup>42</sup> (2019), “não nos suicidamos, somos suicidados”. Algo também refletido pelo filósofo Vladimir Safatle (2020) acerca do Estado suicidário, onde a lógica neoliberal gestiona a vida e a morte a partir de um estreitamento cada vez mais intenso das garantias de direitos de populações vulneráveis. No caso da população trans, de acordo com o relatório da ANTRA de 2020, supracitado, foram 14 suicídios de pessoas trans, em sua maioria pessoas transmasculinas. No Brasil, desde o início da quarentena, o caso de Demétrio foi um dos primeiros a acontecer, sua repercussão na mídia foi motivo de mobilização de algumas organizações sociais.

Podemos concluir que a precariedade a qual as vidas trans ficaram expostas durante o período da pandemia de COVID-19, refletem a gestão necropolítica de uma governabilidade negacionista em relação a essa população. O objetivo até aqui foi ressaltar como a invisibilidade e a não inteligibilidade (BUTLER, 2019) de nossas experiências, funciona como uma estratégia da gestão necropolítica contra a população transmasculina. De acordo com essa afirmação, também podemos inferir que o suicídio de homens trans no Brasil está relacionado ao apagamento das experiências transmasculinas, à não inteligibilidade de nossas identidades. Essas condições precárias

indicam o não reconhecimento das identidades transmasculinas dentro de uma perspectiva biopolítica, indicam também à precarização a qual pessoas transmasculinas estão expostas, como exclusão dos espaços de ensino formal, dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, o que resulta em um círculo de exclusão. A seguir procuro situar de maneira mais pontual a situacionalidade das transmasculinidades durante a pandemia, com o objetivo de compreender essas experiências coletivamente, enquanto um movimento de pensamento.

A situacionalidade transmasculina durante o COVID-19.

Lembro-me que logo que se iniciou a quarentena em Florianópolis, lugar onde passei boa parte da quarentena, saiu a publicação de alguns textos de Paul Preciado (2020), filósofo espanhol, e algumas reflexões sobre a quarentena. Junto a ele, outros autores também fizeram publicações com especulações e incertezas sobre

---

<sup>42</sup> Link do vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ufITFLF7eHo>

a pandemia, algumas bastante acertivas. O que me chamou atenção no texto de Preciado (2020; 2020b), além de ser um dos poucos autores transgêneros que tem uma circulação ampla de sua produção, foi que ele refletia sobre o medo de estar só durante a pandemia, não de estar só, mas de morrer só. Sua reflexão em uma primeira mirada nos diz do medo de morrer em decorrência do Covid e/ou pelo distanciamento social, utilizado como estratégia de controle do vírus por muitos países na pandemia. Mas ao mesmo tempo reflete sobre estar em isolamento por ser trans, algo que é anterior a pandemia, como algo que permeia as experiências trans - e que impacta a população transmasculina de maneira acentuada na pandemia. Essa perspectiva pode ser melhor compreendida ao pensarmos a partir do livro autobiográfico escrito por João W. Nery, intitulado de *Viagem Solitária* (2011), não apenas como algum tipo de *slogan* para vender, mas sobretudo porque imprime a realidade de pessoas transmasculinas no Brasil, ao menos de uma certa forma, sempre considerando a multiplicidade de experiências que muitas vezes são invisibilizadas em nome de uma narrativa universal sobre a transexualidade/transgeneridade. Mas a solidão parece ser uma característica dessa subjetividade.

Nesse aspecto, cabe pensar um pouco sobre o *locus* de enunciação desses dois autores citados acima como maneira de construir um imaginário situacional que nos possibilite compreender as diferentes experiências entre esses autores, localizando-os enquanto autores transmasculinos. Paul Preciado homem transgênero, europeu, branco, com uma carreira intelectual consolidada. O segundo, João W. Nery considerado o primeiro homem trans a fazer cirurgia de redesignação sexual no Brasil, no período do regime militar. Antes de sua transição de gênero, lecionava como professor de psicologia em uma universidade, ao assumir sua identidade transmasculina, João percorre caminhos tortuosos, muitas vezes solitários, no que se refere à vida de uma pessoa transmasculina no Brasil. Ao perder seu diploma de professor e ter que tirar uma certidão de nascimento nova para ter sua identidade reconhecida, encontra barreiras que desde a época em que escreveu seu primeiro livro *Erro de pessoa- João ou Joana* (1984), a narrativa de Nery em *Viagem Solitária*, demonstra indício de como a necropolítica ou o quanto o regime biopolítico da época invisibilizavam a sua experiência e como isso resultou em diversas situações de precariedade.

Traço essa breve panorâmica dos dois autores para demarcar a diferença em

seus lugares de enunciação e para demonstrar a diferença de experiências dentro das transmasculinidades que não estão desconectadas de espaços e tempos marcados por geopolíticas entre o sul e o norte global, entre temporalidades diferentes da vida no capitalismo e que influenciam potencialmente na construção das experiências, imaginários e da produção de conhecimento entre um homem trans do sul e do norte global.

Essa comparação nos possibilita compreender a importância de localizar os marcadores sociais da diferença entre autores que ocupam posições diferentes dentro da hierarquia constituída dentro do campo científico, onde a geopolítica do conhecimento impressa na dicotomia norte/sul global, faz toda a diferença na disposição dessa hierarquia (RIAL, 2019; LINS RIBEIRO, 2006). A ênfase que as desigualdades sociais atingem durante o período da pandemia do COVID-19, refletem o *modus operandi* neoliberal que Jota Mombaça (2021) nomeia de plantação cognitiva. Um modelo de pensamento “universalista” que corresponde ao enquadramento ou à normatividade da vida no capitalismo colonial. Essas reflexões nos dão sustentação teórica para pensarmos as diferentes posicionalidades, enquanto um alerta ao modo como vamos pensar as políticas de identidade. Assim como inscrevem um reflexão que situa uma epistemologia transmasculina no contexto da pandemia do COVID-19.

Corpo-território do político - necropolítica e transmasculinidades – os regimes de inteligibilidade.

Elvira Benitez (2021) observa como o conceito de necropolítica designa um enquadramento profícuo para pensar a realidade de determinadas populações no contexto brasileiro, da mesma maneira como observa Berenice Bento (2016) ao pensar sobre o conceito de necrobiopolítica. Estamos argumentando sobre a idéia de que esse conceito corresponde a maneira como a vida da população trans tem sido gerenciada no Brasil, a pandemia do COVID-19 apenas agravou e incentivou as políticas de exclusão e apagamento.

A partir disso, retomo a reflexão sobre Demétrio, homem trans negro, que diante uma realidade pandêmica e de crise econômica, sem perspectiva de emprego e de como iria se sustentar tirou a própria vida. Esse episódio inscreve como a solidão, problematizada por Preciado (2020) e Nery, (2011), a precariedade (BUTLER, 2018) e a necropolítica (MBEMBE, 2018) colocam a

transmasculinidade em uma zona de não inteligibilidade, ou que Fred Moten (2021) chama de nada. Essa não inteligibilidade e a precariedade a qual essas corporalidades são induzidas, são operacionalizadas enquanto recurso necropolítico de uma sociedade suicidária.

Dessa forma, não cabe um juízo de valores em relação a Demétrio, mas cabe pensar o que o levou ao suicídio. Em primeiro lugar, cabe compreender que é de ordem sistemática e diz sobre a vida/lógica neoliberal que ganha corpo e espaço durante a COVID-19. Uma lógica que privilegia uma corporalidade específica, sempre branca, sempre heteronormativa, sempre cisgênera, sem deficiência, magra. E isso, sem dúvidas corresponde ao regime necrobiopolítico que opera como ferramenta do neoliberalismo. Tal dimensão dialoga diretamente com aquilo que Tito Mijmans Alaylon (2020) chama de desterritorialização anti-negra, como uma dinâmica de eliminação que ocorre dentro da dinâmica estatal e que reafirma a dinâmica de colonialidade, excluindo corpos dissidentes de gênero e sexualidade e racializados.

Dias depois que soube da morte de Demétrio, estoura nos Estados Unidos e no mundo manifestações e *hashtags* intituladas *Black Lives Matter*<sup>43</sup>, o estopim dessa insurgência deslocava uma manifestação que tomava às ruas gritando que vidas negras importam em meio a uma pandemia. As manifestações começaram após o episódio em que um homem negro é assassinado por um policial na cidade de Minneapolis<sup>44</sup>. George Floyd foi asfixiado por um policial branco após uma abordagem e suas últimas palavras antes de morrer foram *I can't breath!* Esse episódio, além de triste e revoltante é também paradoxal, pois em meio a uma crise sanitária onde o que está em jogo é o direito de respirar (MBEMBE, 2020), um homem negro é morto por um homem branco dizendo que não conseguia respirar. Como resposta a esse ato repercutiram mundialmente manifestações nas redes sociais e manifestações nas ruas, nos Estados Unidos e também no Brasil. Foi através de uma postagem nas redes sociais (*Instagram*) que acompanhei alguns dias depois ao assassinato de Floyd e a ebulição das manifestações, ao visualizar os *stories* de um menino trans negro e gay que mora no sul dos Estados Unidos, que

---

<sup>43</sup> Movimento político internacional que reivindica o fim da violência contra a população afroamericana, teve início em 2014 após a morte de Micheal Brown em Furgeson, EUA.

<sup>44</sup> <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policial-branco-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml>

sigio nas redes sociais, no ímpeto de tentar saber como estavam acontecendo as manifestações nos *EUA*, acabei sabendo que ele e aparentemente o grupo de ativismo que ele faz parte, estavam protestando contra o assassinato de Tony McDade, em Tallahassee, Flórida<sup>45</sup>. Homem trans negro assassinado por um policial nos EUA, por ser considerado o “suspeito” de um crime que aconteceu na rua em que foi morto. Durante o reconhecimento do corpo, Tony foi identificado como “mulher” pelos policiais, no entanto amigos e comunidade disseram que ele se auto-identificava como um homem trans, aqui mais uma vez a invisibilidade e não inteligibilidade como agente necropolítico. E novamente apodemos ver a lógica de eliminação e desterritorialização (ALAYLON, 2021; WOLFE, 2008) dos corpos negros e trans. A repercussão desse caso não foi tão impactante quanto a de Floyd, e aqui é possível pensar um reflexo da cisnormatividade na recepção do caso, mas o que ressoou foi que sem ter acesso aquela rede social e sem seguir aquela conta, especificamente, talvez não soubesse que Tony fora assassinado pela polícia, por ser confundido com um suspeito e também não saberia tão subitamente da morte de Demétrio e Floyd.s casos de Demétrio, Floyd e Tony, trazem o debate feito por Judith Butler em *Corpos em aliança e políticas das ruas* (2018) sobre a questão da reconhecibilidade ou o que a autora chama de limites da condição de reconhecimento:

existir nesse limite significa que a própria viabilidade da vida de uma pessoa está em questão, o que podemos chamar de condições ontológicas sociais da persistência dessa pessoa. Também significa que podemos estar no limiar de desenvolver os termos que nos permitem viver. (BUTLER, 2018. Pp.47)

Os três episódios descritos demonstram como a não inteligibilidade funciona como ferramenta da gestão necropolítica. Movimentos como *Black Lives Matter* problematizado por diversas autoras como Jota Mombaça, Butler, Denise Ferreira da Silva (2019), são respostas e organizações de resistência à essa política de extermínio, à essa ontologia que se sustenta na dicotomia humano/não-humano. Sobretudo, porque reposicionam os debates políticos filosóficos sobre o corpo e os espaços discursivos atribuídos à política. Podemos também pensar tal questão a luz das problematizações de Spivak (2014), sobre as possibilidades ou não do subalterno falar, mas penso que esses movimentos emergem como resistência aos processos de apagamento e não- inteligibilidade dados pela assimetria de acesso ao lugar de fala. Esses movimentos dizem sobre a reivindicação do direito de

---

<sup>45</sup> <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-53181342>

aparecer, sobre a construção de espaços de reconhecibilidade, sobre construir um significado que faça com que essas vidas importem, que possam aparecer na esfera pública, onde o corpo e a performatividade e não a voz, são as principais ferramentas políticas nessas reivindicações.

Essa reflexão nos faz voltar à crítica feita por Butler a Hannah Arendt, em relação a distinção que a autora faz entre trabalho, obra e ação. Em sua análise, há uma separação entre corpo e política. Segundo Arendt (2019) o corpo está na esfera do trabalho, portanto para a necessidade, para o trabalho reprodutivo, para a reprodução, localizado no espaço privado - em oposição direta a política. Assim como a voz (a mente, o intelecto), está na esfera da ação, no espaço público, na política. Dito de outra forma o espaço político pressupõe um espaço de aparecimento, de enunciação/fala. Enquanto o corpo estaria relacionado a questões da natureza, ao trabalho reprodutivo.

Ao observar os movimentos performativos que emergem das narrativas de *Black Lives Matter*, Butler argumenta que essas políticas performativas reorganizam o espaço político, deslocam a noção de política determinada à ação, pois colocam no corpo, no performativo, uma reivindicação política em nome do direito a ter direitos, pelo direito a reconhecibilidade, reivindicando o direito de aparecer, de andar nas ruas sem ser alvo da violência estatal.

É correto afirmar que para Arendt, no campo da ação, a participação pública exige um espaço de aparecimento. Até esse ponto as manifestações de *Black Lives Matter* em 2020 não parecem estar em contradição com o pensamento de Hannah Arendt. No entanto, é necessário ampliar um pouco as análises para perceber o quão assimétricos são os espaços de enunciação na política. Pois uma manifestação que tem como estopim o assassinato de um homem negro por um homem branco em espaço público, revelam que nem todos os corpos podem habitar o espaço público sem ser submetidos à violência. Dessa forma, se para a Arendt o corpo não tem lugar nesse espaço de aparecimento, esse movimento em que emergem os protestos pela importância de vidas negras, revela-se que nem todas as vidas têm espaço representativo na política e que o extremo dessa assimetria é revelada justamente quando esses movimentos eclodem em um contexto de uma crise sanitária mundial, onde uma das principais recomendações de saúde é ficar em casa. Assim, o corpo e sua transitoriedade, sua possibilidade de estar em espaço público tem um maior impacto político do que a voz enquanto recurso da ação política.

Desse modo, podemos perceber que as impossibilidades de habitar a esfera política nos moldes formais, criam e articulam estratégias outras para a ação política. Com suas complexidades e paradoxos situacionais.

Pode parecer que a idéia de que há uma assimetria em termos de espaço de aparecimento de determinados corpos em detrimento de outros, seja uma forma de

compreender que esses corpos que são desconsiderados, estão à margem da política, no entanto, como lembra Butler:

aqueles que se encontram em posição de exposição radical à violência, sem as proteções políticas básicas na forma de lei, não estão por essa razão fora da política ou privados de todas as formas de atuação (...) Estar do lado de fora de estruturas políticas legítimas e estabelecidas é ainda estar saturado nas relações de poder, e essa saturação é o ponto de partida para uma teoria do político que inclui formas dominantes e subjugadas, modos de inclusão e de legitimação, bem como modos de deslegitimação e de supressão. (BUTLER, 2018. p. 89)

As reivindicações de *Black Lives Matter* falam sobre uma nova forma sobre o fazer político. Demonstra em alguma medida como as condições biopolíticas dessa época não possibilitam espaço de voz e visibilidade dentro da política institucional, ao mesmo tempo também demonstra como o luto coletivo mobiliza a ação social. É paradoxal pois, o sentimento coletivo de luto, mobiliza a ação coletiva daqueles que não tem espaço de fala e escuta pelo direito a uma vida que seja possível de ser vivida. Como comentado pela filósofa estadunidense esses movimentos:

emergem de um entendimento de que a condição de precariedade é diferentemente distribuída, e que tanto a luta contra quanto a resistência à precariedade têm que estar baseadas na reivindicação de que as vidas sejam tratadas igualmente e que sejam igualmente visíveis. (BUTLER, 2018. p.76)

Nesse exemplo, os corpos ganham sentido político para além daqueles que preenchem o sentido da necessidade e da vida no labor, ganham um sentido para além do discursivo com forte caráter político, a materialidade desses corpos e o discurso que os constituem criam um novo espaço de visibilidade, de discursividade, de representação.

Além de trazer as múltiplas corporalidades, muitas vezes expostas em suas próprias vulnerabilidades, para a arena política, essas manifestações e a forma como foram veiculadas pelas redes sociais, podemos perceber uma relação normativa entre os algoritmos, as manifestações na internet e a construção de novas

identidades mediadas pelas redes sociais que configuram também o momento político que estamos vivendo (CESARINO, 2019; 2022). Questão que atravessa a minha própria experiência narrada aqui, mas nos possibilita uma análise mais ampliada sobre a construção das identidades em contextos pandêmicos.

Isso nos mostra como em um momento em que para muitos as redes sociais eram o único contato com o mundo, as fronteiras entre público e privado se dissolvem e se reconstruem dentro da esfera do político, e sobretudo, já está dentro das casas, nas ruas, e de fato estão no ciberespaço. O excesso de informações noticiadas nas redes

sociais por exemplo, podem ser um indicativo da ruptura dessa fronteira. Cabe a nós cientistas sociais observar o impacto disso nas relações sociais posteriores a pandemia.

Mas o que gostaria de chamar a atenção, diz sobre as motivações que levaram a essas manifestações em plena pandemia não só no Brasil, mas nos Estados Unidos também, enquanto o fenômeno global. É importante entender que elas não estão dissociadas de elementos da colonização, as mortes de Demétrio, Floyd e Tony demonstram como a esfera pública é altamente regulada, e corpos racializados, atravessados pela cisnormatividade, estão em posições assimétricas com aqueles que são considerados pertencentes à esfera pública.

Se por um lado isso reflete como se consolidam as relações de desigualdades dentro do estado moderno, também revelam as relações de colonialidade que estão presentes nessa configuração, como apontou Oliveira (2020) “o processo de racialização das sociedades modernas produzido pelo colonialismo tem implicações diretas sobre uma série de acontecimentos históricos, incluindo esse que vivemos nesse momento”. (OLIVEIRA, 2020. p. 197).

Além da discussão que esses acontecimentos impulsionam, também é possível perceber um *modus operandi* global, que se articula por diversos dispositivos que não estão distante do que Foucault chamou de Racismo de Estado (FOUCAULT, 1999), ou também elaborado por Achille Mbembe (2018) como necropolítica. Nesse sentido, considero possível pensar a transfobia e cisnormatividade a partir desses dois conceitos que atravessam os casos comentados, assim como possibilitam compreender como opera a necropolítica em relação a vidas trans e pretas dentro de um regime do capitalismo racial (MOMBAÇA, 2020; ALVES, 2020).

## Algumas considerações

Em uma reflexão geral podemos constatar que a precarização da vida se agravou na pandemia, acentuando também as condições de vulnerabilidade de populações já vulneráveis à vida no capitalismo. Também podemos perceber como as relações sociais se alteraram durante e após a pandemia. Percebo isso a partir da minha experiência, ao observar como a internet, o ciberespaço tornaram-se um espaço tão central na mediação das relações sociais durante a pandemia, nos possibilitando acessar notícias como a morte de Floyd quase simultaneamente ao momento que esse episódio de racismo ocorreu. Da mesma forma a morte de Demétrio, que virou o assunto da internet por

algum tempo, nos possibilita observar como essas notícias e a maneira como são mediadas correspondem a uma codificação cultural (HALL, 2013) relacionada à dimensão de espetacularização da morte (CADERNAS, 2017). Essa codificação inscreve a vida trans e preta dentro do capitalismo racial ou do regime faramcopornográfico (PRECIADO, 2008; 2020) dentro de um enquadramento de exposição à violência.

Nesses termos percebemos também, a maneira como a violência opera enquanto um dispositivo importante de incorporação ou não dessas e outras vidas na esfera social e política, ao observar que há uma maneira específica de incluir corpos e experiências através da violência, ou ao menos há uma forma de incluir para excluir determinadas experiências e a partir desse sistema definir quais experiências são legitimadas social e politicamente (RAEWYN CONNELL, 2014).

A questão do reconhecimento enquanto fator de inteligibilidade, já é abordada por Connell em suas reflexões sobre o conceito de justiça social (2014), destacando a assimetria colonial do poder que está colocada dentro do sentido de justiça liberal. Butler tem chamado de inteligibilidade o processo de produção discursiva de determinado sujeito - à exposição à precariedade e a violência são ferramentas normatizadoras dos corpos que excedem essa determinação discursiva do sujeito e sua inteligibilidade jurídica. Sua aposta é demonstrar como a performatividade funciona enquanto elemento discursivo de corpos que estão em exposição radical à violência, e para isso ela pensa a partir do conceito de precariedade, enquanto um conceito mediador.

Podemos observar as manifestações como a do movimento *Black Lives*

*Matter*, a partir de uma perspectiva de resistência a essas violências, justamente na constituição de outro espaço de visibilidade, de reconhecibilidade e de discursividade. Todos os casos citados nesse trabalho são o reflexo dessa violência que opera como agente de inclusão ou exclusão de determinados corpos. São fatos sociais que nos dão a possibilidade de observar as condições de aparição desses corpos em espaços públicos, sobretudo diz sobre a reivindicação “do direito de ter direitos” (BUTLER, 2018).

Esse é um retrato que imprime aspectos globais e também locais das configurações políticas e sociais da pandemia do COVID-19, que reflete relações de colonialidade e precariedade, como a violência observada nesses casos mencionados acima, mas também coloca em evidência outras formas de colonialidade, como as relações de trabalho e de gênero. Cabe destacar que uma das primeiras mortes por COVID-19 no Brasil, foi de uma mulher negra de 63 anos que trabalhava como empregada doméstica e sua patroa que voltava da Itália a contagia com corona vírus<sup>46</sup>, esse é ainda o reflexo das relações de colonialidade (VERGES, 2020) que estruturam o imaginário social e político do país.

A morte de Demétrio, não foi em decorrência do vírus, mas sim das incertezas, instabilidades, vulnerabilidades decorrentes da precarização das vidas trans e negras no Brasil. Podemos inferir que a pandemia só acentuou e evidenciou essas relações. Podemos reafirmar a idéia de que a quarentena é branca (OLIVEIRA, 2020) e eu acrescentaria, é cisgênera, visto o elevado índice de suicídios da população trans diante a crise sanitária do corona vírus e de uma gestão política que é declaradamente conservadora e transfóbica.

É importante considerar que por traz desse governo que parece atrapalhado, ineficaz e desinteressado, há bem definido um plano político, econômico, social de limpeza étnica, de gênero, de apagamento das dissidências, onde o desinteresse tem uma implicação política à determinadas vidas, a ineficiência é uma estratégia política. Podemos entender esse modelo político como um modelo negacionista (CAPONI, 2020). Esse tipo de estratégia política tem se tornado recorrente nos discursos políticos conservadores globais e ganham força exponencial durante a pandemia.

---

<sup>46</sup> <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/19/trabalhadora-domestica-e-a-primeira-vitima-do-coronavirus-no-estado-do-rio>

Podemos dizer que a necrobiopolítica opera como um sistema específico dentro da lógica neoliberal e colonial, e como parte desse regime político, o racismo e a cisnormatividade são dispositivos elementares que separam os corpos que importam e os que não importam. Dessa forma, é de extrema importância refletir a respeito de manifestações como *Black Lives Matter* como uma forma política em contraposição a gestão necropolítica. Essas manifestações dizem sobre algum modo de resistir aos dispositivos de poder que vê na morte de populações específicas uma estratégia política de regular um determinado modelo de vida. Cabe destacar as relações que se constroem na mediação das informações sobre esse tipo de manifestação, também o imaginário que se constrói sob a idéia de espetacularização da morte.

De forma autoreflexiva, pensar sobre tais questões mobilizam o pensamento contra a normatividade ( BUTLER, 2015), pois o que se coloca em jogo não é apenas a dimensão da luta por reconhecimento (HONNETH, 2003), mas uma forma de repudiar a maneira como a gestão da vida preta e trans vem sendo desenvolvida em perspectivas locais e globais. Assim ser mediador desses acontecimentos também foi um elemento importante para pensar a minha posicionalidade em relação a outras transmaculindades e ao mesmo tempo pensar a construção de uma identidade coletiva que se constrói em oposição ao ideal da identidade nacional. Me situa também no lugar geopolítico epistêmico de autor dessa reflexão, assumindo a idéia de que “colocar-se na posição de autor é testemunhar o mundo através de olhares diferentes.” (STRATHERN, 2017. Pp. 162). Uma reflexão sem a mesma amplitude que as reflexões de Paul Preciado, mas como um exercício reflexivo de memória coletiva, de indignação coletiva e crítica ao modelo de pensamento colonial moderno que inscreve corpos trans e pretos na matriz colonial do poder (MIGNOLO, 2008).

Trazer as reivindicações do *Black Lives Matter*, demonstram a minha situacionalidade em campo (SILVA, 2009), de modo cru, pois de fato fui afetado por esses acontecimentos, e pude percebê-los como uma nova forma de expressão e reivindicação do espaço político. Mas que não deixam de ter hierarquias, permeados pelas lógicas de colonialidade que desterritorializam corpos pretos e trans como estratégia de governabilidade.

Podemos dizer que o negacionismo funciona também como uma política de invisibilização em relação às vidas transmasculinas, a nossa não inteligibilidade

(BUTLER, 2019; SILVA E VAZ, 2021) funciona como uma ferramenta necropolítica, de exclusão, de marginalização. Podemos dizer também que a visibilidade de determinada identidade constrói inteligibilidade, mas também temos que nos ater a como o discurso neoliberal se apropria da construção subjetiva dessas identidades. De modo geral, podemos considerar que o impacto da pandemia do COVID-19 não foi só sofrido pelas pessoas contagiadas pelo vírus, mas implicou em uma mudança nas relações sociais e da própria moralidade, ao mesmo tempo em que tornou visível as relações de colonialidade e desigualdades que sustentam a economia política global.

#### IV. O BANHEIRO COMO TECNOLOGIA CISGÊNERA, A FAVOR DO CONSERVADORISMO SOCIAL

O banheiro público, arquitetura que organiza e divide os corpos entre masculinos e femininos, torna-se uma instituição a qual pessoas (cis e trans) são submetidas e subjetivadas. A questão problematizada aqui diz sobre a assimetria entre aquelas que correspondem ao código cultural (HALL, 2013) cisnormativo a qual o banheiro é operacionalizado, ou seja, correspondem ao sistema sexo/gênero e aquelas que não correspondem a essa norma cultural. A partir da compreensão dessa assimetria podemos entender porque a presença de pessoas trans nos banheiros públicos causa tantas questões, incluindo uma questão de saúde pública.

Como se não bastasse o embate entre a ordem cultural e a não conformidade de corpos dissidentes a ela, como fator disparador para problematizarmos tal questão - no que tange reflexões sobre acesso ao espaço público e reconhecimento de identidade de gênero. Também observamos como a presença de pessoas trans em banheiros públicos vem provocando o incômodo de conservadores que se manifestam tanto em ações de âmbito social, quanto em âmbito jurídico legislativo, em oposição ao reconhecimento de identidade de gênero de pessoas trans em banheiros

públicos. Nos últimos cinco anos, pudemos observar no cenário político brasileiro como o direito da população trans tem sido alvo do discurso de ódio dos conservadores. Em 2023, tivemos o caso de um vereador dizendo que se encontrasse uma mulher trans no banheiro, tiraria ela do lugar “a soco”. Essa expressão remete esse imaginário de vulnerabilidade e de corpos que são passíveis de exposição à violência gratuita que pessoas trans estão inscritas no contexto social brasileiro.

Muito já tem se problematizado como a educação tornou-se um campo de batalha nessa disputa ideológica, principalmente nas reflexões sobre o sintagma da famigerada “ideologia de gênero”(JUNQUEIRA, 2018) e questões relacionadas aos temas de gênero e sexualidade (RIAL, 2019). Vemos isso através dos inúmeros projetos de lei criados, e muitas vezes aprovados, que visam ceifar o mínimo de direitos garantidos que a população trans adquiriu desde a emergência do estado democrático de direitos no Brasil.

O tema dos banheiros não poderia passar despercebido. Para problematizar tal questão destaco o PL nº 2838/2021<sup>47</sup> que foi reaberto para votação na câmara dos deputados em no Estado de Pernambuco. Esse não é o único caso de projetos de lei que visam a proibição do uso dos banheiros em correspondência a identidade de gênero, questão que fere diretamente o direito ao acesso ao espaço público de pessoas trans. Na câmara dos vereadores em Feira de Santana, Estado da Bahia, em 2018 foi aprovado o projeto de lei nº 3878 que visa proibir o uso dos banheiros por pessoas trans. A análise feita por Brenda Costa (2020) destaca a inconstitucionalidade do projeto de lei e o grave ataque aos direitos humanos de pessoas trans no município de Feira de Santana - BA.

Em 2021 foi para votação na câmara o PL que restringe o uso de banheiros públicos para pessoas trans no Estado de Pernambuco, no mesmo ano outro projeto lei nº 4019/21<sup>48</sup> foi enviado a câmara dos deputados com o intuito de proibir a instalação de banheiros unissex em espaços públicos e comerciais em todo território nacional.

Não bastassem também as ações legislativas em forma de projetos lei

---

<sup>47</sup> <https://www.alepe.pe.gov.br/proposicao-texto-completo/?docid=8195&tipoprop=p>

<sup>48</sup> <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2307102>

contra o reconhecimento da identidade de gênero nos banheiros públicos, o debate que constrói o discurso conservador em relação aos banheiros emerge novamente após a circulação de um vídeo na internet de um deputado filiado a um partido conservador do estado de Minas Gerais, fazendo chacota em relação à presença de mulheres trans no banheiro feminino. Esse é um exemplo transparente de como o pânico moral é acionado em relação às pessoas trans para a promoção de visibilidade política de “representantes” políticos como ele. Além de demonstrar também como a *fakenews* funciona como uma ferramenta a serviço da normatividade cisgênera, mostra também como o embate cultural se consolida discursivamente em relação às políticas anti-trans. Esse ponto também é importante para pensar a formação de subjetividades masculinistas que emergem nesse contexto de conservadorismo social e que disputam a categoria ordem de gênero (CONNELL, 2016) em seu sentido global.

Antes, gostaria de destacar que o uso dos banheiros como tema das ameaças conservadoras não é recente - vide o projeto de lei que circulou na Câmara de Florianópolis em 2013<sup>49</sup> que visava criar uma lei para implementar banheiros unissex (LONGHINI E SILVA, 2018). O que nos interessa explicar é porque tal questão torna-se alvo tão comum às pautas de ataque vindo dos conservadores e o que isso representa diante a construção do imaginário social político global e local.

É possível observar também a partir, tanto do projeto de 2013 na câmara de Florianópolis, quanto do projeto de Feira de Santana de 2021, uma estratégia conservadora que vem se repetindo dentro das cruzadas anti-gênero, que é a estratégia de municipalização das temáticas relacionadas a gênero e sexualidade, o uso dos banheiros não é um tema que está desassociado desse debate. Essa mesma estratégia é utilizada no caso do controle de conteúdo sobre gênero e sexualidade nas escolas, a estratégia de colocar sobre a legislação do município - enquanto instituição que irá determinar os conteúdos a serem abordados na escola, emerge a partir do caso ocorrido na cidade Novo Gama<sup>50</sup> no Estado de Goiás. Tal

---

<sup>49</sup> <https://www.cmf.sc.gov.br/proposicoes/Projetos-de-Leis-ordinarias/2013/2/77/46778>

<sup>50</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/04/stf-forma-maioria-para-declarar-inconstitucional-lei-que-veta-discussao-de-genero-nas-escolas.shtml>

questão mobilizou uma decisão do STF<sup>51</sup>, proferindo que a decisão dos conteúdos de gênero e sexualidade que serão abordados nas escolas está sobre decisão da instância máxima da União e não cabe as prefeituras legislarem sobre tal questão.

De acordo com o levantamento divulgado pela ANTRA e em notícia pela Folha de São Paulo<sup>52</sup> em 2023, foram mais de 69 projetos de lei que compõe o que venho chamando de políticas anti-trans e a temática dos banheiros compõe algum deles. Também em consonância com o recurso extraordinário 845.779<sup>53</sup> que está em julgamento pelo Supremo Tribunal Federal a ANTRA lançou uma nota técnica em agosto de 2023 com o objetivo de:

orientar as discussões, políticas públicas e tomadas de decisões sobre o acesso a banheiros e espaços segregados por gênero considerando o direito a autodeterminação de gênero de travestis, mulheres transexuais, homens trans, pessoas transmasculinas e não binárias. (Trecho retirado da reportagem de divulgação da nota do Site da Antra.)<sup>54</sup>

Os dados citados nessa nota, como o levantamento feito pela ABLGBT<sup>55</sup> sobre

os projetos de lei anti-trans no Brasil em 2022, que consiste em uma tabela que consta em nota de rodapé da nota técnica emitida pela ANTRA em 2023, mostram que são 44 projetos de lei em diferentes estados que visam proibir e criminalizar pessoas trans que usam o banheiro de acordo com sua identidade de gênero. Esses são alguns movimentos políticos que colocam os direitos da população trans sob-ameaça de uma política cultural conservadora.

Até aqui tentei argumentar a respeito da existência de uma ordem cultural que é atravessada pela cisgeneridade enquanto uma norma naturalizada, podemos dizer que a produção/gestão da vida e da morte de pessoas trans varia de acordo com as governabilidades que ora reafirmam esse norma, ora criam dispositivos que possibilitem questioná-la

---

<sup>51</sup> Supremo Tribunal Federal

<sup>52</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/03/brasil-tem-um-novo-projeto-de-lei-antitrans-por-dia-e-efeito-nikolas-preocupa.shtml>

<sup>53</sup> [https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4657292&nu\\_meroProcesso=845779&classeProcesso=RE&numeroTema=778](https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4657292&nu_meroProcesso=845779&classeProcesso=RE&numeroTema=778)

<sup>54</sup> <https://antrabrasil.org/2023/08/28/antra-nota-tecnica-banheiro-pessoas-trans/>

<sup>55</sup> [Pesquisa banheiro 2022.xlsx - Planilhas Google](#)

(VAZ E SILVA, 2021). Nesse sentido, partimos da perspectiva que a reafirmação dessa norma enquadra-se naquilo que Mbembe (2018) chama de necropolítica. O que estou salientando aqui é que no contexto das disputas ideológicas, a população trans tornou-se um alvo das disputas morais e políticas entre conservadores e progressistas. Ousaria dizer que mais dos conservadores do que dos progressistas, o que também é sintomático.

Nesse primeiro momento, cabe problematizar como a questão do reconhecimento de pessoas trans, relacionado ao uso dos banheiros de acordo com a identidade de gênero, entre outros fatores, tornara-se ferramenta política que compõe a disputa ideológica que configura o contexto político brasileiro a mais de uma década. Esse episódio corresponde a uma série de atitudes que configuram um padrão do pensamento conservador atual. Destaco a ênfase em relação ao pânico moral, estratégia utilizada para produzir um imaginário distorcido sobre pessoas trans e LGBcis. Mas ele também se manifesta de outras formas, como os discursos exageradamente misóginos, discursos que blefam com representações imagéticas de orientação nazista, discursos de ódio contra pessoas trans proferidos abertamente em instituições legislativas, etc. teríamos aqui uma lista infinita de exemplos de *trholls* (RODRIGUES, 2022) concretos que comprovam a proliferação dessa ideologia.

Dentre muitos exemplos que poderíamos pegar para debater a questão das cruzadas anti-gênero. Destaco o caso ocorrido com Nícolas Ferreira<sup>56</sup> (PL- MG) para argumentar como as *fakenews* operam como dispositivos de proliferação de pânico moral na ofensiva anti-gênero. A partir disso, também objetivamos entender que tipo de identidade cultural se constrói a partir dessa repulsa à população trans, como isso impacta a ordem de gênero em termos de construção de masculinidades e feminilidades e outras identidades de gênero.

Em setembro de 2023 o deputado mencionado acima sofre um processo por expor uma adolescente trans nas redes sociais. O caso ocorreu após Nícolas fazer um vídeo nas redes sociais dizendo que era

---

<sup>56</sup><https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/09/21/nikolas-ferreira-reu-processo-adolescente-trans.ghtml>

contra a presença de uma menina trans no banheiro feminino. Após ser processado, com possibilidade de perder o mandato, Nicolás afirmou que estava apenas manifestando a sua indignação à presença de uma menina trans que estava utilizando o banheiro da escola que sua irmã estuda. A atitude do deputado configura-se como crime de homotransfobia, na lei que equipara esse tipo e prática ao racismo ADO-26.

Não obstante, dias após sua condenação, Nicolás aparece envolvido em outra polêmica na internet envolvendo a temática trans e a questão dos banheiros. Ele e outro deputado também de direita, Felipe Barros (PL) publicaram conteúdos na internet referindo-se a uma política pública sancionada pelo governo Lula, que estaria impondo a determinação de banheiros unissex em todas as instituições públicas brasileiras<sup>57</sup>. Os dois deputados foram penalizados após o Ministro dos Direitos Humanos acionar a AGU<sup>58</sup> para investigar a propagação de *fakenews*. A determinação que estava sendo divulgada pelos deputados na verdade tratava-se de uma campanha idealizada pelo Conselho Nacional LGBTIA+<sup>59</sup>, órgão que tem autonomia em suas ações. A campanha visava promover acessibilidade a pessoas trans aos banheiros públicos. Ainda cabe ressaltar que as instâncias superiores se quer tinham conhecimento dessa campanha.

O caso teve repercussão na mídia, incluindo pedido de cassação do mandato do deputado em questão e também se enquadra no crime de homotransfobia no Brasil.

Além disso, podemos perceber como o padrão discursivo incutido nas manifestações de Nicolás, correspondem ao imaginário do conservadorismo social (NUNES, 2022), que envolve um forte ataque às minorias por meio de *fakenews* e do pânico moral. De acordo com Rodrigo Nuñez (2022) o conservadorismo social pode ser definido como:

Diferentemente do anticomunismo e do ultraliberalismo, no entanto, o conservadorismo social não se difundiu de cima para baixo, mas já se encontrava bastante disseminado por todas as classes. Incitado, por um lado, pelas conquistas obtidas pelos

---

<sup>57</sup> <https://www.cartacapital.com.br/politica/ministro-aciona-agu-contra-nikolas-e-felipe-barros-por-fake-news-sobre-banheiros-unissex/>

<sup>58</sup> Advocacia geral da União

<sup>59</sup> <https://revistaforum.com.br/politica/2023/9/23/banheiros-unissex-governo-desmente-fake-news-de-nikolas-ferreira-filipe-barros-entenda-144632.html>

movimentos feministas e LGBTQIA+ ao longo da década anterior, e por outro, pela fabricação de pânico morais, ele também se aproveitou de um senso de ameaça iminente constantemente realimentado para se alastrar. (NUNES, 2022. Pp. 37)

Além do pânico moral em relação à população trans centralizada no tema dos banheiros, podemos perceber também um pânico moral que envolve o “cuidado com as crianças”. A defesa das crianças parece ser o contra-golpe conservador frente as poucas políticas que visam a inclusão e o reconhecimento das pessoas trans. Para o discurso conservador, partilhar o espaço público como o banheiro, com uma pessoa trans colocaria uma crianças cisgênera em risco.

Em realidade, podemos inferir de acordo com a análise de Paul Preciado (2019) que essa exacerbada defesa da tutela das crianças, é nada mais, que a defesa da cisheteronormatividade que sustenta a família nuclear cishetero branca defendida pelo conservadorismo. Em realidade não há uma preocupação verídica em relação à educação das crianças, mas sim uma preocupação de que o modelo de parentesco monoclear cisheterossexual defendido no ocidente não seja atacado. Outras manifestações anteriores como a vinda de Judith Butler para o Brasil em 2019 para uma palestra sobre democracia, já davam a tônica de “deixem nossas crianças em paz” como um discurso que caracteriza a ofensiva anti-gênero em curso, evidenciando como as próprias relações e definições de parentesco estão em disputa (AMORIM, 2019).

Outro ponto que considero importante destacar que caracteriza uma estratégia conservadora diz sobre a propagação das *fakenews* - tanto por torna-se um fenômeno que representa o imaginário político social contemporâneo (CESARINO, 2022). Quanto por ser utilizada enquanto estratégia na propagação do pânico moral contra a população LGBTIA+. Cabe ressaltar o não ineditismo dessa estratégia, que se assemelham às estratégias conservadoras descritas por Rubin, (2017) em pensando o sexo: por uma teoria radical do sexo/sexualidade, na década de 1980. Visto que a “defesa” das mulheres, assim como a defesa da tutela das crianças já eram uma estratégia de segmentos conservadores da sociedade diante uma perspectiva mais complexa sobre gênero e sexualidade - como, por exemplo, pessoas trans e questões que atravessam essas experiências

como a prostituição ou a pornografia.

Essa questão ilustra como a população trans torna-se alvo das cruzadas anti-gênero, e como a midiaticização de casos de violência tornam-se um dispositivo frequentemente utilizado em momentos políticos estratégicos, como o caso de Nicolas Ferreira, como maneira de promover pânico moral e se autopromover nas redes. Esse tipo de enquadramento opera como um construtor de um imaginário social, que encontra terreno fértil em uma cultura transfóbica ou que considera pessoas trans como vidas não passíveis de luto (BUTLER, 2015) e que se orienta por informações falaciosas.

Nesse sentido, podemos dizer que o imaginário transfóbico da cultura brasileira, representado por um vídeo feito no celular de um episódio de violência generalizada, como o caso ocorrido em Mogi das Cruzes, é o efeito, ou corresponde ao imaginário, de uma cultura que se constrói a partir da aversão dos corpos trans, dos corpos que colocam em ameaça essa ordem cisheterossexual da família brasileira. A escola torna-se um espaço desse tipo de embates e a forma como esses registros são feitos reafirmam a lógica da necropolítica instituída nesse modelo de governabilidade.

Se por um lado podemos dizer que a política brasileira em alguma medida é representada por esse tipo de prática e de discurso diante o contexto do avanço do conservadorismo. Por outro lado, há mais de 8 anos se disputa por via judicial a aprovação do recurso extraordinário 845779. Tendo como relator Luis Roberto Barroso<sup>60</sup>, o recurso extraordinário discute se o uso dos banheiros por pessoas do “sexo oposto” fere ou não a dignidade humana. De acordo com o texto do recurso extraordinário publicado na página do Supremo Tribunal Federal<sup>61</sup>:

à luz dos arts. 1º, III, 5º, V, X, XXXII, LIV e LV, e 93 da Constituição Federal, se a abordagem de transexual para utilizar banheiro do sexo oposto ao qual se dirigiu configura ou não conduta ofensiva à dignidade da pessoa humana e aos direitos da personalidade, indenizável a título de dano moral. (BRASIL, 2023)

O recurso que tem sua primeira data de aferição em 2014, em 2023

---

<sup>60</sup> Luis Roberto Barroso é um jurista, professor e magistrado brasileiro, atualmente ministro e presidente do Supremo Tribunal Federal. É ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

<sup>61</sup> <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4657292&numeroProcesso=845779&classeProcesso=RE&numeroTema=778>

foi devolvido e vai a julgamento pelo STF. Cabe destacar como observado por Luma Andrade, (2020) em seu estudo comparativo sobre os direitos LGBTIA+ entre Portugal e Brasil, que no Brasil “As principais conquistas da referida população no território brasileiro, diferentemente de Portugal, aconteceram através do STF”. (LUMA ANDRADE, 2020. Pp. 106) ou como já ouvi e disse muitas vezes “foi o STF que segurou o Brasil nos últimos anos.”.

De acordo com a notícia publicada no portal Catarinas<sup>62</sup> :

A decisão do STF poderá estabelecer um precedente jurídico fundamental para assegurar a igualdade de tratamento e o respeito à identidade de gênero das pessoas trans. Além disso, a definição desse tema como Repercussão Geral indica que sua resolução terá impacto em casos semelhantes em todo o país, gerando, espera-se, segurança jurídica e uniformidade na interpretação da Constituição em prol daquelas e daqueles que mais necessitam da sua proteção.<sup>63</sup> (trecho da reportagem publicada pelo portal catarinas).

Cabe ressaltar a amplitude de uma decisão julgada pelo STF, mas também destaca-se projetos de lei estaduais como o caso do Projeto De Lei Nº 2601/2020<sup>64</sup> no Estado do Rio de Janeiro, que com base em outras leis como a lei Municipal com o mesmo intuito criada por David Miranda na cidade do Rio de Janeiro, visa garantir o acesso aos banheiros à pessoas trans de acordo com suas identidades de gênero. O projeto que foi para a votação na câmara do estado em 2020 ainda está em aberto. Mas também pode ser compreendido enquanto um documento que possibilita uma jurisprudência mais favorável à população trans. Certo que medidas como essa, assim como o ADO26, estabelecem uma relação de seguridade, mesmo que precária, para com as populações vulnerabilizadas nesse regime necropolítico, como a população LGBTIA+ e principalmente a

---

<sup>62</sup> O portal Catarinas nasceu por iniciativa das jornalistas Paula Guimarães e Clarissa Peixoto, ex-colegas da faculdade de Jornalismo, e da cientista social Kelly Vieira. O contato entre elas era antigo, fruto da atuação no movimento social, em especial no movimento feminista. (...) Hoje, o Portal Catarinas conta com uma equipe que desenvolve jornalismo profissional e se destaca na cena nacional, cobrindo o território catarinense, mas também as pautas que mais se conectam à agenda política feminista e de direitos fundamentais e humanos brasileira. Fonte: <https://catarinas.info>

<sup>63</sup> <https://catarinas.info/o-julgamento-transformativo-do-stf-sobre-acesso-aos-banheiros-para-pessoas-trans/>

<sup>64</sup> [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1892753&filename=PL+25\\_78/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1892753&filename=PL+25_78/2020)

população trans alvo dessas cruzadas anti-gênero. Mas como ressalta Jota Mombaça (2020), isso também nos diz de uma parcela da população LGBTIA+ orientada pelo desejo de uma economia política punitivista (ALMEIDA, 2018) que tenta atacar ou ao menos se defender com as mesmas armas que lhes ferem. De alguma forma, esse tipo de embate se instaura sobre a ordem do estado de direitos, dentro de um registro do estado moderno, permeando o debate sobre justiça social (CONNELL, 2014), mas ainda sobre um espectro do liberalismo de estado. No entanto, a disputa ideológica em curso, nos diz sobre uma disputa de sentidos que inscreve a instauração do modelo neoliberal, ou seja, na redução das políticas estatais, contexto político e econômico fértil para a difusão de uma política que se constrói imageticamente através de estratégias como o pânico moral e a *fakenews*.

Disputamos na verdade, a noção de ordem de gênero, a partir de uma polarização política (CESARINO, 2019; 2022; NUNES, 2022) que se inscreve por meio de uma batalha cultural que coloca de um lado parte da população que corresponde às minorias sociais, como movimento LGBTIA+, que se posiciona e se defende por meio das políticas identitárias e tentam a duras penas manter os poucos direitos conquistados dentro desse embate cultural. O que corresponde a uma configuração política totalmente fragmentada e que não conseguiu, enquanto corpo político (BENTO, 2014), combater o avanço do conservadorismo. Do outro lado, outra parcela da população que está em dissociação com a realidade dessas populações vulnerabilizadas e se posiciona politicamente contra políticas de segurança e acesso a cidadania, que se sente autorizada a rechaçar publicamente por meio de pânicos morais e notícias falsas.

Delírio da cisgeneridade conservadora: projetos de lei contrários aos banheiros unissex ou a favor da masculinidade cisheterobranca?

As cruzadas anti-gênero tem se configurado por meio de disputas que colocam as definições de gênero no Brasil no cerne do debate. Além do PL nº 2578/2020<sup>65</sup> que quer determinar que gênero seja definido por

---

<sup>65</sup> [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1892753&filename=PL+2578/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1892753&filename=PL+2578/2020)

características biológicas e cromossômicas, o que é um ataque direto à população trans. Podemos dizer que essa guerra se configura no âmbito da linguagem, para além de uma disputa política nos moldes liberais, as cruzadas anti-gênero se enunciam enquanto uma disputa cultural, envolvendo uma ética e uma gramática nos moldes de uma economia neoliberal e de um conservadorismo social (NUNES, 2022). A educação coloca-se enquanto terreno dessa disputa, o controle de conteúdo dos currículos escolares, os embates em relação ao uso da linguagem neutra/não-binária, questão que diz respeito diretamente ao reconhecimento de pessoas trans no espaço de ensino, os embates acerca de uma educação inclusiva, pela diversidade e de combate ao preconceito. Todas essas questões desenham uma agenda conservadora com políticas explicitamente anti-trans.

Percebemos um avanço das ofensivas anti-trans já no início do governo Bolsonaro, com a emblemática frase de efeito da então ministra da família Damares Alves *Meninos vestem azul, meninas vestem rosa* e em momentos anteriores como a vinda da Butler para o Brasil. No entanto, esse debate se constitui em um zig-zag entre as disputas políticas sociais e culturais e a esfera política e jurídica. Como apresentado na matéria publicada na folha de São Paulo em março de 2023<sup>66</sup> a cada dia surge ao menos um projeto de lei relacionado a essa política de genocídio contra a população trans. Não obstante o tema do direito ao uso dos banheiros em correspondência a identidade de gênero tornou-se um assunto em disputa.

Em 2018 temos o caso da Lei nº 3878 do município de Feira de Santana - BA, que visa a proibição do uso de banheiros por pessoas trans de acordo com sua identidade de gênero - alegando a segurança de mulheres cisgêneras e crianças à possíveis violências sexuais que uma pessoa trans pode cometer em um banheiro. Em 2021 o projeto de lei que visa proibir o uso de banheiros para pessoas trans de acordo com identidade de gênero - PL nº 2838 - no Estado de Pernambuco que foi para votação e foi arquivado, no ano de 2023, foi desarquivado para nova votação. Além

---

<sup>66</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/03/brasil-tem-um-novo-projeto-de-lei-antitrans-por-dia-e-efeito-nikolas-preocupa.shtml>

desse projeto, o projeto de lei n.º 4019/21<sup>67</sup> que foi para votação em 2021, visa a proibição de banheiros unissex em instituições públicas e comerciais em todo território nacional. Nessa somatória da ofensiva de políticas anti-trans só em 2022 foram mais de 40 projetos de lei argüidos só sobre a proibição de pessoas trans nos banheiros públicos e contra a implementação de banheiros unissex de acordo com o mapeamento realizado pela ABLGBT mencionado acima.

De acordo com a reportagem publicada pelo portal de notícias Diadorim<sup>68</sup>, o Sudeste e Nordeste são as regiões que mais concentram projetos lei contrários ao uso de banheiros por pessoas trans e contrários a implementação de banheiros unissex. De acordo com a reportagem são 17 projetos de lei contrários a idéia do banheiro sem gênero, também a notícia ressalta o aumento na publicação de projetos como esses no ano de 2021, vide o gráfico publicado na notícia.

**Figura 1 - Gráfico projetos de lei propostos em 2021**



**Fonte: Gráfico publicado na notícia divulgada pelo portal Diadorim**

É possível observar como o aumento significativo no surgimento de projetos lei relacionados ao tema dos banheiros a partir de setembro de

<sup>67</sup> <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2307102>

<sup>68</sup> Periódico de notícias acerca da temática LGBTI+ <https://adiadorim.org/reportagens/2022/03/conservadores-propoe-17-projetos-de-lei-contrario-banheiros-sem-genero/>

2021. Com destaque ao projeto de lei nº 2838/21<sup>69</sup> assinado pelo deputado estadual de Pernambuco - Alberto Feitosa (PSL) que proíbe que pessoas trans utilizem os banheiros em todo o estado enviado à câmara em 2021 e depois arquivado e que é desarquivado em 2023. Com o argumento de que:

Além da questão Sanitária é uma questão de proteção a saúde das mulheres, homens e crianças. Será de extrema importância aprovarmos essa lei no nosso Estado, dando exemplo para o Brasil. Assim estaremos protegendo principalmente nossas crianças e mulheres que já são vítimas de tanta violência. (Trecho da justificativa do projeto de lei nº 2838/2021)

O argumento em defesa das mulheres e das crianças compõe a métrica conservadora incutida nos debates sobre o uso dos banheiros. Podemos destacar segmentos específicos da ala conservadora que se identificam e se munem desses discursos, como as feministas conservadoras, isso se expressa em outros movimentos já na década de 1980 (RUBIN, 2017). Posicionadas abertamente contra a população trans um dos principais focos de ataque diz respeito à questão dos banheiros, outros autores como Amara Moira Rodvalho (2017) e Jack Halberstam (2018) apresentam reflexões sobre esses movimentos e seus posicionamentos anti-trans.

Outra questão que também está relacionado ao debate é a questão da implementação de banheiros unissex. Destarte cabe ressaltar como observado na nota técnica da ANTRA (2023) que não existe nenhum projeto de lei que reivindique a implementação de banheiros unissex. Ao passo que foi possível identificar mais de 40 PL's que se posicionam contrários ao reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans nos banheiros públicos, incluindo medidas como a implementação de banheiros unissex, que de fato não é a melhor solução para a transfobia vivenciada nos banheiros públicos, por isso não é uma demanda da comunidade LGBTIA+ às casas legislativas.

Os conservadores enxergam nessa possibilidade de um banheiro sem marcação de gênero, um espaço para promover discursivamente o pânico moral, como o caso das *fakenews* envolvendo Nikolas Ferreira, mas

---

<sup>69</sup> <https://www.alepe.pe.gov.br/proposicao-texto-completo/?docid=8195&tipoprop=p>

que se estendem as esferas de poder como o campo jurídico legislativo, como o caso do projeto de lei 74/2023<sup>70</sup> que corre na câmara dos deputados do estado de São Paulo, que visa proibir a implementação de banheiros unissex nos estabelecimentos comerciais em todo estado de São Paulo, sob o argumento:

O uso coletivo do banheiro unissex, tanto por pessoas do sexo masculino, como por pessoas do sexo feminino, além de ser um inconveniente para muitas pessoas, já que geram desconforto para muitos de seus usuários, podese também um local de disseminação de doenças, caso não sejam higienizados com frequência, já que as mulheres usam o banheiro sentadas enquanto homens fazem as suas necessidades de forma diferenciada (...) Sublinhe-se aqui que não se trata de nenhuma forma de discriminação, de homofobia, ou transfobia, mas sim da preservação da intimidade e segurança das mulheres que são muito mais vulneráveis aos mais variados tipos de violência e aqui não podemos deixar de citar o assédio sexual que pode ocorrer nesses locais. Não podemos permitir que esses modismos ideológicos se sobreponham à segurança não só das mulheres, como também, e principalmente das nossas crianças. (trecho da justificativa do projeto de lei 74/2023)

É interessante observar que os argumentos contidos nos dois projetos de lei analisados aqui, fazem referência a uma questão de higiene, construindo um argumento transfóbico de que pessoas trans = menos higiene, o que está relacionado a um imaginário correspondente ao conservadorismo social que é também higienista, e também um argumento com base numa perspectiva biologicista de gênero com destaque para o trecho mencionado acima: “as mulheres usam o banheiro sentadas enquanto homens fazem as suas necessidades de forma diferenciada”, - destaco esse trecho do texto redigido para o projeto de lei, pois me chama a atenção a ênfase ao discurso biologicista que compõe o argumento do documento, reafirmando a lógica simbólica do banheiro enquanto uma tecnologia de gênero, mas também preocupado em afirmar determinada masculinidade que se constrói subjetivamente nesse discurso, a masculinidade cisheterossexual.

É nesse sentido que me refiro quando afirmo que o delírio conservador sobre a possibilidade de instalação de banheiros unissex em instituições públicas e comerciais no Brasil, está posicionado muito mais na defesa de uma masculinidade cisheterossexual

---

<sup>70</sup> <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000485115>

idealizada que corresponde à identidade neoliberal e a forma patriarca (Ferreira da Silva, 2019) e que combate um espectro fastamagórico de uma “homossexualização da cultura”, sem saber nomear de fato quais são as questões que os incomodam no debate sobre os banheiros unissex. Do que na defesa das mulheres e das crianças, que inclusive são colocadas em posição de vítima/de frágeis dentro desse discurso masculinista. Cabe destacar que de acordo com o levantamento realizado na nota técnica da ANTRA (2023) que não consta nos registros das delegacias nenhum caso de assédio sexual cometido por pessoas trans em banheiros. Configurando que esse argumento é falacioso e defende uma ordem cisheterossexual como organizadora da moral dos “cidadãos de bem” da sociedade brasileira, ainda remete a uma confusão entre as definições de identidade de gênero e orientação sexual, questão que se repeteem outros projetos de lei que compõe as políticas anti-trans.

O argumento utilizado no texto do projeto de lei remete a análise feita por Paul Preciado (2019), ao defender a idéia do banheiro enquanto uma tecnologia de gênero e dispositivo construtor da diferença sexual, através de sua arquitetura que tem como objetivo construir o imaginário de uma masculinidade que se define pela constante reafirmação da separação entre pênis e anus, entre mijar e cagar. E um ideal de feminilidade que é visto como “vítima”, enquanto frágil, por essa mesma masculinidade.

Nesse sentido, para além de uma preocupação exacerbada com a defesa das mulheres e das crianças, reafirmada no constante pânico e vitimização que se criam em torno dessas figuras que funcionam de escudo a possíveis acusações de homotransfobia em relação a esses projetos. Os projetos de lei contra o uso dos banheiros ou contra a implementação de banheiros unissex dizem sobre a defesa de uma subjetividade masculinista, que corresponde a uma ideologia que se prolifera em contextos políticos em que o conservadorismo avança, como o Brasil, os EUA, a França, o Uruguai.

Certo que não podemos ver essa disputa ideológica sem levar em consideração os artefatos sociotécnicos que a atravessam, como os algoritmos e a difusão de informação nas redes sociais como fator fundamental para a construção das subjetividades contemporâneas, como o

tioção do *whatsapp*, da radfem anti-trans ou o isentão (NUNES, 2022). O que também nos alerta para evitar uma narrativa linear desses acontecimentos ao compreendermos o que está em disputa nas cruzadas anti-gênero e qual o impacto cultural e subjetivo de políticas anti-trans. O que nos leva a compreender que esse tipo de argumento é proferido com consonância com a construção de cultura do ódio, e as pessoas trans são o bode expiatório da violência que almeja essa transformação cultural que mistura perspectivas neoliberais e conservadoras que caracterizam as cruzadas anti-gênero.

### Breves considerações

Podemos perceber que as cruzadas anti-gênero se constroem sob o conflito causado pelo discurso conservador em defesa de uma pauta de gênero que é cis- heteronormativa, em prol da família mononuclear monogâmica e que disputa os sentidos/significados culturais impondo uma lógica masculina conservadora.

Na investigação feita sobre os projetos de lei e sobre as principais pautas que compõe os discursos e agendas conservadoras de modo global, concluímos que suas principais temas se concentram na disputa pelo conceito de família e nos últimos anos, ganha destaque o debate sobre infância. Mas que corpo, gênero, sexualidade, desejo e linguagem, são categorias em constante disputa.

O campo educacional torna-se a principal arena dessa disputa e percebemos manifestações de grupos conservadores em defesa do controle de conteúdo sobre gênero e sexualidade em diversos países, a expressão mais recente é o movimento *Don't say gay* na Flórida, mas outras expressões também são notadas, como o movimento de *Padres Responsables* no Uruguai, normativas que impedem o uso da linguagem neutra na cidade de Buenos Aires na Argentina e projetos de lei que pretendem vetar o uso da linguagem neutra nos materiais didáticos e documentos escolares no Brasil. Assim, a cruzada anti-gênero tem suas especificidades locais, mas suas agendas são comuns em diversos aspectos, o que mostra sua amplitude global.

No esforço teórico e metodológico foi exposto como tais pautas se aproximam dos discursos sobre colonialidade e como a linguagem (enquanto conceito) e as disputas que se constroem moralmente em torno de sua definição, ganham contorno relevante nos debates políticos atuais. Não só nos documentos oficiais, mas a linguagem em disputa ganha uma amplitude em seu significado, falamos de uma linguagem cultural. Abordar essas questões também possibilita descrever mesmo que indiretamente a situacionalidade dentro dos contextos abordados aqui e compreender o contexto sociocultural a partir de uma perspectiva trans. Um lugar complexo, diante o conservadorismo que tem como alvo todas as questões que mencionem pessoas trans e LGBTIA+.

Acompanhar as cruzadas anti-gênero através do mediascape nos possibilita entender melhor como o pânico moral é utilizado como estratégia política e possibilita perceber mudanças e continuidades nas agendas e pautas conservadoras. Exemplo disso, pode ser a relação estreita entre o discurso conservador e políticas governamentais anti-trans. Essa relação, problematizada através da chave da colonialidade de gênero nos ajuda a perceber como os enunciados conservadores giram sob uma noção hiperbiologizada do gênero e como as avessas de um discurso universalista sobre o direito à educação está embutido uma ideologia conservadora e masculinista. Compreender de que forma se organiza, quais as estratégias e quais as principais questões em disputa nos permite desenhar as dinâmicas globais relacionadas à gênero e sexualidade e nos possibilita observar e questionar suas configurações no cenário das disputas ideológicas no mundo contemporâneo.

A primeira questão observada sobre o uso do pajubá no ENEM são os primeiros indícios de como se organizam e são difundidos esses discursos. Mostrar como o pajubá incomoda os conservadores ao ser mencionado no Exame Nacional do Ensino Médio, nos faz perceber como uma linguagem que é corporificada pela comunidade LGBTIA+ desestabiliza a ordem social imposta pela cisnormatividade, ao mesmo tempo também mostra que o que está em disputa nas cruzadas anti-gênero são os significados do que são validados pela cisnorma, como gênero no país.

Os projetos de lei analisados aqui expressam de maneiras diferentes os

principais aspectos do pensamento conservador sobre gênero e sexualidade. Por isso nos permitem acompanhar os discursos que constroem a disputa pela ordem de gênero em termos globais, mas também locais. Vimos como o uso da linguagem neutra tem sido atacado pelos conservadores, observar isso comparativamente a outros casos como na França e na Argentina dão base para perceber uma agenda política conservadora em relação às questões LGBTIA+, principalmente numa agenda anti-trans.

## V. MEDIASCAPE, REPRESENTATIVIDADE, AUTOREPRESENTAÇÃO E CRÍTICA ARQUIVÍSTICA.

*Somos imagem Somos beleza Somos fracasso  
Somos sucesso (As mercenárias - Imagem<sup>71</sup>)*

No ímpeto de pensar dimensões como auto-representação, crítica arquivística, o mediascape peças centrais para o debate sobre representatividade. Percebemos até aqui que representatividade não pode ser pensada de forma homogênea, nem esquecer como os discursos sobre são cooptados pelas políticas de identidade neoliberais. Mas faz-se necessário problematizar e refletir sobre como são desenvolvidas essas políticas, situar em qual momento do debate discursivo sobre ela nós estamos, e compreender a partir das experiências localizadas, como se estabelece o debate sobre representatividade e quais artefatos podem ser utilizados como mediadores. De acordo com Leslie Feinberg:

Desde los levantamientos campesinos contra el feudalismo en la Edad Media, hasta la rebelión de Stonewall en el siglo XX, las personas travestis y transgénero han formado parte de muchas luchas activistas para defender el derecho a la expresión personal, pero también como una forma de rebelión política. (FAINBERG, 2015. Posição 1288)

---

<sup>71</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=gf0jttxtjtQ>

Podemos partir da constatação de que as transmasculinidades estão ainda em uma condição invisível e inteligível dentro do imaginário hegemônico da mídia. No Brasil, por exemplo, na mídia televisiva tivemos a expressão de um personagem transmasculino na novela citada acima, mas a construção desse personagem foi bastante problemática na construção do imaginário transmasculino, pois como um personagem inserido em uma história bastante distante das experiências mais comuns das transmasculinidades, a forma como a representação desse personagem impactou o discurso identitário não foi bem recebida pela comunidade trans. Mas esse é só um exemplo para demonstrar uma perspectiva sócio-histórica sobre o imaginário transmasculino e os impactos das assimetrias de acesso a esses espaços.

As expressões artísticas são muito importantes para entendermos a construção das identidades. Na modernidade, a fotografia torna-se essa ferramenta na construção discursiva de determinado sujeito histórico político. Posteriormente o *mediascape* também apresenta-se como uma ferramenta relacionada ao processo de subjetivação da identidade. Reflexões como as de Teresa de Lauretis (1987), reafirmam esse argumento ao pensar o cinema como tecnologia de gênero, para pensar como o gênero feminino é construído como o “outro” do sujeito hegemônico, masculino. Paul Preciado (2008), vai ainda mais a fundo para mostrar como nós incorporamos as tecnologias de gênero na lógica do farmacocapitalismo.

Para as identidades transmasculinas, afirmamos que o *mediascape* é central na construção do imaginário sobre essas identidades (RIAL, 2005). Mas percebemos também que outras ferramentas de mediação atravessam essas construções contemporaneamente, como o ciberespaço. Percebemos que o ciberespaço (SEGATA, 2016) é um território com potencial intersubjetivo para as transmasculinidades (MEL CHEN, 2017; GASPODINI E NERY, 2014; NERY E MARANHÃO, 2017; MONTEIRO, 2017). Nesse sentido, a aposta em uma construção experimental sobre a representação e recepção de determinado “imaginário trans” proponho pensar o lugar das transmasculinidades desde uma perspectiva decolonial. Ao ter contato de maneiras diferentes com três experiências transmasculinas que me despertaram interesse, argumento que é possível criar uma reflexão sobre

representatividade e outras dimensões sobre reconhecimento, intersubjetividade, territorialidade, outras formas de produção de conhecimento e pertencimento desenvolvendo uma reflexão sobre essas narrativas transmasculinas.

A internet foi um mediador importante de pesquisa, meio pelo qual tive acesso a história de Amélio Robles Ávila<sup>72</sup> ex-integrante do EZLN<sup>73</sup>. Conheci sua história através de uma página do Instagram @ *thehistoryofsocialism*:

Figura 2 - Amélio Robles Ávila



Fonte: Print retirado do instagram da pagina @thehistoryofsocialism

Nesse primeiro momento, podemos afirmar que a imagem de Amélio chega para mim como uma informação, como um testemunho (SONTAG, 2004) sobre a história desse oficial do exército zapatista que também era um dissidente de gênero e sexualidade. Minha primeira reação ao saber dessa história foi arquivar essa postagem na internet e fazer uma breve pesquisa para saber o que mais eu poderia encontrar sobre sua história. Ao encontrar um artigo que apresentava a história de Amélio e sua relação com a fotografia (CANO, 2004), desenvolvi breves considerações que acredito que são constitutivas desse experimento.

Em primeiro momento, sua trajetória demonstra a historicidade (LE GOFF, 1992) das transmasculinidades, demonstrando como ao longo dos

<sup>72</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=E\\_9\\_XUz\\_de8](https://www.youtube.com/watch?v=E_9_XUz_de8)

<sup>73</sup> Exército Zapatista de Libertação Nacional

processos históricos e políticos as transmasculinidades sempre estiveram presentes, indo em contraposição a idéia de um discurso de que a transexualidade é um fenômeno “recente”, Leslie Fainberg (2015) desenvolve esse argumento para pensar as experiências trans ao longo da história, em contra partida a essa narrativa de que as identidades trans são algo “novo”, um fenômeno do contemporâneo.

Também me chamou a atenção a ênfase sobre as dinâmicas de masculinidade na época, no contexto mexicano. Afinal Amélio era reconhecido por seus companheiros do *EZLN* como um homem. No entanto, ao perceber os entrelaces das relações que organizavam a sociedade local daquela época, foi possível notar algumas questões.

A história de Amélio me possibilitou um insight: compreender os espaços de inteligibilidade e sua relação com as imagens. Por performar uma masculinidade que correspondia às normas de gênero da época, Amélio viveu como um combatente e parecia ter uma relação amistosa com seus companheiros, em termos de masculinidades. O que nos leva a uma relação complexa entre inteligibilidade e identidade trans, identidade nacional e masculinidade.

O revólver e o cigarro, símbolos de masculinidade, não são utensílios convencionais do estúdio fotográfico, mas objetos de uso cotidiano pertencentes a Amélio Robles, cuja imagem masculina constitui uma identidade subjetiva, sexual e social que prevaleceu em todos os aspectos de sua vida. (CANO, 2004. Pp. 123).

O que cabe pensar aqui, é quais foram os fatores que fizeram com que Amélio, torna-se uma figura pública reconhecível, em um contexto em que a transexualidade não fazia parte da gramática moral da sociedade. Eixo que nos permite problematizar como esse personagem/sujeito estabeleceu estratégia de reconhecimento e também quais as condições situacionais que possibilitaram seu espaço de aparição.

Nesse sentido, Gabriela Cano nos fornece uma análise sobre a reconhecibilidade da masculinidade de Amélio, que era socialmente aceita por corresponder aos padrões estéticos e sociais da época. Ao entendermos a fotografia como um mediador da tecnologia de gênero, podemos observar como os padrões de masculinidade reproduzidos na imagem de Amélio

condiz com o padrão masculinidade viril, forte, robusta, impositiva, criada como ideal de masculinidade e identidade nacional da época. Tal constatação nos faz perceber a relação de codificação (HALL, 2013) de Amélio e os códigos de masculinidades locais.

Também cabe observar as lógicas de construção simultânea das masculinidades. Como bem observa Gayle Rubin (1975) em o Tráfico de mulheres, o tabu do incesto é criado para favorecer as relações de troca sob o ideal de objetificação das mulheres, mas também para reafirmar a ordem heterossexual da sociedade ocidental moderna e com isso proibir de maneira intrínseca as relações homoeróticas. Desse ponto de vista, Ávila era reconhecido enquanto homem, pois sua masculinidade não representava uma ameaça a heteronorma da época:

A homossexualidade masculina atrai a condenação extrema porque é considerada como efeminação e recusa da masculinidade, que é identificada como manifestação de convicção revolucionária e até de patriotismo. A transgressão de Robles, ao contrário, goza de relativa aceitação pela razão oposta, já que exacerba os valores da masculinidade que a guerra civil exalta. (CANO, 2004. Pp. 133)

Nesse sentido, podemos observar que a estratégia de resistência de Ávila, se deu por condições de assimilação a ordem de gênero e sexualidade local. O que não impedia de que ele sofresse discriminação por causa de sua identidade de gênero. Se por um lado ele é assimilado por corresponder ao ideal de identidade nacional, por outro, nas relações intersubjetivas, Ávila era rechaçado por alguns companheiros do exército, levando o apelido de “coronela”. Essa questão coloca em questão tanto as dinâmicas de masculinidades em defesa de uma ordem heterossexual, quanto mostra os limites da inteligibilidade das identidades trans da época, colocadas como abjeção a partir dessa denominação satírica de tratar Ávila enquanto “mulher”. De modo geral podemos observar como operam os jogos das identidades e suas lógicas de reconhecibilidade, assimilação ou expulsão.

Ao que parece a visibilidade também foi um elemento importante em relação a inteligibilidade e reconhecimento da experiência de Amélio. Cabe destacar a mediação de Gertrude Duby e Miguel Gil - dois fotógrafos pesquisadores - que mediaram à experiência de Ávila através das imagens.

Retomarei essa questão mais adiante para pontuar uma questão relacionada a restituição (RIAL, 2016) que atravessa essa relação intersubjetiva entre Duby e Gil, Amélio, as imagens e a masculinidade. A época em que foram feitos os registros fotográficos de Amélio, foi também um período histórico em que a fotografia se popularizou, esse também pode ser mais um critério relacionado às condições de aparição de Amélio na grande mídia:

Um instantâneo polaroid de 1976 mostra Amélio Robles octogenário e um pouco curvado, mas com o porte viril desempenado e a mesma segurança no aspecto corporal que apresentava no retrato de estúdio de sua juventude. (CANO, 2004. Pp. 123)

Cabe ressaltar mais uma vez os efeitos da fotografia como tecnologia de gênero, reafirmada na descrição de Cano, ao demonstrar que mesmo ao longo dos anos, a postura masculina afirmada no retrato, é reiterada incansavelmente em outros registros feitos por Amélio.

A notoriedade de Amélio na mídia, de acordo com as reflexões de Cano se dá por meio de uma reportagem feita pelo *El Universal* - jornal local - sobre Amélio. Na reportagem descrita por Cano, era possível notar o forte sensacionalismo criado em torno da identidade de gênero de Amélio, somado a forte reiteração de uma masculinidade viril, a altura de ser um general do EZLN.

O destaque dado à notícia sobre Amélio Robles se deve, por um lado, a elementos sensacionalistas que buscavam provocar o assombro do leitor diante da excentricidade do personagem e, por outro, ao fundo revolucionário, que acentuava o interesse jornalístico da informação. (CANO, 2004. Pp.137). Nos estudos sobre fotografia, Susan Sontag (2004) afirma que foi somente após a industrialização da fotografia ela passou a ser considerada arte, tornando-se uma atividade tão difundida quanto o sexo e a dança, mas sobretudo, porque torna-se um instrumento de poder utilizado em prol de instituições como a família e a política. Paul Preciado (2008) também observa como a fotografia funcionou como um dispositivo de construção corporal para as pessoas trans - o caso de Amélio pode ser pensado como um deles. Esse tipo de tecnologia (de gênero) era muito mais difundida no período anterior as narrativas sobre cirurgias e hormônios, que tomam conta dos discursos sobre as identidades trans no contemporâneo.

Ante la aparición y el perfeccionamiento de las técnicas hormonales y quirúrgicas en torno a 1950, la invención de la fotografía a finales del siglo XIX será crucial para la producción del nuevo sujeto sexual y de su verdad visual. Si bien es cierto que este proceso de producción de la diferencia sexual a través de técnicas de representación del cuerpo había ya comenzando em el siglo XVII com el dibujo anatómico y pornográfico, la fotografía dará por primeira vez um valor de realismo visual a esta producción técnica del cuerpo. (PRECIADO, 2008. Pp. 88)

Foi por meio da popularização da fotografia que Amélio ficou conhecido em sua comunidade e posteriormente pode ser entendido enquanto uma representação da transmasculinidade no México e no EZLN. Até aqui almejei desenhar um percurso ao qual possibilitou um espaço de reconhecibilidade à experiência de Amélio Robles Ávila. Aqui temos uma relação entre (auto) representação e recepção - mediada pela fotografia. Tanto na construção do imaginário masculino e transmasculino da época, quanto na construção da historicidade das transmasculinidades, mediadas pela minha subjetividade na elaboração dessa idéia, mas que se expandem à construção de um imaginário coletivo, exterior ao sujeito. Transformando mesmo que experimentalmente a recepção de uma imagem como informação, e atribuindo um sentido reflexivo a ela, ou seja, narrando minha experiência de conhecer esse sujeito e como sua imagem e história, estão inseridas em uma narrativa coletiva.

Um novo significado da idéia de informação construiu-se em torno da imagem fotográfica. A foto é uma fina fatia de espaço bem como de tempo. Num mundo regido por imagens fotográficas, todas as margens (“enquadramentos”) parecem arbitrarias. (SONTAG, 2004. p.33)

A fotografia foi uma ferramenta fundamental, no sentido de criar uma identificação minha com a história que ali estava sendo contada. A internet também, como espaço e território de mediação, de busca e de fontes para essa pesquisa. As imagens, a internet, os artigos e textos produzidos sobre a questão, foram mediadores fundamentais para a construção dessa crítica arquivística e de (auto) representação. Nesse sentido, a fotografia e a internet tornam-se artefatos e espaços importantes na produção de conhecimento e como elementos fundamentais para pensar a construção das identidades.

A história de Amélio reafirma o argumento de Léslie Fainsberg (2015) sobre a existência de pessoas e personalidades trans ao longo das histórias

de cada sociedade, em contra partida ao argumento de que a transgeneridade seria algo criado na modernidade. O tempo na narrativa trans pode ser percebido pela lente da perspectiva pós-colonial, uma temporalidade fora do tempo da metrópole e da modernidade - muito provavelmente a notícia realizada sobre Amélio não foi feita no intuito de criar um espaço de inteligibilidade para ele, ao contrário sua condição foi vista muito mais como entretenimento, do que como uma identidade a ser reconhecida.

Nesse sentido, cabe problematizar as relações estabelecidas pela produção de imagens e a construção de imaginários. Relação essa que nos coloca entre o passado, presente e o futuro e entre gerações. O caso de Amélio nos possibilita pensar as políticas de representação - a partir da chave da visibilidade, fator importante no que diz respeito a questão do reconhecimento. Ainda caberia destacar que a construção imagética da masculinidade de Ávila precisa ser problematizada ainda mais sob o aspecto de estruturas como branquitude, e também precisa ser pensada sob a construção de uma identidade nacional, sob um processo histórico contextual de disputas e assimilações.

Por fim, gostaria de destacar uma questão emergente, mediada pela leitura do artigo de Cano, que me disparou um insight que envolve a questão da representação, reconhecibilidade, a questão geracional e colonial sobre Amélio. Como mencionei as imagens feitas de Amélio foram feitas pela fotógrafa Gertrude Duby e Miguel Gil, fator que possibilitou determinado espaço de reconhecibilidade para Amélio, mesmo custando o preço de por vezes ocupar o lugar de abjeção. No entanto, me chamou a atenção o não-lugar (MOTEN, 2021) que Amélio ocupa na construção narrativa imagética da memória de resistência da cidade em que viveu. Por vezes a posicionalidade de Amélio tornou-se inteligível, por não ser uma mulher da resistência, mas também por não ser o “homem- biológico” da resistência. Muitas vezes a forma como ele é reconhecido - ao menos como fica visível no texto de Gabriela Cano, diz sobre uma identidade que se “traveste” de homem para suportar as imposições feitas às mulheres em uma sociedade machista como a mexicana.

a masculinidade de Amélio Robles não era expressão de uma

identidade subjetiva e corporal autêntica, produto de um poderoso desejo íntimo, mas um recurso pragmático para enfrentar as restrições sociais que pesavam sobre o sexo feminino: “num século em que a mulher ainda é relegada ao segundo lugar por seu sexo e no qual não contam suas capacidades, vivendo num povoado afastado da estrada, entendo que a coronela Amélia Robles viva, trabalhe e ajude a sua gente em trajes de homem e agindo como tal”. (CANO, 2004. Pp. 146)

No entanto, há um erro de inteligibilidade e um apagamento identitário - quando Amélio é reconhecido dessa forma, mostrando a não inteligibilidade operante em seu processo de reconhecimento. Pois é equivocada a idéia de que pessoas transmasculinas são “mulheres disfarçadas de homem” para não viverem as violências de uma sociedade machista. Essa idéia reafirma a noção de não-reconhecibilidade das transmasculinidades na época em que viveu Amélio. Tal questão também evidencia uma determinação colonial a qual os corpos transmasculinos estão inscritos, no sentido de que é necessário que outro traduza a sua identidade, a aproximando de experiências inteligíveis. Poderíamos chamar essa questão de uma falha de restituição (RIAL, 2016).

De fato a experiência de Amélio nos possibilita pensar questões que andam no limiar entre a normatividade e a abjeção, entre uma identidade que sobreviveu por se adaptar ao regime heteronormativo, mas que se quer foi reconhecido pelas lentes da cisnorma. Essas são algumas das ambivalências possíveis de se problematizar acerca dos espaços de reconhecibilidade e inteligibilidade que reivindicam os corpos transmasculinos dentro de uma crítica arquivística sobre representatividade e visibilidade.

“O futuro é trans” – a música como mediadora.

Léslie Fainsberg, não me proporcionou somente esse insight, sobre a questão da representação trans ou sobre as narrativas trans, mas também ler o seu texto me proporcionou conhecer uma das mais belas produções musicais feitas por uma pessoa transmasculina. Antes de apresentar Billy Tipton, penso que é importante situar essa primeira relação entre

representação e recepção, ao ler o artigo de Feinberg<sup>74</sup>, relação que foi mediadora de como conheci a obra de Billy Tipton. Reafirmando a idéia de como o mediascape, o ciberespaço e outras redes, são importantes na construção das identidades, e parecem bastante significativas em termos da construção de identidades dissidentes.

O segundo arquivo, que compõe esse experimento, é a história de Billy Tipton<sup>75</sup> saxofonista de uma banda de Jazz<sup>76</sup>, sua história é contada em um breve documentário que encontrei na internet em que conta sua história como um saxofonista de uma banda na década de 1930, mas que viveu sua vida toda sem revelar que era um homem trans. Me interessou saber sobre suas técnicas corporais (MAUSS, 2003), como uso de *binder* improvisados com faixas para esconder os seios e mesmo essa estratégia de “armário” (SEDGWICK, 2007) usada como maneira de sobreviver à época. E também sua narrativa para justificar o uso da faixa, dizendo que era uma forma de esconder uma cicatriz. Entre essas questões também ressoa a questão abordada por Feinberg: Tras su muerte se desató el siguiente debate: ¿vivía Tipton como hombre solo para trabajar como músico en una industria dominada por los hombres, o era fruto de una opresión lésbica? (FEINBERG, 2015. Posição. 835).

Interpreto essa expressão como um signo que na época em que Tipton tocava nos bares com sua banda, a sociedade norte americana não dava condições de aparição/percepção ou reconhecibilidade para sua identidade transmasculina, é também interessante observar e localizar essas estratégias como elementos que complexificam as narrativas desses sujeitos.

Minha relação com esse arquivo é mediada por outros recursos de mídia. Ao saber da história de Tipton fui procurar suas músicas em uma plataforma de músicas online, encontrei um disco produzido pelo *Tipton's sax quartet*, conhecidos também por *The Billy Tipton Memorial Saxophone Quartet*. A banda formada por quatro saxofonistas e um baterista, regrava as músicas tocadas pela banda de Tipton. Assim através da música, como um dispositivo de *mediascape*, como uma forma também de representação,

<sup>74</sup> Feinberg ativista transgênero norte americano.

<sup>75</sup> Leslie Feinberg (2015) que ao refletir sobre as experiências trans, cita Billy Tipton.

<sup>76</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=Tc\\_npgwYelo](https://www.youtube.com/watch?v=Tc_npgwYelo)

identidade e subjetividades compartilhadas (SILBA, 2011) pude saber da história de uma pessoa transmasculina que viveu na década de 1930. Mas mais do que isso, refletir sobre a experiência de Tipton me gerou uma experiência que me fez refletir sobre coletividade e sobre a minha própria subjetividade.



Fonte: Capa do Álbum Billy Tipton

Essa narrativa compõe a ideia de uma construção coletiva sobre representatividade, e também um experimento sobre auto-representação. Por meio do *mediascape* e das co-produções de pensamento, elaborei uma reflexão sobre como essas narrativas foram importantes na construção da ideia sobre (auto) representação, sobre visibilidade e representatividade. Ao mesmo tempo em que dizem sobre a representação das transmasculinidades. Ao menos localizam experiências transmasculinas anteriores as políticas de identidades como as conhecemos hoje, em sua formulação neoliberal que possibilitam pensar questões sobre visibilidade, representatividade - principalmente as estratégias de sobrevivência em uma sociedade que ainda não (re) conhecia a transmasculinidade enquanto uma identidade possível.

Anderson Herzer – a autobiografia como fuga.

A terceira experiência que retrato é a de Anderson Herzer, transmasculino ex- detento da *FEBEM*<sup>77</sup>. Sua história é contada em sua

---

<sup>77</sup> A partir de sua experiência autobiográfica.

autobiografia *A queda para o alto*, em que relata a sua experiência dentro e fora da prisão. Uma narrativa que mostra as hierarquias dos espaços discursivos e também a materialidade em que se inscrevem os corpos transmasculinos anterior ao debate sobre reconhecimento no Brasil.

Essa obra é interessante para pensar a auto-representação transmasculina no Brasil quanto um arquivo de resistência, pois:

Pensar sobre um arquivo sombrio da resistência, um que não fala na linguagem da ação e do momento, mas, ao contrário se articula nos termos da evasão, recusa, passividade, do deixar de ser, desfazer-se. (HALBERSTAM, 2012. Pp.129).

Os processos de subjetivação de um menor-infrator e como sua dissidência de gênero e sexualidade foram fatores importantes para que ele fosse sistematicamente marginalizado pelo sistema, nos ajuda a pensar questões como a abjeção e o fracasso como elementos presentes nas narrativas dissidentes. “Fracasso: Território da estranheza, significa uma recusa da coerência da identidade, da completude do desejo, da clareza do discurso ou da sedução do reconhecimento”. (HALBERSTAM, 2012. Pp. 125.). aqui podemos compreender os efeitos da precarização da vida, a partir da idéia de fracasso. Além do livro autobiográfico, a história de Herzer ficou conhecida através de uma produção audiovisual com o nome de Vera<sup>78</sup>. A narrativa entre o filme e o livro são diferentes, sobretudo, porque o livro trata-se de uma narrativa em primeira pessoa e o filme é atravessado pelas lentes/perspectivas do diretor e com montagens diferentes do que aparece no livro. Mas cabe destacar que ambas as narrativas podem ser pensadas enquanto uma tecnologia de gênero, e enquanto uma produção audiovisual sobre transmasculinidades falando de uma experiência real.

Ainda nesse sentido, o livro autobiográfico de Herzer foi “encomendado”

pela editora Vozes, segundo a análise de José dos Santos Costa Júnior (2023):

---

<sup>78</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=aucDTieG4S4&t=98s>

Essa solicitação da editora, que acabou funcionando como condição para que a “obra” fosse publicada, deixa explícito o funcionamento de uma política da escrita e da autoria. Isso fez com que tanto as expectativas de Anderson como sua experiência com a escrita acabassem mobilizadas em outro cenário enunciativo, cujas regras para produção e circulação foram definidas exteriormente. (COSTA JÚNIOR, 2023. p.13).

Podemos perceber essa relação a partir das hierarquias dos espaços discursivos, o que justifica em certa medida a época em que a obra foi publicada. Também podemos pensar sobre a questão da representatividade, a obra de Herzer foi publicada, porque sua narrativa representava uma identidade. Pelo discurso institucional, talvez sua identidade de menor infrator tenha sido mais bem aceita e utilizada, mas sua identidade de gênero e a forma como ela é retratada na obra nos ajudam a entender como as identidades de gênero dissidentes eram ou não representadas na época.

A maneira como Herzer descreve sua experiência dissidente, que compulsoriamente foi inserida nas instituições de controle, nos fornece elementos para pensar questões como a abjeção (KRISTEVA, 1982; BUTLER, 2003). As violências sofridas na instituição de detenção mostram como os dispositivos de controle agem em relação aos corpos transmasculinos. Ora visto como uma má influência para as outras detentas da FEBEM, ora visto como uma liderança dentro desse espaço. Bigode, como ficou conhecido, nos apresenta a importância da escrita de si como resistência, ao descrever as violências que sofria ali, mas também de nos mostrar outras relações que circundavam sua história. Suas companheiras, suas fugas, as relações conturbadas com a sua família, a forma como ele reafirmava sua identidade naquele espaço, nos possibilitam entender a importância dos arquivos trans, como maneira de preservar a memória coletiva e visibilizar histórias que seriam esquecidas.

A literatura diferente de outras expressões do *mediascape* como a fotografia e a música, parece ser o gênero mais difundido dentre as narrativas trans. O próprio livro escrito por Herzer funcionou para mim como um documento, pois já em seu início ele apresenta sua história com o senador Eduardo Suplicy<sup>79</sup>, pessoa quem organizou e publicou seu livro, e

---

<sup>79</sup> Economista, professor universitário, administrador de empresas e político brasileiro filiado ao Partido dos Trabalhadores, do qual é um dos fundadores. Atualmente é deputado estadual de São Paulo.

também umas das pessoas responsáveis na re-inserção de Herzer após sua saída da FEBEM.

Após algumas pesquisas na internet, encontrei uma reportagem do jornal *O Globo*, comentando sobre o livro de Herzer. Interessante observar a forma como o título da notícia coloca Herzer como “a jovem travesti”, essa expressão nos diz sobre a não inteligibilidade e não reconhecibilidade transmasculina na época. Ao que parece a mídia não tinha uma categoria específica para nomear Herzer e usa disso como forma de criar sensacionalismo na manchete da revista - semelhante ao que aconteceu com Amélio Robbles Àvila. Nesse sentido podemos pensar como a abjeção opera como forma de regulação, mas também como uma maneira de espetacularizar as experiências trans sem que de fato elas sejam reconhecidas e respeitadas.

Assim, através da minha relação com essas três biografias consigo entrelaçar o *mediascape* e a idéia de representação (RIAL, 2005; 2016) para desenvolver o tema do corpo como arquivo (BOURCIER, 2020) e da construção de narrativas não hegemônicas por meio de uma reflexão sobre memórias transmasculinas.

Ao compreender a arte como uma forma de combatividade e confronto às narrativas hegemônicas, cria-se uma dimensão de questionamento de conceitos como visibilidade e representatividade e sobre, como além-crítica, os espaços discursivos de produções de conhecimento no campo científico e nas artes são espaços hierarquizados por gênero, raça e classe. Essas três narrativas nos possibilitam entender a relação entre construções de subjetividades atravessadas pela fotografia, pela música e pela literatura, como espaços de resistência e expressão de identidades não visíveis ao longo da história, reafirmando a idéia da importância de existir um espaço de inteligibilidade e de reconhecibilidade dessas identidades - para que seja possível pensar os espaços de reconhecimento. E nos mostra também, como eram representadas essas identidades em outros momentos, o que nos possibilita reelaborar o imaginário trans tanto das épocas em que esses indivíduos viveram suas histórias, quanto nos tempos atuais.

## VI. REPRESENTATIVIDADE, REPRESENTAÇÕES E AS ASSIMETRIAS DOS ESPAÇOS DISCURSIVOS: NECROPOLÍTICA E O TRANSFAKE.

Um dos debates sobre visibilidade recorrente no Brasil, começa a partir do trabalho desenvolvido por Renata Carvalho. Essa artista, protagonista da peça *O evangelho segundo Jesus a rainha do céu*<sup>80</sup>, tem mobilizado diversos temas sobre a arte trans. Alvo de ataques e censurada no festival de teatro em Paranhos/PE em 2019, por interpretar uma narrativa, em primeira pessoa, como se Jesus fosse uma travesti, provocou a ira e o desconforto dos conservadores. Tal episódio demonstra o campo das artes enquanto um espaço combativo de enunciação dos corpos trans e travestis no movimento político. Ao passo que podemos perceber também movimentos conservadores anti-trans como o Projeto de Lei 504/2020 que foi arquivado na câmara dos deputados do estado de São Paulo em 2021<sup>81</sup>.

O projeto de lei tinha como propósito a proibição de menção às temáticas de identidade de gênero e orientação sexual nas propagandas de TV e revistas - utilizando como argumento o “zelo com as crianças”. É importante salientar que essa proposta de projeto de lei, corresponde a uma agenda política conservadora que disputa espaços de poder, incluindo os espaços discursivos, como a mídia no Brasil há mais ou menos uma década. Esse é um recorte do que Sônia Correa e Marco Aurélio Prado (2018) tem chamado de cruzadas anti-gênero e um movimento que tem se manifestado globalmente (RIAL, 2019), e no Brasil passa ser caracterizado como conservadorismo social (NUNES, 2022).

Outro exemplo que codifica essa disputa ideológica envolvendo as pautas de gênero e sexualidade foi o fechamento do *queer museum*<sup>82</sup> - exposição de arte que ocorreu em 2018 no espaço Santander na cidade de Porto Alegre/RS - acusado de promover o que os conservadores chamam de “ideologia de gênero”, envolvendo acusações de pedofilia, entre outras formas de censura a arte trans, *queer* e LGBTIA+, movimento que compõe a agenda das cruzadas anti-gênero globalmente.

---

<sup>80</sup> <https://mitsp.org/2020/o-evangelho-segundo-jesus-rainha-do-ceu-com-renata-carvalho/>

<sup>81</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/alesp-retira-da-pauta-pl-que-proibe-publicidade-lgbtqia-apos-emenda-de-deputada/>

<sup>82</sup> [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425\\_555164.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html)

Essa imagem acima, foi uma das imagens mais veiculadas das obras que constavam no acervo da exposição. A imagem faz uma menção à memória das crianças “viadas e trans/travestis” expressas em uma arte feita com estêncil representando dois corpos infantis com expressões de gênero fora da norma cisheterossexual. Conteúdo suficiente para os conservadores que sob o discurso do pânico moral (RUBIN, 2017; CÉSAR E DUARTE, 2017; SILVA, 2019B), promoveram o fechamento do evento artístico.

De imediato descrever esse evento, nos possibilita desenhar/esboçar o imaginário político brasileiro - que é atravessado por uma perspectiva conservadora cada vez mais arraigada na cultura brasileira - que se recusa se ver representada pelo corpo trans. Entendo que tanto a peça, quanto a exposição de arte, mexem com temas tabus, e por isso, mexem também com os temas da moralidade. A peça “O evangelho segundo Jesus a rainha do céu” - questiona temas como a religião e a norma cisheterossexual, ao construir o imaginário de um corpo travesti como representante de deus na terra - construindo o antagonismo político complexo. Cabe ressaltar a forte aproximação entre o discurso religioso neopentecostal e as tendências políticas conservadoras que ganham maior território no contexto político após 2017 no Brasil, o que explica os movimentos de censura da peça no festival de Guaranhos/PE, por exemplo.

Já a imagem em destaque da exposição *queer museum* tenciona uma das principais pautas disputadas entre os conservadores - a tutela das crianças - discurso que atinge diretamente as crianças trans e o debate público que gira em torno dessa questão, remontando um cenário político similar ao que Paul Preciado (2019) descreve em seu texto “quem defende a criança queer”. Texto que também descreve situação semelhante ao que aconteceu com a visita de Judith Butler ao Brasil no ano de 2017 (AMORIM, 2018) e as intervenções de movimentos conservadores, fazendo reivindicações como “deixem nossas crianças em paz”.

Esses dois eventos artísticos e políticos, estão questionando a naturalização do imaginário da cisheteronorma e refletem um espaço de reivindicação de certa reconhecibilidade dos corpos trans que ultrapassem o imaginário construído pelas estatísticas de transfeminicídio e de suicídio, que ultrapassem o imaginário de que travesti é “a carne que se vende nas

esquinas” (Megg Rayara de OLIVEIRA, 2020. Pp. 152). Ao passo que são arrebatadas por um contexto político conservador que ganha margem nos espaços discursivos. Observo esse movimento político feito por Renata Carvalho e outros artistas enquanto um momento político que visa visibilizar e questionar a ausência de artistas trans nos espaços de representação da arte, ao performar a vulnerabilidade a qual esses corpos são expostos nos regimes biopolíticos brasileiros, mobilizam brechas dentro dos espaços discursivos da arte. Um movimento político que ultrapassa o formato de reivindicação por reconhecimento através de instituições e estratégias jurídico legalistas.

Penso esses movimentos artísticos, enquanto movimento de decodificação (HALL, 2013) aos mecanismos necropolíticos que os corpos trans são inscritos na realidade brasileira, como fuga ao sistema político que constitui o corpo trans enquanto excesso, dentro de um regime de hiperinvisibilidade, exposição à vulnerabilidade e hiperespetacularização da morte. Penso isso a partir do caso Dandara - travesti brutalmente espancada e assassinada na rua do bairro onde morava em 2017 no estado do Ceará<sup>83</sup>.

A morte de Dandara e a forma como esse evento foi registrado - sem que houvesse nenhuma intervenção - nos diz sobre um tipo de codificação da cisheteronorma - ao colocar Dandara como aquele corpo que não é passível de luto (BUTLER, 2018) e, portanto, nem de reconhecimento, reafirma o modo como a cisheteronorma e a branquitude são representadas, e como efeito disso sua naturalização. Ao mesmo tempo em que o modo como esse evento é registrado diz sobre uma estética do horror, uma estética que reflete o regime necropolítico diante os corpos dissidentes. Paul Preciado (2008) chama esse tipo de estética de sistema *snuff* :

No começo do século XXI, nenhum produto cultural entendeu tanto esta dimensão punk da espécie como o Snuff: filmar a morte (ou, melhor, sua representação) ao vivo, do jeito que acontece. Na cultura popular, denomina-se snuff o filme que mostra o assassinato de uma pessoa (ou um animal) com o único objetivo de tornar essa morte visível, de transformá-la em representação pública e comercializável. (...) como limite da representação, o snuff serviu de paradigma pornográfico tanto para os grupos feministas pró- censura como para os cristãos antipornô, e também como modelo formal do realismo a que deve aspirar a dramatização do sexo na pornografia. (...) uma representação é snuff quando o crime ocorre de verdade. Radicalmente pós- pós-moderna, a noção de snuff opõe-se ao caráter midiático, teatral e simulado de toda representação, afirmando, ao contrário, o poder da representação para modificar a realidade ou o desejo de o real existir em e para a representação.(...) a política se

<sup>83</sup> <https://www.brasilefato.com.br/2017/03/10/artigo-dandara-foi-espancada-ate-a-morte-em-plena-luz-do-dia-e-seus-assassinos-riam>

tornou snuff: extermínio por e para a representação. (PRECIADO, 2008 pp. 242.)

Perceber como o registro necropolítico em relação às vidas trans está inscrito a partir de uma representação estética sob o enquadramento de uma exposição radical a violência e a morte, pela afirmação de uma norma social, nos possibilita pensar as ambivalências da mídia na construção de imaginários - podemos perceber o silêncio da mídia (RIAL, 2016) em relação ao caso Dandara, que se inscreve imediatamente sobre a hisperespetacularização da sua morte e sobre o silêncio que se faz sobre o problema do transfeminicídio. Nesse sentido, podemos observar a relação entre Mídia e necropolítica, tema desenvolvido também nas reflexões de Micha Cardenas (2017) - ao perceber como os efeitos das constantes notícias de morte de pessoas trans revelam uma relação próxima entre necropolítica e algoritmos.

Theorizing violence against queer people of color as queer necropolitics, Puar states that it entails the increasingly anatomic, sensorial, and tactile subjugation of bodies whether those of the detained of Guantánamo Bay or the human waste of refugees, evacuees, the living dead, the dead living, the decaying living, those living slow deathsit moves beyond identitarian and visibility frames of queerness to address questions of ontology and affect.6 (Cardenas, 2017. Pp.164).

Além de constatar como o conceito de necropolítica faz sentido para pensar as questões relacionadas à exposição à violência que pessoas trans e LGBcis estão expostas no Brasil ou nos EUA, por exemplo. As reflexões de Cardenas nos possibilitam entender como a tecnologia em prol de um enquadramento necropolítico contra *queer people of color* organiza os algoritmos no sentido de reafirmar as condições de subhumanização que essa população está submetida. Sem utilizar o marcador de gênero e sexualidade especificamente, mas observando como o ciberespaço torna-se um campo mediador importante na construção das identidades na sociedade contemporânea, Leticia Cesarino (2022) vai observar como essas relações, entre humano e máquina, criam o que a antropóloga chama de pós-verdade. Também a partir das reflexões de Cardenas, podemos observar como o próprio conceito de necropolítica coloca em questão a idéia de visibilidade - enquanto uma condição de humanização, por exemplo.

Em outras reflexões no ímpeto de tentar pensar como a gestão da morte, necropolítica (MBEMBE, 2018) é agenciada em relação à população trans no Brasil (SILVA, 2019; SILVA E VAZ, 2021), observei como a invisibilidade e os

altos índices de suicídio da população transmasculina são reflexos da necropolítica. Na sessão anterior afirmei que não trata-se apenas de uma questão de invisibilidade, mas de não inteligibilidade (BUTLER, 2019) das corporalidades trans, que resultam nesse tipo de política de exclusão. Esse espaço de não reconhecibilidade das corporalidades transmasculinas, corresponde a um tipo de lógica de eliminação (WOLFE, 2006) desse corpo que é excedente na economia sexual e moral da sociedade ocidental moderna cisheterossexual. Nesse sentido, as políticas de representação expressam papel significativo na construção de um imaginário que possibilita esse espaço de reconhecibilidade ou não. Ao mesmo tempo reafirmam uma lógica de assimilação.

Maria Elvira Benitez, (2021) observa como o conceito de necropolítica tem aparecido ativamente como tradutor da realidade de muitas populações brasileiras, ela observa como esse conceito se aproxima de críticas como as do racismo estrutural (ALMEIDA, 2018), e podemos notar como esse conceito aparece em trabalhos sobre territorialidade e negridade como os desenvolvidos por Jaime Amparo Alves (2021), se pensarmos a partir da aproximação entre os estudos sobre branquitude e cisgeneridade (VERGUEIRO, 2015) podemos percebermos como a cisnormatividade também pode ser problematizada a partir do conceito de necropolítica.

No mesmo movimento político de representatividade em que está inserida Renata Carvalho - destaco a arte audiovisual de Ariel Nobre, cineasta transmasculino, que retrata de uma maneira muito sensível e singular, o tema da necropolítica brasileira que atravessa as experiências transmasculinas - à questão do suicídio. Ele descreve esse processo de transmutação (VITORINO BRASILEIRO, 2022), a partir de outras representações diferentes das representações sensacionalistas. Construindo uma narrativa sensível ao tema, a partir de uma experiência estética que fala sobre a vida, sobre a morte, sobre o direito de aparecer, sobre os espaços de reconhecibilidade. *Preciso dizer que te amo*<sup>1</sup> - consiste em um curta metragem que aborda a temática do suicídio transmasculino de uma maneira outra. Contribui para a construção de um imaginário sobre pessoas trans para além das representações apresentadas na grande mídia - que geralmente tem um recorte objetificador em relação às identidades trans. Ao mesmo tempo em que questiona as lógicas de

representatividade e de produção dos espaços artísticos, como a cena audiovisual. Em suma, o documentário e o discurso que ele mobiliza, redirecionam o curso da ordem necropolítica contra os corpos transmasculinos - ao menos nos deixam alertas.

Além disso, é possível perceber que sua produção audiovisual é construída sobre a base de uma ordem de reconhecimento que vise o protagonismo de pessoas trans na produção audiovisual, nas representações, nos espaços de acesso à cultura, ao dinheiro. É a partir desse movimento que começa a se reivindicar outros imaginários possíveis para pessoas trans vivendo no Brasil, o que atravessa o debate sobre reconhecimento, para além de uma questão jurídica, mas diz de uma ordem de reconhecimento no âmbito social. Além de olhar a questão pela perspectiva do reconhecimento, em uma tendência Butleriana. Podemos observar nessa narrativa uma crítica às relações de trabalho (BOURCIER, 2020; QUIJANO, 2005) fundamentada na decodificação da dicotomia sujeito/objeto. É através desse movimento que surge as reivindicações relacionadas ao *transfake*. Fenômeno que será analisado a sessão a seguir.

### **Transfake – o epistemicídio da representação trans.**

Se podemos observar um movimento discursivo que visa produzir inteligibilidade as corporalidades trans através de produções artísticas e audiovisuais, de forma a combater os regimes de apagamento e precarização inscritos na ordem da política genocida e da necropolítica que orienta a vida trans no Brasil. Podemos observar também movimentos discursivos que acionam pautas como visibilidade e representatividade sem tecer uma crítica ao código cisnormativo em que se inscrevem a prática do *transfake*.<sup>84</sup>

Podemos partir da idéia de que a construção de imaginários e representações de personagens LGBTs em programas de televisão, séries, novelas, etc. geram um espaço de inteligibilidade a essas experiências que são excedentes a norma cisheterossexual codificada no imaginário social da sociedade (cishetero) brasileira, que tem a Televisão como um artefato - quase como um ente querido, senão um utensílio que não pode faltar na

---

<sup>84</sup> Prática recorrente entre atores e atrizes cisgêneras, que interpretam personagens trans nas novelas e filmes.  
<https://www.youtube.com/watch?v=266ht3XwyyM>

rotina das famílias de camadas médias da sociedade brasileira.

Para melhor entender os limites dos fenômenos da representatividade e da visibilidade, utilizo um evento decorrente da novela *Força do Querer*<sup>85</sup> - novela transmitida em horário nobre em uma das emissoras com maior audiência no Brasil - onde um dos personagens principais era um homem trans. A presença desse personagem causou um impacto nos debates sobre representatividade trans, principalmente porque a atriz que o interpretou era uma pessoa cisgênera, o que desencadeou um debate sobre o *transfake*.

De início cabe pontuar a intenção de construir um espaço de inteligibilidade para a temática trans na novela - o que fracassou de início, na escolha de uma pessoa cisgênera para “interpretar um personagem trans”, enquanto um dos enquadramentos possíveis para compreender as estratégias de assimilação de um mercado das identidades LGBTs. A forma como a inclusão da narrativa trans é feita nessa novela, demonstra as assimetrias nos espaços de produção entre artistas cisgêneros e transgêneros/travestis. Entre uma produção audiovisual que não se importa com esse tipo de produção - que remete ao fenômeno do epistemicídio (SUELI CARNEIRO, 2005; GROSGOUEL, 2016), e uma produção que questiona a forma como essas corporalidades são representadas, podemos perceber os efeitos do que Rahul Rao (2015) chama de homocapitalismo - na forma como essas identidades são comercializadas e produtoras de audiência, sem problematizar efetivamente as relações de poder e trabalho que estão codificadas nesse fenômeno da visibilidade. Podemos aproximar essa reflexão ao conceito de orientalismo (SAID, 1990) também, compreendendo essa dinâmica de representação a partir da lógica de objetificação do outro. E também aos conceitos de tecnologia de gênero (LAURETIS, 1987) e farmacopornografia (PRECIADO, 2008):

El sistema farmacopornográfico, podríamos decir sigiendo a De Lauretis, funciona como una máquina de representación somática, donde texto, imagen y corporalidad fluyen em el interior de un circuito cibernético. El género, en esta interpretación semiótico-político de Lauretis, es el efecto de un sistema de significación, de modos de producción y de descodificación de signus visuales y textuales políticamente regulados. (PRECIADO, 2008. Pp. 85).

Problemas em relação a questão da representatividade trans na mídia, são percebidos também por outros autores como Leslie Fainberg, (2015),

---

<sup>85</sup> Novela produzida e transmitida pela emissora Globo no ano de 2017, escrita por Glória Perez e dirigido por Pedro Vasconcelos e Rogério Gomes.

Miquel Missé (2018), Sam Bourcier, (2020) principalmente as questões voltadas aos imaginários. O fenômeno observado por Missé, diz sobre uma aproximação entre celebridades trans a discursos conservadores - podemos entender tal fenômeno, enquanto um fenômeno político traduzido pelo conceito de homonacionalismo (BOURCIER, 2020) - correspondendo a agendas de reconhecimento legalistas - ou o que venho enfatizando aqui como um fenômeno assimilacionista. Assim como podemos entender que a significação do gênero trans é descodificação passível de necropolítica. Por um lado construiu-se discursivamente uma identidade que até o momento era quase inexpressiva na sociedade brasileira, produz certa inteligibilidade e de reconhecibilidade (LAURETIS, 1987; BUTLER, 2018). O que nos possibilita inferir invisibilidade transmasculina é um fator que vulnerabiliza e precariza nossas vidas, como já mencionado acima. Com isso quero dizer que a representação trans em uma novela de ampla circulação como a novela que está sendo utilizada como pano de fundo para problematizar essa questão, funciona como uma tecnologia de gênero e como ferramenta na construção de um imaginário sobre transidentidades, uma forma de inserir as transmasculinidades na gramática das representações no Brasil. Podemos entender esse tipo de representatividade a partir da definição de Stuart Hall: “aparente fidelidade da representação à coisa ou ao conceito representado - é o resultado, o efeito, de uma certa articulação específica da linguagem sobre o “real”. É o resultado de uma prática discursiva.” (HALL, 2013. p.434). Podemos dizer que a novela contribui para a construção do imaginário sobre as transmasculinidades, produzindo algum tipo de inteligibilidade, ao mesmo tempo em a inteligibilidade produzida por esse conteúdo provoca um movimento de questionamento de como acontece essa representação.

O contorno que se pode fazer para compreender o espaço que se inscreve a crítica ao *transfake*, é destacar a linguagem enquanto um campo de batalha (VERGUEIRO, 2014), compreendendo que a construção de imaginários se dá na disputa dos sentidos e signos. Podemos pensar essa questão a partir da perspectiva de Stuart Hall: “na publicidade, todo signo visual conota uma qualidade, situação, valor ou inferência que está presente como uma implicação ou sentido implícito, dependendo do sentido conotativo.”(STUART HALL, 2013. p.438). Nesse sentido, a partir da linguagem criamos um espaço

de reconhecibilidade ou não, que possibilita a inteligibilidade do sujeito, ou nos termos de Hall criamos uma codificação. Ao mesmo tempo em que por meio dessa disputa que o campo da linguagem se inscreve também podemos observar como operam os mecanismos de normatização: “a dominação imperial e colonial se produz através da linguagem [...] assimilar a gramática, significa vincular o sentido as regras arbitrárias da classe opressora”. (HALBERSTAM, 2018. Pp. 35). (tradução do autor).

Ainda podemos pensar tal questão a partir de Strathern:

A codificação abre um símbolo no que diz respeito às partes que o constituem, e assim também sua relação com outros símbolos: ele se expande e obvia uma imagem ao interpretá-la, ao colocá-la em um contexto que se torna, assim, parte de seu significado. Por outro lado, uma imagem condensa ou rompe com o contexto no interior dela mesma, no sentido de que todos os pontos de referências são obviados ou deslocados por sua forma única. (STRATHERN, 2017. Pp. 182)

Ou seja, partimos da idéia de que as representações no *mediascape* constituem e são constituídas pelo imaginário popular do que é determinada identidade - mesmo que em seu sentido assimilacionista. E essa identidade está associada a determinado discurso, enunciando determinados códigos culturais. No caso da novela, podemos captar que há a tentativa da construção de uma narrativa sobre transmasculinidades, uma tentativa de codificar a identidade transmasculina - que falhou em decorrência de seu enquadramento cisnormativo. Vale problematizar quais as implicações que esse tipo de representação tem, ou melhor, de que vale a representação trans sem pessoas trans? Quais relações de poder estão envolvidas nessa hierarquia? A partir desse questionamento podemos entender que a prática discursiva implicada aqui é a “inclusão” - em sua expressão liberal. No entanto, o *modus operandi* dessa inclusão não é a inclusão de todes, pois no debate sobre representatividade não há o questionamento da ausência de pessoas trans compondo o elenco da novela, etc, por exemplo. O que demonstra um discurso a priori de inclusão, mas sem questionar efetivamente a ordem social que exclui pessoas trans dos espaços das artes.

A prática do *transfake* abre precedente para uma crítica à cisgeneridade enquanto estrutura social que constitui o campo das artes (MOMBAÇA, 2020), e também diz sobre empregabilidade trans - relações de

trabalho e produção. E nos mostra as armadilhas da representação que reproduzir o enquadramento de quando um corpo cisgênero interpreta um corpo transgênero em cena. Essa equação representa as assimetrias nas relações de trabalho que configuram o mundo das artes.

Ao compreender essa assimetria, podemos entender o *transfake* a partir de dois principais movimentos: um movimento da mídia mais popularizada, de incluir uma “pauta trans” na novela, como uma forma de criar inteligibilidade e reconhecibilidade, mas sem de fato pensar no impacto social, em relação ao imaginário (RIAL, 2005), e amplitude que um discurso construído dessa forma irresponsável e oportunista significa. E ainda, podemos perceber de que forma a mídia de ampla circulação se apropria de discursos identitários - como um efeito das relações da vida no capitalismo, para promover audiência sobre determinado assunto, sem um engajamento político efetivo preocupado em uma reflexão sobre as representações trans e as precariedades as quais esses corpos estão expostos.

No entanto, gostaria de desenvolver uma perspectiva desde as reflexões de Stuart Hall sobre codificação e decodificação para pensar o fenômeno do *transfake*. Ao pensar a teoria da comunicação através de conceitos como ideologia, Hall observa que é no nível conotativo da linguagem que a ideologia opera efetivamente.

segundo Barthes, os níveis conotativos dos significantes têm uma estreita relação com a cultura, o conhecimento, a história e é através deles, por assim dizer, que o meio ambiente invade o sistema lingüístico e semântico. Eles são, de alguma forma, os fragmentos da ideologia. (HALL, 2013. p.438).

De maneira breve podemos pensar que a representação de um personagem transmasculino na novela das nove, diz sobre a codificação dos discursos sobre transexualidade, e que esse tipo de discurso cria um imaginário mais inteligível sobre às experiências transmasculinas. O que não está desvinculado de uma relação ideológica, econômica e política das pautas neoliberais que se apropriam dos discursos sobre “diversidade”. Podemos afirmar também ancorados na perspectiva de Hall que representação é uma convenção, e que depende também de condições de percepção, ou depende do direito de aparecer (BUTLER, 2018), do direito de reconhecibilidade. “Essas condições de percepção são resultado de um conjunto de operações altamente codificadas, ainda que virtualmente inconscientes.” (HALL, 2013. p.436).

Ainda seguindo a partir das reflexões de Hall, por outro lado o *transfake*, visto desde uma perspectiva crítica a sua prática, pode ser entendido como codificação, no sentido de representar o imaginário da mídia hegemônica. Podemos entender esse modelo como:

reconhecer a legitimidade das definições hegemônicas para produzir as grandes significações (abstratas), ao passo que, em um nível mais restrito, situacional (localizado), faz suas próprias regras - funciona com as exceções à regra. (HALL, 2013. p.444)

Podemos dizer que a crítica feita ao *transfake* e a forma como a codificação/representação da transgeneridade é operacionalizada pela grande mídia, ocupa esse lugar de decodificar a norma sociocultural que está sendo inscrita através daquele personagem, ao perceber as relações hierárquicas que constituem aquele discurso.

Quando olhamos esse tipo de representação, podemos utilizar o conceito de orientalismo (SAID, 1990) para problematizar o “lugar” das pessoas trans, ou melhor, das representações trans nesse lugar de chacota, da comédia, do *camp* e do *kittie* (SONTAG, 1987; BOURCIER, 2020; FEINBERG, 2015). Apesar da representação do Ivan (nome do personagem da novela) não ter esse tom de comédia, foi possível perceber uma narrativa comum em relação às transmasculinidades. Um primeiro momento de armário (SEDGWICK, 2007) e a angústia até entender-se enquanto uma pessoa trans e a forte narrativa vinculada a uma transformação corporal, dois elementos bem presentes nas narrativas transmasculinas (ÁVILA, 2014). Também cabe ressaltar que o personagem era um personagem branco, magro, de classe alta e de uma família abastada. A trama da novela girou em torno da saída do armário de Ivan e a crise que isso gerou na sua família.

Sobretudo, o *transfake* nos ajuda a pensar sobre as posicionalidades dos sujeitos (SILVA, 2009; MOMBAÇA, 2020) na construção das narrativas socioculturais. O *transfake* pode ser pensado enquanto uma prática discursiva colonial, enquanto um epistemicídio, enquanto um tipo de exploração. Essas por sua vez, nos ajudam a entender as assimetrias dos espaços discursivos, das representações, das condições de percepção dessas representações e a forma como essas são apropriadas pelos discursos neoliberais, como afirma Feinberg (2015): “Las personas transgénero son blanco de bromas crueles en televisión y en el cine.” (FEINBERG, 2015. posição, 1288).

Por fim, podemos dizer que o transfake revela a ausência de pessoas trans nos espaços artísticos de representação, da mesma forma que diz sobre uma forma de exploração discursiva e apropriação das identidades dissidentes enquanto narrativas que dão audiência, sem de fato criar um espaço de inteligibilidade real para esses corpos. Se podemos ver um modelo de representação trans no Brasil que corresponde a ordem necropolítica, o transfake pode ser lido como uma prática orientalista, que reafirma a assimetria material e discursiva entre pessoas trans e cis nos espaços de representação.

Cabe destacar as aproximações e distâncias que o transfake tem com outras formas de representação orientalista como o *blackface*. Megg Rayara de Oliveira (2020) observa como a mulher negra foi representada na mídia, observando como o *blackface* ocorria nas representações midiáticas. Sofia Favero e João Gabriel Maracci (2018) observam as aproximações e distanciamentos dessas duas práticas:

Existe uma semelhança sonora e estética entre as expressões transfake e blackface, fazendo com que o transfake apareça como uma releitura desse fenômeno que historicamente esteve relacionado a pessoas negras (...) Enquanto o blackface promove uma caricatura que procura despertar a risada e a chacota, o chamado de transfake pretende sensibilizar, recorrendo a uma idéia de que pessoas trans têm vidas marcadas por uma intensa infelicidade, herdada da tradição médica (Sofia FAVERO e João Gabriel MARACCI, 2018 p. 26.)

Pensar as aproximações entre blackface e transfake, nos ajuda a entender de maneira mais profunda como a representatividade é um fenômeno importante e complexo. E como também se constitui sobre um discurso que reproduz estruturas sociais como o racismo e a cisnormatividade - como forma de reafirmar o imaginário colonial sobre esses corpos. Além disso, também podemos perceber como as políticas de identidade, visibilidade e representatividade são atravessadas por outros fatores como os discursos econômicos, políticas institucionais, políticas internacionais, padrões sócio-culturais, disputas ideológicas. Além do transfake e do blackface, podemos afirmar que as representações trans no Brasil podem ser codificadas através do conceito de necropolítica, os movimentos contra o transfake são uma forma de combate ao epistemicídio inscrito nessa ordem política.

## A arte como confronto – das possibilidades de não aparição

Mas o relato bem pode estabelecer uma relação, interna a  
elemesmo, entre os “eventos” e o processo organizador ou  
os “sistemas” que os conectam/explicam. (Strathern, 2017.  
Pp. 173)

Outras expressões da arte panafricanista (LEITE, 2008) e arte da diáspora como a arte *maroon* (BONA, 2021) representam a expressão de uma sensibilidade estética que através da fuga redimensiona diversos elementos relacionados aos espaços de aparição e invisibilidade reestabelecendo estratégias de coletividades contra-coloniais e de outras futuridades. O artista Aston<sup>86</sup>, do Benin, codifica a expressão necropolítica (MBEMBE, 2018) em sua obra de arte em que representa o continente africano através de materiais reciclados e reinscreve a história da colonização - atribuindo uma idéia de plasticidade à história de África.

Em outras obras de arte ele representa o futebol também através de materiais reciclados.

Pude conhecer esse artista assim como outros artistas e obras de arte durante a exposição do Museu Afro Brasil Emanuel Araujo. Assim como a internet e a televisão são e foram construtores de imaginário social, político, cultural, a arte e os museus também são boas ferramentas para pensarmos a construção de imaginários sociais. Esse elementos nos convidam a construir uma crítica sobre representação. Conhecer a obra de Aston e de outros artistas africanos e da diáspora fazem parte de uma educação sensorial e estética que implica também o descentramento do sujeito e de sua representação. E condiz com uma educação sensorial, pela sensibilidade artística, com reflexo em políticas educacionais como a lei 10.639 (AMÂNCIO, 2008), mas também diz sobre outro tipo de educação sensorial. Com todas as ressalvas necessárias à crítica colonial feita à antropologia, a educação pela arte é uma aposta humanista da antropologia, desde Marcell Mauss, como nos apresenta James Clifford (1998) à Susan Sontag (2004).

Ao refletir sobre as representações do corpo trans, observo algumas expressões estéticas que se aproximam com narrativas e discursos da arte panafricanista e da diáspora. Na sessão anterior demonstrei como a abjeção

---

<sup>86</sup> <http://aad-fund.org/artistes/aston/?lang=en>

torna-se um espaço discursivo apropriado como metáfora à corporalidade trans, as reflexões de Cynthia Francica (2020) sobre a obra de Nicola Constantino nos apresnteta tal questão. Nessa sessão proponho uma reflexão sobre as representações e imaginários trans nos espaços das artes, em um exercício de *collage* ou sobreposição à outras expressões estéticas como a arte panafricanista, a arte marron e outras expressões artísticas da disapora, com o objetivo de construir um texto contido na elaboração de suas aproximações e distanciamentos estéticos enquanto crítica a um sistema de representação na arte que é branco e cisgênero.

Para isso me apoio em reflexões críticas como as de Françoise Verger (2023) em sua proposta de descolonizar o Museu e na perspectiva de Denise Ferreira da Silva (2021) de ler a arte como confronto, para então articular questões relacionadas à construção de imagens e imaginários, em um exercício em que relaciono teoria e experiência e as possibilidades de aparição.

Podemos pensar uma aproximação entre a representação do corpo trans e a estética *maroon*, ou em um corpo que se estetiza a partir da idéia da fuga desses discursos normativos, como pensa Pj di Pietro (2021). No entanto, cabe também observar a crítica feita por Mel Chen (2017) em relação a representação do *maroon*, como um expressão associada a masculinidade/virilidade cisheteronormativa:

O maroon também marca uma ambivalência que Sylvia Wynter chama de gênero de “Homem” e o que nós devemos chamar, seguindo seu estilo de pensamento, “o gênero do animal”. Negritude como uma recusa ao gênero do Humano e também como recusa das estruturas binárias de gênero e sexualização impressas na socialização negra via escravização racial e colonização. (Mel Y. CHEN, 2017. Pp. 188) tradução do autor.

Chen nos chama a atenção para observar como a crítica feita pela negritude percebe a generificação como expressão de humanidade - ou seja, da representação do Humano enquanto homem enquanto uma estética que se aproxima de uma ordem cishetero e masculinista, questão que a autora observa também na estética *maroon*. No entanto, pensar sobre a perspectiva da negritude desfaz-se da própria idéia de humanidade como uma forma de se desvincular dessa hierarquia entre humanos e não- humanos, que é construído a partir da racialização e da generificação dos corpos. Aqui podemos observar um movimento em que se resignifica o movimento de desumanização como uma estratégia política discursiva:

Spillers emphasizes the violence of the Middle Passage, during which commodity personhood is torn asunder and relinquished and the person is reduced to the flesh. Spillers's hermeneutics names this a process of de-subjectification. Under capitalism which is always already racial the Black body and the animal body are fused symbolically, and both are rendered as disposable. As Spillers makes clear, this flesh is also "ungendered." (CHEN, 2017. pp.185).

Assim, podemos observar categorias como gênero e raça enquanto sistemas de poder que não podem ser pensados separadamente, pois estão diretamente ligados ao processo de subjetivação e dessubjetivação dos indivíduos. A infra-humanidade a qual os corpos trans e negros são inscritos pelos dispositivos de racialização e geneficação, nos levam ao tema da animalidade. Em outros movimentos de pensamento, como o perspectivismo ameríndio (VIVEIROS DE CASTRO, 2004; 2018), a animalidade opera como uma ontologia/cosmologia que questiona o *modus operandi* moderno da humanização em um movimento similar ao que Chen observa nas políticas da negritude. Cabe destacar que a questão não é sobre representação, quando se fala de animalidade, pois uma perspectiva não é uma representação (STRATHERN, 2017). Para Viveiros de Castro:

A separação entre humanos e não-humanos, a projeção de uma figura animal genérica como Outro da humanidade, é função da prévia separação entre mortos e animais, com a projeção de uma figura genérica da humanidade na forma ancestral. (VIVEIROS DE CASTRO, 2018. p.178)

Para pensarmos tal dimensão, temos que considerar o debate desde uma perspectiva ontológica. O multinaturalismo do perspectivismo ameríndio se opõe ao multiculturalismo ocidental, desfazendo-se da idéia de humanidade ou atribuindo um significado diferente à hierarquia humano/não-humano. A animalidade então pode ser situada como espécie de reterritorialização e crítica à dicotomia humano/não-humano. Nesse sentido, podemos perceber uma aproximação entre uma perspectiva transfeminista, as perspectivas da crítica do pensamento negro radical e o perspectivismo ameríndio, movimentos de pensamento onde o corpo tem um sentido central e a animalidade é operacionalizada como forma de quebra à ontologia ocidental moderna, da super valorização do humano e do próprio essencialismo que fundamenta essa perspectiva. Outras análises do pensamento negro radical também questionam essa dicotomia, nas análises estéticas de Cristine Sharpe (2023) - *No vestígio - Negritude e Existência* - podemos observar como essas categorias

(humano/não humano) são reafirmadas em contextos de diáspora e migração forçada.

Trabalhos como os de Eva Hayward (2017) utilizam a metáfora da animalidade para expressar a posicionalidade do corpo trans no território urbano - Spiderwoman. A partir dessas referências podemos pensar em múltiplas possibilidades de existência, e mais do que isso, pensar o corpo trans a partir da animalidade é também atribuir um sentido relacional e não essencialista para essas corporalidades, que por meio da animalidade e outras expressões se comunicam com a cidade/território. Nesse sentido, podemos pensar a questão dessas representações a partir da reflexão de Clifford, onde ele nos apresenta como: “O corpo, uma imagem privilegiada da ordem, é um alvo favorito. Junto com uma variedade de outras entidades naturais, ele é recodificado, e nesse processo é posto em dúvida.” (CLIFFORD, 1998. Pp. 138).

O objetivo aqui é defender o argumento de como a abjeção e a animalidade tornam-se exemplos de representações de não inteligibilidade do corpo trans. Ao se oporem à infra-humanidade imposta pela cisnormatividade, pela branquitude e pela colonialidade e criam uma película opaca na relação entre visibilidade das identidades dissidentes e representação, ou melhor, nos convidam a pensar as questões da visibilidade para além da dimensão da transparência (GLISSANT, 2021; MOMBAÇA, 2020). É nesse momento também que esse corpo (fora do regime de inteligibilidade colonial) é colocado em dúvida na codificação das normas sociais que constituem o racismo e a cisnormatividade.

Assim, pensar a experiência trans a partir da idéia da infra-humanidade dialoga diretamente com essa dicotomia moderna humano/animal criticada por Viveiros De Castro (2018). Sua crítica nos mostra que separar mortos e vivos, humanos e animais está na ordem do regime colonial moderno e que a animalidade do perspectivismo ameríndio nos é apresentada enquanto crítica à colonialidade, ao sistema de pensamento moderno colonial. A desumanização relacionada ao imaginário trans também pode ser entendida como precariedade, vulnerabilidade (BUTLER, 2018; 2015) e como crítica à colonialidade de gênero (LUGONES, 2008). Sobretudo, pode ser entendida como um movimento de poder que sobrepõe o corpo trans às condições de

não-humanidade por não corresponder ao sistema sexo/gênero (RUBIN, 2017).

É importante situar também que a animalidade, é utilizada como uma metáfora para pensar as representações do corpo trans no imaginário moderno colonial das artes, no entanto cabe também ressaltar que os discursos de colonialidade não podem apenas ser vistos e representados como metáfora, afinal estamos evidenciando uma lógica de uma estrutura social, como nos lembra Patrick Wolfe (2006) “a colonialidade é uma estrutura não uma metáfora.” Porém essa questão torna-se mais complexa quando pensamos que a colonialidade é também um enquadramento (BUTLER, 2015) e nesse sentido podemos entender as estruturas sociais enquanto enquadramento. Penso isso a partir da reflexão de Marilyn Strathern: “A estrutura é uma metáfora de enquadramento, por assim dizer. Portanto, vemos um evento como um acontecimento culturalmente interpretado.”(STRATHERN, 2017. Pp.174) em um sentido que ultrapassa a ideia de metáfora, mas que correspondem a noção de imaginário social e portanto, derepresentação. Ou ainda como nos reafirma Denise Ferreira da Silva (2021):

O humano é também um produto do conhecimento racial. Por essas razões, racialidade, o arsenal de conhecimento que produz a diferença humana, expõe os fundamentos metafísicos das formas éticas e jurídicas do sujeito. (FERREIRA DA SILVA, 2021 pp. 203).

Essas reflexões nos fazem perceber como a humanização é construída por meio do processo de reafirmação da racialização e da generificação, questão também percebida por Preciado (2008) em suas reflexões sobre farmacopornografia. Anibal Quijano (2005) nos apresenta isso por meio da distinção entre corpo e não-corpo. Nos estudos sobre a negritude Denise Ferreira da Silva apresenta a ideia da “coisa” como representação desse não-corpo, não-reconhecido pelo sistema de representação moderno:

A Coisa, considerada no registro do objeto do conhecimento, possui três momentos: “É (a) uma universalidade passiva e indiferente, o Também das várias propriedades ou, na verdade, “matérias”; (b) o processo igualmente simples de negação do Um, responsável por excluir propriedades opostas e (c) as muitas propriedades em-si, a relação entre os dois momentos, ou seja, a negação conforme a mesma se relaciona com o elemento indiferente e a partir de onde expande-se em um amálgama de diferenças” (...) A Coisa hospeda todas as possibilidades, inclusive as não contempladas (anunciadas ou diferidas) quando uma vez nomeada, ela se torna objeto, por exemplo (FERREIRA DA SILVA, 2019. p.58.)

Além de nos apresentar essa posicionalidade, Denise Ferreira da Silva

também desenvolve uma crítica ao pensamento de Quijano evidenciando como os processos de generificação e racialização não podem ser pensados separadamente, alertando para a ênfase ao processo de racialização como determinação do regime de colonialidade a qual Quijano se debruça. Quando percebemos pela chave da intersecção entre trans- identidades e negridade ampliam-se os aspectos que podem ser discutido sobre visibilidade e representatividade, é necessário partir da dimensão de assimetria do espaço de visibilidade colocados estruturalmente entre corpos.

Mostramos anteriormente, como os discursos sobre representação são atravessados por estruturas sociais como o racismo, da mesma forma acontece com a cisnorma. Desse modo podemos entender que a questão do enquadramento ou da codificação cultural presente na forma dessas representações dizem mais que a própria representação. Para Che Gosset:

As políticas de visibilidade, ou as políticas queer/trans que devemos chamar de neoliberais, não podem capturar as maneiras com que a negridade assombra e assombra o normativo, a maneira como ela excede a fixidez representacional. (GOSSET, 2017. p.187). Tradução do autor.

Assim, a inteligibilidade e a visibilidade não acontecem da mesma forma para corpos brancos e negros, corpos cis e trans. Outras formas de representação inscrevem novas formas de políticas, que implicam em uma disrupção às idéias de reconhecibilidade do estado-nação, ou dito de outra forma, essas representações que excedem a normatividade por meio de um recorte de raça e gênero, questionam a maneira como as estruturas sociais na vida no capitalismo distribuem a noção de políticas de identidade. Trata-se da construção de outros códigos culturais que se constroem nos excessos das políticas institucionais. O interessante é que a metáfora da animalidade e a não inteligibilidade nos ajudam a entender como a desumanização se efetiva materialmente nos corpos, ao mesmo tempo em que nos possibilita outra posicionalidade para além de uma luta por reconhecimento no sentido moderno. Inscrevem outra noção de políticas de reconhecimento e aparição.

Podemos perceber que a representação das identidades trans é atravessada pelo discurso colonial de desumanização semelhante às perspectivas da negridade e do perspectivismo ameríndio, e o corpo parece ser o elemento em disputa, fragmentado pela patologização, pela normatização e

pela precariedade. São esses espaços discursivos que não possibilitam as condições de aparição (BUTLER, 2018) do corpo trans da mesma forma que um corpo cisgênero. Ao mesmo tempo em que a própria condição de desumanização e abjeção são utilizadas como resposta e como fuga aos discursos colonialistas e normativos:

Um ponto crucial: o que o conhecimento produz, o valor que atribui, quando compreende A Coisa e a transforma em objeto, outro, ou em mercadoria (como significante de relações sociais), já é mais e menos do que tudo [everything], do que cada uma e qualquer possibilidade que essas figurações - elas mesmas efeitos da Coisa - hospedam dado o sempre-já que é o excesso, o abismo que sempre ameaça (por fim a) o significado, a ordem, a lei. (Denise FERREIRA DA SILVA, 2019. p.82)

Nesse sentido, Denise Ferreira da Silva (2019), nos mostra a possibilidade de tomar a coisa para si, como uma apropriação ativa desse não-lugar do abjeto. As políticas de representação trans e negras parecem estar aplicadas nessa apropriação, na construção de outros mundos e outras imaginações a partir desse ruído, dos espaços que se abrem em fissuras por não sustentar os excessos dessas corporalidades não inteligíveis. Também podemos entender, os espaços de arte como o Museu de Arte Afro-brasileira, como uma possibilidade de educação sensorial pelas imagens. Se Sontag nos diz que a modernidade está relacionada à uma educação sensorial pelas imagens, ou seja, que as imagens fazem parte da gramática estética e ética da modernidade, esses espaços nos fornecem uma decodificação a estrutura racista das representações no museus e na mídia (KILOMBA, 2019; RIAL, 2016) ao colocar como protagonistas artistas africanos e da diáspora ou como nos mostra Strathern (2017):

O que é criado é o efeito, e os efeitos (imagens) são produzidos por meio da apresentação dos artefatos. Um conceito de "sociedade" não é um contexto explicativo para os atos das pessoas; antes, a socialidade, como argumenta Wagner, consiste nas convenções implícitas em contraposição às quais as pessoas inovam e improvisam. (STRATHERN, 2017. Pp.18)

### **Coreografias na sombra: o assombro como possibilidade imaginativa de futuro.**

No ímpeto de dar continuidade a esse exercício reflexivo sobre a construção do imaginário e das representações trans no mundo das artes em *collage* com outras expressões artísticas, descrevo minha visita a 35ª Bienal da Arte de São Paulo que ocorreu no ano de 2023.

Durante o dia 6 de setembro a 10 de dezembro de 2023, ocorreu em São Paulo a 35ª Bienal de São Paulo, com o título *Coreografias Do Impossível*. Na penúltima semana de novembro fui até a cidade de São Paulo, visitar a exposição.

São Paulo como uma megacidade, transparece a vida neoliberal inscrita na ordem econômica e social na sociedade brasileira - congestionamento, milhares de pessoas circulando, horários, pessoas indo trabalhar, voltando do trabalho, a interação distante e intimista de quem anda de metrô (AUGE, 1986), multidões, prédios imensos e habitados, prédios imensos abandonados, ocupações -. Essas são as características desse grande centro urbano, ritmo acelerado que condiz à lógica da aceleração (Harmut ROSA, 2010).

Ao mesmo tempo em que podemos ler a cidade de São Paulo assim, também podemos dizer que um dos centros de confabulações da negritude e transgeneridade que resistem a necropolítica do neoliberalismo brasileiro - corpos amorfos - fora da configuração binária da cidade - criam rotas de fuga à gentrificação da babilônia. Caminhar no pavilhão da exposição foi uma experiência que me fez sentir pertencente a esse momento e me possibilitou uma posicionalidade de descrever esse momento enquanto fragmento das aporias sobre visibilidade e representatividade. Nesse sentido, em um sentido de experimento (MOMBAÇA, 2020; MOTEN, 2021), adoto uma atitude surrealista enquanto um filtro ou como um recurso metodológico que me possibilita construir essa reflexão. Pois:

O momento surrealista em etnografia é aquele no qual a possibilidade de comparação existe numa tensão não 3 mediada com a mera incongruência. Esse momento é repetidamente produzido e suavizado no processo de compreensão etnográfica. Mas ver esta atividade nos termos de uma collage é manter a vista o momento surrealista. (...) Esses elementos como um recorte de jornal, ou uma pena - são marcados como reais, como coletados, em vez de inventados pelo escritor- artista. Os procedimentos de a) recortar e b) montar são com certeza básicos em qualquer mensagem semiótica; aqui eles são a mensagem. (CLIFFORD, 1998. Pp.153)

Caminhar pelo pavilhão de exposição reconhecendo nomes de pessoas as quais são minhas influências, referências e pessoas que confabulam comigo mesmo à distância, designa um movimento de pensamento para pensar uma crítica radical à vida trans e preta no Brasil. Também me possibilitou conhecer obras de autores que são minhas referências e referências do pensamento

decolonial, como os manuscritos autoetnográficos de Glória Anzaldúa.

Posso dizer que foi uma experiência complexa, como uma coreografia de um corpo que sobrevive ao naufrágio *flanei* (ECKERT E ROCHA, 2013) pela exposição, o corpo foi atingido por um turbilhão de informações e expressões que me exigiram outros elementos de codificação. Fotografar foi um recurso que encontrei como forma de compartilhamento (PACHECO DE OLIVEIRA, 2013), como forma de construção de memória e posicionalidade, mas também uma ferramenta de produção de discurso, como maneira de manter o não dito, de ultrapassar o sentido da imagem como informação (SONTAG, 2004) ou como nos lembra Denise Ferreira da Silva: “uma obra de arte anti-colonial questiona cada modo, cada forma de apresentação, transformando-a num confronto - que é a apresentação como recusa da representação.”( FERREIRA DA SILVA, 2020. Pp.291.)

Estar nesses espaços é entender as assimetrias dos espaços de representação e também entender esse evento como um espaço disruptivo dentro de um momento político complexo em nossa sociedade. Um momento de disputas de identidades, de construção de identidades e noções de vida e morte. Considero que *Coreografias Do Impossível* foi um assombro contra as políticas de genocídio e gestão necropolítica a qual as vidas trans e pretas estão inscritas no Brasil. É também continuidade das confluências e alertas feitos por Jota Mombaça (2020) sobre as assimetrias dos espaços discursivos, é aquilombamento. Considero que essa exposição na bienal de arte, significa um movimento que ultrapassa a noção de resposta/resistência ao imaginário necropolítico ao qual a vida trans e preta sobrevive no Brasil. Opera enquanto especulação imaginativa de futuridade, diz sobre a construção de outros mundos possíveis, de outras linguagens e representações - ou de recusa de representação - sobre as vidas trans e pretas que contradiz e desobedece a construção de um imaginário racista e transfóbico enquanto alicerce da cultura brasileira.

A questão dos museus e os debates sobre representação e visibilidade, já tem sido pauta de críticas como as de James Clifford - sobre o *musee de L'homme* e outros antropólogos que se debruçaram sobre o movimento surrealista enquanto crítica cultural - para pensar representações de perspectiva eurocêntricas sobre “a África”, sobre “o negro”. Contemporaneamente, Fraçoise Verger (2023) elabora

uma crítica contundente em relação à representação e (in)visibilidade da mulher negra nos museus na França, questionando o enquadramento racista e xenofóbico ao qual esse tipo de dispositivo está inscrito e as políticas de “inclusão” no qual ele se máscara.

É forçoso constatar que as políticas de diversidade nos museus não suprimiram o racismo estrutural. Nos Estados Unidos, em 2020, apenas 4% dos funcionários dos museus, excluídas as equipes de limpeza e jardinagem, eram negros/as, observa a curadora de arte afro-americana Kelli Morgan. (...) Mais uma vez, estava colocada a constatação de que representação não é suficiente ou que não basta exibir mais diversidade nas paredes do museu para transformá-lo. (VÉRGER, 2023. Pp. 193)

Assim podemos dizer que Clifford e Verger instauram, em temporalidades distintas, uma crítica à representação e as políticas de identidades em sua perspectiva moderna que aparecem no imaginário dos museus. *Coreografias do impossível* nos diz em alguma medida sobre a possibilidade imaginativa de futuridade preta e trans, e talvez não inscreva uma crítica contra-colonial, mas dizem sobre futuridade, dialogam com o que Felwine Sarr (2019) chama de afrofuturismo, nos convida a pensar ou melhor sentir, pensar com todos os sentidos, a recusa à perspectiva colonial de representação da arte.

Ruídos das ruínas: uma experiência de collage sobre a intervenção Saquear a Cidade Fantasma.

*A condição de ser nada relativa da vida preta, que aparece para a ontologia política como uma relação ou não relação ou contrarelacão - precisamente na impossibilidade da intersubjetividade política, ao mesmo tempo obscurece e indica a animação social da parte de baixo da ponte, onde levam-se ao esgotamento as impossibilidades da intersubjetividade política. (Moten, 2021. Pp.148)*

Ainda minha viagem até São Paulo me possibilitou outra experiência sensorial que é o grande instrumento de confabulação aqui, de co-produção, de experimentação. No sábado seguinte, dois dias depois de visitar a bienal de arte, participei - como expectador e mediador - da intervenção artística *Saquear A Cidade Fantasma* - No centro cultural Casa Das Rosas na Avenida Paulista na cidade de São Paulo. Mais uma expressão de assombro da vida trans e preta, como uma experiência ensurdecadora à cidade e suas construções. Como corpo mediador dessa experiência artística e de expurgo, deixo o link do vídeo<sup>87</sup> para compartilhar a experiência sensorial da (não)

<sup>87</sup> [https://drive.google.com/file/d/1hQElv-bK-niMa3QHBUmIXtbrfGx4zlor/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1hQElv-bK-niMa3QHBUmIXtbrfGx4zlor/view?usp=drive_link)

inteligibilidade como uma forma também de compreender a minha posicionalidade enquanto mediador de que: “A tradução de um meio para o outro (como a explicação literal de uma metáfora ou a descrição de um objeto em palavras) altera a significância do que está sendo apresentada.”(STRATHERN, 2017. Pp. 187). Assumindo uma lente surrealista podemos pensar desde a perspectiva de que: “O surrealismo unido à etnografia resgata sua vocação de política cultural crítica, uma vocação perdida em desenvolvimentos posteriores.”(CLIFFORD, 1998. pp. 154).

Editei o vídeo com efeitos visuais de acordo com os efeitos sonoros que eram emitidos nos sons (não) inteligíveis da performance, como um braço, um chutelo, como a extensão do meu corpo (PRECIADO, 2020) gravei a intervenção não no intuito de roubar as almas (RIAL, 2016) daquelas vidas que estavam ali, mas como um mediador, como um interventor, enquanto uma expressão da vida trans e preta que sobrevive ao naufrágio, como forma de forjar meu próprio arquivo. Partilhando da idéia de que:

A etnografia mesclada de surrealismo emerge como a teoria e a prática da justaposição. Ela estuda, ao mesmo tempo em que é parte da invenção e da interrupção de totalidades significativas em trabalhos de importação/exportação cultural. (CLIFFORD, 1998. pp.155)

Utilizar ferramentas como aplicativos de celular para editar o vídeo também foi uma expressão artística, uma forma tosca de experienciar/hackear o sujeito (FERREIRA DA SILVA, 2021), como uma maneira de dar continuidade a poética trans e preta construída ali, como nos lembra Preciado: “Falar da filosofia queer (sic)<sup>88</sup> é viajar guiada só por uma cartografia invisível e, na ausência de solução no horizonte inventar o Arquivo.” (PRECIADO, 2014. Pp. 214)

Desse modo podemos dizer que movimentos políticos como esse são o que Edouard Glissant (2021), chama de aquilombamento histórico como movimentos políticos, literários de sobrevivência, resistência que através da arte da diáspora em seu mais amplo sentido instituíram e instituem uma crítica radical ao pensamento ocidental moderno. Nego Bispo do Santos (2023) também nos ensina sobre a importância de outros tipos de organizações

---

<sup>88</sup> É complexo utilizar esse termo no Brasil, enquanto a representação de uma identidade. Mas nesse sentido, utilizo pensando a partir da referência de Butler (2018), enquanto um termo que representa a alianças, co-produções de existência.

sociais contrária à ordem individualista da sociedade moderna colonial capitalista. A não inteligibilidade da performance e a poética que se imprimiram foram desestabilizantes a normatividade que aquele espaço, um museu - em seu sentido mais colonialista, conserva. “A arte do confronto é uma intervenção anti-colonial precisamente porque transforma o espaço entre o artista e o público numa trincheira.” (FERREIRA DA SILVA, 2020. Pp. 295.)

Diria que foi mais um assombro (CHEN, 2017), uma disrupção, do que a proposta de outro modo de vida que seja possível dentro dos códigos de inteligibilidade a qual a vida trans e preta está inscrita nas metrópolis. Afinal:

a visibilidade negra necessariamente desafia o lugar-comum do regime de luzes moderno e configura um aparato sensível que nos permite ver através, pensar desde e existir para além do escuro. (MOMBAÇA, 2020. pp.106).

Esse exemplo exige um debate sobre os espaços de aparição, e acesso aos espaços discursivos que vem sendo desenvolvidos por diversos pensadores contemporâneos - podemos considerar a emergência do movimento *Black Lives Matter*, que tem início no ano 2014 no EUA após a morte de um homem negro por um policial, como estopim desse debate, em 2020 no início da pandemia do COVID-19, esse mesmo movimento retoma as ruas e toma a internet reivindicando justiça pela morte de George Floyd - um homem negro que foi morto asfixiado em uma abordagem policial em Mineapolis - EUA. Pensar como esses movimentos se difundem dentro e fora dos espaços normativos de representação diz sobre fragmentos de possibilidades inimaginadas às vidas trans e pretas, diz sobre reivindicar ou não o direito de aparecer.

E quanto àqueles que preferem não aparecer, que estão engajados em seu ativismo democrático de outro modo? Algumas vezes a ação política é mais efetiva quando projetada das sombras ou das margens, e esse é um ponto importante - por exemplo, a associação Palestinian Queer for Boycott Divestment and Sanetians questionou a ideia de que o ativismo queer reivindica a complexa exposição pública. (BUTLER, 2018. Pp. 62)

Cabe ressaltar como esses movimentos de aliança, operam como resistência a precarização das vidas. *Black Lives Matter* mostra como a negritude se organiza enquanto movimento para questionar as possibilidades dos espaços de aparição, com estratégias performativas de corporificar o discurso como elemento central para o espaço político e de evidenciar as

violências estatais em relação às vidas que são precarizadas.

Porque quando corpos se unem como o fazem para expressar sua indignação e para representar sua existência plural no espaço público, eles também estão fazendo exigências mais abrangentes: estão reivindicando reconhecimento e valorização, estão exercitando o direito de aparecer, de exercitar a liberdade, e estão reivindicando uma vida que possa ser vivida. (BUTLER, 2018. p.33).

Pensar representatividade trans sob as perspectivas também da negritude, nos exige entender dois movimentos de pensamentos concomitantes que estão relacionados a uma dimensão discursiva de uma corporalidade coletiva a qual as políticas transfeministas (BOURCIER, 2020) também estão implicadas. Por um lado a visibilidade, a luz, a ordem, a educação pelas imagens (SONTAG, 2004), e por outro os movimentos políticos culturais que se opõe radicalmente a perspectivas do visível enquanto representação de si, questionando a própria ordem e territorialidade, reivindicando e potencializando politicamente a opacidade essa não total inteligibilidade como crítica à lógica colonial moderna da visibilidade. De acordo com Denise Ferreira da Silva: “Se a modernidade é um regime de constrição telepática, a performance preta (criadora de portais e campos de força) é uma rebelião contra esse limite”. (FERREIRA DA SILVA, 2019.p. 17) ou ainda como afirma Butler:

É a crítica dessa dependência não reconhecida que estabelece o ponto de partida para uma nova política do corpo uma que comece por um entendimento da dependência e da interdependência humanas, uma que, em outras palavras, seja capaz de explicar a relação entre a condição precária e a performatividade. (BUTLER, 2018. Pg. 227.)

Desse modo, percebemos que a representação do trans é atravessada pela idéia de abjeção, construída na relação entre humanidade e não humanidade. Marcadas por outro marcador social da diferença, as relações de poder que permeiam essa representação se modificam. Assim, podemos perceber uma hierarquia dentro dos

discursos sobre representação atravessados pela cisgeneridade e pela branquitude. E também movimentos de resistência e de especulações imaginativas de futuridade. Como nos lembra Mombaça: “Criar essa força imaginária que recusa a visibilidade como transparência é uma forma de autopreservação das vidas e dos projetos especulativos negros.” (MOMBAÇA,

2020. Pp. 108).

Com isso, também podemos entender que a construção do imaginário sobre visibilidade é atravessada por estruturas sociais como o racismo e cisheteronormatividade e pela lógica neoliberal, ao mesmo tempo em que os corpos não visíveis e não inteligíveis - como os corpos trans e negres - criam estratégias coletivas e individuais que rompem ou ignoram as normatividades impostas por essas estruturas de poder.

Essas estruturas revelam uma hierarquia social e essa hierarquia estabelece quais corpos serão normalmente visíveis, ou seja, quais corpos serão aceitos e quais corpos não serão, dentro de um acordo político e moral. A transexualidade enquanto abjeção pode ser percebida como um momento ausente da regra primordial do alinhamento sexo/gênero. Podemos entender a performance negra (feminina) como o Outro da ordem normativa da branquitude.

O corpo sexual da mulher nativa/escrava - um referente usualmente repudiado nos textos que sustentam as atuais teorias críticas raciais, de gênero e de sexualidade - permanece inacessível justamente porque ela não pode ser recuperada como o sujeito do desejo em descrições ético-políticas que pressupõem o corpo político [polity] como este foi descrito por Locke e Hobbes. (DENISE FERREIRA DA SILVA, 2019. Pp. 64)

A abjeção na construção do imaginário trans e negro, pode ser entendida a partir de três movimentos ruptura, apropriação e normatização. O exercício de estranhar o familiar, que o surrealismo etnográfico nos proporciona, evidencia as estruturas sociais que estavam invisibilizadas pela naturalização das opressões, a poética trans preta futurista, inscreve sobre as ruínas dos museus da modernidade uma ruptura à normatização e uma apropriação da ruptura enquanto reivindicação de políticas mais vivíveis. Desorientando as políticas da visibilidade a qual as políticas de identidades são sucumbidas pelos discursos neoliberais por meio da não inteligibilidade a qual o sistema dessas políticas nos invisibiliza e nos vulnerabiliza.

A seguir tentarei mostrar como operam o movimento de ruptura e normatização problematizando o debate feito sobre *Paris Is Burning* e dimensões de representação e na sessão seguinte abordarei o tema do *transfake*.

**VII. APROXIMAÇÕES E EMBATES ENTRE PERSPECTIVAS  
TRANSFEMINISTAS E FEMINISTAS INTERSECCIONAIS:  
OBSERVANDO AS ARMADILHAS COLONIAIS.**

As disputas na internet compõem um momento social contemporâneo e mobilizam questões relacionadas às lutas por reconhecimento das identidades. O trabalho de Mario Felipe Carvalho (2017) apresenta um pouco desse movimento, ao observar a luta por reconhecimento das mulheres trans na internet. Dessa forma podemos perceber como a internet torna-se um espaço de disputas, no sentido mesmo de território na contemporaneidade. Como pano de fundo para essa questão trago como exercício reflexivo, me posicionando enquanto receptor (RIAL, 2005; HALL, 2013) da informação noticiada e como alguém que desenvolve criticamente uma reflexão entre os pontos de intersecção e distanciamentos que cabem aos debates sobre um texto publicado na Folha de São Paulo no dia 1 de dezembro de 2022, problematizando a categoria “pessoas que menstruam”, como um dos temas de análise desse capítulo.

Assim podemos afirmar que desde uma perspectiva situacional me localizo enquanto “comentador (que) ao mesmo tempo descreve (observa) o ato e entende (interpreta) a intenção”. (STRATHERN, 2017. Pg. 444). Também escrevo esse texto mobilizado a pensar as discussões sobre interseccionalidade e decolonialidade que permeiam as problematizações mais centrais debatidas aqui, e também, provocado por essas discussões que me surgiram em um momento diferente desse, durante os estudos sobre autoetnografia desenvolvidos por Anahí Guedes de Melo (2019) e da afirmação de Bouteldja (2016):

a perspectiva de análise não pode ser a interseccionalista, mas a decolonial (...). Y lugares sean los que definam qué ejes de diferenciación están operando y a su vez qué estrategias de resistências surgen. (BOUTELDJA, 2016 APUD ANAHÍ GUEDES, 2019. Pp 51 ).

Me deparar com essa crítica me fez questionar, ou melhor, compreender que tanto a perspectiva interseccional quanto a decolonial tecem críticas à idéia de universalidade, questões que são debatidas dentro do feminismo. Também entendo que no cenário em que se debate teorias transfeministas (NASCIMENTO, 2021; VERGUEIRO, 2015; SAM BOURCIER, 2020) no Brasil, as duas perspectivas aparecem como ferramentas discursivas simultâneas. A fim de desenhar os movimentos políticos e performativos (BUTLER, 2018; FERREIRA DA SILVA, 2019) que emergem nesse contexto e

nos possibilita entender a construção de múltiplos imaginários que surgem sobre o tema “pessoas que menstruam”, e também as co-produções de poder e conhecimento (Neville HOAD, 2000; BACHETTA, 2021; CARVALHO, 2001; RIAL, 2019) que emergem desse contexto, desenvolvo essa reflexão, pois, percebo que ambas as perspectivas contribuem para o debate sobre posicionalidade (SILVA, 2009; MOMBAÇA, 2021), enquanto crítica ao modelo das políticas de identidades (neo)liberais e uma crítica interna às perspectivas feministas atravessadas pela branquitude e pela cisgeneridade.

A notícia foi publicada em um periódico, mas o debate que emergiu dela aconteceu na internet. Nesse sentido, cabe considerarmos as questões de recepção da informação e as relações de mediação (RIAL, 2005; HALL, 2013), ponto central dessa análise como exercício para pensar as complexidades existentes dentro das perspectivas de gênero e feministas com o objetivo de perceber de que maneira os imaginários teóricos políticos se constroem e são atravessados por discussões como essas. Desse modo, coaduno com a perspectiva de Tito Alaylon de que:

sem a adequada reflexividade e contextualização geopolítica as teorias afroamericanas podem reforçar o imperialismo acadêmico do norte sobre o sul global ao impor as definições, categorias e enfoques que não provem das realidades locais e regionais. (ALAYLON, 2020. Pp.263)

Ainda, instigado por um debate sobre aborto e saúde reprodutiva que acompanhei na universidade em que estudo, me chamou a atenção o comentário de umadas palestrantes, ao mencionar e reiterar como o estado (enquanto instituição) não percebe as principais demandas dos corpos que são mais atingidos por políticas de natalidade anti-aborto, enquanto uma política de saúde para as mulheres. Podemos entender esse tipo de política como uma faceta do que MBEMBE (2018) chama de necropolítica. Durante a palestra, foi mencionado ainda que além das mulheres negras periféricas serem um dos grupos mais atingidos por esse tipo de discurso e governabilidade, as mulheres indígenas também correspondem aos grupos mais afetados por essas políticas “pró-família”. Reafirmando a lógica de desterritorialização constituídas pelo estado-nação a partir do apagamento das especificidades e demandas locais.

Ainda, provocado por outro debate emergente do grupo de trabalho que participei na Reunião Brasileira de Antropologia em 2023 e observando os debates públicos sobre pobreza menstrual<sup>89</sup>, observei como os corpos transmasculinos não são inteligíveis e são invisíveis dentro desses debates, questão que expressa como se instituem as hierarquias de gênero organizadas pela cisgeneridade, tanto nos debates internos dos movimentos feministas, quanto dos debates mais amplos como a questão de saúde pública e os direitos sexuais e reprodutivos. Essa reflexão pode ser pensada também como os fluídos corporais estão diretamente relacionados à biopolítica e a moralidade de cada época. (MAUSS, 2003; AMORIM E BOSCATI, 2022). Por outro lado cabe pontuar como as transmasculinidades são incluídas ou excluídas de determinadas políticas públicas. Cabe ressaltar que a categoria transmasculina foi incluída em uma política de distribuição de absorventes na cidade de São Paulo, dando sequência a campanha de combate a pobreza menstrual, que iniciou após a publicação do relatório da *UNICEF*<sup>90</sup> sobre o tema em 2022. Esses são alguns elementos que me levaram a desenvolver esse texto com o propósito de problematizar a universalidade, enquanto uma estrutura de pensamento basilar do sistema de pensamento ocidental moderno, refletindo à luz e sobre os limites de uma perspectiva transmasculina.

A seguir, apresento algumas imagens retiradas de notícias na internet e das redessociais para ilustrar o debate.

Retomando para a notícia sobre pessoas que menstruam, a reflexão de Djamilla Ribeiro, autora do texto, é interessante, pois questiona a imposição da categoria mulher enquanto uma categoria universal, um discurso que desconsidera as especificidades das intersecções das experiências femininas, reduzindo apenas uma definição biologicista de gênero. A crítica apontada na reportagem é interessante por trazer esse tensionamento à universalidade à tona. No entanto, também é ambivalente, pois acaba esbarrando em outro debate que apresentarei mais adiante.

Antes de adentrar a crítica diretamente, cabe pontuar que a

---

<sup>89</sup> <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/05/12/justica-determina-a-inclusao-de-homens-trans-em-programa-de-distribuicao-de-absorventes-da-prefeitura-de-sp.ghtml>

<sup>90</sup> O Fundo das Nações Unidas para a Infância é uma agência das Nações Unidas responsável por fornecer recursos humanitários e de desenvolvimento ajuda a crianças em todo o mundo.

universalidade é uma questão que atravessa movimentos de pensamentos como as perspectivas pós- coloniais, principalmente as críticas feitas por Gayatri Spivak (2014), ao questionar como o sujeito indiano é colocado como o Outro universal do ocidente, e também Guha (2002) ao questionar a narrativa universal da história ocidental, a partir da *phoesis/prose* inscritas nas narrativas indianas como elementos que instituem uma crítica construída à teoria da diferença desenvolvida na Europa no final do século XX. Perspectivas decoloniais como as de Françoise Verger (2020) também questionam a universalidade a partir de uma crítica ao femonacionalismo na França, Ângela Davis (2016) desenvolve um crítica demonstrando a importância da interseccionalidade para visibilizar as existências e narrativas das mulheres negras nos movimentos abolicionistas nos Estados Unidos do século XIX. Glória Anzaldúa (2016) a partir de sua narrativa fronteiriça, também nos apresenta uma crítica à universalidade e à narrativa linear do pensamento ocidental moderno. Assim, podemos dizer que as contribuições feitas por esses movimentos de pensamento situam-se em posições geopolíticas diferentes e constroem críticas autóctonas (MBEMBE, 2001; MUHA, 2016) aos processos de colonialidades que tem impactos locais, regionais e globais.

Quando estamos discutindo/questionando a universalidade enquanto um dos pilares do sistema de pensamento da modernidade, estamos dialogando diretamente como debate sobre essencialismo e essencialismo estratégico, e é importante salientar como esse debate abre expoente para uma questão que abrange as disputas discursivas entre os feminismos hegemônicos e os feminismos decoloniais. Alaylon destaca a perspectiva doafrocentrismo e sua defesa de um essencialismo estratégico – “centrado na recuperação crítica e reflexiva das formas de resistência e dos conhecimentos que foram apagados pelas políticas de colonialidade.” (ALAYLON, 2020. Pp. 265). Sua reflexão diz sobre a construção de políticas de coalisão como forma de resistir aos processos de colonialidade e de um resgate arquivístico sobre as experiências de resistências locais. Cabe destacar que essa crítica é localizada em um contexto das desterritorializações no México e as resistências às políticas assimilacionistas do processo de modernização.

Em outras perspectivas, como a crítica de Françoise Verger (2020) à

universalidade, ela nos apresenta como o feminismo burguês ou o feminismo nacionalista se posiciona de forma xenófoba e racista, e refuta a idéia de essencialização estratégica, pois entende como esse movimento evidencia o apagamento das intersecções e posicionalidades dos grupos e indivíduos que não ocupam as posições hegemônicas.

O debate feito por bell hooks (2017), dentro de uma perspectiva decolonial, também aborda essa idéia do essencialismo, como uma estratégia da hegemonia, para que grupos minoritários disputem entre si, algo que em certo sentido vai em contraposição a idéia de Alaylon em relação ao essencialismo estratégico. Também a discussão de hooks insere no debate temas como “autoridade da experiência”, conceito que pode ser confundido com outras perspectivas debatidas aqui como lugar de fala (RIBEIRO, 2017) e saberes localizados (HARAWAY, 2009). No entanto, seu debate nos alerta para as armadilhas das políticas de identidade - essa disposição nos apresenta uma lógica que corresponde a quanto mais interseccionais forem às identidades, mais opressões e precarizações estarão expostos os sujeitos, lógica que serve para instaurar disputas entre grupos marginalizados, no sentido de uma disputa de opressões, sem questionar a naturalização das normas sociais reproduzidas pelos grupos hegemônicos, de acordo com bell hooks:

minha desconfiança se baseia na percepção de que uma crítica do essencialismo que desafie somente os grupos marginalizados a questionar seu uso da política de identidade ou de um ponto de vista essencialista como meios de exercer poder coercitivo deixa incontroversas as práticas críticas de outros grupos que empregam as mesmas estratégias de diferentes maneiras e cujo comportamento excludente pode ser firmemente amparado por estruturas de dominação institucionalizadas que não o criticam nem o restringem. (bell HOOKS, 2017. Pg. 112)

Desse modo, podemos dizer que o essencialismo estratégico é uma armadilha colonial, pois centra-se na idéia de universalização de uma determinada identidade que reverbera o discurso dos identitarismos (neo)liberais. Podemos dizer que essa é uma crítica que se aproxima mais das miradas decoloniais sobre o feminismo, como as feitas por Françoise Verger (2020) ou por Sam Bourcier (2021):

Em nível nacional, como no internacional o discurso dos direitos só produz subjetividades empobrecidas, assuntos essencializados, homogêneos e universais: as mulheres e o homossexual que tomam conta do feminismo branco ocidental e tudo aquilo que deverá ser chamada de homossexualidade branca ocidental. (BOURCIER,

Ao passo que, o essencialismo estratégico também é utilizado como estratégia de coalização dentro das políticas de identidade do estado-nação, como a questão das políticas de natalidade, por exemplo, ou como defende Claudia Lima Costa (2002): “mulher” tornava-se uma construção discursiva que sustentava as relações opressivas de poder (LIMA COSTA, 2002. Pg. 69). Nesse sentido, o exercício reflexivo executado aquié justamente pensar esses tensionamentos, e entender as armadilhas das políticas liberais de identidades e as ciladas da universalidade, como maneira de elaborar uma reflexão complexa sobre as situacionalidades das transmasculinidades dentro dos debates feministas. “Dois elementos dentro desses rituais merecerão nossa atenção: a posição ou localização do/a falante e o contexto discursivo”.(ALCOFF, 2020. Pp .418). Questão que será condutora das reflexões a seguir.

#### Transmasculinidades e os debates sobre direitos sexuais e reprodutivos.

Após essa digressão teórica (FONSECA, 1999) para situar de maneira breve a discussão criando um espaço possível para construir uma crítica, a partir de uma perspectiva transmasculina, à idéia de essencialização estratégica e a idéia de universalização, me deparo com a primeira inquietude: A categoria “pessoas que menstruam” surge a partir da reivindicação de pessoas trans masculinas às pautas de saúde - como uma perspectiva mais ampliada de acesso à saúde, para reivindicar acesso a consultas ginecológicas e outras questões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva das transmasculinidades. Do ponto de vista discursivo, cabe de início reconhecer que essa é uma cilada colonial, pois reivindica-se uma categoria biologicista (pressuposto da colonialidade) como pressuposto de acesso a cidadania, como as políticas de saúde. Também cabe localizar que essa não é uma crítica direta aos movimentos e pessoas transmasculinas que estão no front na luta por reconhecimento (HONNETH, 2003). Mas sim, uma forma de pontuar de que modo a precariedade (BUTLER, 2015; 2018) atinge a população transmasculina no Brasil e nos faz perceber o quanto os discursos biologicistas estão enraizados nos dispositivos biopolíticos do estado (FOUCAULT, 1999).

Sabe-se que as narrativas transmasculinas emergem nos debates políticos brasileiros com maior ênfase na primeira década dos anos 2000, efeito das políticas de identidade que passaram a ser estratégia de governabilidade que corresponde a uma agenda progressista. Trabalhos como os de Simone Ávila (2014), de Guilherme Almeida (2012), localizam a emergência desse movimento que se consolida sob as pautas de reconhecimento jurídico e nos mostram o percurso de uma identidade que é compulsoriamente invisibilizada tanto socialmente quanto em termos de políticas institucionais.

Contemporaneamente, o debate sobre reconhecimento das transmasculinidades ganha diversas expressões, podemos localizar tal perspectiva a partir das mídias sociais, como as plataformas *Youtube* e *Instagram*, como esse espaço de sociabilidade e construção de identidade (MEL CHIEN, 2017). Diversas pesquisas como as de Gaspodinie Nery (2014), Nery e Maranhão (2017), Monteiro (2017; 2017b) apontam como o ciberespaço configura-se como uma territorialidade transmasculina, tanto do ponto de vista de autoenunciação (COSTA, 2013), quanto do ponto de vista relacional (LAURETIS, 1987). O ciberespaço (SEGATA, 2016) como um espaço de sociabilidade transmasculina, torna-se, conseqüentemente, um espaço de construção de redes, visibilidade, articulação e também da produção de discursos sobre as transmasculinidades, ou seja, a internet opera como um espaço de reconhecibilidade. Assim podemos dizer que a internet para as transmasculinidades pode ser compreendida como um espaço de sociabilidade, de tecnologia de gênero (LAURETIS, 1987) e também como uma territorialidade. Nesse sentido, entendemos o ciberespaço como uma tecnologia:

Tecnologias digitais e a internet instalaram o que Castells, (1996) chama de modo informacional de desenvolvimento. O ciber-espaço proporcionou um aumento enorme do intercâmbio global de informação e a emergência de uma comunidade transnacional imaginada virtual, o meio estratégico de criação e apoio de uma sociedade civil/global cada vez mais presente. (LINS RIBEIRO, 2006. Pp. 152 )

Essas pesquisas indicam que as principais reivindicações transmasculinas em termos de cidadania são atravessadas por reivindicações em relação às questões de saúde, como acesso a hormonização e cirurgias e que os estudos sobre sociabilidade e territorialidade são campos emergentes

que nos oferecem uma vasta gama de elementos para a reflexão.

Nos últimos cinco anos percebe-se que as reivindicações por reconhecimento no campo da saúde, se estendem para as disputas sobre direitos sexuais e reprodutivos. Anterior a isso tínhamos uma ênfase no reconhecimento diretamente relacionado às transformações corporais e o reconhecimento jurídico da pessoa transexual, essa questão também nos ajuda a localizar o debate discursivo em relação às transparentalidades:

termo “homoparentalidade” acaba por se constituir como conceito que congrega - e ao mesmo tempo invisibiliza - a parentalidade vivida por pessoas trans, o que talvez pudéssemos melhor nomear como “transparentalidades” ou, simplesmente, “parentalidades trans”. (ANGONESE E LAGO, 2017. Pp. 266).

. Os relatórios desenvolvidos e publicados por pesquisadores transmasculinos demonstram a importância da internet na elaboração de dados para a construção de documentos que visem o desenvolvimento de políticas públicas. Cello Pfeil et al (2023) mostram como a invisibilidade em relação às transmasculinidades precariza experiências como as parentalidades trans e também outras questões relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos de pessoas transmasculinas, como o aborto por exemplo. Peçanha et al (2023) apontam que mesmo que essa seja uma temática que parece emergir recentemente, essa é um tema reivindicado pelas transmasculinidades desde a emergência dos movimentos transmasculinos brasileiros. Cabe investigar o que, dentro das narrativas por reconhecimento, reposicionou o debate para o campo do parentesco dando ênfase agora a idéia de reconhecimento parental.

Mesmo que as trans identidades sejam expressões anteriores as políticas de identidade do estado moderno, vide o caso de Xica Manicongo (JESUS, 2019; OLIVEIRA, 2020) e outras expressões de transgeneridade em outros períodos históricos (FAINBERG, 2015), é bastante recente, e na maioria das vezes, é invisível o reconhecimento dessas expressões em relação aos discursos hegemônicos. Observando esse contexto, podemos dizer que o primeiro momento de (in)visibilidade das transmasculinidades é atravessado por reivindicações diretamente relacionadas à transição de gênero e o acesso ao processo transexualizador do SUS, pouco se pensava em saúde sexual e reprodutiva, por exemplo. Desse modo, podemos afirmar que é recente o movimento que reivindica o reconhecimento das parentalidades trans e de

outros temas que atravessam as experiências transmaculinas relacionadas às questões de saúde sexual e reprodutiva. O direito de pessoas trans a terem filhos e serem reconhecidos dentro do “cistema de parentesco” de acordo com suas identidades de gênero começa a ganhar espaço nas discussões midiáticas e em espaços representativos como a política institucional no cenário brasileiro muito recentemente.

Podemos inferir que o imaginário brasileiro sobre identidades, sobre identidadestrans especificamente, emerge no campo das disputas por políticas públicas e anterior a isso tínhamos o imaginário travesti (VERAS, 2017), como uma subjetividade sexualizada específica da cultura brasileira (DON KULICK, 1998; SILVA, 1993). Nos dias de hoje percebemos uma mudança nesse imaginário, por meio da centralidade das redes sociais e outros meios de comunicação, o debate sobre identidades passou a ser conteúdo dessas produções discursivas. Aqui cabe pontuar uma oposição entre a centralidade que se tinham os dispositivos midiáticos como o mediascape (RIAL, 2005), em relação ao reconhecimento das identidades, como afirma Elias Veras (2017) a mídia da época foi uma importante ferramenta para a construção do imaginário travesti na década de 70 e 80. Nos últimos anos podemos perceber a centralidade que a internet e o ciberespaço ganham em relação a políticas de identidade e reconhecimento.

No entanto, ainda podemos afirmar que o tema das transmasculinidades e das parentalidades trans estão sobre um espectro de não inteligibilidade (BUTLER, 2019), se considerarmos o imaginário para além dos debates internos das comunidades transmasculinas e LGBTQIA+, podemos perceber que não se tem uma noção definida sobre o tema, se perguntarmos para uma pessoa desconhecida na rua se ela já ouviu falar sobre homens trans, homens que engravidam, muito provavelmente ela vai dizer que não conhece nada sobre o tema.

Desse modo, problematizar questões contemporâneas sobre as transparentalidades e sobre outras questões relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos de pessoas transmasculinas, nos ajuda a entender e questionar os imaginários sociais (RIAL, 2005) e perceber os movimentos que perpassam as políticas de identidade .

Assim, perceber os antagonismos entre visibilidade e a precarização

das vidas de pessoas transgêneros, nos possibilita entender como os discursos constroem os imaginários e impactam na materialidade dos corpos dissidentes de gênero e sexualidade.

A construção de imaginários sobre determinada identidade nos ajuda a entender a construção das normas sociais e os modelos de construção de subjetividade e intersubjetividades relacionadas a essa identidade. A ausência de representação de determinado grupo social também nos possibilita entender os processos de exclusão e como isso se torna também possibilidade para a luta por reconhecimento. E, além disso, problematizar os debates sobre universalidade, identidade, as disputas políticas dentro dos debates internos do feminismo, nos possibilita executar um debate sobre crise de autoridade, um dos grandes “monstros” dos debates contemporâneos das ciências humanas. Desse modo,

o ponto é que um tipo de representação ocorre em todos os casos de falar por, quer eu esteja falando por mim mesmo/a, ou por outros/as, que essa representação nunca é um simples ato de descoberta e que ela provavelmente terá um impacto no indivíduo representado. (ALCOFF, 2020. Pp.415).

Em minha dissertação de mestrado observei como a categoria transexual deixou de ser uma categoria clínica e tornou-se uma categoria política (SILVA, 2019; CARVALHO, 2015; LEITE JÚNIOR, 2011), no sentido de observar como uma categoria clínica, tornou-se uma categoria discursiva política e que passa ser incorporada pelo liberalismo (HOAD, 2001). Perspectivas semelhantes a minha trazem a baila a situacionalidade (RYAM SILVA, 2009) da categoria transmasculinidade:

Segundo Camilo Braz e Érica Souza (2016, p. 6) 7é relativamente recente a entrada dos homens trans na arena do ativismo transexual no Brasil7 - enquanto o termo travesti tornou-se uma categoria identitária ao longo dos anos 1970 e 1980, tendo sido institucionalizado pelo movimento LGBT ao longo de 1990, a participação de homens trans, individualmente, remete ao começo dos anos 2000, surgindo ao longo da década de 2010 algumas organizações ativistas de projeção nacional. (CALIXTO VICENTE, 2020. Pp.18)

Podemos perceber que as transmasculinidades no contexto brasileiro são uma expressão identitária que emerge no início dos anos 2000 (ÁVILA, 2014) e que a inteligibilidade (BUTLER, 2019) de nossas vivências reafirma um contexto de invisibilidade (SILVA E VAZ, 2021), e o apagamento das nossas identidades resultam em impactos materiais como a falta de acesso ao mercado de trabalho,

as políticas de saúde, também podemos perceber o reflexo disso por meio da exclusão dos ambientes de ensino formal e pelo alto índice de suicídio que acomete a nossa população.

Mesmo com a existência do Processo Transexualizador do SUS desde 2008 (LIONÇO, 2012), ainda é notável a falta de (re)conhecimento dos profissionais de saúde a respeito das transmasculinidades, fator que contribui para o não acesso total ao serviço de saúde. Isso pode ser percebido desde uma abordagem cisnormativa desses profissionais em relação aos corpos transmasculinos, como por exemplo, a falta de referências para ler exames médicos que considerem os nossos corpos legítimos, sem que sejam comparados a padrões cisgêneros (PEÇANHA, 2016), até o desconhecimento da possibilidade de que homens trans podem engravidar, dificultando o acesso à cuidados específicos e exames ginecológicos.

Ainda sobre o exemplo mencionado acima, no campo das políticas públicas, a temática sobre paternidades trans tornou-se debate na arena jurídica após a mudança feita pelo CFM<sup>91</sup>, na certidão de nascido vivo (Anna AMORIM E SILVA, 2022). Essa alteração permite que pessoas transmasculinas, tenham a sua identidade de gênero reconhecida nos registros parentais, em casos em que pessoas transmasculinas dão a luz. A mudança consistiu na alteração da categoria parturiente ao invés de mãe e após algumas “confusões” jurídicas em relação ao reconhecimento parental de pessoas transmasculinas, ocasionadas pelo heterociscentrismo, em 2021 foi emitida uma ADFP<sup>92</sup>, para que houvesse uma padronização do formulário que é preenchido no hospital para o registro da Declaração de Nascido Vivo.

Quanto à Declaração de Nascido Vivo: ii.a. Determinar ao Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Vigilância da Saúde (SVS-MS), que, no prazo de 30 (trinta) dias: proceda à alteração do layout da DNV para que faça constar da declaração a categoria parturiente, independente dos nomes dos genitores de acordo com sua identidade de gênero. (ADPF 787, 2021, p. 36)

No campo jurídico e político institucional, anterior a essa arguição, não existia se quer a garantia do reconhecimento da identidade de gênero das pessoas que gestam no âmbito das instituições públicas. Essa é uma questão

---

<sup>91</sup> Conselho Federal de Medicina

<sup>92</sup> Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental <https://www.conjur.com.br/dl/gilmar-manda-ministerio-saude-adotar.pdf>

que compõe boa parte das narrativas e imaginários trans, segundo Feinberg (2015), onde há uma certa glamurização ou apropriação de um discurso de inclusão na mídia, em relação as pessoas trans, que omite as precariedades que acometem essa população.

Podemos pensar a luz do conceito de cisnormatividade jurídica (Alessandra MAWEWU DE OLIVEIRA, 2021), para compreender como a precariedade é constituidora dessa alteração na legislação, afirmando a cisnormatividade jurídica. Esse exemplo, nos ajuda a entender como a cisnormatividade opera no sistema jurídico e nos ajuda a constatar a invisibilidade das transmasculinidades na gramática moral brasileira.

Guilherme Calixto (2020) situa o debate sobre direitos sexuais e reprodutivos a partir de perspectivas transmasculinas e de pessoas não binárias, por meio da chave redistribuição e reconhecimento de Nancy Fraser (2002) para tematizar sobre como se constroem os debates e as precariedades em relação aos direitos sexuais e reprodutivos das pessoas transmasculinas no Brasil. Mesmo que a chave distribuição e reconhecimento não dêem conta para pensar as dimensões das realidades transmasculinas brasileira, ela nos ajuda a perceber o imaginário sobre as transmasculinidades no que tange a luta por acesso à cidadania de uma população marginalizada. No entanto, o conceito de cisnormatividade jurídica contempla de uma forma mais significativa a maneira como a cisgeneridade opera dentro dos sistemas jurídicos.

Nesse sentido, observo uma ampliação em termos de reconhecimento, se em um primeiro momento, que ainda bastante recente, percebe-se um cenário de reivindicações no sentido de direitos individuais, como acesso a saúde, educação, nome social. Um segundo momento, diz sobre a ampliação do próprio imaginário a respeito dos direitos reivindicados pelas transmasculinidades brasileiras. A emergência das transmasculinidades no léxico gramatical das disputas jurídicas por família e parentalidade, “transtornam o campo jurídico” (BARBIERI DE OLIVEIRA, 2017) e configuram um imaginário de construção de outras parentalidades possíveis, ao mesmo tempo em que evidenciam as precariedades as quais esses sujeitos estão expostos diante os dispositivos de poder.

Os discursos clínicos e jurídicos são constituídos por, e são

constituídores do que Raewyn Connell (2016) chama de ordem de gênero, esse conceito pode ser pensado também a partir do conceito de necro(bio)política (MBEMBE, 2018; BENTO, 2016; VAZ et al, 2021) e sua aplicação pode ser vista a partir da maneira como cada governabilidade insere ou exclui as populações. Assim, podemos pensar que o gênero para esses dispositivos de poder (medicina e direito) é determinado a partir do alinhamento entre sexo e gênero, ou seja, o sexo biológico é naturalmente visto por esses dispositivos como um correspondente da categoria gênero. Em outras palavras, podemos identificar a cisnormatividade enquanto um elemento que compõe os dispositivos biopolíticos como a medicina e o direito.

Desse modo, desnaturalizar a idéia de quem pare é a mãe é também uma forma de desnaturalização/descristalização desse sistema de pensamento. Além disso, a possibilidade de um homem trans gestar e ser reconhecido como parturiente e pai, questiona e desestabiliza não só os discursos jurídicos e médicos, mas também os discursos hegemônicos sobre parentesco. Como afirma Claudia Fonseca (2003) à crítica feminista aos estudos de parentesco tem a função de questionar a narrativa biologicista cristalizada dentro dos estudos clássicos dessa área. Gayle Rubin (1974) antropóloga estadunidense também tece uma crítica à essa estrutura que organiza e fundamenta as sociedades ocidentais, mostrando como o sistema de parentesco se fundamenta no discurso biológico sobre gênero, ou melhor, a partir do sistema sexo/gênero no ocidente. Podemos inferir que as experiências relatadas em narrativas transmasculinas também questionam o binarismo do discurso biologicista em relação aos discursos hegemônicos de gênero e parentesco.

Cabe situar que em uma perspectiva transmasculina, a crítica à normatividade e a ordem biológica da organização social do ocidente são pontos centrais para tecer outras ordens de parentesco (CLASTERS, 2003) e colocar em questionamento a cisnorma que organiza essas instituições. Afinal como nos apresenta Fred Moten: “o corpo que questiona, por ser um corpo que está em questão, é um experimento.”(MOTEN, 2021. Pp.172). Questão que nos insere no debate sobre representação e nos situa no debate sobre os regimes discursivos. Além disso, também me localizo desde uma perspectiva transmasculina que está dialogando diretamente com uma perspectiva

transfeminista, no exercício de tensionar e torcer os debates sobre identidades e criar um posicionamento de *outsider within* (FIGUEIREDO, 2020). A abordagem transfeminista que assumo aqui dialoga diretamente com o que Letícia Carolina Nascimento (2021) defende: “O transfeminismo estabelece um diálogo de corpos dissidentes da cis-heteronormatividade com os feminismos, daí a ampla possibilidade de autodefinição.” (NASCIMENTO, 2021. p.42).

Assim podemos perceber que uma abordagem trans\* (KAAS, 2013; HALBERSTAM, 2018; PJ DI PIETRO, 2020), por mais complicado que seja o uso desse termo, exige o questionamento da naturalização dos discursos biologicistas sobre gênero, e conseqüentemente exige que pensemos a cisgeneridade enquanto uma categoria socialmente construída no sentido de hierarquizar os corpos, dentro de um sistema social.

A categoria analítica da cisgeneridade vai exatamente demarcar que a diferenciação sexual binária é utilizada como critério de fixação de identidades sexuais nos corpos. Além disso, a cisgeneridade impõe a conseqüente produção de uma hierarquia social que considerará abjeto todo corpo que fugir à tal normatividade. (NASCIMENTO, 2021. Pp. 125).

Outra perspectiva importante também para o pensamento transfeminista é a de Viviane Vergueiro (2015), que entende essa imposição normativa aos corpos dissidentes de gênero como cisnormatividade. Ela mesma define:

a cisgeneridade é um conceito composto pelas compreensões socioculturais ocidentais e ocidentalizadas de gênero tidas como naturais, normais, biológicas, que são por sua vez as compreensões que fundamentam as leituras sobre vivências e corpos em termos de gênero. (Viviane VERGUEIRO, 2015. Pp 61.)

Dessa forma, cabe ressaltar como as experiências trans, aqui dando ênfase as experiências transmasculinas, desestabilizam a ordem de gênero cisgenerificada implícita nesses dispositivos de poder como o discurso médico e jurídico e o próprio CISTema de parentesco. Ao mesmo tempo em que é possível perceber que essa “desestabilização” que esses corpos não normativos provocam, resultam em precarização das vidas desses sujeitos. A partir dessa reflexão coloco em questionamento a ambivalência da categoria pessoas que “menstruam” como categoria que “agrega” a população transmasculina à políticas de saúde, como as questões de pobreza menstrual, etc. Pois identifico que ao mesmo tempo em que essa categoria agrega a

população trans dentro de uma perspectiva de direitos humanos, percebo que há uma relação de precariedade e colonialidade reiterada no discurso biologicista, traduzida como forma de “incluir” as pessoas transmasculinas nas políticas de saúde organizadas por dispositivos biopolíticos que partem de uma matriz cisgênera. Operando assim, em uma lógica necrobiopolítica (BENTO, 2016; ALVES, 2020), ou ainda uma forma de uma inclusão precária. Ao delinear uma crítica à idéia de universalidade no ímpeto de demonstrar como os corpos dissidentes da cisheteronormatividade são excluídos ou incluídos de maneira precária, compreendemos que a idéia universalidade é construída dentro de um modelo cisheterocentrado.

Nomear a cisgeneridade – como falar sobre aquilo que ninguém vê?

Retomando a crítica à reportagem, em um primeiro momento cabe contextualizar e posicionar a autora da reportagem como forma de entender os movimentos discursivos que neles estão envolvidos, assim como cabe me posicionar também no intuito de pensar as dimensões de mediação e co-produção de conhecimento. Elementos centrais para pensarmos os imaginários e compreender como as categorias identitárias se colocam em disputa e a quem serve esse tipo de embate cultural. Nesse sentido, situo o debate de acordo com as reflexões de Linda Alcoff(2020):

A localização de um falante (que eu tomo aqui para me referir a sua localização social ou identidade social) tem um impacto epistemicamente significativo nas afirmações desse/a falante e pode servir para autorizar ou desautorizar o discurso de alguém. (ALCOFF, 2020. Pp.414)

A crítica feita por Djamilla Ribeiro, diz sobre seu lugar de mulher cis e negra - ao questionar a categoria “pessoas que menstruam”, a partir do argumento de que isso seria reificar o corpo “feminino”, seu comentário nos apresenta como são aplicados e como os discursos biologicistas, racistas e coloniais operam em relação aos corpos que são identificados pelo sistema colonial moderno como “mulheres”, evidenciando principalmente a posição dos corpos das mulheres (cis) negras.

Na formação histórica para a qual aponto, no entanto, a maternidade e o feminino generificado/desgenerificado aparecem tão intimamente alinhados que parecem falar a mesma linguagem. Pelo menos é plausível dizer que a maternidade, embora não esgote a problemática do gênero feminino, oferece uma linha proeminente de abordagem a ela. Eu iria mais longe: como as mulheres afro-

estadunidenses vivenciaram a incerteza em relação à vida de seus bebês na situação histórica, generificar, em sua referência coetânea à mulheres afro-estadunidenses, insinua um quebra-cabeça implícito e não resolvido tanto no discurso feminista atual quanto nessas comunidades discursivas que investigam toda a problemática da cultura. (SPILLERS, Hortense J. 2021. Pp. 60)

Problematizar o debate sobre posicionalidade implica em reconhecer que o que é ressaltado por Djamilla Ribeiro, diz sobre a importância de um resgate histórico da posicionalidade da mulher negra (cis) na economia racial no Brasil, e também em outros territórios que sofreram a experiência da escravização e por consequência os efeitos da colonialidade. Podemos pensar a partir do conceito de corpo cativo de Spillers (2021) como uma categoria que traduz em um potencial para o pornotrópico e corporifica uma pura importância física que desliza para um potencial mais geral, ressoando por meio de vários centros de significados humanos e social (SPILLERS, 2021. Pp. 34). Podemos relacionar a ideia de corpo cativo com o conceito de *Potencia Gaudendi* de Paul Preciado (2008), para refletir sobre a impossibilidade de generificação do corpo em condição de escravização.

Se trata de la potencia (actual o virtual) de excitación (total) de un cuerpo. Esta potencia es una capacidad indeterminada, no tiene género, no es ni femenina ni masculina, ni humana ni animal, ni animada ni inanimada, no se dirige primariamente a lo femenino ni a lo masculino, no conoce la diferencia entre objeto y el sujeto, no sabe tampoco la diferencia entre ser excitado, excitar o excitarse-con. (PRECIADO, 2008. Pp.40)

E mais importante do que isso, a partir dessa posicionalidade compreender os processos de sexualização da raça e racialização do sexo (PRECIADO, 2008b), dois elementos fundamentais para entender como os discursos biologicistas subjetivam esses corpos dentro de um processo histórico social e como isso impacta em outros dispositivos colonialistas como os dispositivos jurídicos.

Poderíamos supor que as codificações legais da escravidão representam o caso estatisticamente habitual, que o código legal fornece aos tópicos de um projeto cada vez mais ameaçado e autoconsciente (SPILLERS, 2021. Pp.61).

Ao se opor a determinação biologicista atribuída às mulheres, Djamilla questiona a maneira como as narrativas hegemônicas determinam e significam esses corpos. Mas ao mesmo tempo esbarra em uma cilada colonial, questão que desenvolverei mais adiante. Ainda cabe ressaltar que sua crítica segue o mesmo modelo observado por Denise Ferreira da Silva

(2017) e por Hortense Spillers (2021) ao expor como os corpos ditos femininos e negros não são inteligíveis aos sistemas jurídicos e coloniais. No caso da crítica feita por Djamilla, podemos observar como os corpos femininos e negros são considerados pelos dispositivos de poder médicos e biologicistas, ou melhor, não são considerados, reafirmando a idéia de reificação: “portanto, o feminino, nesta ordem de coisas, invade a imaginação com uma força que marca tanto uma negação quanto uma ilegitimidade”. (SPILLERS, 2021. Pp.65)

A crítica de Spillers reflete o imaginário hegemônico sobre essas corporalidades. A crítica feita na reportagem gira em torno da idéia de universalização da categoria mulher. Esse tema tem sido pauta nas perspectivas feministas pós- estruturalistas como as de Judith Butler em Problemas de Gênero (2018) ao questionar o sujeito do feminismo a partir da perspectiva da desessencialização do gênero. O conceito de carne feminina não generificada (FERREIRA DA SILVA, 2019) problematizado por Spillers (2021), nos mostra como a posicionalidade nula, que significa o lugar determinado às mulheres negras, ou do corpo cativo, dentro do capitalismo racial, possibilita uma dupla crítica à colonialidade dos dispositivos de poder, tanto por fragmentar a idéia de uma ordem que contemple a categoria mulher enquanto uma categoria universal, quanto por denunciar a ordem biologicista dos dispositivos colonialistas, incluindo uma ruptura em um dos dispositivos mais poderosos da sociedade ocidental moderna, o CISTema de parentesco e a própria noção de pessoa e família.

Se a questão é que as condições históricas das mulheres afro-estadunidenses podem ser lidas como uma ocorrência sem precedentes no contexto nacional, então o gênero e os arranjos de gênero são cruciais e evasivos. (SPILLERS, 2021. Pp.59)

Pensar o gênero como uma construção social tem sido um desafio dentro e fora dos debates feministas, principalmente porque os discursos de maior amplitude sobre o feminismo são atravessados por estruturas como a branquitude e a cisgeneridade. Nesse sentido, Spillers nos mostra como dentro de uma representação racista (KILOMBA, 2019; RIAL, 2016) o corpo cativo excede a gramática estadunidense e revelam as relações estabelecidas em contextos de escravização nos EUA. Assim como Viviane Vergueiro (2015) e Lélia Gonzales (1987) nos lembram que a branquitude deve ser

problematizada enquanto um fenômeno local na cultura brasileira. Ainda Viviane Vergueiro apresenta como a simultaneidade entre as reflexões acadêmicas sobre o conceito de branquitude e a emergência dos estudos transgêneros nos possibilita pensar entrelaçamentos entre eles. Nesses termos, eu acrescentaria que é importante pensar a cisnormatividade e a transfobia estrutural enquanto sistemas de pensamentos tão poderosos quanto racismo e branquitude. (PARAMO, 2018).

Compreendo que o argumento de Djamilla Ribeiro é acertivo até certo ponto de sua análise, senão porque esbarra em uma armadilha colonial, o essencialismo de gênero. Considero que estratégias não essencialistas de gênero são exercícios que devem ser desenvolvidos de maneira interseccional, com o objetivo de descolonizar o binarismo de gênero, evidenciando a forma como esse sistema de pensamento atua nas estruturas sociais e nos corpos. De acordo com Letícia Nascimento:

Dessencializar o gênero é tão importante para nós porque é na medida em que essa desnaturalização acontece que podemos perceber que outras sujeitas dentro das relações de poder fortemente marcadas pelo machismo, sexismo e patriarcado na sociedade vigente podem fazer parte do feminismo, como sujeitas legítimas de luta, experiências e produção conceitual. (NASCIMENTO, 2021. Pp. 43).

Assim, quando problematizamos uma atribuição biologicista como “pessoas que menstruam = mulheres”, podemos perceber como dentro do imaginário social o discurso biológico, racista e cisnormativo é constantemente reproduzido quando o tema é políticas de natalidade e de direitos sexuais e reprodutivos. Nesse sentido, podemos perceber uma não nomeação da cisgeneridade (PFEIL; PFEIL, 2022; HALBERSTAM, 2018) ou a nomeação de uma norma (AHMED, 2021; MOMBAÇA, 2020) enquanto estrutura de poder e das relações sociais na reportagem publicada pela jornalista. Nesse aspecto, de acordo com Letícia Nascimento, reitero a importância de desnaturalizar a cisgeneridade e também considero de extrema importância a contribuição do conceito de cisnormatividade desenvolvido por Viviane Vergueiro (2015), enquanto importantes contribuições transfeministas que consideram tanto a perspectiva decolonial como interseccional e destaco:

Considerar a cisgeneridade em relação às diversidades corporais e de identidade de gênero pode se apresentar como criticamente relevante de formas semelhantes a como reflexões sobre branquitude. (VERGUEIRO, 2015. Pp. 55)

Da mesma forma podemos pontuar que problematizar a categoria mulher enquanto uma categoria universal, tem sido um esforço dos debates dos feminismos decoloniais e interseccionais há algumas décadas e necessita ser questionada desde uma chave interseccional, a partir da negritude (FERREIRA DA SILVA, 2019) e da transgeneridade. Nesse sentido, a minha posicionalidade enquanto receptor da informação e tradutor imbricando algumas problemáticas que envolvem as perspectivas das transmasculinidades, me possibilita mostrar como a universalidade é ambivalente - a crítica pós- estruturalista e negra radical nos mostram como a categoria mulher falha ao tentar ser uma categoria universal, por desconsiderar as especificidades e situacionalidades extremamente relevantes para entender como a universalidade falha. E a categoria pessoas com útero remete a uma perspectiva biologicista e reificadora, que se apresenta como o grande embate e armadilha da colonialidade refletida aqui. Ainda, pensando em uma posição de fronteira (ANZALDÚA, 2016), pois me situo fora do debate feminista em relação à universalidade da categoria mulher, ao mesmo tempo em que me localizo desde uma perspectiva transmasculina para criticar a universalidade da categoria pessoas que menstruam. Me localizar nessa fronteira, me possibilita também recuar e compreendero desconforto da aposicionalidade, defendida por Fred Moten (2021):

Desde tal posicionamento, desde a posição artificial que é oficialmente assumida, a pretitude é nada, ou seja, a condição de ser nada relativa do sujeito impossível e patológico e seus camaradas. É desse posicionamento, creio eu, que o afropessimismo identifica e articula o imperativo de abarcar esse ser nada como necessariamente relativo. (MOTEN, 2021. Pp 136)

Nesse sentido, podemos perceber a assimetria discursiva entre o lugar do qual a autora da reportagem está falando, a minha posicionalidade fronteira enquanto um sujeito subalternizado que identifica a cisgeneridade enquanto norma naturalizada e compreender a crítica simultânea aos discursos hegemônicos e biologicista dos dispositivos de poder. Penso que a única maneira de encontrar um desfecho para tal reflexão é problematizar com maior aprofundamento as questões que emergem dela. Parte desse movimento emergem das reflexões a seguir.

## Direitos sexuais e reprodutivos: racismo e cisnormatividade

Ao desenvolver a idéia de mãe sub-rogada Strathern (2017) reposiciona o debate sobre maternidade e por consequência movimenta também as discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos. A partir disso, ela nos mostra como há também uma assimetria discursiva entre o tempo social e o tempo real dos fatos e como isso se traduz na construção discursiva sobre as coisas e na forma como as coisas são executadas materialmente. O caso em questão aqui também traz uma posicionalidade de um sujeito (corpo político) que tensiona os debates sobre maternidade e direitos sexuais e reprodutivos, ao mostrar como a cisgeneridade opera enquanto uma norma social naturalizada. Perceber tal questão nos mostra um processo de codificação (HALL, 2013) de uma norma. Como defende Angela Davis (2016) “a verdade está escondida nas bases ideológicas do próprio movimento pelo controle de natalidade.” (DAVIS, 2016. pp. 216). Para Davis as políticas de controle de natalidade são utilizadas apenas para difundir/reproduzir as lógicas racistas e imperialistas do governo dos EUA. De acordo com Preciado em sua análise sobre a farmacopornografia:

La píldora funciona como una pieza semiótico-material (al mismo tiempo máquina y discurso) clave dentro de la gramática racista de la cultura occidental, obsesionada por la contaminación de los linajes, la pureza de la raza, la separación de los sexos y el control de los géneros. (PRECIADO, 2008. Pp. 129.)

Laura Cecília Lopez (2015) descreve mais precisamente esse lugar “inapto” das mulheres negras em relação à medicina e ao atendimento relacionado à gestação:

Podemos pensar que as mulheres, de modo geral, seriam sujeitos invisibilizados pelo olhar médico no processo de gestação: através da hipervisibilidade da criança, ou da sua transformação em um corpo/objeto passivo em, relação às intervenções obstétricas. Do ponto de vista da interseção de gênero e raça, podemos questionar o olhar racializado dos médicos, que invisibilizou essa mulher negra mãe, negando a gestação (no primeiro caso, em que o médico decretou “Não tem nada aí dentro de você”) e a ela como sujeito gestante merecedor de cuidado (no segundo caso, em que a médica não a visualizou como uma mulher grávida). Em compensação, a experiência de gestação e o nascimento do filho aparecem na narrativa como uma força de empoderamento. O vínculo afetivo com seu filho amplia as fronteiras do corpo, do vivido por ela e por seus ancestrais, é a diáspora feita corpo. Nesse sentido, pode-se pensar que os corpos negros e as subjetividades construídas a partir de experiências racializadas, assim como as vivências diaspóricas que incorporam os ancestrais, as memórias da escravidão, os processos de exclusão e também a salvaguarda de patrimônios culturais, chamam a atenção à complexidade de vínculos, pertencimentos e identidades a ser incorporada nas definições de direitos de cidadania. (LAURACECILIA LÓPEZ, 2015. Pp. 324).

Na discussão sobre direitos sexuais e reprodutivos, Davis defende que o controle de natalidade e esterilização compulsória são utilizados como discursos do feminismo branco como formas de eliminar os setores “ináptos” da população. Visto de outro modo funciona muito mais como política de extermínio/ necropolítica (Mbembe, 2018) e genocídio do que de controle de natalidade. A música da rapper Bia Ferreira, com o mesmo nome do livro de Mbembe, também critica o imaginário racista e heteronormativo em relação aos corpos das mulheres negras:

No hospital  
A violência é prática  
Ela vai parir e fica estática Doutor mandou não  
anestesiá (Trecho da poesia/música Necropolítica -  
Bia Ferreira<sup>93</sup>).

Esse argumento reafirma a lógica racista, sexista, biologicista e cisnormativa, que pode ser observada às lentes de uma crítica à colonialidade:

o acesso aos cuidados pré-natal e pós-parto não é distribuído igualmente; as mulheres racializadas são mais privadas do acesso a esses cuidados e vítimas mais freqüentes da indiferença dos serviços médicos, quando não de maus-tratos. (VERGER. 2020 p. 62)

O argumento de Djamilia Ribeiro denuncia a determinação de mulheridade enquanto uma determinação biológica. Esse argumento me parece correto, e se assemelha a críticas feitas por feministas lésbicas como Monique Wittig (1992), em sua crítica ao pensamento heterossexual, ao dizer que “as lésbicas não são mulheres”, como forma também de denunciar e se opor a essa determinação. Assim como Sojourner Truth também questiona a universalidade da categoria quando indaga “e eu também não sou uma mulher?”, argumentos bases nas reflexões sobre gênero, raça e classe feitas por Angelas Davis (2016), e também questionados por autoras transfeministas como Letícia Nascimento (2021). Esses argumentos nos mostram como a categoria mulher não pode ser pensada de maneira universal e precisa ser pensada situacionalmente, geopoliticamente, considerando estruturas como a heteronormatividade, a cisnormatividade e branquitude.

De este modo, el pensamiento straight - por retomar la expresión

<sup>93</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=LvXrrpjUDd8>

que Monique Wittig elabora em los años ochenta para hablar de la heterosexualidad no como una práctica sexual, sino como un régimen político - asegura la relación estructural entre la producción de la identidad de género y la producción de ciertos órganos como órganos sexuales y reproductivos. (PRECIADO, 2008. Pp 61. )

Outra intersecção importante de se pensar que atravessa diretamente as pautas da população trans diz sobre a prostituição, tema que polariza o feminismo (PISCITELLI, 2013; RUBIN, 1985). Os embates em relação a quem pertence a categoria mulher ou não, nos apresentam as hierarquias estabelecidas por sistemas de pensamento como o racismo, a heterossexualidade e a cisgeneridade e as co-produções de poder (BACHETTA, 2021) efeitos do entrelaçamento desses sistemas de poder. E ainda nos mostram como utilizar essa categoria desde o ponto de vista da universalidade é uma armadilha.

Porém, percebo que seu argumento acaba indo em conflito à uma categoria reivindicada pelos movimentos de identidades transmasculinas, para acessar os sistemas de saúde, por exemplo. Guilherme Almeida e Daniela Murta (2013) mostram como o acesso à saúde para pessoas trans no Brasil, é elaborado a partir da ideia da patologização das trans-identidades, enquanto uma ferramenta discursiva que assegura legalmente o acesso a políticas de cidadania, como o Processo Transexualizador do SUS. No entanto, algumas perspectivas mais progressistas, apontam que, esse tipo de medida reforça a lógica patologizante relacionada a identidades trans. O que caracteriza esse modelo como um tipo de cidadania precária (BENTO, 2014) reflexo das políticas de colonialidade que refletem o imaginário em relação à transexualidade no Brasil (BRAZ, 2019).

Essa é uma questão que me parece ser importante de ser problematizada, sua ambivalência nos apresenta a possibilidade de uma narrativa discursiva despatologizadora da transexualidade que denuncia a precariedade de uma política estatal que se ancora em uma lógica patologizante (BENTO E PELÚCIO, 2012). Ao passo que a materialidade do que é possível construir em termos de políticas de cidadania não consegue ser gerenciada fora dessa lógica colonial da patologização. Em 2019 ocorreu uma alteração no *CID*<sup>94</sup>, feita pela Organização Mundial de Saúde, em que a transexualidade deixou de ser considerada um transtorno mental e passou a

---

<sup>94</sup> Código Internacional de Doenças

ser considerada enquanto incongruência de gênero, essa mudança na categoria significa que a transexualidade e as demandas por atendimento clínico, passam a ser consideradas uma questão de saúde sexual e não mais uma questão transtorno mental. De acordo com Giroto et al (2021):

Em meio aos debates sobre normas, em 20 de maio de 2019, a 72ª Assembleia Mundial de Saúde, realizada em Genebra, aprovou a retirada das experiências transexuais da lista de transtornos ou distúrbios mentais, na nova versão da CID 11, da OMS. Com essa oficialização, a transexualidade passou a ser enquadrada, conforme já vimos, como incongruência de gênero e alocada no capítulo que abordava as condições relativas à saúde sexual. Tal decisão envolveu pesquisadores e pesquisadoras do campo de estudos de gênero e sexualidade e ativistas, que desde os anos 2000, assinalavam o caráter patologizante dos marcos regulatórios e dos diagnósticos do campo da saúde. (GIROTO; TEIXEIRA; MISKOLCI; PEREIRA, 2021)

Por exemplo, “pessoas que menstruam”, pode ser um termo utilizado para incluir pessoas trans masculinas em políticas de saúde que envolvem a saúde sexual e reprodutiva de pessoas “assignadas mulheres ao nascer”. Aqui percebo um antagonismo no sentido de que coloca-se uma hierarquia em relação ao reconhecimento, entre uma crítica à universalidade da categoria mulher e seu discurso hiperbiologizado, e a precariedade a qual os corpos transmasculinos precisam se expor, para ter acesso às políticas de reconhecimento, ao reivindicar a categoria pessoas que menstruam, por exemplo. Ao passo que também compreendo como uma forma de inteligibilidade do ponto de vista social, mas que não escapa da lógica hiperbiologizada, cisnormativa e da precarização a qual as vidas trans estão expostas.

O que cabe problematizar aqui é a dupla armadilha colonial imposta pelas políticas de identidade. Em primeiro momento um estranhamento entre o que cada grupo compreende em relação à categoria e o possível antagonismo que se cria entre os grupos. A crítica feita por Djamilla gera um antagonismo, ponto que inicia o debate desse texto e esbarra no alerta feito por Françoise Verger, ao defender um feminismo decolonial:

É necessário denunciar a violência sistêmica contra as mulheres e os transgêneros, mas sem opor as vítimas uma às outras; é preciso analisar a produção dos corpos racializados sem esquecer a violência que tem por alvo os/as transgêneros/as e os/as trabalhadores/as do sexo. (VERGER, 2020. p.41.)

Ressaltar essa contradição é explicitar que as intersecções entre gênero e raça são fundamentais para entender a construção do imaginário

colonial, argumento da reportagem, mas é também entender que a crítica à universalidade da categoria mulher e seu fundamento hiperbiologizado também reafirma a invisibilidade de pessoas transmasculinas, assim como a de mulheres negras. O objetivo aqui é problematizar os antagonismos, sem criar uma disputa de opressões, afinal essa é tarefa das estruturas sociais que estão sendo nomeadas e questionadas aqui.

A partir dessa perspectiva cabe também mostrar como a invisibilidade pode ser compreendida como um tipo de precarização, a qual os corpos não brancos, não heterossexuais e não cisgêneros estão expostos. Por um lado, nos possibilita pensar a complexidade da intersecção entre gênero e raça, nos exigindo entender o debate sobre posicionalidade. Ao passo que nos alerta a perceber a importância de um debate sobre gênero que seja feito de maneira complexa, para ultrapassarmos a determinação biologicista de gênero, simplista, imposta pelas instituições.

O que percebo de problemático no argumento de Djamilla, diz sobre, que mesmo utilizando referências como as teorias interseccionais de Patrícia Hill Collins, passando por Simone de Beauvoir e indo à Sojourne Truth para questionar as ficções de poder de raça e gênero. Sua análise de gênero me parece pouco complexa em termos de gênero e sexualidade. Visto que uma das principais críticas à hiperbiologização do gênero é feita pela perspectiva transfeminista e por correntes do pensamento lésbico feminista. De acordo com o trecho da reportagem escrita por ela:

Uma mulher não é uma pessoa que gesta, até porque existem mulheres que não podem ou não querem engravidar. Nesse caso, como vamos nos referir a elas? "Pessoas que não gestam?" Mulheres que precisaram retirar as mamas por motivo de doença ou qualquer outro serão chamadas de que forma? (Trecho retirado da reportagem).

Interessante pontuar que ela questiona as atribuições biologicistas que determinam o que é ser mulher para o discurso médico, institucional e do senso comum. Pontuando como o corpo dito feminino é feminilizado através da fragmentação do corpo, "só se é mulher se tem peitos, só se é mulher se engravida", e envolvido por um discurso heteronormativo. A mesma lógica colonial é percebida na forma como se animaliza e fragmentam os corpos negros, por exemplo, questão apontada por Donna Haraway (2011) ao problematizar a intrínseca relação entre racismo e especismo. Cabe destacar que o argumento transfeminista (Nascimento, 2021) parece traçar

o caminho inverso, desde um argumento da desnaturalização do gênero enquanto uma determinação biológica, a sua compreensão enquanto um fator histórico cultural que é construído socialmente que revela a cisgeneridade enquanto uma norma social que subalterniza corpos que excedem a essa regra. Assim, podemos dizer que a crítica de Djamilla não nomeia (JACK HALBERSTAM, 2018; MOMBAÇA, 2021) a cisgeneridade enquanto uma estrutura e relação social que invisibiliza a existência e crítica transfeminista dentro dos espaços discursivos.

Além disso, não considerar o contexto ao qual essa categoria é utilizada, como estratégia de reivindicação por direitos a saúde sexual e reprodutiva de pessoas transmasculinas, representa uma faceta da cisnormatividade e demonstra como a cisgeneridade é naturalizada no imaginário social. Também me possibilitou pensar a partir da chave da cisnormatividade (epistêmica), para refletir como a questão de gênero é pensada de maneira simplista ainda, com poucos pontos de fuga ao discurso do determinismo biológico.

Ainda, os questionamentos feitos na reportagem, assim como as ausências encontradas nela, me possibilitaram refletir a respeito da universalidade e das ciladas coloniais que estão inseridas nisso. Como por exemplo, perceber como a precarização a qual estamos expostos, nos insere em uma lógica mais precária ainda, que exige que recorramos a categorias biológicas como pessoas que menstruam para que acessemos políticas de saúde. Questão que demonstra como o discurso hegemônico, que constroem as políticas institucionais, ainda se fundamenta sobre uma perspectiva biologicista.

Nesse sentido, me apoio a crítica de Françoise Verger sobre a essencialização da categoria “mulher” como uma extensão do determinismo biológico e como ponto central da discussão sobre universalidade.

O argumento essencialista de uma natureza feminina que seria mais capaz de respeitar a vida e de desejar uma sociedade justa e igualitária não se sustenta; as mulheres não são, nem espontaneamente nem em si mesmas, uma categoria política. (VERGER, 2020. p.51).

Desse modo, mesmo trazendo a base da interseccionalidade para problematizar tal questão, a autora da matéria do jornal acaba tropeçando em argumentos simplistas em termos de gênero, ou ao menos sem reconhecer

que as críticas transfeministas se atentam a essa questão dos discursos institucionais relacionando gênero ao determinismo biológico, no mínimo há duas décadas, vide reflexões como Amara Moira (2017), Haylei Kaas (2013), Susan Striker (2006), Letícia Nascimento (2021), Viviane Vergueiro (2015).

No Brasil, podemos perceber como perspectivas transfeministas como as de Letícia Nascimento (2021) se aproximam das reflexões feministas negras, assim como Thiffany Odara (2020) aponta a aliança com os movimentos feministas dos anos 80 e 90, para a construção de movimentos políticos organizados por e para pessoas trans no Brasil. De certa forma, podemos entender que há uma intenção de demonstrar como as mulheres negras e outras corporalidades que não correspondem à norma colonial da racialização e do dimorfismo sexual, não são vistas como “mulheres” categoria universalista de gênero. Mas ao mesmo tempo, podemos entender a crítica com o intuito de incluir esses corpos excluídos da categoria mulher.

Também podemos perceber como no Brasil os discursos decoloniais e interseccionais são abordagens que aparecem quase sempre juntas, trabalhos como os realizados por Megg Rayara de Oliveira (2020) nos mostram a potencialidade da interseccionalidade, inclusive para pensar questões como posicionalidade e as identidades em fronteira. Em contrapartida algumas perspectivas decoloniais nos alertam para mostrar como a perspectiva interseccional é uma ferramenta de poder das políticas de identidade, como afirma Bouteldja:

A interseccionalidade em seu uso na França, e eu digo bem que falo da França porque não pretendo generalizar essa análise, é verdadeiramente uma preciosa ferramenta de análise das opressões, mas certamente não é uma ferramenta política e menos ainda um instrumento de mobilização. (BOUTELDJA, 2016. Pp. 7).

Cabe pontuar a crítica à interseccionalidade que algumas perspectivas decoloniais fazem. Ao mesmo tempo, cabe destacar aqui um questionamento: se para o pensamento feminista decolonial, o qual tem como base a crítica à colonialidade de gênero - partindo de um questionamento do sistema sexo/gênero, do dimorfismo sexual e da heterossexualidade como norma - tema ressaltado por Maria Lugones (2008), assim como a intersecção de raça, evidencia a ruptura de uma construção universal da categoria mulher,

em que sentido, além das políticas de identidades impostas pelo estado-nação, seria conveniente reivindicar fazer parte da identidade “mulher”, sendo que essa é utilizada como um segmento que fraciona e hierarquiza as organizações sociais?

Codificação/mediação e recepção: como respondemos ao silêncio?

Podemos dizer que a reflexão sobre a categoria pessoas que menstruam nos dá margem para discutir muitas coisas. A primeira delas, a questão do reconhecimento e como as políticas de identidade são excludentes - a partir disso podemos encontrar diversas brechas na ideia de universalidade. Essa questão é longamente debatida pelas perspectivas pós-coloniais, decoloniais e interseccionais, em suas críticas a universalidade. Em segundo lugar também nos exige uma reflexão sobre posicionalidades, pensar o lugar da mulher negra nas histórias do capitalismo racial e das experiências dissidentes da cisgeneridade e da heterossexualidade nos ajuda a entender e captar como essas posicionalidades se inserem nos embates discursivos e como estão inscritas as desigualdades. E além disso, problematizar esses antagonismos dentro e fora dos movimentos feministas é um exercício científico que exige muita reflexividade. Podemos observar como a posicionalidade transmasculina também abala convicções discursivas que pareciam inquebrantáveis.

Como espaço de contra resposta, pude observar manifestações críticas à notícia publicadas por organizações e por indivíduos que se autodeclararam transmasculinos nas redes sociais como *instagram*. Uso essas manifestações como ferramenta de análise para observar as relações de mediação e recepção da informação, articulando algumas das reflexões já mencionadas acima e operacionalizando conceitos como cisnormatividade, sobre continuidade e descontinuidade, como construção imanente de discursos e identidades. Para tal compartilho da reflexão de Paul Preciado:

La primera teoría hormonal es una media theory, una teoría de la comunicación en la que el cuerpo ya no es simplemente un medio en el que se emite, se difunde y se colecta información, sino el efecto material de estos intercambios semióticostécnicos.( PRECIADO, 2008. Pp. 121)

Logo que vi a notícia publicada no Jornal a Folha de São Paulo, percebi algumas postagens no *instagram* em manifestação ao que havia sido dito na

reportagem. Fiz uma publicação na minha conta pessoal perguntando se alguém havia visto essa reportagem. Durante o dia acompanhei diversas postagens, principalmente de pessoas transmasculinas, criticando a forma como a autora da reportagem havia se posicionado em relação à categoria pessoas que menstruam. A publicação que mais me chamou a atenção foi à postagem a seguir:.

Em um primeiro momento de reflexão cabe me situar enquanto receptor da informação e mediador/tradutor, tanto da reportagem que me resultaram em *insights* apresentados acima, quanto mediador das respostas a reportagem. Esse movimento me possibilitou perceber aqui o que é ressaltado por Strathern: “A relação em questão é ao mesmo tempo social, entre as pessoas, e conceitual, entre as diferentes significações do que as pessoas estão fazendo.” (STRATHERN, 2017. Pp.450).

Desse modo, perceber o impacto que a categoria pessoas que menstruam tem, nos exige descascar em diversas camadas as relações de decodificação (HALL, 2013) relacionadas a essa idéia. De maneira mais ampla, a categoria pessoas que menstruam coaduna com um imaginário de inclusão dentro de um debate global sobre pobreza menstrual. Se mudarmos o foco e também o sujeito da enunciação, podemos entender que pessoas que menstruam, remete a um imaginário reificado e biologizado sobre as demandas de saúde de mulheres e outras pessoas que são incluídas nas demandas sobre pobreza menstrual. Ainda olhando por um prisma mais complexo, a categoria pessoas que menstruam opera como uma forma de essencialismo estratégico que exige que os corpos transmasculinos performem uma lógica de precariedade e colonialidade, ao reivindicarem uma categoria biologicista para acessar sistemas de saúde. E o mesmo se repete em relação aos sistemas jurídicos.

A publicação em resposta a reportagem, me chama a atenção pela crítica a cisgeneridade, que parece a norma social mais naturalizada, pouco pensada e problematizada. Muito provavelmente esse seja o truque cisnormativo, manter-se enquanto uma norma social quase imperceptível. No entanto, o argumento apresentado no *post* do *instagram*, demonstra como os corpos transmasculinos são desassistidos pelas políticas de saúde quando trata-se

de saúde sexual e reprodutiva. A invisibilidade e a não inteligibilidade das corporalidades e demandas por saúde da população transmasculina, como as relacionadas à saúde sexual e reprodutiva, traduz-se em precarização das vidas transmasculinas, também podemos ver como efeito das políticas de colonialidade, onde as experiências dissidentes de gênero e sexualidade não são consideradas corporalidades legítimas em relação a esse tipo de acesso à políticas de saúde.

Em um segundo momento, como quase uma questão inevitável, o debate gira em torno da questão da universalização. E torna evidente como, categorias universalistas são questionadas e fissuradas quando atravessadas por demandas de corpos inconformes ao sistema sexo/gênero. A crítica a universalidade me parece um ponto convergente nas perspectivas feministas contra-hegemônicas, tanto das perspectivas interseccionais, quanto das críticas decoloniais. Afinal é uma categoria que exclui àqueles corpos inconformes as categorias biopolíticas ditadas pelas ordens de gênero e raça de cada localidade.

considerando a importância discursiva de direitos e de saúde reprodutiva que não produzam uma esterilidade simbólica para a população trans, concordamos com Mello (2006) quando defende que os direitos reprodutivos devem ser pensados de forma universal e não subjugados à norma hetero[cis]sexual. (ANGONESE; LAGO, 2017. Pp. 267).

Como um exercício reflexivo, cabe então inverter essa lógica excludente e pontuar como a idéia de universalidade é atravessada pela naturalização da cisheteronormatividade. Ou seja, o que entendemos por universalidade é nada mais que a manutenção da ordem cisheterossexual que se atualiza nesse debate.

Outro ponto em questão, diz sobre a armadilha colonial que gira em torno dos embates entre as comunidades marginalizadas na mídia, esse caso nos possibilita perceber como a internet tem se tornado lócus dessas discussões e também por isso, um espaço importante para pensar a construção das subjetividades e imaginários. O que cabe ressaltar é como essas discussões são viabilizadas e também mercantilizadas/fetichizadas pelos meios de comunicação, pois geram tretas, likes e acionam a lógica dos algoritmos e pouco contribuem para a construção de políticas sociais a essas comunidades. Do ponto de vista estratégico o argumento parece

interessante, pois dá visibilidade a temática, mas também reafirma uma lógica de subalternização que pouco contribui para a emancipação e para uma crítica contundente à universalidade.

Nesse sentido, partindo da perspectiva de que: “narrativas também são mecanismos incorporados de memorização e construção social de territórios existenciais.”(CESARINO, 2022. Pg. 225). A assimetria discursiva encontra-se na idéia de que os corpos que são invisibilizados pela lógica cisheteronormativa, tem apenas a internet como espaço de “reclame” dessas exclusões.

As novas mídias inflexionam essa tendência na direção do conteúdo gerado pelos usuários, que passam de coadjuvantes ocasionais a protagonistas. Como essa torção se dá não apenas no plano local do conteúdo discursivo como também no plano meta da própria materialidade da mídia, ela é dupla: abre uma nova camada de realidade separada daquela propiciada pelas mídias que ainda se orientam pela lógica do sistema de peritos. (CESARINO, 2022. Pp.232).

Como já mencionado acima, o ciberespaço tem se configurado como territorialidade transmasculina desde a emergência de movimentos sociais que reivindicam reconhecimento a essa identidade no início dos anos 2000. Desde então, esse espaço torna-se um lugar importante de veiculação de idéias, relações e construções discursivas em relação às transmasculinidades no Brasil. Um espaço que nos ajuda a compreender a construção dos imaginários sociais, mas que também nos prega outra armadilha, pois a forma como essas ferramentas operam, geram um tipo de personificação, ou o que vou chamar de armadilha da representação, dando a entender que um indivíduo emitindo um discurso x sobre determinado tema, representa toda uma comunidade que é impactada sobre a temática.

Ainda destacaria uma última questão, me ancorando um pouco nas reflexões de Paul Preciado, tanto em Testo Yonke (PRECIADO, 2008) quanto em sua reflexão sobre o covid-19 (PRECIADO, 2020). Além de pensar o ciberespaço enquanto uma territorialidade transmasculina. Essa questão nos possibilita entender um momento político social de hibridização das identidades. Penso isso percebendo a estreita relação que se estabelece entre identidade-discurso-mídias sociais, como se uma coisa fosse extensão da outra e operassem em uma lógica de retroalimentação. Se Preciado nos apresenta a plasticidade das identidades, mostrando que pode-se performar e

controlar o gênero por meio de pílulas e hormônios em Testo Yunque, em sua reflexão sobre a pandemia (PRECIADO, 2020) ele nos mostra como o celular/ os equipamentos eletrônicos são extensões do corpo - operam como prótese em relação simbiótica com a construção das identidades.

Cabe a nós cientistas sociais, compreender as relações entre as redes sociais e a formação das identidades, bem como os embates discursivos internos e externos aos campos de conhecimento.

### Considerações

Dessa forma, a invisibilidade e a não inteligibilidade das nossas experiências é ainda uma barreira bastante problemática na nossa realidade e reverbera o lugar que as experiências transmasculinas ocupam dentro do que podemos chamar de ordem de gênero. Essa afirmação significa que a construção de gênero, assim como de sexualidade estão estreitamente relacionadas à construção de uma identidade nacional e as identidades que estão fora desse modelo são marginalizadas e excluídas.

A questão da gravidez, assim como a questão do aborto e outras pautas que envolvem o debate sobre direitos sexuais e reprodutivos nos mostram como são operacionalizadas essas dinâmicas de poder que são discursivas, mas impactam diretamente na materialidade das populações dissidentes de gênero e sexualidade e nas identidades que não correspondem à norma da branquitude. Ao passo que a possibilidade engravidar é uma forma interessante de questionamento da masculinidade hegemônica (CONNELL E MESSERSCHIMIDT, 2013) e que remete à uma especificidade de corpos transmasculinos. É também uma forma de evidenciar como as transmasculinidades não estão inseridas nas gramáticas morais, tanto do discurso hegemônico, quanto dos embates decoloniais e interseccionais no que tange o tema dos direitos sexuais e reprodutivos. O que nos mostra também como a cisnormatividade é uma norma presente e praticamente invisível que organiza as instituições e seus discursos.

Assim, é possível entender que as transmasculinidades, ao menos no Brasil, são plurais, como já escreveu Guilherme Almeida (2012) e muitas se posicionam criticamente as normativas do que se entende por

transexualidade, que muitas vezes se pautam em referências vindas do norte global e dos discursos hegemônicos e cisnormativos. Da mesma forma que o diálogo entre com as transmasculinidades possibilita pensar a construção de outras masculinidades. E coloca em cheque a questão da universalidade, nos mostrando como esse conceito é carregado de normas sociais como a heteronormatividade, cisnormatividade e a branquitude. Por tanto, pensar com e a partir das experiências dissidentes, das nossas experiências e corporalidades e desde o sul global, tem uma potencialidade de questionamento e delata as precariedades a quais somos expostos.

Cabe pontuar que a categoria “pessoas que menstruam” está sobre a égide de uma perspectiva universalista, que não inclui a transgeneridade e nem a negritude de uma maneira completa, ou melhor, uma categoria que revela o quanto a idéia de universalidade em relação à questão das identidades é armadilhada.

Do mesmo modo, podemos pensar essa dinâmica de “inclusão” como uma dimensão assimilacionista entre as pautas LGBcis e (neo)liberais. Sob o holofote da visibilidade e da capitalização das identidades, vende-se uma imagem, cria-se também um imaginário. Ao passo que efetivamente na vida das pessoas a realidade é bastante distinta.

Também podemos refletir sobre os espaços discursivos, pensando suas assimetrias. A publicação de um texto como esse em um dos principais noticiários do país, tenciona aquilo que a própria autora defende que é a idéia do lugar de fala (Djamilla RIBEIRO, 2017) - como nos ensina Conceição Evaristo (2021) nem todes temos o mesmo espaço de escuta e de fala. Assim, as assimetrias podem ser vistas a partir de uma perspectiva de posicionalidade (RYAM SILVA, 2009; MOMBAÇA, 2021). Linda Alcoff (2019) nos apresenta a idéia ou o problema que emerge dentro das narrativas políticos sociais de representar um grupo ou uma comunidade que atravessam essas questões.

Podemos afirmar que a mídia forma opiniões e constrói imaginários (RIAL, 2005; 2016; HALL, 2013), que ora contribuem para a construção de imaginários sobre as identidades dissidentes, ora reafirmam a lógica excludente da cisnorma. Também podemos afirmar que a comunidade transmasculina, não tem o mesmo acesso aos lugares de fala e escuta, em

relação à amplitude que uma publicação como essa tem. Questão que evidencia a importância de uma abordagem interseccional e decolonial para pensarmos as hierarquias dos espaços discursivos e pensar as relações que se estabelecem a partir disso. Como afirma Letícia Carolina Nascimento: “Uma abordagem interseccional demanda aprendizagens coletivas, por isso, é tão importante ampliar não apenas nossos lugares de fala, mas, também, nossos lugares de escuta”. (NASCIMENTO, 2021. Pp.161). Assim, uma questão como essa nos possibilita pensar múltiplas ambivalências e os limites da universalidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*não me refiro à devolução da informação da forma como ela foi oferecida, mas ao processamento antropológico “do conhecimento” informado por conceitos que também pertencem à sociedade e a cultura estudada. (Strathern, 2017. Pp.146)*

O trabalho desenvolvido até aqui almejou encontrar rotas de fuga para construir uma metodologia crítica à lógica de produção de conhecimento enraizado no campo intelectual. Desse modo, a discussão iniciada aqui teve como ponto de partida o debate sobre as crises na antropologia do norte global. Desse debate emerge a idéia de novos lócus de enunciação no campo da produção do conhecimento. A partir desse debate situacional, observando desde a chave conceitual da cisnormatividade, foi possível então me localizar dentro de um debate e inferir um contexto político social complexo.

Pois me situar na posição de um pesquisador transmasculino, me coloca automaticamente em uma posição outsider - dentro de uma codificação cultural cisgênera. Que me induz pela precariedade dessa posição a me colocar no lugar entre sujeito e objeto, para então entender alguns fragmentos do que a norma cisgênera naturaliza nas relações sociais, culturais e políticas. Desse modo, a autoetnografia, a partir das noções de posicionalidades, subjetividades, intersubjetividades, corporalidades funciona como um dispositivo metodológico que me possibilita entender por diferentes prismas, em uma mistura entre teoria e experiência, ou sobre a incorporação ou não de códigos culturais, como a cisnorma é operacionalizada ou agenciada nas relações sociais entre indivíduos e sociedade, tanto em sua forma direta das relações cotidianas, quanto em sua forma de governabilidade. Em seu sentido de política institucional, à noção das políticas de representação.

A autoetnografia tem como potencial uma crítica que atravessa o corpo e a experiência. Nesse sentido, o intento foi construir um trabalho que alcance o máximo de pluralidade epistêmica, enfatizando a existência de uma hierarquia dentro desses espaços discursivos, permeada pela relação sujeito/objeto. Assim me colocando nesse terceiro lugar entre sujeito e objeto, elaborei formas diferentes de construir uma autoetnografia. Explorando as potencialidades das entrevistas, da pesquisa na internet, das mediações de notícias, do debate sobre posicionalidade e identidade, junto a um léxico epistêmico plural que

traz epistemologias transfeministas, transmasculinas, decoloniais, interseccionais, do pensamento subalterno, dos debates sobre a crise no antropoceno, sobre lugar de fala, sobre visibilidade, representatividade e políticas da representação.

Penso que trabalhar durante o período da pandemia foi um momento desafiador, mas ao mesmo tempo foi um potencial exploratório importante, como atravessar um terreno baldio e a partir disso construir meus próprios dados culturais, apostando na perspectiva de produção de conhecimento e de uma narrativa não linear como fuga da idéia de uma verdade universal a partir de uma historiografia densa, com a proposta de ampliar os debates dentro dos estudos trans, trazendo para o debate as histórias das idéias e dos movimentos sociais e políticos, a partir da noção de imaginário social. Obviamente que concluir esse trabalho, me coloca em um lugar específico dentro das hierarquias sexuais e de gênero que tento demonstrar ao longo desse trabalho.

Nesse intuito, como forma de observação crítica de que a autoetnografia pode representar uma forma de produção de conhecimento associada à vida neoliberal, focada no *self*, construí argumentos embasados em perspectivas que compreendessem narrativas plurais, pensando a mediação das informações, codificação e decodificação cultural, no intuito de explorar os imaginários sociais, culturais e políticos que aconteceram durante o meu período de doutoramento. Cabe ressaltar que a minha trajetória no doutorado foi complexa, pela questão da pandemia do COVID-19, o ensino remoto, questões que afetaram, em seu sentido transformacional, meu trabalho de campo. Mas que me despertaram para construção de outras relações e mediações sociotécnicas fundamentais para a construção desse trabalho. Além disso, outras questões também me direcionaram para esse caminho, questões como transfobia recreativa, transfobia epistêmica e transfobia estrutural e outras questões estruturais que fizeram parte do imprevisto e do acaso que me trouxeram até esse momento. Como já citado em alguma parte desse trabalho, “o imprevisto é a forma que encontramos de sobreviver ao genocídio”(MOTEN E HARNEY, 2023).

Desse modo, descrevo o meu próprio trabalho, como forma de fixar, no ímpeto de mostrar a trajetória desenvolvida na construção dessa tese,

mostrando os percursos que eu desenvolvi. Como já mencionado, boa parte da pesquisa de campo foi realizada em contexto da pandemia do covid-19. O que me despertou para pensar a dimensão do ciberespaço, como um potencial epistêmico. E também a parte da pesquisa exploratória sobre as políticas trans no Brasil, Uruguai e Argentina, que me possibilitaram os primeiros insights da pesquisa. Também a parte das entrevistas, em que mesmo tendo uma noção de uma entrevista semiestruturada com um roteiro para as perguntas, foi no improviso que o feitiço aconteceu, trabalhar a noção de posicionalidades e também das cidades imaginadas, traz uma noção de ludicidade para a pesquisa, mas entendo esse movimento metodológico também como uma prática de resistência às condições adversas colocadas nos percursos de pesquisa. Os movimentos de ir e voltar nesses materiais me fizeram entender, ou melhor, me apropriar da noção de corpo como arquivo. O que me fez também dar uma dimensão arquivística a esses relatos em forma de entrevista e aos meus próprios materiais de campo. Em algumas teorias sobre autoetnografias, alguns autores chamam esse material de *estratagema*. Eu diria que as minhas anotações, rascunhos, cadernos de campo, foram também conteúdos fundamentais para a construção da pesquisa.

Também a parte da pesquisa nos documentos, como as leis e os projetos de leis analisadas nesse trabalho - onde eu despreendi uma boa parte do tempo dessa pesquisa - realizando campo no ciberespaço, fazendo pesquisa na internet, nos sites das casas legislativas, me apropriando da noção da internet como uma territorialidade, que diz algo sobre a identidade transmasculina, mas também diz sobre um novo léxico sensorial da formação das identidades na sociedade contemporânea. O que me levou a uma noção outra de compreensão sobre as redes sociais - trabalhar em plataformas como *instagram* e o *spotify* - as principais plataformas utilizadas nessa pesquisa - também me possibilitou ampliar os meus conhecimentos sobre isso, uma reflexão mais ampliada sobre relação entre identidade e os algoritmos - como um processo relacional que envolve a formação da minha própria identidade e da minha subjetividade.

Como potencial teórico penso que a autoetnografia me possibilitou desenvolver uma aproximação com o pensamento decolonial, principalmente o pensamento feminista decolonial, queer decolonial, transfeminista e do

feminismo interseccional e com os debates da antropologia contemporânea. Principalmente nas aproximações de uma epistemologia trans, com o pensamento decolonial. Pois quando estamos pensando pela chave decolonial, o corpo tem uma centralidade, e portanto a experiência. Destarte argumento que o corpo trans questiona as normatividades implícitas que constituem o código cultural das relações de colonialidade. Entender essa afirmação é entender que o corpo trans questiona a norma cisgênera, nem sempre a subverte.

Cabe destacar que a minha aproximação com os estudos decoloniais não dizem apenas de uma relação teórica, mas fizeram parte da minha formação, de alguma forma o meu imaginário político e cultural levaram a me aproximar dessa perspectiva, inclusive de buscar um espaço em que uma epistemologia trans, entenda-se enquanto uma epistemologia decolonial.

Também a autoetnografia me possibilitou ampliar a análise que relaciona o conceito de precariedade, com a noção de performatividade de gênero. Certo que essa é uma idéia que tem início dentro de uma chave epistemológica dos estudos de gênero do norte global. Mas na intenção de hackear essa ideia, observo que a materialidade da vida da população trans se inscreve sobre a noção de precariedade que se instaura sob os regimes discursivos das políticas coloniais de gênero.

A partir dessa idéia observo como a política de nome social pode ser lida a partir da noção de uma política que corresponde ao *modus operandi* da colonialidade. Esse *insight* me fez perceber/refletir sobre as condições de reconhecibilidade que os espaços discursivos hegemônicos negam as corporalidades abjetas. Em um primeiro momento nomeiei isso de ciclo de exclusão, pensando a dimensão da homotransfobia familiar e da exclusão dos espaços de ensino. Também concentrei essas questões ao problematizar as políticas anti-trans que inscrevem uma agenda necropolítica nas cruzadas anti-gênero agenciadas por estratégias como o pânico moral e as *fakenews*. Colocando sob ameaça o direito à vida de pessoas trans. Nesse contexto, problematizo também algumas complexidades relacionadas à lei contra a homotransfobia que foi desenvolvida no Brasil com base na mesma lei que criminaliza o racismo, no intuito de entender quais questões estão em jogo em uma sociedade que mais mata pessoas trans no mundo e que ao mesmo

tempo está instruída por uma ordem do desejo que é punitivista.

Ao pensar as políticas de representação, encontro o limite da representação do corpo trans a partir da chave da abjeção, percebo que esse limite está relacionado ao espaço de não inteligibilidade efeito de políticas colonialistas que somatizam dimensões como gênero e raça. Questões que impactam diretamente as dimensões de reconhecimento.

Desse modo, sobre a chave do conceito de colonialidade jurídica, tento demonstrar como o corpo trans não faz parte da gramática moral da sociedade ocidental moderna, pois nesses termos, a vida correta, no sentido adorniano, estaria ligada a uma ética e uma vida que seja correspondente a jurisprudência de determinada sociedade. No entanto, quando estamos diante de vidas que não são passíveis de luto, ou seja, que não aflagem a moralidade diante a situação de vulnerabilidade ou exposição à morte, já não se é possível ter uma vida correta. Nesse sentido, o conceito de colonialidade jurídica nos ajuda a entender a impossibilidade da idéia de universalidade do direito, argumento que desenvolvo ao longo da tese.

A partir desse conceito então chegamos a conclusão de que a universalidade do direito enquanto um dispositivo normativo de reconhecimento não contempla as vidas trans. Compreender esse imaginário me levou a duas discussões. A primeira delas que envolve a dimensão do conceito de ordem de gênero, para pensar construção simultânea do significado de gênero dentro de uma ordem cultural relacionada a questões locais e globais. Que podemos observar sob a construção das masculinidades e feminilidades, em dinâmicas colonialistas interseccionadas por raça, localização geopolítica, pelos sistemas políticos vigentes, sob as relações de imperialismo e colonialidade, pela binômio cis/trans.

A segunda questão diz sobre as políticas de representação. Onde de ponto de partida compreendo a relação colonialista que se estabelece em relação ao conceito de orientalismo - o que nos leva a pensar como os corpos trans são representados na mídia. Aqui destaca-se uma virada epistêmica, uma mudança de local ou de posicionalidade, onde optei por não pensar somente as políticas públicas em seu sentido estatal, questão que me possibilitou pensar questões relacionadas a governabilidade, mas compreendi questões relacionadas às políticas de representação, que estão relacionadas a

construção de um imaginário e do desejo. Momento em que eu também passei a utilizar a noção de codificação cultural, pela chave dos estudos subalternos e pós-coloniais, para entender a cisnormatividade e questões que permeiam as perspectivas de representação, como os debates sobre representação e racismo. Também iniciei essa virada epistêmica, revisitando pesquisas que a partir de expressões artísticas se apropriam da condição de abjeção. A partir dessa discussão me direciono a uma dimensão ontológica que fundamenta a noção de transcolonialidade de gênero, que é a separação entre humano e não-humano. Essa distinção é operacionalizada pelos sistemas de poder colonialista e coloca o corpo como elemento central do debate, na verdade, o que se evidencia sob essa perspectiva são as dicotomias do pensamento que aparecem nessas relações, como corpo e não corpo, como humano e não-humano, e que criam essas hierarquias. Além de nos mostrar essas hierarquias, essa reflexão também nos diz sobre os espaços de aparição, sobre reconhecibilidade.

Essas reflexões me levaram também a alguns caminhos, o primeiro deles é o debate sobre representatividade e visibilidade, por perceber que essas são pautas iminentes dos movimentos políticos identitários e que necessitam de um debate complexo. A partir disso, identifiquei uma assimetria discursiva entre as narrativas de mulheres trans e travestis e homens trans e pessoas transmasculinas. Podemos atribuir essa assimetria em um primeiro momento, a dimensão de que a mídia já havia construído um imaginário e um espaço de reconhecibilidade das travestis anterior as políticas de identidades que configuram a luta por reconhecimento. Alguns trabalhos apresentados na revisão bibliográfica apontam isso, e também mostram como a categoria travesti ocupa um espaço consolidado no imaginário social brasileiro e na sua economia sexual, ao passo que as transmasculinidades começam a emergir enquanto uma identidade coletiva politizada somente no início da década dos anos 2000.

Desse modo, essa assimetria se constrói por uma assimetria nos espaços de representação, onde a invisibilidade das corporalidades transmasculinas é ocasionada pela ausência de um espaço de reconhecibilidade. Então podemos dizer que a invisibilidade é resultado da não inteligibilidade transmasculina na gramática moral dos sistemas de

representação midiático e discursivos. Elaborei uma breve reflexão sobre isso ao discutir autorepresentação e as relações de mediação e recepção da informação em relação às transmasculinidades ao pensar as relações intersubjetivas da construção da minha própria identidade.

Observando tal questão, me deparo com um debate público que considero relevante para pensar a questão da não inteligibilidade. Que é o debate sobre *transfake*. Esse debate condensa uma discussão recente no campo das artes, mas diz sobre relações de poder, assimetrias, que envolvem o campo de produção das artes. Tomo como marco desse debate em seu sentido amplo, as questões que se desenrolaram após a produção da novela a força do querer que despertou o debate pelo fato da personagem principal ser um homem trans interpretado por uma atriz cisgênera.

Para pensar tais questões problematizei sobre o conceito de epistemicídio, como uma perspectiva que retrata o apagamento das relações de produção desse tipo de representação, que é codificada pela relação sujeito/objeto. Almejei retratar essa afirmação demonstrando que enquanto o tema da novela é a transmasculinidade, não existiu nenhuma preocupação em retratar a invisibilidade das pessoas transmasculinas nas relações de produção. Aproximei esse conceito, a partir de outras reflexões que estão em consonância com a minha, com outros tipos de representação subalternizantes, como o *blackface*. Entendendo esse processo como um tipo de epistemicídio, que revelam também uma dimensão necropolítica. Ainda sob a égide do epistemicídio, e enquanto uma crítica do sul global, teço uma breve reflexão sobre a dimensão de representatividade do trans no “pensamento *queer*” norte americano, a partir de uma crítica transmasculina, ao observar como a noção de performatividade, tão cara aos estudos pós-estruturalistas e de gênero, se constrói em um movimento de transepistemicídio ao atribuir essa noção a categoria drag e não a categoria trans.

Ainda sobre o conceito de necropolítica, identifiquei como as disputas ideológicas que se manifestam pelo avanço do conservadorismo, também envolvem uma questão de representação, dizem sobre a construção de uma identidade nacional a qual o corpo trans é colocado enquanto oposição direta à norma.

Até aqui refletir sobre posicionalidade me fez entender como funciona a

cisnormatividade como uma política precária e como a precariedade funciona como uma estratégia ambivalente, de exclusão ou assimilação. Também pensar sobre as políticas de representação nos mostra como funcionam as codificações culturais e as decodificações - ultrapassando a dicotomia poder-resistência, pois as estratégias de não representação, o direito a opacidade, a reivindicação do direito de não-aparecer, assim como as estratégias de aquilombamento não manifestam só a resposta a essa relação insaturada de poder, mas são fugas, espaços imaginativos, em seu sentido mais extremo de recusa à morte.

Identifico esse movimento, enquanto uma expressão não linear do meu pensamento. Pois a partir de uma reflexão sobre a posicionalidade do sujeito transmasculino dentro de um debate sobre saúde sexual reprodutiva, cheguei à noção de aposicionalidade. Chegar até essa questão perpassou por um caminho onde problematizei um debate latente no campo de produção de conhecimento que diz sobre a dimensão de autoridade. Esse debate problematizado dentro do campo científico pela perspectiva dos saberes localizados, ganha tônica no contexto brasileiro pela reflexão sobre lugar de fala. Identifico tal questão como um componente importante codificado pela crise da antropologia do norte global, que indica um questionamento a crise de autoridade e sobre as relações de poder reveladas na dicotomia sujeito/objeto.

Compreender a aposicionalidade, é compreender uma crítica a noção de política de identidade, uma crítica a noção de representação e reconhecimento, entender no interstício disso que a necropolítica nos inscreve enquanto excesso de uma codificação cultural que naturaliza a branquitude e cisgeneridade a impossibilidade de intersubjetividade como potência discursiva. Essa questão me possibilitou entender as dimensões de territorialidade a quais se inscrevem as transmasculinidades em um contexto brasileiro amplo, sem desconsiderar minha perspectiva de não representar coletivamente a totalidade em meu discurso.

Além disso, o debate sobre posicionalidade nos possibilita entender também as relações de mediação e recepção da informação. Cabe destacar que todos esses *insights* teóricos foram elaborados a partir de experiências, que me possibilitaram essas fugas imaginativas como resposta ao controle da subjetividade. Como resultado da participação de eventos acadêmicos, de

discussões epistemológicas, de experiências sensoriais, da minha intereação com as minhas ferramentas de campo como o celular, o computador, as notícias de jornal, as experiências em sala de aula.

Nesse sentido, a reflexão sobre posicionalidade foi o potencial direcionador dessa tese. A dimensão de nada ou de aposicionalidade descreve ou funciona como categoria que me situa enquanto pesquisador trans problematizando a relação sujeito e objeto. Por fim, destacaria três outras dimensões que a autoetnografia, em seu potencial de ampliar o que o sujeito sabe sobre si e sobre a comunidade estudada, me possibilitou identificar: a primeira delas foi a dimensão da temporalidade do sujeito transmasculino. Sob a perspectiva pós-colonial podemos entender o descompasso do sujeito transmasculino com a temporalidade da modernidade. Podemos ver isso, através do movimento de visibilidade transmasculina, que ocorre quase duas décadas depois que se iniciam os movimentos de redemocratização e a instauração do estado de direitos no Brasil. Assim como na ausência das corporalidades transmasculinas nos debates sobre representação e visibilidade também caracterizam esse temporalidade pós-colonial como um efeito das políticas sociais de colonialidade.

Outro tema que tange a aposicionalidade transmasculina, diz sobre a sua posição no debate sobre transcolonialidade. Identifico que para as mulheres trans e travestis as políticas de colonialidade as atravessam sobre as dimensões do espaço de trabalho, como a questão a prostituição, que é dada como única possibilidade de sobrevivência, ao passo que o estado criminaliza essa prática ou não constrói nenhuma política trabalhista em relação a isso. Para as pessoas transmasculinas, a transcolonialidade se inscreve na perspectiva da patologização dessas experiências, na não inteligibilidade e na invisibilidade que se reverberam na possibilidade ou não de construção de outras (novas) masculinidades. O que percebo como um efeito da não reconhecibilidade, na construção do imaginário das transmasculinidades.

Como última questão, e talvez a questão que deixa a minha tese em aberto. Sob a perspectiva da crise de uma antropologia do norte global, que resulta em uma crise de autoridade envolvendo a relação sujeito e objeto. Tal crise emerge a partir da necessidade de outros lócus de enunciação para pensar os fenômenos sociais. Essa situacionalidade coloca os corpos

transmasculinos em um terceiro lugar, entre sujeito e objeto. Pensar sobre o enquadramento da cisheteronormatividade reafirma esse lugar, ao passo que coloca esses sujeitos como outsider de uma cultura cisgenerificada e masculinista, estabelecendo uma posição privilegiada de crítica a esses sistemas de pensamento sem que o sujeito seja percebido como outsider. Mesmo compreendendo a etnografia como uma tradução/traição, é possível compreender ou não capturar essa posicionalidade nesse interstício do sujeito que observa a codificação cultural que tenta capturá-lo.

## Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam. Coord. **Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?** Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro, Júlio JacoboWaiselfisz. Brasília- DF: Flacso - Brasil, OEI, MEC, 2015.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua I**, tradução de Henrique Burigo, 1. reimpr., Belo Horizonte: UFMG: Humanitas, 2004.

AHMED, Sara. **Hacerse feminista. In: vivir una vida feminista**. Barcelona; bellaterra, 2018. Pp. 41-134

ALAYÓN, Tito Mijtans. Teorías Queers Afrodiaspóricas para un territorio prieto borrado. **Descolonizar Y Despatriarcalizar las Ciencias Sociales, la memoria y la vida en Chiapas, Centroamérica y el Caribe**, ed. Marisa G. Ruiz Trejo. Mexico: Universidad Autónoma de Chiapas, 259-286. 2020.

ALCOFF. Linda. The Problem of Speaking for Others. O problema de falar por outras pessoas. **ABATIRÁ - REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGENS**

Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus XVIII V1:: n.1 Jan : Jun :: 2020. p. 1- 460

ALESC, Projeto de lei nº 0016 de 9 de fevereiro de 2023. Delimita o sexo biológico como critério único de definição de gênero de competidores e atletas para fins de participação em partidas oficiais e práticas desportivas no âmbito do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <https://portalelegis.alesc.sc.gov.br/processos/zVDo5/reunioes>

ALMEIDA, Guilherme. “homens trans”: novos matizes na aquarela das masculinidades? In: **Revista de Estudos Feministas** v. 20 n. 2 (2012).

ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral a saúde de transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**. 2013.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALVES, Jaime. A. Biópolis, necrópolis, negrópolis: notas para um novo léxico político nos estudos sócioespaciais sobre o racismo. **Geopauta**. V.4, n.1, 2020.

AMÂNCIO, Isis Maria da Costa; GOMES, Nilma Lino; JORGE, Miriam Lúcia dos Santos. **Literaturas africanas e afro-brasileiras na prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

AMORIM, A.; NICHNIG, C.; SILVA, K. Quem é o pai e quem é a mãe? Uma reflexão sobre reprodução, parentesco e heterociscentrismo. **Revista Nanduty**, 8(12), 73394. 2020.

AMORIM, Anna C. H. Entre calçadas, pixações e parentesco: a cidade como campo de batalha em torno das lesbo/homoparentalidades e do acesso à PMA na França. **Horizontes. antropológicos**. 25 (55). Sep-Dec 2019.

AMORIM, Anna Carolina Horstmann. A batalha do parentesco. In: **Novas tecnologias reprodutivas e maternidades lésbicas no Brasil e na França: conexões entre parentesco, tecnologia e política** - Tese de doutorado - UFSC - PPGAS, Florianópolis, 2018.

AMORIM, Anna; SILVA, Keo. Filiação em famílias não heterocisgêneras: possibilidades legais e confusões conceituais. IN: **Diálogos contemporâneos sobre Corpo(s), Sujeito(s) e Saúde: Perspectivas Cruzadas** - OLIVEIRA, Esmael Alves de (org.) Salvador: Segundo Selo, 2022, 166 p.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Tese (doutorado). Área de Concentração: Educação - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012. 278 f.

ANDRADE, Luma Nogueira. Trans(I)Legalidade: Direitos Lgbt+ No Brasil E Em Portugal. In: **Cadernos de Gênero e Diversidade**. Vol 06, N. 04 - Out. - Dez., 2020.

ANGONESE, Mônica; LAGO, Mara. Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestise transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. **Articles • Saude soc.** 26 (1) Jan- Mar 2017.

ANTRA - Associação nacional de travestis e transexuais. Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021 / Bruna G. Benevides (Org). - Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Nota técnica sobre direitos humanos e o direito dos banheiros: Vencendo a narrativa do apartheid de gênero que impede as pessoas transgêneras do acesso à cidadania no uso dos banheiros e demais espaços segregados por gênero. Brasil: Antra. 2023.

ANTRA. Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017. 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>

ANZALDÚA, Gloria. [1987] **borderlands/la frontera. The new mestiza**. Traducción. Carmen valle. Madrid, España: capitán swing libros s.l., 2016.

ANZALDUA, Glória. La conciencia de la mestiza / rumo a uma nova consciência. In: **Rev. Estud. Fem.** vol.13 no.3 Florianópolis Sept./Dec. 2005.

ARENDDT, H., CORREIA, A., & MAGALHÃES, t. C. **Trabalho, obra, ação. Cadernos de ética e filosofia política**, 2(07), 175-202. 2005.

ARRUDA, Lino. **Monstrans: experimentando horrormônios**- Campinas, SP: Ed. Do Autor, 2021.

ARRUDA; OLIVEIRA; COLARES; BRITO; PEIXOTO. Saúde sexual e reprodutiva de homens transgêneros e mulheres homoafetivas: Revisão Integrativa. In: **Research, Society and Development**, v. 11, n. 2 2022.

ASSMANN, Selvino José. Movimento - Giorgio Agamben. In: **Interthesis** v.3 n.1 (2006) DOI: <https://doi.org/10.5007/%25x>

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais**. Curitiba: ABGLT, 2016.

AUGÉ, M. **Un ethnologue dans le métro**, Paris, Hachette. 1986.

ÁVILA, Simone. **FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós- Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2014.

BACCHETTA, Paola. Co-formações/co-produções: considerações sobre poder, sujeitos subalternos, movimentos sociais e resistência. In: TORNQUIST, Carmen Susana et alii. **Leituras de resistência: corpo, violência, poder**. Florianópolis, Editora Mulheres, 2009.

BACCHETTA, Paola. Circulações anzaldúanas na ilha da tartaruga e na frança: alguns elementos para uma historiografia densa e uma contextualidade-histórica densa. In: **Estudos em decolonialidade de gênero**. Org. Caroline Marim e Susana de Castro - Rio de Janeiro: Ape7Ku, 2021.

BACCHETTA, Paola.; Jivraj, Suhraiya; Bakshi, Sandeep. Decolonial sexualities: Paola Bacchetta In Conversation With Suhraiya Jivraj And Sandeep Bakshi. **Interventions**, 2020. p.13 12.

BARBOSA, Maria Lúcia de Oliveira. **Desigualdade e desempenho: uma introdução à sociologia da escola brasileira** - Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

BENEDICT, Ruth. **O crisantemo e a espada. Padrões da cultura japonesa**. Editora Perspectiva S/A. São Paulo - SP. 1972.

BENEVIDES, Bruna g.; LEE, Débora. Por uma epistemologia das resistências: apresentando saberes de travestis, transexuais e demais pessoas trans. **Revista latino americana de geografia e gênero**, v. 9, n. 2,

p. 252 -255, 2018.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista de estudos feministas**, v.19, n. 2. Maio-ago. 2011. p. 548-559.

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal.

**Contemporânea** v. 4, n. 1 Jan.3Jun. 2014. p. 165-182.

BENTO, Berenice. Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência. In: COLLING, L. **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador, EDUFBA, 2016, p.43-68.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: A politização das identidades abjetas. In: **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(2): 256, maio agosto. 2012.

BISPO dos SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer** / Antônio Bispo dos Santos; imagens de Santídio Pereira; texto de orelha de Malcom Ferdinand. São Paulo: Ubu Editora/ PISEAGRAMA, 2023.

BONA, Dénetèm Touam . **A arte da fuga:dos escravos fugitivos aos refugiados**. 2021.

BOSCATTI, Ana P. G.; AMORIM, Anna C. H. Economia moral da saliva: Bolsonaro, COVID-19 e as políticas do contágio no Brasil. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 41(2): 23-47, 2021.

BOURCIER, Sam. **Homo Inc.orporated. O triangulo e o unicórnio que peida**. Sam Bourcier. n-1 edições, 2020.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os Herdeiros: os estudantes e a cultura**. Trad. Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

BOUTELDJA, Houria. Raça, Classe E Gênero: Uma Nova Divindade De Três Cabeças. **Cadernos de Gênero e Diversidade**. Vol 02, N. 02 - Jul. - Dez., 2016.

BOZON, Michel. Las encuestas cuantitativas en comportamientos sexuales: emprendimientos sociales y políticos, productos culturales, instrumentos científicos. **Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana**. n.3 - 2009 - pp. 154-170.

BRASIL, Ação Direta De Inconstitucionalidade Por Omissão 26 Distrito Federal. 13 de junho de 2019.

Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=754019240>

BRASIL, Câmara dos deputados de São Paulo, Projeto de lei 504/2020 5 de agosto de 2020. Proíbe a publicidade, através de qualquer veículo de comunicação e mídia de material que contenha alusão a preferências sexuais e movimentos sobre diversidade sexual relacionadas a crianças no Estado. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000331594>

BRASIL, Câmara dos deputados de São Paulo, Projeto de lei 504/2020 5 de agosto de 2020. Proíbe a publicidade, através de qualquer veículo de comunicação e mídia de material que contenha alusão a preferências sexuais e movimentos sobre diversidade sexual relacionadas a crianças no Estado. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000331594>

BRASIL, Decreto Nº 8.727, De 28 De Abril De 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta e autárquica e fundacional. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=8727&ano=2016&ato=16aAzYU1EeZpWT47c>

BRASIL, Decreto nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018. Regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que assegura validade nacional às Carteiras de Identidade e regula sua expedição. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/542796532/decreto-9278-18>

BRASIL, Lei nº 6.515 de 1977 - Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6515.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm)

BRASIL, Portaria nº 33, 18 de janeiro de 2018 publicada no D.O.U. - define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da Educação Básica do País, para alunos maiores de 18 anos. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2341/portaria-mec-n-33>

BRASIL, Portaria nº 2803 de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803\\_19\\_11\\_2013.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html)

BRASIL, Portaria nº 457 de 19 de agosto de 2008. A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457\\_19\\_08\\_2008.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html)

BRASIL, Portaria Normativa nº13 de 11 de maio de 2016. Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências. Disponível: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520493/do1-2016-05-12-portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520493/do1-2016-05-12-portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473)

BRASIL, Projeto de Lei 74/2023. 25 de março de 2023. Proíbe a instalação de banheiros unissex nos estabelecimentos comerciais do Estado. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000485115>

BRASIL, Projeto De Lei Nº 2601/2020 Garante O Uso De Banheiros De Acesso Público A Travestis E Transexuais De Acordo Com Sua Identidade De Gênero. 12 de maio de 2020. Disponível em: [http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/18c1dd68f96be3e7832566ec0018d833/8ed7\\_bd1fa4f561dc03258566006cbe0c?OpenDocument](http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/18c1dd68f96be3e7832566ec0018d833/8ed7_bd1fa4f561dc03258566006cbe0c?OpenDocument)

BRASIL, Projeto de Lei nº 5002 20 de Fevereiro de 2013. Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o art. 58 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>

BRASIL, Projeto de lei nº 5248 de 24 de novembro de 2020. Estabelece o direito dos estudantes de todo o Brasil ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2265570>

BRASIL, Provimento N.73, de 28 de Junho de 2018. Dispõe sobre a averbação da alteração do pronome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoas transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN). Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2623>

BRASIL, Recurso Extraordinário 845779 22 de outubro de 2014. Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos arts. 1º, III, 5º, V, X, XXXII, LIV e LV, e 93 da Constituição Federal, se a abordagem de transexual para utilizar banheiro do sexo oposto ao qual se dirigiu configura ou não conduta ofensiva à dignidade da pessoa humana e aos direitos da personalidade, indenizável a título de dano moral. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.a.sp?incidente=4657292&numeroProcesso=845779&classeProcesso=RE&numeroTema=778>

BRASIL, Resolução Nº 1 de 19 De Janeiro De 2018 - Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7292\\_1-pcp014-17-pdf&category\\_slug=setembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7292_1-pcp014-17-pdf&category_slug=setembro-2017-pdf&Itemid=30192).

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei Nº 15327/2013 Dispõe Sobre A Instalação Dos Banheiros Masculino, Feminino, E Unissex Em Shoppings, Supermercados, Restaurantes, Cinemas E Locais De Diversões. Disponível em: <https://www.cmf.sc.gov.br/proposicoes/Projetos->

[de-Leis-ordinarias/2013/2/77/46778](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2252276)

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 2578 de 12 de maio de 2020. Determina que tanto o sexo biológico como as características sexuais primárias e cromossômicas definem o gênero do indivíduo no Brasil. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2252276>.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 2838/2021 3 de novembro de 2021. Proíbe a entrada em banheiros de uso exclusivo para o sexo masculino e feminino por transgêneros, em estabelecimentos públicos e privados no âmbito do Estado de Pernambuco. Disponível em : <https://www.alepe.pe.gov.br/proposicao-texto-completo/?docid=8195&tipoprop=p>

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 4019/21 Proíbe a instalação e a adequação de banheiros, vestiários e assemelhados na modalidade unissex, nos espaços públicos, estabelecimentos comerciais e demais ambientes de trabalho. 16 de novembro de 2021. Disponível em : <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2307102>

BRASILEIRO, Castiel Vitorino. **Quando o sol aqui não mais brilhar: a falência da negritude.** - São Paulo: n-1 edições; Editora Hedra, 2022.

BRAZ, Camilo. Vidas que esperam? Itinerários do acesso a serviços de saúde para homens trans no Brasil e na Argentina. **Cad. Saúde Pública** [online]. 2019, vol.35, n.4.

BRAZ, Camilo; SOUZA, Érica. A emergência de homens trans como sujeitos de direito no Brasil contemporâneo-demandas, avanços e retrocessos. Encontro Anual da ANPOCS. ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, Brasil, 2016.

BRITO, Mizânia M.P.B. apontamentos sobre a crítica de Judith Butler à teoria do reconhecimento de Axel Honneth. In: **Kínesis**, vol.Xii, nº 32 (ed. Especial), julho 2020, p.58-71.

BUENO, Belmira Oliveira. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. **Educação e Pesquisa**. vol. 28 nº 1 São Paulo Jan/Jun 2002.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia/** Judith Butler; Tradução Fernanda Siqueira Minguens; revisão técnica Carla Rodrigues. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p.266.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam.** São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade** - 1. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 1ªed.Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2015.

CABRAL, Mauro. Artigo sobre tesis premiada. Proyecto Sexualidades, Salud Y Derechos Humanos En América Latina. 2003.

CAIAFA, Janice. **Movimento punk na cidade: a invasão dos bandos sub.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1985.

CANO, Gabriela. Amélio Robles, andar de soldado velho: fotografia e masculinidade na Revolução Mexicana. **Cadernos pagu** 2004: pp.115 -150.

CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal.

**Pandemia pela Covid-19 • Estud.** av. 34 (99) • May-Aug 2020

CARDENAS, Micha. Dark Shimmers: The Rhythm of Necropolitical Affect in Digital Media. In: **Trap Door. Transcultural production and the politics of visibility.** Edited by Reina Gossett, Eric A. Stanley and Johanna Burton. Massachusetts of Technology, 2017.

CARDOZO, Fernanda. Da vitimização às lutas por reconhecimento: uma reflexão acerca dos conflitos sociais envolvendo travestis e a construção de identidades coletivas. In: **Fazendo Gênero - Corpo, Violência e Poder.** N.8. 2008. Florianópolis. Anais...

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Do epistemicídio. In: **A Construção do Outro como Não- Ser como fundamento do Ser.** Tese de Doutorado - Feusp, 2005.

CARVALHO, José Jorge. O olhar etnográfico e a voz subalterna. In: **Horizontes antropológicos,**Porto Alegre, v. 7, n. 15, jul. 2001.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. **Muito prazer, eu existo! Reconhecimento Ativismo de Pessoas Trans no Brasil.** Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde. Rio de Janeiro, 2015.

CARVALHO, Mario Felipe. Nossa esperança é ciborgue? Subalternidade, reconhecimento e “tretas” na internet. In: **Revista De Estudos Feministas.**2017.

CENSO NACIONAL DE PERSONAS TRANS - Derecho a La educacion. Montevideo, 2017.  
Disponível em:

<http://dspace.mides.gub.uy:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1891/Censo%20nacional%20de%20personas%20trans%20-%20derecho%20a%20la%20educaci%C3%B3n.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

CÉSAR, M. R. de A.; DUARTE, A. de M. Governo e pânico moral:

corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. In: **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 66, p. 141-155, out./dez. 2017.

CESARINO, Letícia. "Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, biva lência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa factal". **Revista De Antropologia**, nº 62(3): 530-557. 2019.

CESARINO, Letícia. A máquina de ressonância populista-conspiracionista. In: **O mundo do avesso - verdade e política na era digital**. Ubu Editora, São Paulo, 2022.

CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso - verdade e política na era digital**. Ubu Editora, São Paulo, 2022.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing europe: postcolonial thought and historical difference**. Princeton university press, 2000. p.27- 96.

CHEN, Mei Y. Everywhere Archives: Transgendering, Trans Asians and the Internet. IN: **Trap Door. Transcultural production and the politics of visibility**. Edited by Reina Gossett, Eric A. Stanley and Johanna Burton. Massachusetts of Technology, 2017.

CLASTERS, Pierre. Troca e poder: filosofia da chefia indígena. In: **A sociedade contra o Estado - pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

CLIFFORD, James. Sobre o surrealismo etnográfico. In: **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

COLLINS, Patrícia Hills. Aprendendo com a outsider within\*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.

CONNEL, R.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2013, n. 21, v. 1.

CONNEL, Raewyn. **Gênero em termos reais**/ Raewyn Connell; Tradução Marília Moschkovich. - São Paulo: Inversos, 2016.

CONNELL, Raewyn. **Questões de gênero e justiça social**. Século XXI, Revista De Ciências Sociais, v.4, no 2, p.11-48, jan./jun. 2014.

CONNELL, Raewyn. Usando A Teoria Do Sul: Descolonizando O Pensamento Social Na Teoria, Na Pesquisa E Na Prática. **Epistemologias Do Sul**, Foz Do Iguaçu/PR, 1(1), PP. 87-109, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, RESOLUÇÃO Nº 2.265, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019. Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM nº 1.955/2010. Disponível em:

<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2019/2265>

CORREA, Crishna Mirella de Andrade. **Subjetividades em Trânsito: nome social, travestilidades e transexualidades em duas universidades públicas do sul do Brasil**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Florianópolis, 2017.

CORRÊA, Sonia. Cruzando a linha vermelha: questões não resolvidas no debate sobre direitos sexuais. **Horizontes antropológicos**, v. 12, n. 26, p. 101-121, 2006.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. Herzer, a autobiografia de um dissidente nas tramas do “sexo rei”: quando gênero-exualidade, geração inventam destinos. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 15, n. 38, e0107, mar. 2023.

COSTA, Brenda Capinã Botelho. Direito À Identidade Gênero No Uso Banheiros Conforme Autoidentificação: A Inconstitucionalidade Da Lei Nº 3878, De 04 De Setembro De 2018, Do Município De Feira De Santana-Ba. **Revista Direito E Sexualidade**, Salvador, V. 1, N. 2, P. 26-56, Jun./Dez. 2020.

COSTA, Claudia de Lima. Feminismo, tradução cultural e a descolonização do saber. **Fragmentos: Revista de Língua e Literatura Estrangeiras**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p.045-059, June 2010. ISSN2175-7992.

COSTA, Claudia de Lima. Feminismos e pós-colonialismos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21 (2): 336, maio-agosto. 2013.

COSTA, Claudia Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu** (19) 2002: pp.59-90.

COULON, Alain. *A condição de estudante: a entrada na vida universitária*. Salvador: EDUFBA, 2008.

CRAPANZANO, Vicent. Horizontes imaginativos: o aquém e o além. **Revista de antropologia**.V. 48: 363-384. 2005.

CURIEL, Ochy. Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista. **Revista de Teoria da História**, Volume 22, Número 02, Dezembro de 2019.

DAMÁSIO, A. C. Isso não é uma autoetnografia!. Mediações - **Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 27, n. 3, p. 1314, 2022.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. / Angela Davis; tradução Heci Regina Candini. -1. Ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. Racismo, controle de natalidade e direitos reprodutivos. In: **Mulher, raça e classe**. / Angela Davis; tradução Heci Regina Candini. -1. Ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

DI PIETRO, P.J. Ni humanos, ni animales, ni monstruos: la decolonización del cuerpo transgénero. **Eidos** no. 34, 254-291. 2020.

DÍAZ - BENITEZ. Maria Elvira. Vidas negras: pensamento radical e pretitude. In: **Pensamento Negro Radical/** Hortense J. Spillers ... [et al.]; organizado por Clara Barzagli, Stella Z. Patiniani, André Arias; São Paulo: Crocodilo; São Paulo: N-1 edições, 2021.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luísa Carvalho da. Etnografia de e na rua: estudo de antropologia urbana. In: **Etnografias De Rua: Estudos De Antropologia Urbana. Porto Alegre.** Editora da UFRGS, 2013.

EVARISTO, Conceição. Clamar no deserto: entre o poder falar e o poder de se fazer ouvir. <https://www.youtube.com/watch?v=WimOFw-5gRU> 2021.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990** / Regina Facchini. - Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FAINBERG, Leslie. Liberación Transgénero: Un Movimiento Cuyo Tiempo ha Llegado. In: **Políticas Trans: Uma antologia.** GALOFRE, Pol; MISSÉ, Miquel. Editora Egales, S.L. 2015.

FANNON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FANTONE, Laura. Precarious Changes: Gender and Generational Politics in Contemporary Italy Source: **Feminist Review**, No. 87, Italian Feminisms 2007, pp. 5-20.

FAVERO, Sofia. Entre o nímio e o viperino: uma desaquengrafia. In: **Crianças trans: infâncias possíveis/** Sofia Favero. 1ª edição/ Salvador - BA. Devires. 2020.

FAVERO, Sofia; MARACCI, João Gabriel. Transfake E A Busca Pela Verdade Na Representação De Travestis E Pessoas Trans. **Revista REBEH** - Vol. 01, N. 04, Out. - Dez., 2018.

FAVRET-SAADA, J. *Ser afetado* (tradução de Paula De Siqueira Lopes). Cadernos de campo, n.13, p. 155-161, 2005.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. **A Agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010)** [tese] / Felipe Bruno Martins Fernandes ; orientadora, Miriam Pillar Grossi. - Florianópolis, SC, 2011.

FERNANDES, Florestan. Cap. 5. A concretização da Revolução Burguesa. In: **A revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretações sociológica.** São Paulo, 2006.

FERREIRA da SILVA, Denise - **A Dívida Impagável**, São Paulo: 2019.

FERREIRA da SILVA, Denise. À brasileira: racialidade e a escritade um desejo destrutivo. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(1): 336, janeiro-abril/2006

FERREIRA da SILVA, Denise. Hackeando o sujeito: feminismo negro e

- recusa além dos limites da crítica. In: **Pensamento Negro Radical: Ontologia de ensaios/ Hortense J. Spillers...** [et al.] - São Paulo: Crocodilo; São Paulo: N-1 edições, 2021.
- FERREIRA da SILVA, Denise. Ler a arte como confronto. In: **LOGOS** 55, VOL 27. N 03, 290-296. 2020.
- FIGUEIREDO, A. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. e0102, 2020.
- FISCHER PACHECO, Mariana. A Reconhecibilidade Precede O Reconhecimento? Acerca Das Críticas De Judith Butler A Axel Honneth. **Dissertatio**. 203-221. 2018.
- FONSECA, Claudia. De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre a "transpolinização" entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia. **Ilha** - Florianópolis, v.5, n.2, dezembro de 2003, p. 05-31.
- FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, ANPEd, n. 10, 1999. p.58- 78.
- FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes. 1999.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**, tradução de MariaThereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições. Graal, 1988.
- FRANCICA, Cynthia. Animalidad, comunidad e imaginarios de lo trans en la obra visual de Nicola Constantino. In: **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, 28(2).2020.
- FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p. 07-20, 2002.
- FRY, Peter. IV Da Hierarquia à Igualdade: A Construção Histórica da Homossexualidade no Brasil. In: **Para Inglês Ver. Identidade e política na cultura brasileira**. Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1982.
- GASPODINI, Icaro; NERY, João W. Transhomens no ciberespaço: articulação e visibilidade. **VII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura: Práticas, Pedagogias e Políticas Públicas** At: Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. 2014.
- GAUTHIER. Justin. Editora Courtier. 2016.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas** / Clifford Geertz. - I.ed., IS.reimpr. - Rio de Janeiro : LTC, 2008.
- GIROTTO, Lúcio; TEIXEIRA, Flávia; MISKOLCI, Richard; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Normas, disputas e negociações: debates sobre a

- despatologização. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 29. 2021.
- GLISSANT, Edouard. **Poética da Relação**. Edição Bazar do Tempo, 2021.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: silva, I. A. Et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. Ciências sociais hoje, Brasília, anpocs n. 2, p. 223-244, 1983.
- GOSSETT, Che. Blackness and the Trouble of Trans Visibility. In: **Trap Door. Transcultural production and the politics of visibility**. Edited by Reina Gossett, Eric A. Stanley and Johanna Burton. Massachusetts of Technology, 2017.
- GREEN, James. O Pasquim e Madame Satã, a "rainha" negra da boemia brasileira. In: *Artigos • Topoi* (Rio J.) 4 (7) • Dez 2003.
- GROSSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI **Revista Sociedade e Estado** - Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril. 2016.
- GRUNVALD, Vi. Alter-retrato, fotografia e travestimento: ou sobre o paradigma fotográfico de Rose Sélavy. In: **Entre Arte e Ciência: A fotografia na Antropologia**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2015.
- GUHA, Ranajit. **History at the limit of World-History**. Columbia University Press, 2002. p.7-47.
- GUIMARÃES, Géssica. Teoria de gênero e ideologia de gênero: cenário de uma disputa nos 25 anos da IV Conferência Mundial das Mulheres. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0107, jan./abr. 2020.
- HALBERSTAM, J. **Masculinidad Femenina**. Trad. Javier Sáez, Barcelona-Madrid: E. Egales, 2008.
- HALBERSTAM, Jack. **Generaciones Trans\*.Trans\*: Una guía rápida y peculiar de la variabilidad de género**. Traducción de Javier Sáez. Editorial EGALES, S.L., 2018. p.
- HALBERSTAM, Judith Jack. "Repensando o sexo e o gênero". In: R. Miskolci; L. Pelúcio (orgs.), **Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos**. São Paulo: Annablume/ Fapesp. 2012.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomas Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro - 4. Ed. 3 Rio de Janeiro, 2000.
- HALL, Stuart. Codificação/Decodificação. In: **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Org. Liv Sovik; 2. Ed. - belo horizonte: editora UFMG, 2013.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Giachini, Enio Paulo. 2. 2017.

Voices, Petrópolis: 128.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes\*. **ClimaCom Cultura Científica** - pesquisa, jornalismo e arte › Ano 3 - N. 5 / Abril de 2016.

HARAWAY, Donna. Companhias multiespécies nas naturezaculturas: uma conversa entre donna haraway e sandra azerêdo. 2011.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, sp, n. 5, p. 7341, 2009.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. Trad. Susana Dias, Mara Verônica e Ana Godoy. **ClimaCom** - Vulnerabilidade [Online], Campinas, ano 3, n. 5, 2016.

HARNEY, Stefano; MOTEN, Fred. **Tudo incopleto**; traduzido por Victo Galdino, viniciux da silva. - São Paulo: GLAC. Edições, 2023.

HAYWARD, Eva. "More Lessons from a Starfish: Prefixial Flesh and Transspciated Selves". **Women's Studies Quarterly**, NuevaYork, v.36, n.3/4, p.64-85, otoño-invierno. 2008.

HAYWARD, Eva. Spiderwoman. In: **Trap Door. Transcultural production and the politics of visibility**. Edited by Reina Gossett, Eric A. Stanley and Johanna Burton. Massachusetts of Technology, 2017.

HOAD, Neville. Arrested Development or the Queerness of Savages: Resisting Evolutionary Narratives of Difference. **Postcolonial Studies** 3, 2: 133-158. 2000.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução de Luiz Repa; São Paulo: Editora 34, 2003(1ª Edição). p.296.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. - 2.ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. Escolarizando homens negros. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, 23(3): 406, setembro-dezembro. 2015.

HOOKS, bell. Essencialismo e Experiência. In: **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. - 2.ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. Intelectuais Negras. **Revista de Estudos Feministas**, vol. 3, nº2, Florianópolis, UFSC, 1995, pp.464-478.

HOOKS, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

IAZZETTI, Brume Dezembro, 1997- **Existe 'universidade' em pajubá?** :

**transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans\*** / Brume Dezembro Iazzetti. -Campinas, SP : [s.n.], 2021.

IRINEU, B. A; OLIVEIRA, B. Andrade. Um Balanço das Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda Para a População LGBT no Brasil e na Argentina (2004- 2014). **Revista Direitos Humanos e Democracia**, v. 8, n. 16, p. 40-55, 2020.

JESUS, Jaqueline G. Xica Manicongo: A transgeneridade toma a palavra. **Revista Docência e Cibercultura**. v.3, n.1 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos** /Jaqueline Gomes De Jesus. Brasília, 2012.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10 ed. - São Paulo: ática, 2014.

JESUS, Rodrigo Ednilson de; GOMES, Nilma Lino. A "Constituição" da Nação Brasileira em Disputa: o Debate em Torno da (in)Constitucionalidade das Ações Afirmativas. **Revista TOMO**. <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i0.3186>. Pp. 85-107. 2014.

JUNQUEIRA, Rogério. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. In: **Revista Psicologia Política**. vol 18. nº 43 . pp 449-502 set.-dez. 2018.

JUNQUEIRA, Rogério. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. In: **Discurso fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos**. Organização de Richard Miskolci e Larissa Pelúcio. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012.

KAAS, Hailey. "Trans\* - Termo guarda-chuva". Transfeminismo, São Paulo (SP), 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação - Episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. 1 ed. - Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KLEBA; GONÇALVES. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. Ensaio • **Rev. Katálysis** 10 (spe) • 2007.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1º edição - São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRISTEVA, Julia. **Powers of horror: An essay on abjection**. Translated by Leon S. Roudiez. New York: Columbia University Press, 1982.

KULICK, Don. **Travesti: sex, gender, and culture among Brazilian Transgender prostitutes**. Brazil - Salvador, 1998.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares. As razões do improvável**. 1ª edição, 2ª impressão. São Paulo: Editora Ática, 2004.

LATOURETTE, Bruno. Faturas/Fracturas: da noção de rede à noção de vínculo. In: **Políticas etnográficas no campo da cibercultura** / organizadores Jean Segata, Theophilos Rifiotis. - Brasília : ABA Publicações ; Joinville : Editora

Letradágua, 2016.

LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia do gênero**. Indiana University Press, 1987.

LAURETIS, Teresa de. **Difference Embodied: Reflections on Black Skin, White Masks**, *Parallax*, 8:2, 54-68, 2002.

Le GOFF, Jacques. **Calendário. História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1992. P. 485- 533.

LEAL, Campos abigail. Me curo y me armo: a dimensão terapêutica e bélica do saber prete e trans. In: **cadernos de subjetividades** v. 1, n. 21 (2020).

LEITE Jr, Jorge. **Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico**. São Paulo: Annablume. 240 p. 2011.

LEITE, Ilka B. Olhares de África: lugares e entre-lugares da Arte na diáspora. **Revista Tomo.UFS**, n.11, pp.59-75. 2008.

LEMOS, Kaio Souza; MEDEIROS, Jarles Lopes de. O nome que sou: Práticas e experiências de pessoas trans na educação. In: **Direitos humanos para a diversidade: diálogos transdisciplinares em educação**. Torres, Antonia Lis Maria Martins (org.); et al. Organizadores: Antonia Lis de Maria Martins Torres, Jarles Lopes de Medeiros e Patrícia Helena Carvalho Holanda; Prefácio de Gisafran Nazareno Mota Jucá. - 1 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. 308 p.

LIMA, Patrick. Mercado negro dos afetos. In: **Transmaculínidades negras: narrativas plurais em primeira pessoa**. / Org. Bruno Santana, Leonardo Morjan Peçanha Brito, Vércio Gonçalves Conceição. 1. Ed. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2021.

LIONÇO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, p. 43-63, 2009.

LONGUINI, Geni D. N. ; SILVA, Keo. Banheiros como tecnologia de gênero: (des)construções materiais e simbólicas. In: **A força da situação de campo: ensaios sobre antropologia e teoria queer**/ Miriam Pillar Grossi, Felipe Bruno Fernandes, organização. - Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

LÓPES, Laura Cecília. O corpo colonial e as políticas e poéticas da diáspora para compreender as mobilizações afro-latino-americanas. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 2, n43, pp.301-330, jan./jun. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade** / Guacira Lopes

Louro (organizadora) 4 Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. **Tabula Rasa** [online]. n.9, pp.73-102. ISSN 1794- 2489. 2008.

LUNA, N. **Provetas e clones: uma antropologia das novas tecnologias reprodutivas**

[online]. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

MACHADO, Vanderlei; SEFFNER, Fernando. Florianópolis 1889/1930: estratégias de produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subordinadas. **História** (SÃO PAULO), v. 32, p.354-376, 2013.

MACIEL, Márcia Nunes. **Tecendo Tradições Indígenas** / Márcia Nunes Maciel ; Tese de Doutorado. orientador José Carlos Sebe Bom Meihy. - São Paulo, 2016.

MARQUES, Gabriela Miranda. Toda propriedade é um roubo menos o corpo ou sobre anarquismos. In. **(Re) invenção do anarcofeminismo: anarcofeministas na cena punk (1990-2012)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016, p. 39-44.

MARRERO, Adriana. El asalto femenino a la universidad: un caso para la discusión de los efectos reproductivos del sistema educativo en relación al género. **Revista argentina de sociología**, vol. 4, núm. 7, noviembre-diciembre, 2006, pp. 47-69. Consejo de profesionales en sociología. Buenos Aires, Argentina.

MARTENDAL, Laura. Relatos de minhas experiências na UFSC com relação ao uso do nome social. In: GROSSI, Miriam Pillar; FERNANDES, Felipe Bruno Martins (Orgs.). **A força da “situação” de campo: ensaios sobre antropologia e teoria queer**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018, p. 171-178.

MASSA, Jimena M. Nomes que importam: lutas pelo reconhecimento das identidades trans na UFSC. IN: **A força da “situação” de campo: ensaios sobre antropologia e teoria queer**/ Miriam Pillar Grossi, Felipe Bruno Martins Fernandes, organização. - Florianópolis: Editora da UFSC, 2018. Pp 179-198.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia: Uma Categoria do Espírito Humano: A Noção de Pessoa, A de “Eu”**. Tradução Paulo Neves. São Paulo, Cosac Naify, 2003a: 3673398.

MBEMBE, Achille. [As formas africanas de auto-inscrição](#). **Estud.afro-asiát.** 23 (1) • Jun 2001 • <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2001000100007>.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. n-1. Edições 2018.

MBEMBE. A. **O direito universal a respiração**. 2020, disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598111-o-direito-universal-a-respiracao-artigo-> de-achille- mbembe

MELLO, Anahí Guedes de. **Olhar, (não) ouvir, escrever: uma autoetnografia ciborgue**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós - Graduação Em Antropologia Social, Florianópolis, 2019.

Mês da Visibilidade Trans - Brasil Transmasculinidades: uma conversa com Kaio Lemos e Leonardo Peçanha. In: [raceandequality.org/es/brazil-es/mes-da-visibility-trans-uma-conversa-sobre-transmaculinidades/](http://raceandequality.org/es/brazil-es/mes-da-visibility-trans-uma-conversa-sobre-transmaculinidades/)

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado da identidade em política. In: **Cadernos De Letras Da Uff**- dossiê: literatura, língua e identidade, nº 34. P.287-324. 2008.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

MISSÉ, Miquel. **A la conquista del cuerpo equivocado** (conquering the wrong body), 172p. Editorial egales, Barcelona, 2018.

MOMBAÇA, Jota. A plantação cognitiva. **MASP Afterall**. 2020.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. 1 ed. Rio de Janeiro: cobogó 2020.

MONTEIRO, Anne Alencar. Cavalos-Marinhos: Geração E Masculinidades Trans. **V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades**. 2017.

MONTEIRO, Anne Alencar. Pedagogias trans\* no ciberespaço: o uso das mídias sociais como ferramenta metodológica na pesquisa de campo. Anais V **ENLAÇANDO SEXUALIDADES**. Campina Grande: Realize Editora, 2017.

MOTEN, Fred. A Resistência do Objeto: O Grito de Tia Hester. Dossiê A Música e suas Determinações Materiais - **Revista ecopos**. <https://revistaecopos.eco.ufrj.br/> ISSN 2175-8689 3 v. 23, n. 1, 2020.

MOTEN, Fred. Ser prete e ser nada (misticismo na carne). In: **Pensamento Negro Radical**. São Paulo: Crocodilo; São Paulo: N-1 edições, 2021.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de Ação Afirmativa em Benefício da População Negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, p. 31-43, 2001.

NASCIMENTO, Beatriz. O racismo na mídia. In: **O negro visto por ele mesmo**. Org. Alex Ratts. São Paulo, Ubu Editora, 2022.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NERY, J. W.; MARANHÃO, E. M. A. Deslocamentos Subjetivos das transmasculinidades brasileiras contemporâneas. **Periódicus** n. 7 v.1 maio-out 2017. p. 280- 299.

NERY, João W. **Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois**. São Paulo: Leya, 2011.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição**. São Paulo. Ubu Editora, 2022.

OCHOA, Marcia. "ciudadanía perversa: divas, marginación y participación en

la Hlocalización". En daniel mato (coord.), **políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: faces, universidad central de venezuela, pp. 239-256. 2004.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da desobediência: travestilizando a educação**/ Thifanny Odara. 1ª edição/ Salvador - BA. Editora devires, 2020.

OLIVEIRA, A. A quarentena é branca... In: **REALIS**, v.10, n. 01, Jan-Jun. 2020.

OLIVEIRA, A.; SILVA, K. Entre as políticas de inclusão e as estratégias: as experiências de pessoas trans\* no ensino superior. In: **Revista Educação e Emancipação**. v. 10, n. 4, Dossiê Temático 2017.

OLIVEIRA, Alessandra Mawu Defendi. **Narrativas Transviadas: silenciamento, colonialismo jurídico e a busca por ancestralidade travesti**. Diálogos sensíveis: produção e circulação de saberes diversos. MORTARI, Claudia Mortari, WITTMANN, Luisa Tombini (Org.). Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020, p. 369-385.

OLIVEIRA, Amurabi. Uma análise da antropologia da educação nas reuniões brasileiras de antropologia (2000-2020). **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 47. 2021.

OLIVEIRA, João P. de. Etnografia enquanto compartilhamento e comunicação: desafios atuais às representações coloniais da antropologia. Em Bela Feldman-Bianco (org). **Desafios antropológicos**. Brasília, ABA. p. 47-74. 2013

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **Nem ao centro nem a margem! Corpos que escapam às normas de raça e de gênero**. 1ª edição/ salvador - BA. Editora devires 2020.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. - Curitiba, 2017. 190 f. Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Rita de Assis César Tese (Doutorado em Educação) - Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

OLIVEIRA, Melissa Barbieri. **Trans tornando o campo do direito: uma análise da construção da categoria transexual na doutrina jurídica brasileira e seus efeitos no reconhecimento das pessoas trans como sujeito de direitos**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2017.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever.

**Revista de Antropologia**, Vol. 39, No. 1 (1996), pp. 13-37

OYĒWÙMÍ, Oyeronké. **La invención de las mujeres: una perspectiva africana sobre los discursos occidentales de género**. Bogotá: Editorial en la Frontera, 2017.

PARAMO, Michael. Transphobia is a White Supremacist Legacy of Colonialism. **Medium**. 2018.

PASSOS, Joana Célia dos. Relações Raciais, Cultura Acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 2, p. 155-182, abr./jun. 2015.

PEÇANHA, Leonardo. Atletas trans e Olimpíadas: pela inclusão do corpo trans no esporte. 20 de agosto de 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3f8zFKH>

PEÇANHA, L.; JESUS, J.; MONTEIRO, A. Transfeminismo das transmasculinidades: Diálogos sobre direitos sexuais e reprodutivos de homens trans brasileiros. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**. Vol. 06, N. 19, Jan. - Abr., 2023.

PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto. Ensaio sobre transmasculinidades negras: desafios e inquietações. In: SANTANA, Bruno; PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto; GONÇALVES, Vércio Conceição (Orgs). **Transmasculinidades Negras - Narrativas Plurais em Primeira Pessoa**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial. 2021. p. 133-140;

PEÇANHA, Leonardo. Atletas trans e olimpíadas: pela inclusão do corpo trans no esporte. 20 de agosto de 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3f8zfkH>

PEIRANO, Mariza. "Are you catholic?" Relato de viagem, reflexões teóricas e perplexidades éticas. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 31, n. 2, 1988.

PEIRANO, Mariza. "De que serve um documento?". In: Palmeira, M. e Barreira, C. (orgs). **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Rio de Janeiro: NuAP/RelumeDumará, p. 25-50. 2006.

PESQUISA NACIONAL SOBRE O AMBIENTE EDUCACIONAL NO BRASIL. 2016. Disponível:  
<https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2016/03/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>

PELBART, Peter Pál. **Necropolítica Tropical. Frangmentos de um pesadelo em curso**. N-1 Edições. 2018.

PFEIL, C. PFEIL, B. A Cisgeneridade Em Negação: Apresentando O Conceito De Ofensa Da Nomeação. In: **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**. v. 3, n. 9, p. 1 - 24, jul./set. 2022

PFEIL, C.; LEMOS, D. K.; GOMES, E. ; ALAGARTE, F. GIULA, K. Carvalho, M. ;  
PFEIL, B. Gravidez, Aborto e Parentalidade nas Transmasculinidades: um estudo de caso das políticas, práticas e experiências discursivas. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**. Vol. 06, N. 19, Jan. - Abr., 2023

PINTO, Celi Regina Jardim. Nota Sobre A Controvérsia Fraser-Honneth

Informada Pelo Cenário Brasileiro. In: **Lua Nova**, São Paulo, 74: 35-58, 2008.

PISCITELLI, Adriana. Tensões: tráfico de pessoas, prostituição e feminismos no Brasil. Bela Feldman- Bianco (org). **Desafios antropológicos**. Brasília, ABA. p. 47-74. 2013.

PIZA, Suze. Sequestro e resgate do conceito de necropolítica: convite para leitura de um texto. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 45, p. 129-148, 2022.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; CORREA, Sonia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. in: **Revista Psicologia Política** Vol. 18. nº 43. pp. 444-448. set- dez. 2018.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; CORREA, Sonia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. in: **Revista Psicologia Política** Vol. 18. nº 43. pp. 444-448. set- dez. 2018.

PRECIADO, P. **Manifesto Contrasexual**. N-1 edições, 2014.

PRECIADO, Paul B. ¿Quién defiende a l niño queer?. In: **Un apartamento en Urano. Crônicas del cruce**. Editorial Anagrama, S. A., 2019.

PRECIADO, Paul B. #Lixo e Gênero, Mijar/Cagar, Masculino/Feminino6. Trad. de Davi Giordano e Helder Thiago Maia. **eRevista Performatus, Inhumas**, ano 7, n. 20, abr. 2019b. ISSN: 2316-8102.

PRECIADO, Paul B. En cuatentena: La conjura de los perdedores. 2020b. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/256540-paul-b-preciado-en-cuatentena-la-conjura-de-los-perdedores>

PRECIADO, Paul B. Saberes\_vampiros@War Donna Haraway y las epistemologías cyborg y decoloniales. *Revista Vozal*, 2006.

PRECIADO, Paul. Encerrar y vigilar: la gestion de las epidemias como um reflejo de lasoberania. In: Org. Giorgio Agamben, Slavoj Zizek, Jean Luc Nancy, Franco “Bifo” Berardi, Santiago López Petit, Judith Butler, Alain Badiou, David Harvey, Byung-Chul Han, Raúl Zibechi, María Galindo, Markus Gabriel, Gustavo Yañez González, Patricia Manrique y Paul B. Preciado. **Sopa de Wuhan**. Editorial: ASPO. 1. a edición: marzo 2020.

PRECIADO, Paul. **Me chame pelo meu outro nome**. 2019. Disponível em: <https://uninomade.net/me-chame-pelo-meu-outro-nome/>

PRECIADO, Paul. **Testo Yonqui**. Primera edición: enero de 2008. Barcelona.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e américa latina. In: a colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, 2005.

RAMÍREZ, B. Colonialidad e cis-normatividade. Entrevista con Viviane Vergueiro. **Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales** (III), pp.

15 - 21. Recuperado de <http://iberoamericasocial.com/colonialidade-e-cis-normatividade-conversando-com-viviane-vergueiro>. 2014.

RAMOS, Sara Martins. O tempo de exu: necropolítica, história e memória em Kindred. In: **Revista de Literatura, História e Memória**. Vol. 16 - Nº27 - 2020. Unioeste - Cascavél.

RAO, Rahul. Global Homocapitalism. **Sexuality Policy Watch** (November 13).

2015. RIAL, C. Guerra de imagens, imagens da guerra. **Cadernos Pagu**. (47), 2016.

RIAL, Carmen. "Haciadónde van las antropologías del mundo: una visión desde el World Council of Anthropological Associations". Texto presentado como **Conferencia Magistral V Encuentro Mexicano-Brasileño de Antropología (V EMBRA)**, Ciudad de México 18 al 20 de Noviembre 2019.

RIAL, Carmen. De Acarajés e Hamburgers e Alguns Comentários ao Texto "Por uma Antropologia da Alimentação" de Vivaldo da Costa Lima. 2005b.

RIAL, Carmen. Mídia e sexualidade: breve panorama dos estudos de mídia. In: **Movimentos sociais, educação e sexualidades** / organizadoras, Miriam Pillar Grossi... [et al.]. - Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

RIAL, Carmen. Roubar a alma - ou as dificuldades da restituição. **Antropologia**

**audiovisual na prática** [Recurso eletrônico] / Alex Vailati, Matias Godio, Carmen Rial (organizadores). - 1. ed. - Desterro, [Florianópolis] : Cultura e Barbárie, 2016b.

RIAL, Carmen. "Porque todos os "rebeldes" falam português": A circulação de jogadores brasileiros/sul-americanos no exterior, ontem e hoje. 2017. Disponível em: <https://navi.paginas.ufsc.br/files/2017/11/Porque-todos-os-%E2%80%98rebeldes%E2%80%99-falam-portugu%C3%AAs> - Carmen\_Rial.pdf

RIAL, Carmen. O poder do lixo: abordagens antropológicas dos resíduos sólidos. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016. 432p.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo horizonte: letramento, 2017. 112 p. Disponível em <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2019/08/ribeiro-o-que-ecc81-lugar-de-fala.pdf>

RIBEIRO, Gustavo Lins. Antropologias mundiais: para um novo cenário global na antropologia em **rev. Bras. Ci. Soc.** Vol.21 no.60 suppl.60 São Paulo. feb. 2006.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos.** São Paulo: Companhia das letras, 2007.

RIFIOTIS, Theophilos. Etnografia no ciberespaço como "repovoamento" e Explicação. **Políticas etnográficas no campo da cibercultura** / organizadores Jean Segata, Theophilos Rifiotis. – Brasília : ABA Publicações ; Joinville : Editora Letradágua, 2016. 208p.

ROBINSON, Cedric J. Capitalismo racial: el carácter no objetivo del desarrollo capitalista. **Tabula Rasa**, 28 (1), 23-56. 2018.

RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, 25(1): 365-373, janeiro-abril/2017.

RODRIGUES, Eduardo Rodrigues. Necropolítica: uma pequena ressalva crítica à luz das lógicas do "arrego". Dilemas, **Rev. Estud. Conflito Controle Soc.** - Rio de Janeiro -Vol. 14 3 no 1 3 JAN-ABR 2021 3 pp. 189-218.

ROSA, Hartmut. Alienation and Acceleration. Towards a Critical Theory of Late Modern Temporality. **Malmö/Arhus**: NSU Press, 2010.

RUBIN, Gayle. O Tráfico de mulheres. In: **Políticas do sexo**. trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

RUBIN, Gayle. Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. Gayle Rubin. [1984] In: **Políticas do sexo**. Ubu Editora, 2017.

SAFATLE, V. Bem-vindo ao Estado Suicidário. 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/23>

SAID, Edward W. Parte 3: Resistência e Oposição. In: **Cultura e imperialismo** / Edward W. Said ; tradução Denise Bottmann. - São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**/ Edward W.

Said; tradução Tomás Rosa Bueno. - São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Pablo. Diversidad en movimiento: una aproximación a las demandas del movimiento trans y su relación con el Estado. Trabajo presentado en la mesa Acción colectiva y movimientos sociales s, en las **XVIII Jornadas de Investigación de la Facultad de Ciencias Sociales-UdelaR**, 2019.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v,24.1, 2017, p.214-241.

SARLO, Beatriz. **La ciudad vista: Mercancías y cultura urbana**. Buenos Aires: Siglo XXI, p.2009. [capítulos 3 e 5]

SARR, Felwine. **Afrotopia**. São Paulo: n-1 Edições, 2019.

SCHULMAN, S. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento.

**Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 4, n. 05, 2012.

SCHWARCZ, Lilia. Questões de fronteira: sobre uma antropologia da história. In: **Novos Estudos**, n. 72, Jul 2005, p. 119-135.

SCHWARCZ, L. M. Sobre o autoritarismo brasileiro . São Paulo, SP: Companhia das Letras. 2019.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**(28), janeiro- junho de 2007: 19-54.

SEGATA, Jean. HDos cibernautas às redes6. In: SEGATA Jean; RIFIOTIS, Theophilos (orgs.). **Políticas etnográficas no campo da cibercultura**. Brasília: ABA Publicações, 2016, p. 91-114.

SEMPOL, Diego. **De los baños a la calle: historia del movimiento lésbico, gay, trans uruguayo**. (1984-2013). Editora sudamérica uruguayana s.a. montevideo - Uruguay. 2013.

SHARPE, Cristine. **No Vestígio - Negridade e Existência**. Ubu Editora. São Paulo, 2023.

SILBA, Malvina. Identidades Subalternas: Edad, Clase, Género Y Consumos Culturales. **Ultima Década** N°35, Cidpa Valparaíso, Diciembre 2011, Pp. 145-168.

SILBA, Malvina; VILA, Pablo (2017). Músicas migrantes y la construcción de lo negro en la Argentina contemporánea, **Etnografías Contemporáneas**, Año 3, No 5, pp. 120-151.

SILVA, Bruna Camilo De Souza Lima e; OLIVEIRA, João Felipe Zini Cavalcante de. Lei de identidade de gênero: uma análise comparativa da lei argentina e o pl 5002/2013 do brasil. In: **libertas** - ouro preto-mg - issn 2319-0159 - volume 2 / n. 1 / jan./jun. 2016.

SILVA, H. R. S. A situação etnográfica: Andar e ver. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 171-188, jul./dez. 2009.

SILVA, H. R. S. **Travesti: a invenção do feminino**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ISER, 1993.

SILVA, Keo. Disputas ideológicas e pânico moral: uma análise dos ataques às políticas de cidadania da população trans no cenário político nacional. In: *Anais Fazendo Gênero* 12. 2021.

SILVA, Keo. **Dos saberes e outros trânsitos: percursos de alunos e alunas trans\*, políticas de acesso e permanência, 7 anos depois da política de nome social**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2019.

SILVA, Keo. Pânico moral, disputas ideológicas e efeitos nas vidas das minorias: um olhar crítico à cisgeneridade e os atuais tempos sombrios. In:

**Contemporânea (uma quase revista).** Janeiro de 2019b.

SILVA, Keo; SILVA, Gabriela da. Relato de experiência sobre minicurso educação e trans identidades. **Diverses: Encontro Nacional de Pessoas Consultoras em Diversidade & Inclusão - relatos de experiência.** Daniel Manzoni de Almeida et al. 1. ed. - Florianópolis: Pandion, 2022.

SILVA, Keo; VAZ, Alexandre F. Pessoas trans no ensino superior: lutas por acesso e permanência, a exemplo da Universidade Federal de Santa Catarina (2012-2015). In: **R. crít. cult.**, Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina. v. 14, n. 2 (2019).

SILVA, Keo; VAZ, Alexandre F. Políticas de acesso e permanência para a população trans no ensino superior: comentários acerca de sua implementação. **Poled- Políticas Educativas.** Dossier: Políticas educativas para la inclusión de jóvenes que finalizan la escuela secundaria e inician el nivel superior. v. 13, n. 2 (2020).

SILVA, Keo; VAZ, Alexandre. Brasil: agenciamentos da violência, necrobiopolítica e conservadorismo frente à população trans. **Temas contemporâneos em ciências humanas e sociais.** Org. Carlos Henrique de Lucas, Terezinha Oliveira Santos. 2021.

SILVA, R. S. Silva. **Travesti, a Invenção do Feminino.** Rio de Janeiro. 1993.

SILVA, Tomaz Tardeu da. A sociologia da educação entre funcionalismo e o pós-modernismo: os temas e os problemas de uma tradição. In: **Revista em aberto.** ano 9. n.46. abr/jun, 1990.

SILVESTRIN, Julian. O DICH na heterotopia trans. In: **O poder do espelho.** Org. Carmen Sílvia de Moraes Rial, Teresa Kleba Lisboa, Caroline Soares de Almeida. - 1. ed. - Tubarão: Copiart, 2020.

SONTAG, Susan. **Contra a interpretação.** Porto Alegre: L&PM, 1987, 350p.

SONTAG, Susan. **Sobre a fotografia.** São Paulo: Cia das Letras, 2004. 224p.

SPILLERS, Hortense. J. Bebê da mamãe, talvez do papai: uma gramática estadunidense. In: **Pensamento Negro Radical.** Hortense J. Spillers... [et al]. - São Paulo: Crocodilo; São Paulo: N-1 edições, 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STRATHERN, Marilyn. Artefatos da história: os eventos e a interpretação de imagens.

In: **O efeito etnográfico e outros ensaios.** São Paulo: Ubu Editora, 2017.

STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico. In: **O efeito etnográfico e outros ensaios.** São Paulo: Ubu Editora, 2017.

STRATHERN, Ann Marilyn. Dando apenas uma força à natureza? A cessão

temporária do útero: um debate sobre tecnologia e sociedade. In: **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

STRATHERN, Ann Marilyn. Os limites da autoantropologia. In: **O efeito etnográfico e outros ensaios**. Tradução: Iracema Dulley, Jamille Pinheiro e Luísa Valentini. São Paulo: Cosac Naify, 2014. 576 pp, 11ils.

STRYKER, S.; WHITTLE, S. **The Transgender studies reader**. (De) Subjugated Knowledges: An Introduction to Transgender Studies. 2006.

STRYKER, Susan. Mis palabras a Victor Frankenstein sobre el pueblo de chamonix: Performando la ira transgénero. In: **Políticas Trans: Una antología**. GALOFRE, Pol; MISSÉ, Miquel. Editora Egales, S.L. 2015.

TURNER, Víctor W. **O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura**; tradução de Nancy Campi de Castro. Petrópolis, Vozes, 1974.

UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário. Dispõe sobre o uso do nome social por travestis e transexuais para fins de inscrição no concurso vestibular e nos registros acadêmicos no âmbito da Universidade e dá outras providências. Resolução Normativa nº 18, de 24 de abril de 2012. Repositório UFSC. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/78418>

UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário. Dispõe sobre o uso do nome social por pessoas trans para fins de inscrição no concurso vestibular e nos registros acadêmicos no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina. Resolução Normativa nº 59, de 13 de agosto de 2015. Repositório UFSC. Disponível: [http://propg.ufsc.br/files/2010/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Normativa-59.CUn\\_2015-13-de-agosto-de-2015-uso-de-nome-social.pdf](http://propg.ufsc.br/files/2010/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Normativa-59.CUn_2015-13-de-agosto-de-2015-uso-de-nome-social.pdf)

URUGUAI, Ley Nº 18.246 27 de dezembro de 2007. Unión Concubinaría [https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/leyes?Ly\\_Nro=18246&Ly\\_fechaDePromulgacion%5Bmin%5D%5Bdate%5D=&Ly\\_fechaDePromulgacion%5Bmax%5D%5Bdate%5D=&Ltemas=&tipoBusqueda=T&Searchtext=](https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/leyes?Ly_Nro=18246&Ly_fechaDePromulgacion%5Bmin%5D%5Bdate%5D=&Ly_fechaDePromulgacion%5Bmax%5D%5Bdate%5D=&Ltemas=&tipoBusqueda=T&Searchtext=)

URUGUAI, Ley Nº 18.620. 25 de outubro de 2009. Derecho A La Identidad De Género Y Al Cambio De Nombre Y Sexo En Documentos Identificatorios. [https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/leyes?Ly\\_Nro=18620&Ly\\_fechaDePromulgacion%5Bmin%5D%5Bdate%5D=&Ly\\_fechaDePromulgacion%5Bmax%5D%5Bdate%5D=&Ltemas=&tipoBusqueda=T&Searchtext=](https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/leyes?Ly_Nro=18620&Ly_fechaDePromulgacion%5Bmin%5D%5Bdate%5D=&Ly_fechaDePromulgacion%5Bmax%5D%5Bdate%5D=&Ltemas=&tipoBusqueda=T&Searchtext=)

URUGUAI, Ley Nº 19.075. 03 de março de 2013. MATRIMONIO IGUALITARIO. [https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/leyes?Ly\\_Nro=19075&Ly\\_fechaDePromulgacion%5Bmin%5D%5Bdate%5D=&Ly\\_fechaDePromulgacion%5Bmax%5D%5Bdate%5D=&Ltemas=&tipoBusqueda=T&Searchtext=](https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/leyes?Ly_Nro=19075&Ly_fechaDePromulgacion%5Bmin%5D%5Bdate%5D=&Ly_fechaDePromulgacion%5Bmax%5D%5Bdate%5D=&Ltemas=&tipoBusqueda=T&Searchtext=)

URUGUAI, Ley Nº 19.684. 26 de outubro de 2018. LEY INTEGRAL PARA PERSONAS TRANS. <https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/leyes?>

[Ly\\_Nro=19684&Ly\\_fechaDePromulgacion%5Bmin%5D%5Bdate%5D=&Ly\\_fechaDePromulgacion%5Bmax%5D%5Bdate%5D=&Ltemas=&tipoBusqueda=T&Searchtext=](#)

URUGUAI, Ley nº 3.245 26 de outubro de 1907. Ley do divórcio- Disponível em: <http://www.impo.com.uy/bases/leyes/3245-1907>

VAZ, Alexandre et al. De Bruce a Caitlyn Jenner: esporte, celebridade, transgeneridade.

V. 21 n. 1: **Revista Gênero**, vol. 21, n.1. 2020.

VELHO, G. **A Utopia Urbana. Um estudo de Antropologia Social**. Editora Zahar. Rio de Janeiro.1978.

VERAS, Elias. **Travestis: carne, tinta e papel**. Curitiba: Prismas, 2017.

VERGÈS, Françoise. **Descolonizar o Museu: programa de desordem absoluta**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: UBU, 2020.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Dissertação De Mestrado Apresentada Ao Programa Multidisciplinar De Pós-Graduação Em Cultura E Sociedade, Do Instituto De Humanidades, Artes E Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal Da Bahia. Salvador 2015.

VICENTE, Guilherme Calixto. **Direitos sexuais e reprodutivos de homens trans, boyceatas e não-binários: uma luta por reconhecimento e redistribuição de saúde pública no Brasil**. São Paulo 2020.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. **O que nos faz pensar**, [s.l.], v. 14, n. 18, p. 225-254, sep. 2004.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo[1951] **metafísicascanibais:elementos para uma antropologia pós-estrutural**. São paulo:ubueditora, n-1 edições,2018. 288 pp.

VIVEROS VIGOYA, Mara. **As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América** / Mara Viveros Vigoya; tradutor Allyson de Andrade Perez. - Rio de Janeiro (RJ): Papéis Selvagens, 2018.

WITTIG, Monique. **The Straight Mind and other Essays**, Boston: Beacon, 1992.

WOLFE, Patrick. Settler colonialism and the elimination of the native. **Journal of genocide research**, 8 (4), december, 387-409. 2006.

WYNTER, Sylvia. Nenhum Humano envolvido: carta aberta a colegas. In: **Pensamento Negro Radical**. São Paulo: Crocodilo; São Paulo: N-1 edições, 2021.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **La pachamama y el humano** - 1a ed. - Buenos Aires: Colihue; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2011.

PIZA, Suze. Sequestro e resgate do conceito de necropolítica: convite para leitura de um texto. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 45, p. 129-148, 2022.

ZANELA, Maria. Acesso à informação para a construção da cidadania de mulheres transexuais e travestis: Resoluções do Nome Social como estratégia de Inclusão. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 2, maio/ago. 2018.